

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS

Instituto de Ciências Humanas

Programa de Pós-Graduação em História



Dissertação

Tácito e a retórica da decadência.

Um estudo sobre memória, identidade e educação à época de Domiciano

Milena Rosa Araújo Ogawa

Pelotas, 2017

Milena Rosa Araújo Ogawa

Tácito e a retórica da decadência.

Um estudo sobre memória, identidade e educação à época de Domiciano

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em História.

Orientadora: Profa. Dra. Carolina Kesser Barcellos Dias

Pelotas, 2017

Universidade Federal de Pelotas / Sistema de Bibliotecas
Catalogação na Publicação

Ogawa, Milena Rosa Araújo

Tácito e a retórica da decadência : um estudo sobre memória, identidade e educação à época de Domiciano / Milena Rosa Araújo Ogawa ; Carolina Kesser Barcellos Dias, orientadora. — Pelotas, 2017.

201 f.

Dissertação (Mestrado) — Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, 2017.

1. Educação romana. 2. Política. 3. Domiciano. 4. Tácito.
I. Dias, Carolina Kesser Barcellos, orient. II. Título.

CDD : 370.1

Milena Rosa Araújo Ogawa

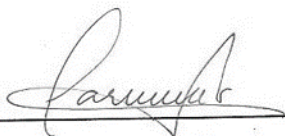
Tácito e a retórica da decadência.

Um estudo sobre memória, identidade e educação à época de Domiciano

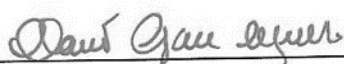
Dissertação **APROVADA**, como requisito parcial, para obtenção do grau de Mestre em História, Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas.

Data da Defesa: 21 de junho de 2017.

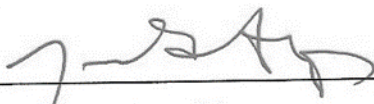
Banca examinadora:



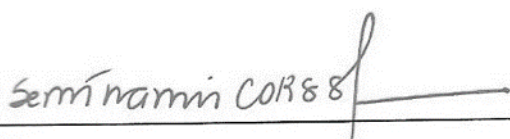
Prof. Dra. Carolina Kesser Barcellos Dias (Orientadora)
Doutora em Arqueologia pela Universidade de São Paulo (USP)



Prof. Dr. Fábio Vergara Cerqueira
Doutor em Arqueologia pela Universidade de São Paulo (USP)



Prof. Dra. Juliana Bastos Marques
Doutora em História pela Universidade de São Paulo (USP)



Prof. Dra. Semíramis Corsi Silva
Doutora em História pela Universidade Estadual Paulista (Unesp-Franca)



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO D PÓS-GRADUAÇÃO

PPG
Pró-Reitoria de
Pesquisa e Pós-Graduação

5

DEFESA DE DISSERTAÇÃO OU TESE

NOME DO ESTUDANTE	MATRÍCULA
Milena Rosa Araújo Ogawa	1510475
CURSO OU PROGRAMA	NÍVEL
Programa de Pós-Graduação em História	☒ MESTRADO ☐ DOUTORADO

PROJETO DE PESQUISA REGISTRADO SOB O Nº

MEMBROS DA BANCA EXAMINADORA	TÍTULO	ASSINATURA
Carolina Kesser Barcellos Dias	Doutora	
Fábio Vergara Cerqueira	Doutor	
Juliana Bastos Marques	Doutora	
Semíramis Corsi Silva	Doutora	

APRECIÇÃO SOBRE A DISSERTAÇÃO OU TESE

☐ SIGILOSA ☒ NÃO SIGILOSA

Observações:

Aos vinte e um dias do mês de junho de 2017 os membros acima nomeados para a defesa da Dissertação da estudante Milena Rosa Araújo Ogawa matriculada no Programa de Pós-Graduação em História, em 04 de março de 2015, consideraram *aprovada* estabelecendo o título definitivo da Dissertação sendo "Tácio: a história da decadência. Um estudo sobre memória, identidade e educação" a estabelecendo um prazo máximo de 60 dias para as correções e entrega da versão definitiva. A banca ressalta a elevadíssima qualidade da pesquisa e recomenda a publicação. *ipsc*

Domiciano

*Familiaribus et reginae imperii, dominae mei cordis,
semper.* Obrigada pelo amor, paciência, apoio e
dedicação. Amo muito vocês!

Agradecimentos

“As pessoas felizes lembram do passado com gratidão, alegram-se com o presente e encaram o futuro sem medo”
(Epicuro)

Primeiramente, agradeço a Deus, ou ao destino, que me trouxe até esse exato momento. Afinal: “para que serve a utopia? Para que eu não deixe de caminhar” (GALEANO). À memória de meu pai, que ainda se faz presente e que até hoje me ensina, “sua ausência não é silêncio, é a sublime eloquência de quem não fala mais a língua dos homens” (REZENDE, 2009, p. 13). À minha mãe, agradeço todo o esforço dedicado à nossa família, o incentivo, a garra e o exemplo. Sei que não são essas páginas que podem traduzir minha gratidão, mas espero que a Milena que você ensinou a caminhar seja o motivo de seu sorriso em um dia breve.

À minha irmã. Após nossa reaproximação, não consigo imaginar minha vida sem a ternura-estapafúrdia dela, seu carinho e a oportunidade que me concedeu de poder fazer parte de sua nova família, o que me faz muito feliz. E, também, meu muito obrigada pela leitura atenta ao meu texto. Ao meu cunhado, Diego Amaral, obrigada por dialogar comigo meus problemas de pesquisa; ao meu sobrinho lindo, Heitor, que trouxe brilho à minha vida com a sua existência, obrigada por iluminar meus caminhos, a titia te ama imensamente. E a você, Narinha, que ainda nem ao menos nasceu, embora a tia já pense em te levar nas reuniões do coletivo.

À minha orientadora, professora Dra. Carolina Kesser, uma pessoa incrível, muito mais que um guia na pesquisa, foi um exemplo de conduta no qual pretendo me espelhar durante minha trajetória acadêmica. Sensível, atenta a todos os alunos, ensinou-me que os grandes atos não precisam de plateia, que a diferença é feita no cotidiano, que a persistência é algo que jamais devemos deixar de trilhar. Muito obrigada por ter marcado minha vida acadêmica e pessoal. Tenho muito orgulho de ser orientada por você, este trabalho não teria forma alguma sem a sua interferência, paciência e cuidado.

À minha banca, agradeço por gentilmente terem se disponibilizado a comparecer e contribuir para o meu amadurecimento acadêmico. Ao Prof. Dr. Fábio Vergara, meu muito obrigada por me conceder as oportunidades de estágio docente e pelos conselhos nos corredores; à Profa. Dra. Semíramis Corsi, por toda atenção concedida sempre que solicitei; e à Profa. Dra. Juliana Bastos Marques, minha

bibliografia, que, antes mesmo de conhecê-la pessoalmente, já havia me inspirado nos estudos de Roma. Sua presença nesse dia é de imensa alegria não somente por ter sido a primeira pessoa que li sobre Tácito, como também pela gratidão relativa a todos os auxílios bibliográficos. Agradeço pela paciência dos três em acolher cada dúvida ao longo da pesquisa sem arrogância ou menosprezo. Poder usufruir desta ocasião é um momento de felicidade.

Citando Galeano: “Os cientistas dizem que somos feitos de átomos, mas um passarinho me disse que somos feitos de histórias”. Todo meu amor aos meus amigos-irmãos: à Andressa Conti, amiga que, em todas as minhas idas a São Paulo, me cedeu espaço em sua vida e em seu apê com o Goni, o segundo gatinho mais fofinho e atentado desse mundo (depois do Suê); à Daniella Vieira, meu HD externo, companheira desde os seis anos; à Maitê Renzano, a pessoa mais *hi-tech*, disposta a ajudar a todos, mesmo com seu jeito emburrado; ao Bruno Luvizotto, meu confidente e amigo, obrigada por ser e estar presente em minha vida; ao Fernando Dantas, meu irmãozinho, a importância que teve em minha vida foi incrível; à Patrícia Horiguchi, obrigada por ter sido fundamental; ao Felipe Crispim, meu colega historiador que sempre me contagia com a sua alegria; ao casal Débora Campos e Aílsson Camargo, que são os melhores parceiros, amo muito vocês; à Wellyanna Santos, por ter me acompanhado durante cinco anos, me incentivando e auxiliando, e sem cujo apoio as memórias do que é felicidade não seriam tão belas, obrigada por ter tornado a utopia realidade.

Agradeço aos meus professores do Ensino Fundamental, Médio, da graduação, da Especialização e do Mestrado, em especial, a Profa. Adriana Inocêncio e ao Prof. Luis Antônio Rossi. Ao Prof. Dr. Deivid Valério Gaia, meu primeiro orientador, obrigada de todo coração por todas as oportunidades e conselhos ofertados, sou grata pela paciência, por me ensinar o valor de fichamentos e pela dedicação nas aulas, que eram momentos de deleite. Ao Prof. Dr. Edison Bisso Cruxen, obrigada por sua orientação ao final da graduação. Sou eternamente grata por ter acreditado em mim quando estava indecisa e pensava que pesquisar temas da Antiguidade seria um devaneio; sua orientação foi frutífera em minha formação. À Profa. Dra. Maria de Fátima, pelas suas aulas inspiradoras. À Profa. Dra. Juliana Serres, eterna professora homenageada. Ao Prof. Ms. Maurício Azevedo, meu orientador da Especialização, obrigada pelas trocas de e-mails, pelos telefonemas e pela disposição sempre me auxiliando.

Agora, como “quase gaúcha”, obtive diversas amizades que levarei para sempre em meu coração. Agradeço ao Álvaro Celente, pela amizade, pelos carreteiros deliciosos, passeios e inúmeras conversas, meu amigo jaguarense que estará presente em minha vida para sempre; ao Ânderson Vasconcelos, meu irmãozão, um menino-homem meigo, gentil e doce que animou, juntamente com o Bruce Padilha (meu também irmão-amigo), nossas aulas com o “*girls on fire*”, amo muito vocês; ao Diogo Magalhães, pela alegria; à Elenice Pacheco, a pessoa que estava sempre ao meu lado quando precisava, obrigada por ter me ouvido tantas vezes, você é fenomenal; ao Edson Sousa, à Kenya Paiva e ao Pedro Cáceres, meus queridos amigos da graduação; à Luciana Elste e ao Fábio Ribeiro, o casal mais lindo desse mundo em elegância, inteligência, generosidade e “boniteza”; à Vanessinha Rocha e família, a mãezona, que, mesmo com a pouca diferença de idade em relação a mim, já considero como minha mãe gaúcha, pois os puxões de orelhas eram concretos, mas também os carinhos, mimos e a ótima companhia.

Um super muito obrigada à Camila Almeida e ao Felipe Vargas, por toda a acolhida em Pelotas e em Porto Alegre, e à Letícia Rierger, à Marília Machado e ao Cleverton de Oliveira, pelos sorrisos. Ao Douglas Ferreira e ao Jonathan Xavier, os meninos, que me acolheram. Não poderia ter concluído esta etapa sem a presença de vocês.

Agradeço em especial aos meus alunos do Curso Popular UP e da Escola Estadual de Ensino Fundamental Joaquim Caetano da Silva, que tão gentilmente frequentaram minhas aulas; com vocês, eu aprendia diariamente.

No âmbito institucional, gostaria de agradecer à Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), que me formou enquanto pessoa, professora e pesquisadora. Ela foi criada pelo Reuni e é um espaço que me proporciona muito orgulho. Possuo grande gratidão a Unipampa e aos seus funcionários por todas as oportunidades ofertadas durante meus cinco anos de estadia, sempre com bolsas de pesquisa e auxílios para todos os eventos acadêmicos solicitados. Agradeço à Universidade Federal de Pelotas e seu corpo docente, discente e administrativo, que me proporcionaram novos horizontes e me fizeram amadurecer; ao Laboratório de Estudos sobre a Cerâmica Antiga (LECA) que me ensinou a amar a Arqueologia, por ter me concedido um espaço físico que, por dois anos, foi minha casa, bem como os eventos dos quais pude participar ativamente. Por essa oportunidade, mais uma vez meu agradecimento à professora Dra. Carolina Kesser, e também à professora Dra.

Camila Diogo de Souza, por toda a paciência em me auxiliar.

Um agradecimento especial ao meu querido professor de latim e amigo de todas as horas, Diego Ramirez, que, com toda delicadeza do mundo, formou toda minha bagagem nessa língua incrível, sempre me advertindo que não estudá-la me tornaria para sempre refém de traduções. À Profa. Dra. Maria Mertzani, pelo auxílio com as traduções para o grego. À professora Dra. Caroline Borges, pelos “puxões de orelha” com a vida e com o francês, muito obrigada pela amizade e alegria de compartilhar momentos de muita felicidade. Ao Carlos Eduardo da Costa Campos, pelo plantão de dúvidas. À minha professora de alemão, Verônica Geith, por toda paciência na leitura das minhas traduções. Aos professores Dra. Kátia Pozzer (UFRGS), Dr. Pedro Paulo Funari (UNICAMP) e Dr. Vagner Cavalheiro Porto (MAE-USP) agradeço a gentileza de disponibilizarem cartas de estágio que viabilizaram a retirada de livros nas respectivas bibliotecas. Agradeço ainda aos funcionários das bibliotecas e aos demais servidores das universidades nas quais estudei e as quais visitei.

Aos colegas de turma que conheciam as angústias dos prazos e as alegrias que os bares nos proporcionavam: Amanda Basílio, Ângela Oliveira, Biane Jacques, Cosme Serralheiro, Eduarda Borges, Felipe Nobre, Jéssica Oliveira, Lisiana Lawson, Marco Collares, Mônica Schmidt, Ricardo Barbosa e Sílvia Cristovão.

À Letícia Milan, você é minha irmã de alma com certeza, obrigada por cada carinho, por cada olhar, por cada força, Você tem um coração tão lindo e cheio de amor, nunca se esqueça disso. Obrigada por fazer parte da minha vida, e um “muito obrigada” à sua família linda.

Aos colegas de laboratório: à Dayanne Dockhorn Seger, uma menina doce, competente e gentil, obrigada pela ajuda constante ao não me deixar desistir e também pela sensibilidade que cativa e nos faz ver o mundo em cores tão belas quanto o seu sorriso; à Andreia Lopes, que sempre auxiliava todo o grupo; ao Matheus Barros, por me indicar e emprestar mil livros; ao Ricardo Barbosa, por toda a parceria; e, aos queridos companheiros romanos, Edward Dutra e Ricardo Stone, meu amor sincero.

Aos revisores e leitores críticos: Bóris Fatigati, Dayanne Dockhorn, Guilherme Razera e Janaína Ogawa.

Aos colegas de jornada com quem dividi casa e se tornaram uma família: Dieniffer Machado, Jacqueline Reinert, Monique Rodrigues, Pâmella Franco, Patrícia

Araújo e Tiago Santana.

À Xuxa Maria, ao Suê, ao Domi e ao Samba, por terem o poder de transformar os momentos mais tristes em amor.

Por fim, agradeço por terem iluminado e tornado especiais os dias comuns. Amo cada um aqui citado de maneira ímpar.

Agradeço também a você, leitor, que estará disposto a ler esse trabalho, fruto de escolhas bibliográficas pessoais (de minha inteira responsabilidade) e que permanece em construção.

The people we surround ourselves with either raise or lower our standards. They either help us to become the best version of ourselves or encourage us to become lesser versions of ourselves. We become like our friends. No man becomes great on his own. No woman becomes great on her own. The people around them help to make them great. We all need people in our lives who raise our standards, remind us of our essential purpose, and challenge us to become the best version of ourselves (Matthew Kelly).

Somos nós, historiadores, arqueólogos e classicistas que damos sentido para aquelas pedras, somos nós que as interpretamos e lembramos o que um dia elas foram. E também somos nós que mostramos para a cidade de Roma de hoje, e para o mundo em que ela está, a importância e o significado do que elas representam. Roma é um lugar físico, real, uma cidade na qual as pessoas crescem, vivem e trabalham, hoje como há tantos séculos. Mas Roma também é um símbolo, uma ideia, uma abstração, que transcende a cidade real e tem significado próprio (...) entender o desenvolvimento de Roma como cidade e como símbolo: ambas as instâncias estão relacionadas diretamente com o que podemos entender como construção da “identidade romana”
(MARQUES, 2013).

Resumo

OGAWA, Milena Rosa Araújo. **Tácito e a retórica da decadência. Um Estudo sobre memória, identidade e educação à época de Domiciano.** 2017. 201folhas. Dissertação (Mestrado em História) –Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2017.

Nesta dissertação, investigamos a ação política através do emprego da oratória, seu ensino, transformação e sua influência durante o primeiro século de nossa era, no Principado romano no governo de Tito Flávio Domiciano (81-96 d.C.). Utilizamos como principal fonte de investigação *O Diálogo dos Oradores*, do historiador e senador romano Públio (Caio) Cornélio Tácito (55-117? d.C.). Nosso estudo procurou analisar a trajetória política de Tácito e abordar algumas das principais temáticas de suas cinco obras (*Agrícola*, *Germânia*, *O Diálogo dos Oradores*, *História* e *Anais*); discutir os aspectos pessoais e políticos da vida do autor por meio dos conceitos de memória e identidade; apresentar a biografia e compreender as reformas moralizantes do último governante Flaviano; e refletir sobre a oratória romana, o estudo desta e a atuação política em Domiciano.

Palavras-chave: educação romana; política; Domiciano; Tácito

Abstract

OGAWA, Milena Rosa Araújo. **Tácito e a retórica da decadência. Um Estudo sobre memória, identidade e educação à época de Domiciano.** 2017. 201pages. Thesis (Master in History) –Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2017.

In this dissertation, we investigate the political action through the use of oratory, its teaching, transformation and its influence during the first century of our era, in the Roman Principality under the government of Tito Flavio Domitian (81-96 A.D). In order to do so, *The Dialogue of the Orators* of the historian and Roman senator Publio (Caio) Cornélio Tacitus (55-117? A.D.) was used as a main source of investigation. The study sought to analyze the political trajectory of Tacitus and to address the main themes of his five works (*Agricola*, *Germany*, *A Dialogue on Oratory*, *The History* and *The Annals*); to discuss the personal and political aspects of the author's life through the concepts of memory and identity; to introduce the biography and to understand the moralizing reforms done by the last Flavian ruler; and to reflect on Roman oratory, its study and the political activity in Domitian.

Keywords: Roman education; politics; Domitian; Tacitus

Lista de abreviaturas e siglas

Abreviaturas de obras em latim e grego

Abreviatura	Nome do autor	Título em latim/grego	Título em português
Aug. <i>R.G.</i>	Augusto.	<i>Res Gestae</i>	A vida e os Feitos do Divino Augusto
Cic., <i>Br.</i>	Marco Túlio Cícero	<i>Brutus</i>	Bruto
Cic., <i>De Inv.</i>		<i>De inuentione</i>	Da invenção
Cic., <i>De or.</i>		<i>De oratore</i>	Do Orador
Dio. Cas., <i>Hist</i>	Dião Cássio	<i>Historiae Romanae</i>	História de Roma
Juv., <i>Sat.</i>	Juvenal	<i>Saturae</i>	As Sátiras
Plin., <i>Ep.</i>	Plínio, o Jovem	<i>Epistolae</i>	Epístolas
Plin., <i>Pan.</i>		<i>Panegyricus</i>	Panegírico
Marc. Ep.	M. V. Marcial	<i>Epigrammata</i>	Os Epigramas
Plin. <i>H.N.</i>	Plínio, o Velho	<i>Naturalis Historia</i>	História Natural
Quint. <i>Inst.</i>	M. F. Quintiliano	<i>Institutio Oratoria</i>	Educação Oratória
<i>Ret. Her.</i>	[Sem atribuição]	<i>La Rhetorica ad Herennium</i>	A Retórica a Herênio
Sall. <i>Cat.</i>	Salústio	<i>De coniuratione Catilinae</i>	A Conjuração de Catilina
Sall. <i>Jug.</i>		<i>Iugurtha</i>	A guerra de Jugurta
Suet. <i>Aug.</i>	Suetônio	<i>De Vita Caesarum</i>	Divino Augusto
Suet. <i>Vesp.</i>		<i>Divus Vespasianus</i>	Vespasiano
Suet. <i>Tit.</i>		<i>Divus Tltus</i>	Tito
Suet. <i>Dom.</i>		<i>Domitianus</i>	Domiciano
Tac. <i>Ann.</i>	Públio Cornélio Tácito	<i>Annales</i>	Anais
Tac. <i>Hist.</i>		<i>Historiae</i>	Histórias
Tac. <i>Dial.</i>		<i>Dialogus de Oratoribus</i>	Diálogo dos Oradores
Tac. <i>Germ.</i>		<i>Germania</i>	Germânia
Tac. <i>Ag.</i>		<i>Agricola</i>	Vida de Agrícola
Tit. <i>Hist, AUC.</i>	Tito Lívio	<i>Ab urbe condita</i>	História de Roma
Virg. <i>En.</i>	Virgílio	<i>Aeneis</i>	Eneida

Siglas

BMC Coins of the Roman Empire in the British Museum, London (MATTINGLY, 1932-62)

Lista de Apêndice e Anexos

Apêndice

Apêndice A – Mortes e exílios provocados por Domiciano

Anexos

Anexo A – Quadro genealógico Júlio-Claudiano

Anexo B – Quadro genealógico Flaviano

Anexo C – Edifícios e reconstruções feitas por Domiciano

Anexo D – Argumentação sobre gestão financeira de Domiciano

Nota ao uso de traduções

As traduções de trechos em latim e das obras em língua estrangeira para o português, salvo outras indicações, são de nossa autoria. Os trechos originais em latim foram retirados da Perseus Digital Library (ver Referências, seções 1.1 a 1.4).

As traduções de *Agrícola* em espanhol são de José María Requejo (1981). Os trechos em latim são retirados da edição crítica de Henry Furneaux (1900).

As traduções dos *Anais* são de Freire de Carvalho (1970) e de A. J. Woodman (2009). Os trechos em latim são retirados da edição crítica de Charles Dennis Fisher (1911).

As traduções do *Diálogo dos Oradores* são de Agostinho da Silva (1974). Os trechos em latim são retirados da edição crítica de Henry Furneaux (1900).

As traduções de *Germania* em espanhol são de Nicolás Gelormini (2007). Os trechos em latim são retirados da edição crítica de Henry Furneaux (1900).

As traduções das *Histórias* são da tese do Prof. Dr. Frederico de Sousa Silva (2015). Os trechos em latim são retirados da edição crítica de Charles Dennis Fisher (1911).

As traduções de *Institutio Oratoria*, Livro II, são da dissertação de Rafael Sento-Sé Guimaraes Falcón (2015); do Livro X, são da tese do Prof. Dr. Antônio Martinez de Rezende (2009). Os trechos em latim são retirados da edição crítica de Harold Edgeworth Butler (1922).

As traduções de *A Vida dos Doze Césares* são de Gilson César Cardoso de Sousa (2003). Os trechos em língua inglesa são retirados da edição crítica de Alexander Thomson (1989). Os trechos em latim são retirados da edição crítica de Maximilian Ihm (2003).

Nota cronológica

Imperadores do primeiro e segundo século

Adaptação da Nota Cronológica de Ronald Mellor (2003, p. XI-XII). Destaque para as datas de nascimento e morte, seguidas do período de governo.

Julio-Claudianos

Caio Júlio César Otaviano **Augusto** (63 a.C.-14 d.C.). Ascensão ao poder unipessoal e centralização do poder: 27-14 d.C.

Tibério Cláudio Nero (42 a.C.-37 d.C.). Período de governo: 14 d.C.-37 d.C.

Caio Júlio César Augusto Germânico, **Calígula** (12 d.C.-41 d.C.). Período de governo: 37 d.C.-41 d.C. Sofreu *damnatio memoriae*.

Tibério **Cláudio** Drusso (10 a.C.-54 d.C.). Período de governo: 41 d.C.-54 d.C.

Nero Cláudio César (37 d.C.-68 d.C.). Período de governo: 54 d.C.-68 d.C. Sofreu *damnatio memoriae*.

Guerra Civil de 69 d.C.

Sérvio Sulpício **Galba** (3 a.C.-69 d.C.). Período de governo: junho de 68-janeiro de 69 d.C.

Marco Sálvio **Óto** Nero César Augusto (32-69 d.C.). Período de governo: janeiro-abril de 69 d.C.

Aulo **Vitélio** (15-69 d.C.). Período de governo: abril- dezembro de 69 d.C.

Dinastia Flaviana

Tito Flávio **Vespasiano** (9 d.C.-79 d.C.). Período de governo: 69 d.C.-79 d.C.

Tito Vespasiano Augusto (39 d.C.-81 d.C.). Período de governo: 79-81 d.C.

Tito Flávio **Domiciano** (51 d.C.-96 d.C.). Período de governo: 81-96 d.C. Sofreu *damnatio memoriae*.

Os “bons imperadores” – Antoninos

Marco Coceio **Nerva** (30 d.C.-98 d.C.). Período de governo: 96 d.C.-98 d.C.

César Marco Úlpio Nerva **Trajano** Augusto (53 d.C.-117 d.C.). Período de governo: 98 d.C.-117 d.C.

Públio Élio Trajano **Adriano** (76 d.C.-138 d.C.). Período de governo: 117 d. C - 138 d.C.

Tito Aurélio Fúlvio Boiônio Árrio **Antonino Pio** (86 d.C.-161 d.C.). Período de governo: 138 d.C.-161 d.C.

Marco Aurélio (121 d.C.-180 d.C.). Período de governo com Lúcio Ceião Cômmodo Vero Armeníaco: 161 d.C.-169 d.C.; governo unipessoal: 169 d.C.-177 d.C.; e com Cômmodo: 177 d.C.-180 d.C.

Lúcio Aurélio **Cômmodo** (138 d.C.-161 d.C.). Período de governo: 180 d.C.-192 d.C. Sofreu *damnatio memoriae*.

Sumário

1 Introdução.....	19
2 Tácito: trajetória como político, historiador e orador	24
2.1 Biografia de Tácito	24
2.2 As obras de Tácito	34
2.2.1 <i>Agrícola</i>	34
2.2.2 <i>Germânia</i>.....	35
2.2.3 <i>O Diálogo dos Oradores</i>	36
2.2.4 <i>As Histórias</i>	43
2.2.5 <i>Os Anais</i>.....	44
3 A construção da narrativa de Tácito	47
3.1 Aspectos pessoais na construção da narrativa de Tácito.....	51
3.1.1 A memória enquanto faculdade e representação.....	52
3.1.2 O “declínio” moral e a opressão	55
3.1.2.1 O “declínio” moral.....	56
3.1.2.2 A opressão.....	60
3.2. Aspectos políticos na construção da narrativa de Tácito	67
4 Relações entre as reformas morais no Principado de Domiciano e a obra de Tácito.....	82
4.1 Tito Flávio Domiciano	91
4.2 As reformas morais no Principado de Domiciano e a obra de Tácito	109
5 A oratória romana	124
5.1 A oratória no sistema de ensino romano	124
5.1.1 A retórica e seus modelos nas fontes	134
5.1.1.1 <i>A Retórica a Herênio</i>	135
5.1.1.2 <i>Do Orador</i>.....	138
5.1.1.3 <i>Institutio Oratoria</i>	140
5.2. A ação política do homem aristocrata romano no século I d.C.	144
6 Considerações finais	156
Referências	160
Glossário.....	173
Glossário de antropônimos.....	182
Apêndice	186

Apêndice A – Mortes e exílios provocados por Domiciano.....	187
Anexos	191
Anexo A – Mapa de parentesco Júlio-Claudiano (TEXTO EDITORES, [2013]).	192
Anexo B – Mapa de parentesco Flaviano (TEXTO EDITORES, [2013])	193
Anexo C – Edifícios e reconstruções feitas por Domiciano (ALSTON, 1998, p. 138-139).....	194
Anexo D – Argumentação sobre gestão financeira de Domiciano (ALSTON, 1998, p. 139-140).....	196

Introdução

“Nem é o historiador livre para criar passados, como se traçasse sua trama por caminhos desimpedidos, mas deve falar do passado através de documentos que são, também eles, bastante reais. Podemos coletá-los, consultá-los, criticá-los, analisá-los. É através de sua mediação, e só dela, que temos acesso às realidades passadas” (GUARINELLO, 2014, p. 14).

Nossa dissertação teve início como um desdobramento da pesquisa desenvolvida durante a Iniciação Científica, cuja temática era a formação educacional do jovem aristocrata romano entre a República e o Império/Principado¹. Observamos, ao longo da elaboração do primeiro trabalho, a influência político-social que o império romano continua a causar nas nossas concepções e (re)construções sobre a visão que possuímos do passado. Mediante esta aproximação entre pretérito e presente, propusemos analisar nossas fontes a partir das apropriações que a contemporaneidade faz por meio da memória e das ressignificações da Antiguidade que se reconstroem perante os esquecimentos e silenciamentos que o ser humano seleciona.

Nosso intuito no desenvolvimento do trabalho foi buscar compreender o contexto de Tácito a partir das fontes, as transformações da oratória e a ação política dos eloquentes no Principado de Domiciano. Procuramos conceituar as

¹ “The modern word ‘empire’ derives from the Latin word ‘*imperium*’. The primary meaning of *imperium* is power. It is used to describe the power held by Roman magistrates. From this meaning a secondary usage developed, closer to our concept of empire. *Imperium* came to have implications of territoriality, so that a magistrate would have *imperium* over a particular area, an area normally referred to as the *provincia*. The Romans could understand the territorial limitations of particular grant of *imperium* and that there was a border across which *imperium* had no legal force. [...] Yet the concept of *imperium* allowed a certain flexibility. The *imperium Romanum* did not merely constitute those areas under the direct control of Roman magistrate or his representatives. Roman power extended beyond this region – A palavra moderna ‘império’ deriva da palavra em latim ‘*imperium*’. O significado primário do *imperium* é poder. Ela tem sido usada para descrever o poder detido pelos magistrados romanos. Deste significado se desenvolveu um uso secundário, mais próximo do nosso conceito de império. O *imperium* passou a ter implicações de territorialidade, de modo que um magistrado podia ter *imperium* sobre uma determinada área, uma área normalmente referida como a província. Os romanos podiam compreender as limitações territoriais da concessão particular do *imperium* e que havia uma fronteira através da qual o *imperium* não tinha força legal. [...] No entanto, o conceito de *imperium* permitiu uma certa flexibilidade. O *imperium Romanum* não constituía apenas as áreas sob o controle direto do magistrado romano ou de seus representantes. O poder romano teve uma extensão para além desta região” (ALSTON, 1998, p. 206). Nossa postura será utilizar o conceito de Principado ao invés de Império. Justificamos nosso posicionamento no capítulo 3.

principais características da oratória, do modelo educacional e do sistema político no governo de Domiciano. Nossa primeira intenção era, através do viés político, observar como as mudanças dos sistemas políticos da República para o Principado colaboraram para a transformação da educação romana. Desejávamos analisar o papel do orador e a sua formação em três capítulos: “Tácito”, “os modelos educacionais” e a “guerra civil e os flavianos”. Percebemos que abordar um contexto tão amplo dificultaria o alcance de nossas interpretações e, portanto, reorganizamos a estrutura da dissertação, conforme descrevemos a seguir.

No capítulo 2, analisamos a biografia do senador romano Públio (Gaio) Cornélio Tácito (55-117? d.C.) e levantamos as discussões cronológicas que envolvem suas datas de nascimento e morte, o período em que teria exercido funções políticas, as informações sobre sua família, educação e casamento. Buscamos compreender Tácito dentro da perspectiva senatorial e seu possível posicionamento político, assim como sua ação enquanto historiador e orador na conjuntura de seu contexto histórico temporal. A segunda parte do capítulo destaca alguns dos questionamentos de suas cinco obras: *Agrícola*, *Germânia*, *Diálogo*, *Histórias* e *Anais*. Como o cerne do nosso problema de pesquisa é a ação política através da oratória, conferimos à terceira obra um espaço de análise diferenciado, pois ela disserta sobre três embates fundamentais: a) retórica e poesia (TAC. *Dial.* V-XIII), b) oratória antiga *versus* a moderna (TAC. *Dial.* XVI-XXVII) e c) a possível decadência da oratória (TAC. *Dial.* XXVIII-LXI).

No capítulo 3 problematizamos a obra de Tácito, em seus aspectos pessoais (a partir do conceito de memória) e seus aspectos políticos (pelo viés da identidade), tendo ambos exercido influência na escrita taciteana. Percebemos que o contexto das relações de poder no Principado é permeado por dissimulações, pois é latente a situação de conspirações e delações. Dessa maneira, as características e compreensões inferidas pelas obras dos autores antigos não poderiam mais ser diretas e explícitas, ou seja, não mais representariam diretamente suas visões político-administrativas, como na República.

Os oradores do período imperial atuavam imbuídos de mecanismos retóricos para reflexões histórico-político-sociais de seus contextos e/ou dos sistemas que pretendem mencionar (FAVERSANI; JOLY, 2013a). Assim, tendo observado como o meio social influencia a construção narrativa do autor, por que ele escreveria em Domiciano e publicaria posteriormente à morte desse imperador? As possíveis

respostas para este e outros questionamentos, foram desenvolvidas no quarto capítulo, que aborda a confluência da conjuntura política do Império/Principado. Nele discutimos que mensurar um momento de ruptura seria inconclusivo pois “nem sempre a república é sucedida pelo império, mas existem momentos imperiais em meio à república e momentos republicanos em meio ao império” (FAVERSANI, 2013, p. 110). Ressaltamos as relações aristocráticas² frente às atitudes dos *princeps*³, elaborando uma breve biografia de Domiciano com base em seus aspectos considerados positivos e negativos descritos por Tácito, Suetônio, Dião Cássio, Juvenal e Marcial, e abordamos as reformas morais desse último imperador Flaviano. Destacamos que todas as obras mencionadas foram publicadas posteriormente à morte de Domiciano, tais informações denotavam aspectos negativos do imperador, o que pode ser entendido como uma propaganda da próxima dinastia, a antonina.

No capítulo 5, discorremos sobre o sistema educacional romano com enfoque para a oratória. Abordamos o ambiente familiar e escolar dos jovens estudantes, a função da gramática e da oratória e as técnicas da retórica baseada nos manuais *Retórica a Herênio*, *Do Orador* e *Institutio Oratoria*, apresentando os autores, suas temáticas e conteúdos e por fim, analisando a ação política do homem romano, seus artifícios retóricos, e os contextos e as abordagens da transformação metodológica daquele período.

É necessário ressaltar que a fragmentação das fontes acaba por proporcionar conclusões imprecisas e relativizadas, mesmo porque o que possuímos são vestígios, vários deles desordenados, aos quais nosso acesso é mediado pela luz do presente. Apenas mediante metodologias de análise, podemos estabelecer relações e sentido aos documentos que temos em mãos (GUARINELLO, 2003, p. 43). Nesta pesquisa, utilizamos a análise de conteúdo como ferramenta metodológica para interpretar as fontes e as demais referências bibliográficas, com o objetivo de sistematizar ideias para formular hipóteses que direcionem nossa interpretação (BARDIN, 1977, p. 14).

Frank Goodyear (1970, p. 1), na década de 1970, afirmava que os estudos

² Baseados em Alföldy (1989), Finley (1985), Rudich (1993), Wallace-Hadrill (1996) e Winterling (2009).

³ Ver glossário. Os principais termos em latim encontram-se nessa seção.

taciteanos vinham crescendo de forma significativa nos últimos cinquenta anos, propondo abordagens amplas, diversas indagações e temáticas distintas. Porém, a pesquisa sobre Tácito, sua estilística e seu contexto é considerada uma tarefa árdua por muitos pesquisadores, visto o grau de sofisticação do latim e pelo momento peculiar de tirania e expressiva falta de *libertas*⁴ (TAC., Ag. 3).

Esta dissertação também tem a intenção de estabelecer e disponibilizar ferramentas de análise que nos foram úteis, viabilizá-las para o público geral, e para os pesquisadores iniciantes nos estudos Clássicos. Nesse sentido, apresentamos, nas seções de “Apêndices” e de “Anexos”, o mapa de parentesco das famílias Julio-Claudianas e Flavianas, para que o leitor seja situado a respeito de cada figura histórica. Além disso, apresentamos uma tabela onde detalhamos as pessoas cuja morte ou exílio foram provocados por Domiciano, além dos motivos dessa ação e a respectiva menção a cada caso nas fontes. Nos dois últimos anexos, expomos os fundamentos para a nossa argumentação sobre as construções do imperador e sua gestão financeira. Todas essas informações e ferramentas foram baseadas nas fontes consultadas ao longo da pesquisa.

A “Nota ao uso de traduções” tem como intuito fazer conhecer e permitir comparar as traduções de nossas principais fontes. Este trabalho procurou, na medida de nossas limitações, proporcionar boas traduções, tendo conhecimento de que a ótica de outros pesquisadores tangencia as marcas de seu tempo. São de responsabilidade da autora as traduções não indicadas, a não ser que se indique o contrário. Cabe ressaltar que o pesquisador contemporâneo deve aprimorar o domínio do latim para que possa trabalhar com o texto original. Igualmente, é necessário observar as diferentes edições, pois elas abrem margem a diversas interpretações, ou seja, além do conhecimento da língua antiga, é necessária uma atenção às notas, que oferecem uma gama interpretativa irrestrita de significações para o entendimento do mundo antigo. Neste trabalho, utilizamos traduções para a língua inglesa, espanhola e portuguesa.

A “Nota cronológica” é uma adaptação da cronologia indicada por Ronald Mellor (2003, p. XI-XII), e abrange as datas de nascimento e morte dos imperadores romanos, seguidas do período de governo e se sofreram o processo de *damnatio*

⁴ No sentido de liberdade de expressão. Essa questão é abordada na seção 3.1.2.2.

memoriae. Acreditamos que essa ferramenta é útil para situar cronologicamente o leitor, visto a expressividade numérica de governantes.

O “Glossário” e o “Glossário de antropônimos” foram desenvolvidos com base em duas motivações: a primeira delas, inserir os nomes, palavras e conceitos mais relevantes para o trabalho de forma clara e indicar uma bibliografia complementar para os casos de interesse; a segunda, proporcionar um texto fluído, para que o volume das notas não ultrapassasse o volume do texto principal. O “Glossário de antropônimos” surgiu, ainda, como derivação do primeiro, em função da incompatibilidade em apresentar os nomes dos personagens relevantes ao tema em verbetes de glossário. Assim, utilizamos essa seção para compilar as informações complementares relativas aos nossos protagonistas.

2 Tácito: trajetória como político, historiador e orador

“Quando um historiador mergulha no passado, ultrapassando suas próprias vivências e recordações, conduzido por perguntas, mas também por desejos, esperanças e inquietudes, ele se confronta primeiramente com vestígios, que se conservaram até hoje, e que em maior ou menor número chegaram até nós” (KOSELLECK, 2012, p. 306).

Este capítulo terá como intuito discutir a vida privada, o *cursus honorum* e as obras taciteanas de forma ampla. É necessário frisar que as informações que possuímos sobre o autor são esparsas e muitos dos documentos encontram-se em forma fragmentária. Observamos Tácito como um eminente e hábil político, obtendo os títulos de *pretor*, *questor*, *consul*, e *pro consul*, durante os governos dos imperadores Flavianos e Antoninos, com destaque ao tornar-se senador no governo de Domiciano. Além destes ofícios, exerceu a função de historiador¹, com a qual buscava legitimar a honra de Roma, o que também lhe proporcionava usufruir de destaque social e político.

As datas preestabelecidas de nascimentos, mortes, casamentos, entre outras, aqui apresentadas, são baseadas em estudos pontuais da historiografia taciteana (GOODYEAR, 1970; SYME, 1958; WOODMAN, 2009). Essas estipulações cronológicas representam construções realizadas por meio de hipóteses não totalmente unânimes entre os pesquisadores, e se originam de processos de inferência por meio de fatos que teriam datação como aqueles relativos à carreira senatorial de Tácito.

2.1 Biografia de Tácito

As discussões cronológicas sobre a biografia de Tácito são imprecisas mediante os poucos fragmentos que possuímos acerca de sua vida. Os principais dados são os provenientes de suas obras, em especial, *Agrícola* e *Histórias*, uma inscrição² e cartas trocadas com Plínio, o Jovem³. Conjectura-se que tenha nascido

¹ Ver Joly 2017, p.531-549.

² Inscrição encontrada na cidade de Mylasia (sudoeste da Ásia), em 1890, que retrata o último cargo de Tácito, o proconsulado na Ásia Menor (112-113 d.C.) (SYME, 1958, p. 59).

por volta de 56-57 d.C., no Sul da Gália⁴ (Gália Narbonense), e falecido aproximadamente em 120 d.C., no principado de Trajano. Essas datas são calculadas com base no ingresso de Tácito à carreira senatorial, ao receber o *latus clavus*, no governo de Vespasiano (SYME, 1958, p. 63).

Nasceu sob o principado de Nero, momento conturbado sobre o qual as fontes apontam predomínio de um ódio em relação ao governante (TAC., *Ann.*, XVI, 21-35). Segundo Bessie Walker (1960, p. 164), este momento transitório entre o “declínio” de Nero e as guerras civis de 69 d.C. (ano dos quatro imperadores: Galba, Oto, Vitélio e Vespasiano), foi um período que teve um impacto na escrita do autor. Ao longo de suas obras, ele delineia esse momento de instabilidade política, a posição dos senadores e a luta pelo poder⁵.

Sobre Tácito, existem controvérsias acerca de seu *praenomen*. A discussão é referendada pelos documentos encontrados, frutos das compilações de suas obras durante a Antiguidade e o Medievo. Duas fontes atribuem a Tácito o nome “*Gaius*”: a primeira, provinda do Bispo Sidônio Apolinaro, século V d.C., consta nas *Epístolas* 4.14.1 e 4. 22.2; a segunda é atestada no códice *Mediceus alter* (século XI). Contudo, o códice *Mediceus I*, datado do século IX d.C., destaca *Publius Cornelius Tacitus* (Públio Cornélio Tácito) como autor dos livros de I-VI dos *Anais*. Atualmente, as duas versões são aceitas e utilizadas pelos historiadores (PARATORE, 1987, p. 721; SYME, 1958, p. 59).

Plínio, o Velho (*H.N.*, VII, 16), destaca a família taciteana como pertencente à

³ Plínio, o Jovem, era um dos amigos do historiador, um relacionamento que pode ter sido ocasionado pela amizade entre Plínio, o Velho, e o pai de Tácito (SYME, 1958, p. 60). O vínculo reflete-se nas cartas trocadas entre estes dois, que nos auxiliam a obter informações sobre Tácito: “entendido em várias matérias, um estudioso reconhecido, e até tinha sotaque diferente do romano” (NOBRE, 2010, p. 2-3); “Pliny and Tacitus concern chiefly literary subjects, above all the art of oratory; they exchange opinions on their work and discuss their ambitions in terms of intimate friendship” (WALKER, 1960, p. 164) e “His correspondence serves top ut Cornelius Tacitus in a clear social and literary setting” (SYME, 1958, p. 59). Mais exemplos que abordam Tácito nas fontes antigas em *Plin. Ep.* VII, 20 e II, 1.

⁴ Ver Requejo (1981, p. 11) e Syme (1958, p. 797-798) para um debate pormenorizado sobre as origens de Tácito.

⁵ “The first *princeps* known to Tacitus was Nero; the Nero of the later years, when even the praetorians and people had begun to hate him. Thought there is no reason to suppose that Tacitus suffered personally during the wars of 69, Agricola’s family certainly did, and the destruction and chaos of that time could not fail to leave a deep impression – later to be strong influence in the making of the *Histories*- of human nature’s potentialities for evil. The instability of Rome’s institutions too was exposed in terrible fashion by that year’s ruthless struggle for the succession. If any of Agricola’s generation had by any means contrived to cling to the Augustan illusion of a constitutional monarchy ideally designed to achieve harmonious development of the social order, the lost it in the year 69. No man of Tacitus’ age can have cherished that illusion at all” (WALKER, 1960, p. 164).

ordem *equestre*. Tácito adquire esse *status* ao iniciar o *cursus honorum* (BELCHIOR, 2012, p. 30; JOLY, 2004, p. 38). Acredita-se que o pai de Tácito tenha sido cavaleiro ou procurador no atual Norte da França, provavelmente na Gália Bélgica. Tais afirmativas são referendadas por Plínio, o Velho (*H.N.*, VII, 75), que escreve sobre um certo Cornélio Tácito em 77 d.C. Conjectura-se a possibilidade de que este atuasse como oficial das finanças, exercendo funções administrativas, o que evidencia seu prestígio social e político (GRANT, 1956, p. 7; WALKER, 1960, p. 162).

A formação educacional de Tácito é imprecisa, quanto aos seus educadores, Breno Silveira (1970, p. XII) e Walker (1960, p. 162) apontam a possibilidade do historiador ter sido aluno de Quintiliano. Conforme Agostinho da Silva (1974, p. 9), Tácito teria estudado com Apro, Segundo e, com certa dúvida, com Quintiliano. Dessa maneira, verificamos novamente uma posição privilegiada de sua família, por ter sido discípulo dos melhores mestres da Antiguidade, o que pôde lhe proporcionar um *cursus honorum*⁶ e alcançar altas magistraturas (WALKER, 1960, p. 163).

Que eu não negue que a nossa carreira política tenha começado sob Vespasiano, favorecida por Tito, impelida mais longe por Domiciano; entretanto aqueles que professam incorruptível um juramento devem escrever a respeito de alguém sem amor e sem ódio. A saber, caso a vida ajude, reservei para a velhice o principado do divino Nerva e o império de Trajano, matéria mais fértil e mais segura, por causa da rara felicidade dos tempos, em que se permite sentir aquilo que se queira e dizer aquilo que se sinta (TAC. *Hist.* I, I, 5-6).

Dignitatem nostram a Vespasiano inchoatam, a Tito auctam, a Domitiano longius provectam non abnuerim: sed incorruptam fidem professis neque amore quisquam et sine odio dicendus est. Quod si vita suppetit, principatum divi Nervae et imperium Traiani, uberiores securioresque materiam, senectuti seposui, rara temporum felicitate ubi sentire quae velis et quae sentias dicere licet (TAC. *Hist.* I, I, 5-6).

Seu casamento, em 77 d.C., aos 20 anos, com a filha do cônsul Júlio Agrícola (REQUEJO, 1981, p. 61), era um indício de uma carreira proeminente que se concretizou em sua ascensão política (TAC., *Ag.* IX, 6), visto que Agrícola era um importante funcionário romano, governador da Britânia entre 78-85 d.C, sendo que, em 83 d.C. derrota os caledônios, conquistando todo território dos bretões (JOLY,

⁶ “Tacitus was one of the Senate’s youngest members – probably not more than twenty six at – the time of Domitian’s accession; he was ambitious but not given to self- advertisement (the tone of *Agricola* will support this interference sufficiently)” (WALKER, 1960, p. 172).

2017, p. 536; WALKER, 1960, p. 162). Sobre os cargos obtidos por Tácito, destacam-se: *questor*, possivelmente em 79 d.C.⁷, no principado de Vespasiano (69-79 d.C.); *tribuno* ou *edil* em Tito (79-81 d.C.); *pretor*, em 88 d.C. no governo de Domiciano; membro do colégio sacerdotal (*quindecemviri sacris facendis*), responsável pelos jogos seculares (*Ludi saeculares*) em 88 d.C. (Tac., *Ann.*, XI, 11, 3); comandante, entre 89-93 d.C., de uma legião provincial na Ásia durante o período de Domiciano (81-96 d.C.); *consul suffectus* (cônsul suplente) em 97 d.C. (Plin., *Ep.*, II, 1); *pro consul* em uma província da Ásia em 112-113 d.C.; e governador de uma província na Ásia (Anatólia) em Trajano (98-117 d. C) (BELCHIOR, 2012, p. 30-31; GRANT, 1956, p. 7; REQUEJO, 1981, p. 12, SYME, 1958, p. 65). Assim, percebemos que Tácito tornou-se parte da “elite” social, política e econômica de Roma, mesmo sendo oriundo de uma província e não dos patrícios, ou seja, era um *nouus homo* que exercia função pública.

Com a emergência da casa imperial, o topo da pirâmide social é alterado, dando-se conseqüentemente uma redefinição parcial de algumas camadas sociais, no que respeita à sua função e posição relativas. O outro fator deveu-se à integração das províncias e dos seus habitantes no Estado e na ordem social romanos e teve como consequência o fato de as populações da maior parte das províncias adquirirem o estatuto de romanos (no sentido de um modelo social específico), o que se traduziu na gênese de uma ampla aristocracia imperial, cada vez mais homogênea, e num reforço da coesão das elites locais, juntamente com uma assimilação de camadas mais vastas da população [...] por um lado através de uma modificação vertical no enquadramento político do Império, ou seja, com a sua transformação numa hierarquia bem definida e, por outro, através da sua evolução horizontal, ou seja, o seu alargamento à população de todo o Império (ALFÖLDY, 1989, orig. 1975, p. 110-111).

Juliana Bastos Marques (2013b, p. 142), ao refletir a respeito do *cursus honorum* taciteano, destaca, dentro dessa dinâmica social, o progresso senatorial do historiador na dinastia flaviana. A autora aponta o paralelo entre a perseguição ocorrida durante os Flavianos e a possível imparcialidade de Tácito afirmada nas *Histórias* (I, 1, 5). Para ela, essa busca de neutralidade está inclusa na tradição historiográfica para relatar os eventos os quais ele se propõe⁸. Também, como

⁷ “Otros piensan que alcanzó tal cargo el 81 o el 82; recuérdese que Vespasiano murió el 79” (REQUEJO, 1981, p. 12). “The quaestorship came in 81 or 82, with the odds equal for service abroad” (SYME, 1958, p. 65).

⁸ “A figura de Vespasiano em Tácito nos parece, no entanto, como uma das mais positivas entre todos os imperadores que o autor menciona [...] Aparece aqui a questão da possibilidade de essa boa imagem ter sido reflexo de certa ‘propaganda flaviana’ em Tácito [...] A construção da imagem de Tito

aponta Holly Haynes (2006, p. 150), Tácito busca justificar sua sobrevivência no período considerado tirano, no qual muitos senadores foram perseguidos por boatos, rumores e delações de “verdades ou não deturpadas” (TAC., *Hist.* I, 1).

Sobre essas “perseguições”, existia a *Lex maiestatis*, que se constituía em uma força que acusava, julgava e condenava suspeitos de traição ou que difamassem pública ou privadamente o imperador. Tal lei começou a vigorar em 18 a.C., no principado de Augusto, e adquiriu maiores proporções com Tibério (MARQUES, 2013b, p. 146). No entanto, a norma tornou-se um meio de proteger o poder do imperador e beneficiar os acusadores, que recebiam prestígios e bens do acusado (ALLISON; CLOUD, 1962). Aprofundaremos esse debate na seção 3.1.2.2. “A opressão”.

Durante o contexto em que Tácito escreve suas obras, mesmo não eclodindo uma guerra civil como a de 69 d.C., persistem muitas dissensões entre diversos segmentos sociais, tanto entre os diferentes grupos como em suas relações internas. Tácito pertencia a um determinado estrato social, o dos senadores, uma pequena aristocracia que se “dedicava à escrita em idade madura” (CAMPOS, 2008, p. 25) e, nesse período, estaria entre seus 40-65 anos. Segundo Fábio Favversani e Fábio Duarte Joly (2013a, p. 77), existem três grupos de senadores: (1) aqueles que se opuseram à tirania e que, por vezes, poderiam pôr em risco a *respublica*, pois apenas causavam perturbações; (2) os que serviam ao poder do tirano e obtinham vantagens através de delações, e não por méritos; e (3) os que se opuseram à tirania e buscaram servir à *res publica*, ajustando-se ao governo. Tácito pertencia a este grupo que atuaria em prol do benefício da *res publica* de forma discreta, para não fomentar o ódio dos bajuladores e, ao mesmo tempo, deveria ser cauteloso no que se refere ao *capaces imperii*, isto é, não poderiam ser considerados os mais capacitados entre os homens, principalmente militarmente e em reputação, pois dessa maneira poderiam ser habilitados para exercer o cargo de imperador (FAVERSANI, JOLY, 2013a, p. 77).

parece mais positiva, nos poucos trechos das *Histórias* em que aparece [...] Tito é apresentado como um personagem praticamente isento de defeitos: cordial, piedoso, conciliador, talvez seja apenas pela juventude que possa condená-lo. Assim, é paradoxal para quem lê Tácito como um pessimista renitente ver dois imperadores sendo caracterizados de maneira tão positiva. Mas isso serve também – e, sugerimos, principalmente – para acentuar pelo recurso da retórica as enormes diferenças dos dois em relação aos vícios e aos crimes do infame Domiciano, o irmão mais novo de Tito” (MARQUES, 2013b, p. 142-144).

Para Rhiannon Ash (2006, p. 25), Tácito poderia ser interpretado como pertencente ao grupo que se humilhou, e considerado até mesmo um escravo. Tal confronto à sua moral é ocasionado pela vergonha em ter sobrevivido e tolerado um governo tirânico. A solução que lhe pareceu cabível foi a busca por sobreviver com dignidade durante os períodos tirânicos, mesmo que a falta de *libertas* e a *dominatio* fossem empecilhos para todos. Fav ersani e Joly (2013b, p. 134) discutem que, mesmo nos tempos de Trajano – considerados por Tácito (*Ag.*, II, 3) como anos de felicidade, em virtude da *libertas*) – a aristocracia continuava dividida, competindo por espaço. Assim, dentro desse estrato, distingu iam-se os que possuíam ou não mérito, revelando a presença da adulação, que era considerada desonrosa.

Tácito, em *Agrícola*, faz com que seu leitor reflita, através de um discurso historiográfico, sobre os cem anos de aumento nos luxos da aristocracia, após a batalha do Ácio, e os quinze anos de tirania de Domiciano. Nesse panorama, existe, uma mudança na postura aristocrática. O estilo de vida luxuoso não poderia ser modificado facilmente, visto que este estava entremeado de vícios, como adulação e/ou conspiração, conforme observado:

Contudo, é da natureza das fraquezas humanas que os remédios demorem mais que os males. Assim, como os nossos corpos rapidamente caem e lentamente se erguem, os gênios e os ânimos mais facilmente são abatidos do que reerguidos (TAC., *Ag.*, III, 1).

sed ipsius voti fiduciam ac robur adsumpserit, natura tamen infirmitatis humanae tardiora sunt remedia quam mala; et ut corpora nostra lente augescunt, cito extinguuntur, sic ingenia studiaque oppresseris facilius quam revocaveris: subit quippe etiam ipsius inertiae dulcedo, et invisae primo desidia postremo amatur (TAC., *Ag.*, III, 1).

Assim, os escritos taciteanos não são apenas obras literárias voltadas à tradição e a um contexto, mas também correspondem às ações políticas do autor. Ao longo de sua vida, Tácito escreveu algumas obras, das quais cinco chegaram ao tempo presente, todas apresentando lacunas em relação ao texto original. A relevância de seu legado literário se dá, principalmente, por podermos, através desses escritos, compreender partes dos governos Júlio-Claudianos e Flavianos (FAVERSANI; JOLY, 2013b, p. 138).

Na Antiguidade, ser historiador e produzir uma obra tinha sua relevância social. Como aponta Marques (2013b, p. 27), existiam os *ueteres autores* (autores antigos), considerados como fontes. Eles eram exaltados e mencionados pelos seus

contemporâneos, reafirmando que estavam cientes das tradições historiográficas (MARQUES, 2017, p. 483). Dessa maneira, uma das tarefas do historiador era ser um *auctor* no sentido de possuir seu ofício alicerçado nas tradições. Seu emprego era realizado pelos senadores (TAC., *Ann.*, III, 65), e era esse estrato social que abordava as questões da *res publica* (cidadãos, governo e governantes).

Sobre as fontes que Tácito utilizou, destacamos⁹: os trechos das atas, *Diurna* e *Senatus*¹⁰, discursos publicados, rumores (TAC, *Ann.*, IV, X), biografias, obras de autores antigos¹¹, memórias, cartas e discursos de testemunhas oculares (TAC., *Hist.* III, 51). Contudo, Tácito nem sempre utiliza suas fontes como “verdades”; por vezes, emprega as distorções, tendo por base o que considera “verdadeiro” (TAC., *Hist.* II, CI,I). Notamos a presença de autores que exerceram influência em sua escrita, tais como Clúvio Rufo, Fábio Rústico, Plínio, o Velho, e Salústio, de quem absorve a teoria para a decadência de Roma durante o Principado em busca de poder¹² (MARQUES, 2013b, p. 137).

Uma característica marcante de Tácito é demonstrar-se crítico aos excessos religiosos frente a fatos que alguns consideram “miraculosos” ou premonições. Ao demonstrar a preocupação em não se influenciar por acontecimentos assim qualificados, procura refletir sua “imparcialidade”:

Mas, quanto a mim, toda vez que ouço tais coisas, suspendo meu julgamento sobre se é o destino, a necessidade imutável, ou o acaso que faz desenrolarem as coisas humanas (TAC., *Ann.*, VI, 22).

Sed mihi haec ac talia audienti in incerto iudicium est fatone res mortalium et necessitate immutabili an forte volvantur. quippe sapientissimos veterum

⁹ A respeito das fontes utilizadas por Tácito, ver Walker (1960, p. 138-144).

¹⁰ “The juxtaposition of Tacitus’ text with Livy raises an important question. Tacitus reports the speeches of Caecina and Valerius at some length; but do these speeches derives from a record or transcript of the originals in the acts of the senate (*acta senatus*), to which Tacitus has merely added Livian ‘colouring’, or did Tacitus dispense with originals, basing his speeches on a combination of his own invention (*inuentio*) and Livy’s text? Syme firmly believed that Tacitus’ excellence as a historian in the Annals is to be explained by his personal perusal of the senatorial archives; others have held an opposite view with equal firmness. Since the *acta* have not survived, the matter cannot be proved conclusively one way or the other, and it is difficult to know what to infer from the fact that Tacitus refers to the *acta* only once in a late book (XV, LXXIV, 3)” (KRAUS; WOODMAN, 1997, p. 98).

¹¹ Segundo Walker (1960, p. 143) podemos destacar seis fontes utilizadas por Tácito: Veleio Patérculo, Servílio, Aufídio Basso, Sêneca, Rústico e Plínio, o Velho. Um exemplo da menção ao autor na consulta de obras é Tácito (*Ann.*, IV, LVII). Joly (2004, p. 41) aponta como fontes: Salústio, César, Tito Lívio, Aufídio Basso e Plínio, o Velho.

¹² As obras *Jugurta* (41) e *Catilina* (10-11), de Salústio, apontam que, após a conquista de Cartago, Roma teria o domínio sobre o Mediterrâneo, ou seja, já não possuía inimigos a temer; assim, entregara-se à luxúria, à ganância e à corrupção (ROBERT, 1995).

quique sectam eorum aemulantur diversos reperies, ac multis insitam opinionem non initia nostri, non finem, non denique homines dis curae (TAC., *Ann.*, VI, 22).

Como exemplo, temos a narração de dois eventos de cura, exercidos pelo imperador Vespasiano, para os quais afirma encontrar fontes oculares: a) através de sua saliva, recobrou a visão de um cego; b) ao pisar sob a mão de um enfermo, sarou-a. Ambos os prodígios eram doenças curáveis, como apontavam os médicos (TAC., *Hist.* IV, LXXXI). A respeito dos presságios, como no caso de Vespasiano tornar-se Príncipe, tais adivinhações se tornam difundidas após ser elevado a imperador (MARQUES, 2013b, p. 199). Outra interpretação é a de que somente Vespasiano poderia curar o império que estava ruído em querelas e nos vícios contrários à moral aristocrática¹³.

Os escritos de Tácito e os estudos sobre sua vida e obra sofreram modificações relacionadas à abordagem e apropriação ao longo do processo histórico¹⁴, sendo referenciados em diversos contextos de âmbito político e moral, nas produções literárias e nos documentos históricos. A primeira publicação das obras de Tácito ocorreu em 1574 por Justus Lipsius. Dos séculos XIV ao XVIII, debateu-se sobre sua posição enquanto defensor ou contrário à Monarquia¹⁵; já no final do século XVIII e início do XIX, Tácito era considerado representante da elite senatorial, saudoso da liberdade republicana. Essa visão foi questionada durante o século anterior, pois era crescente a opinião de que Tácito apenas aceitava o

¹³“O termo *mores* engloba a “política, religião, a vida familiar, moralidade pública e privada” (MENDES, 2006). Essas tradições provinham das famílias nobres que “determinavam o comportamento religioso a assumir pelos membros da sociedade nas mais diversas situações. A regra de conduta que devia orientar o pensamento e o comportamento era o *mos maiorum*, os usos dos antepassados, expressos nos seus grandes feitos; a memória coletiva desses feitos e a sua imitação eram a garantia da continuidade da ideologia do Estado romano” (ALFÖLDY, 1989, orig, 1975 p. 51).

¹⁴ “Much of our knowledge of Tacitus’ language and style comes ultimately from the information and observation assembled by his commentators from the sixteenth to nineteenth centuries, such as J. Lipsius (1574), J. F. Gronovius (1672), J. A. Ernest (1752), G. A. Ruperti (1834), J. Orelli (1846), and K. Nipperdey (1852). But systematic study began only in 1867-8 with a series of fundamental papers by E. Wölfflin, who not only determined and clarified many of the most essential features of Tacitus’ style, but also advance a theory of its development which has been the basis for all later work” (GOODYEAR, 1970, p. 35).

¹⁵ Até a Renascença, existiam duas correntes: a primeira segundo a qual se acreditava que Tácito, em suas obras, fazia um manifesto frente à tirania, pois estaria denunciando os desmandos dos monarcas e prevendo as consequências desse sistema, ou seja, a destruição da aristocracia, a decadência moral e o império do medo; a outra vertente ponderava Tácito enquanto defensor desse sistema, em virtude de ele elencar como problemas os governantes e os aristocratas, não o regime político em si (FAVERSANI; JOLY, 2013a, p. 134).

sistema no qual vivia como uma situação necessária e apropriada para o seu período, pois a República também já havia deixado de ser ideal e tinha sido tomada pela ganância (MARQUES, 2013b, p. 138).

Os estudos taciteanos no século XX, mediante a “revolução documental” dos *Annales*, propuseram novos olhares para a História social, política e econômica¹⁶. Dessa maneira, a Antiguidade também passa a ser ressignificada sob novas lentes, principalmente com as pesquisas de Sir Ronald Syme em *Roman Revolution* (1939) e *Tacitus* (1958). Na primeira, Syme examina as relações de Tácito com os diversos grupos sociais, utilizando a prosopografia como método de análise das redes de relações e as motivações e interpretações sobre o autor latino. No segundo trabalho, o historiador observou as fontes escritas por Tácito e o contexto em que essas foram produzidas, a fim de identificar algumas de suas motivações (MARQUES, 2013b, p. 139).

Dessa maneira, com o advento da ciência moderna, passou-se a observar as informações que Tácito nos revelava acerca dos imperadores, suas convicções políticas, juízos e dados a partir de diferentes metodologias. Um exemplo a ser citado é o trabalho de Ellen O’Gorman (2004), que reflete uma possível “realidade” que Tácito buscou retratar. A historiadora pontua que o imaginário republicano foi uma construção estabelecida por Augusto e postergada pelos júlio-cláudios, ou seja, era uma visão que os *principes* gostariam que fosse referendada. Assim, o que Tácito fez foi a representação de uma representação (FAVERSANI; JOLY, 2013a, p. 73).

Nossas considerações sobre o passado, através dos textos antigos, estão marcadas com nosso olhar do presente, ou seja, também são uma representação, o que acarreta mudanças no campo interpretativo da História. Desse modo, nosso *corpus* documental também passa por um processo de ressignificação. Cabe ressaltar que a comunicação escrita das nossas fontes restringia-se a uma certa camada da população, a aristocracia romana, visto que apenas uma pequena parcela tinha acesso à palavra escrita (GUARINELLO, 2013). Dessa maneira, essa ordem visava uma autodefinição específica que compunha parte de sua formação cultural, a visão sobre o poder e sobre o que era ser romano¹⁷.

¹⁶ Ver Burke (1997).

¹⁷ O processo de construção de identidade concerne questões muito além de diversidades culturais e

Por meio da obra *Anais*, podemos observar que Tácito tende a caracterizar cada imperador sob um certo prisma, por exemplo: Tibério era considerado cruel; Cláudio, ridículo; e Nero, incapaz¹⁸. Para a investidura de tais caracterizações, o autor utiliza recursos estilísticos¹⁹, buscando refletir as situações do Império como “era o estado das coisas”. Um estudo importante para verificar essas características estilísticas, literárias e discursivas é *Rhetoric in Classical Historiography*, de A. J. Woodman (1988), que discorre sobre a historiografia antiga enquanto gênero retórico ligado mais ao campo da Literatura que ao da História moderna.

Mediante o panorama de Woodman (1988), é perceptível a apresentação de Tácito enquanto um historiador político, pois ele trata de temáticas como tirania, moralidade, delação, despotismo, bajulação, traição, paranoia e jogos de poder, sendo consciente da transformação política e do processo de sucessão dinástica que envolveria autoridade e legitimidade tanto por parte do senado como do exército (CAMPOS, 2008, p. 23). Assim, Tácito enquadra-se enquanto historiador de seu tempo²⁰, pois seguia os parâmetros de sua época para tecer a estrutura de seus discursos, adequando-se ao que lhe seria útil e agradável em forma de uma obra de cunho oratório (SILVA, 2015, p. 74).

de relações de poder entre as sociedades do centro (Roma) e a periferia (províncias). É necessário ressaltar a existência de múltiplas identidades. Sobre o conceito de identidade, Jonathan Hall (1997) aponta que ela é socialmente construída e subjetivamente percebida. Ou seja, como afirma Sian Jones (1997), é uma autoconceituação pessoal que resulta da identificação pessoal e do grupo no qual se está inserido. Portanto, a identidade, não se restringe somente a laços de sangue, costumes, língua e território.

¹⁸ “The injury done to Rome by Tiberius was caused by his cruelty; his character as a profligate he reserved for Rhodes and Capri, and it is not stressed by Tacitus. Tiberius was at least an aristocrat and did not lower the dignity of the Roman name. Claudius, dependent on women and freedmen, and always slightly ridiculous, had none of this dignity; such a scene as the vulgar quarrel between Agrippina and Narcissus would hardly have been possible in household of Tiberius. Under Nero, who from the first shows coarseness and self-indulgence as dominant elements in his nature, Roman society generally sinks to the level of the most debased” (WALKER, 1960, p. 26-7).

¹⁹ “He (o historiador antigo) will argue that previous histories are biased, and that he, by contrast, will write without fear or favour [...] Tacitus deprecates an entire generation of historians to justify his own new attempt at the history of the early Empire.” (MARICOLA, 1997, p. 114-115).

²⁰ “O historiador não faz questão de se afastar da matéria narrada nem de deixar de opinar claramente a respeito daquilo que considera importante para o sucesso e o insucesso do império; e uma das maneiras de demonstrar a reconstrução histórica abarcando vários pontos e expressando sua visão é utilizando-se dos processos digressivos” (SILVA, 2015, p. 79).

2.2 As obras de Tácito

Existem certas dúvidas sobre qual seria a primeira obra de Tácito²¹. Silva (1974) e Silveira (1970) propõem que a ordem seria: *Diálogo dos Oradores*, *Vida ou Biografia de Agrícola*, *Germânia*, *Histórias* e *Anais*. Contudo, na visão de historiadores contemporâneos como Joly (2009), Rafael da Costa Campos (2008), Ricardo Nobre (2010) e Ygor Klain Belchior (2012), os escritos teriam a seguinte ordem: *Vida ou Biografia de Agrícola*, *Germânia*, *Diálogo dos Oradores*, *Histórias* e *Anais*. Nossa perspectiva de análise considera o *Diálogo* como o terceiro escrito, já que a obra foi dedicada a Fábio Justo (TAC., *Dial.*, I), cônsul somente em 102 d.C. e governador da Síria em 106 d. C. Joly (2009, p. 20) também aponta que a obra seria um elogio ao principado de Trajano, imperador apenas em 98-117 d. C.

2.2.1 *Agrícola*

A primeira obra de Tácito, *Agrícola*, data aproximadamente de 98 d.C., podendo ter sido publicada após a morte de Domiciano²². Não versa apenas a respeito de uma biografia tradicional²³; ela tange muito mais que a vida de seu sogro e é dividida em diferentes segmentos: etnografia da Britânia, dois discursos sofisticados e uma *laudatio funebris* – elogio fúnebre. Ela também representa a sobrevivência de um personagem, Agrícola, perante um mau imperador, Domiciano, e aristocratas que se beneficiaram de tal regime e conspiravam contra os homens “virtuosos”, que serviam a *res publica*, tratando-se também de um escrito político em um universo de disputas por poder cujo objetivo seria um instrumento dentro da competição intra-aristocrática de Roma pela glória (MARQUES, 2013b, p. 145). Ao terminar esse escrito, pronuncia: “Agrícola, narrado e transmitido para a

²¹ “Murgia (1980, p. 99-100) and Barnes (1986, p. 229-32) reckon the *Dialogus* Tacitus’ first work, written in 97, before the appearance of the *Agricola* and *Germania* in the next year. Others are willing to put it as much as a decade or more later. Many opt for 102, the *suffect consulship* of the dedicatee, Fabius Iustus – Güngerich (1980, p. 195-96), Kappelmacher (1932), Woodman (1975, 274-75) e Syme (1958, p. 670-73)” (LUCY, 1993, p. 11).

²² “O intervalo entre a morte [de Agrícola em 93 d.C.] e o pronunciamento desse discurso fúnebre explica-se, por um lado, pela ausência de Tácito em Roma à época da morte de Agrícola, e, por outro, pela morte de Domiciano em 96, circunstância política que permitiu a Tácito expressar seu ponto de vista sobre esse imperador quando se iniciava uma nova dinastia com Nerva, tendo Trajano como *socius imperii*” (JOLY, 2017, p. 536).

²³ Ver Goodyear (1970, p. 3-8) e Syme (1958, p. 19-29).

posterioridade, será sobrevivente – *Agricola posteritati narratus et traditus superstes erit.*” (TAC., *Ag.*, 46, 4). Assim, deseja que, através de seus escritos, Agrícola permaneça intacto, pois seus feitos foram registrados, bem como a si mesmo, por biografá-lo (FAVERSANI; JOLY, 2013b, p. 134).

A obra estaria dividida em: “registros dos homens ilustres (§ 1); tempos mais felizes (§ 2 e 3); Vida de Agrícola, sua origem, educação, carreira, aspectos de seu caráter (§ 4-9); governo de Agrícola na Britânia (§ 10-39); retorno de Agrícola à Roma (§40-44) e a sua “retirada na vida pública, o perigo enfrentado sob os tiranos, e sua morte com sugestão de envenenamento” (§ 45-46) (GOODYEAR, 1970, p. 3). Campos (2008, p. 17) acredita que a obra *Agrícola* marca o início do ressentimento de Tácito para com o senado, apontando aspectos positivos e negativos do Principado. Outra visão é apontá-la como um texto de propaganda dos novos tempos (de Nerva e Trajano) ou, ainda, como uma literatura política romana²⁴.

2.2.2 Germânia

A segunda obra *De Origine et Situ Germanorum*, mais comumente conhecida como *Germânia*, foi elaborada possivelmente em 98 d.C. e subdividida em duas partes: a) “descrição do ‘país’, povo, costume, crença e instituições” (1-27) e b) narração das tribos de forma individual, em que compara os valores destes povos com os romanos (28-46), (GOODYEAR, 1970, p. 8). Para Campos (2008, p. 17-18), a subdivisão teria quatro partes, a primeira trataria da localização geográfica da Germânia, as origens de seu povo, religião e recursos naturais; a segunda e terceira partes tratariam, respectivamente, da vida pública e privada dos germanos; e a quarta sobre as diferenciações entre germânicos e romanos. Faversoni e Joly (2013b, p. 138) discorrem que o autor antigo descreve a região como sendo diferenciada do restante do Império, que possui uma sociedade guerreira movida pela glória militar, por laços internos e reciprocidade entre comandantes e subordinados que não obtinham uma influência direta imperial como podemos

²⁴ “Com elogio de Agrícola Tácito simultaneamente faz uma apologia de um determinado comportamento político no Principado, representado por seu sogro, e faz uma auto-retratação, com o intuito de se inserir no novo principado que então se inaugurava, por ter aderido ao governo de Domiciano. [...] Tácito opera uma *damnatio memoriae* desse imperador ao mesmo tempo em que resgata a memória de seu sogro. Uma demonstração de *pietas filial* que, contudo, tem por objetivo último promover o próprio Tácito perante o novo principado” (JOLY, 2017, p. 536).

observar a seguir:

Para Tácito, é o sentimento de superioridade militar o que melhor caracteriza os povos germânicos: germano (*germanus*) seria equivalente a vencedor (*uitor*). Tal sentimento transcende os particularismos de cada povo (*gens*) que habita a Germânia, transformando-os em uma nação (*natio*). No discurso taciteano da *Germania*, a esfera militar aparece como ordenadora da comunidade nos seus aspectos políticos, econômicos e familiares. Guerra e política são indissociáveis, a primeira sendo pressuposto da segunda: a própria atividade política decorre da atividade guerreira. Nesse sentido, os germanos são apresentados como o inverso dos bretões, como caracterizados na *Vida de Agrícola*. Os bretões não são autóctones, mas apartados aos gauleses, que teriam invadido a ilha (*Agric.*, 11). Os germanos, pelo contrário, desenvolveram-se sem contato com outros povos (*Germ.*, 4). Também no tocante as riquezas, as regiões se opõem: enquanto a Bretanha tem ouro, prata e outros metais (*Agric.*, 12), na Germânia, de acordo com Tácito, isso foi negado pelos deuses e tais metais adentram na região apenas por trocas comerciais ou presentes (*Germ.*, 5). Por fim, assim como no caso dos bretões (*Agric.*, 12), a força guerreira dos germanos resiste na infantaria (*Germ.*, 6), mas enquanto os bretões são retratados como inclinados a serem vencidos pela falta de unidade, os germanos são representados como resolutos, pois a honra depende da guerra (*Germ.*, 6). É através da demonstração de seu valor militar, o não abandono do campo de batalha, que o indivíduo tem acesso aos ritos religiosos e às atividades políticas da comunidade. Para essas últimas, a posse de armas é inclusive um pré-requisito. Na assembleia a aprovação das propostas encaminhadas pelos chefes se dá pela aclamação das armas (*Germ.*, 11,6). Ademais, é o pai quem decide se o filho está apto a tornar-se um guerreiro. Sem armas não há honra e reconhecimento do jovem como membro da comunidade. Por sua vez, quando já integrado, cabe ao jovem compor um séquito militar, o *comitatus* (JOLY, 2017, p. 538-539).

Encontramos também em *Germania*, uma crítica cultural e política à moralidade romana imperial, na qual há a contraposição entre romanos e germanos, no que seria um “espelho crítico” (JOLY, 2004, p. 41). O trabalho de Tácito para compor esta obra, segundo Silva (1974), teria sido o de documentação, “recolhendo todas as notícias de César, de Plínio, o Velho, de outros ainda, de viajantes, certamente de Agrícola, talvez mesmo de sua própria experiência” (p. 12). Desta forma, podemos observar seu cuidado para a obtenção e o tratamento de diferentes fontes.

2.2.3 O Diálogo dos Oradores

Acerca da autoria da terceira obra, *O Diálogo dos Oradores*, há, ainda, discordâncias²⁵. José Maria Almeida (1852, p. V-X) pontua que, até 1468, os historiadores possuíam muitas incertezas quanto a essa questão, atribuindo-a a

²⁵ Ver Barnes (1986, p. 231) e Rutledge (2012, p. 63).

Plínio, o Jovem, a Quintiliano e a Tácito a fonte. Contudo, após a descoberta de edições da época de Leão X (1513-1521) que continham a frase “*Cornelii Taciti Equitis Romani Dialogus de Oratoribus Claris*”, diminuíram-se as dúvidas sobre quem teria sido o escritor (ALMEIDA, 1852, p. IX).

O *Diálogo* provavelmente foi escrito no ano de 102 d.C., segundo Tácito, a obra é fruto de um possível questionamento de Justo Fábio²⁶ acerca da ausência de oradores em sua época (Principado), em relação à expressividade numérica dos eloquentes na República. Também interroga sobre o porquê de os profissionais dessa área, naquele momento, não conservarem o título de “oradores”, mas a eles ser atribuído o título de “advogados” ou defensores. Tácito justifica que a melhor resposta para tal indagação seria a narração de um diálogo que ouviu quando jovem (74-75 d.C.) envolvendo quatro oradores, Curiáceo Materno, Marcos Apro, Júlio Segundo e Vipstano Materno. Mas, como afirma Timothy Barnes (1986, p. 232), a oratória seria sucetível ao declínio? Ela diminuiria sua ação? Por que declinara?²⁷.

Discute-se recorrentemente a possível data de divulgação da obra, uma assunção que é baseada em comparações estilísticas e em certas marcas presentes no texto, como a menção ao ano em que Justo Fábio teria sido cônsul²⁸. Questões como essa tornam-se fundamentais para compreender o momento em que Tácito vivia e o porquê de ter ressaltado determinados eventos em detrimento de outros (BARNES, 1986, p. 229). Cabe ressaltar que os oradores envolvidos na conversa já estariam falecidos no período da divulgação da obra (KENNEDY, 1972, p. 519). É interessante também problematizar que, ao “dar voz” aos personagens, além de demonstrar sua influência por poder conviver com tais expoentes (como aluno e testemunha), também se exime das responsabilidades dos argumentos apresentados²⁹ (RUTLEDGE, 2012, p. 62).

A respeito do título de advogado, devemos destacar as diferenças entre ser orador e defensor. O primeiro era um atributo de prestígio: aqueles que o detinham deveriam versar em diversas áreas (CIC., *De Orat.*, I, 35-44), e tinham em seu poder

²⁶ Os nomes dos principais personagens estarão no glossário de Antropônimos.

²⁷ “What is the Dialogus about? That may seem a perverse question: does the opening sentence not state the subject plainly as the decline of oratory?” (BARNES, 1986, p. 232).

²⁸ Essa data torna-se importante pois a obra foi dedicada a ele (BARNES, 1986, p. 229-230). Cf. Rutledge (2012, p. 64).

²⁹ “The literary imitation is deliberate, and in both cases the writer can create an effective dramatic dialogue between people who were conveniently dead at the time of publication” (KENNEDY, 1972, p. 519).

a ação política durante a República (o que debateremos no capítulo 5). O “advogado”, por sua vez, seria o homem que “conhece o direito, que sabe a fundo as leis, os costumes, as regras processuais, o repertório da ‘jurisprudência’, conjunto dos precedentes a que em determinados casos se pode referir para inocar a autoridade da analogia, da tradição” (MARROU, 1975, p. 443-444). Uma possível interpretação é Tácito tentando discutir diversos aspectos da sociedade, não somente a educação como também o “fazer político”, as atitudes de patronato e de como os tribunais estavam reorganizando-se no período dos imperadores.

A fonte apresenta uma introdução sucinta subdividida em quatro partes (TAC., *Dial.*, I, 1-4), a seguir, aborda três discussões sistemáticas³⁰, que, apesar de denotar pontos de vistas distintos, não desenvolvem interrupções entre os oradores – não existe quebra de ideias. Cada eloquente evidencia da melhor maneira suas perspectivas através de argumentos pontuais. O final é pronunciado em sucintas dez linhas (TAC., *Dial.*, XLII, 1-2), que nos levam a diversos questionamentos, os quais iremos debater na seção 5.2.

Como já mencionado, a obra tem início com Justo Fábio propondo a *questio* do possível “declínio” da eloquência dos oradores de sua época (TAC., *Dial.*, I, 1). A resposta de Tácito consiste em relatar uma conversa que teria ouvido, enfatizando que não será necessária inteligência, mas memória, pois apenas irá relembrar a fala dos grandes homens de seu período (TAC., *Dial.*, I, 3). Ao exaltar tais personagens, utiliza o argumento de autoridade e, ao mesmo tempo, emprega um artifício retórico conhecido por *inumendio*, em que transfere suas opiniões (responsabilidades) para outros interlocutores.

O relato do episódio narrado é introduzido mediante a chegada de Marcos Apro e Júlio Segundo à casa de Curiáceo Materno a fim de repreender este último sobre alguns trechos da tragédia intitulada *Catão*, cuja leitura havia proferido no dia anterior (TAC., *Dial.*, II, 1). A advertência é pautada na possível ofensa que causaria a membros da corte de Vespasiano (RUTLEDGE, 2012, p. 63). A contextualização histórica, neste aspecto, é importantíssima: no período, as acusações de delação eram frequentes³¹. Assim, mediante os argumentos dos amigos, Materno decide

³⁰ Retórica e poética e suas respectivas dignidades (TAC., *Dial.* V – XIII); retórica antiga *versus* a moderna (TAC., *Dial.*, XVI – XXVII); “decadência” da oratória (TAC., *Dial.*, XXVIII – XLI).

³¹ Citamos como exemplo do receio, a falta de *libertas*, quesito que configurava a “natureza

revisar seu texto (TAC., *Dial.*, III, 3).

Tácito, ao citar a visita dos oradores a Materno, quer debater sobre os méritos que a retórica e a poesia proporcionavam. Apro questiona Materno sobre o porquê da dedicação do orador às tragédias ao invés das causas judiciais, visto que ser um eloquente agregaria a si uma significativa função social e política, entre cujas consequências estavam obter laços de amizade, ser reconhecido e obter fama, prazer e alegria³² (TAC., *Dial.*, III-VII). Steven Rutledge (2012, p. 66; 72) afirma que esse personagem deve ser considerado um homem consciente de seu tempo e que sabia da importância das relações sociais que deveria construir, frente ao seu posicionamento ao momento político. O *Diálogo* continua com Apro afirmando que a poesia tem um caráter efêmero e cujas vantagens também são efêmeras, sendo, assim, uma profissão infeliz³³ (TAC., *Dial.*, IX).

Materno passa a defender a poesia e aponta críticas sobre o emprego da oratória, sobretudo ao tecer seus argumentos sobre a deterioração dos costumes. Para ele, as motivações da eloquência eram utilitaristas e materialistas, tornando-a sanguinária, motivo pelo qual teria dela se afastado (TAC., *Dial.*, XI-XIII). Rutledge (2012, p. 70) pontua que Apro e Materno representariam esse choque de mundos, cada qual enxergando sob ângulos diferentes o momento em que viviam. É perceptível estar aí refletida uma mudança dentro do campo de atuação do orador, contudo, não se afirma se essa mudança seria boa ou ruim. Essa transformação baseia-se em um *topos* historiográfico, tanto na concepção de “declínio” como a respeito do próximo tópico da conversa: os antigos constituírem-se como superiores aos homens de seus tempos (BARNES, 1986, p. 232-233). Esse segundo *quesito* (TAC., *Dial.*, XV, 1) é apresentado no diálogo com a chegada de Vipstano Messala à casa de Materno. Messala toma a posição de defesa da oratória antiga (TAC., *Dial.*, XIV-XVI), a pedido de Materno, e Apro, a defesa do estilo dos modernos.

Interessante pensarmos na argumentação de Apro. Ele advoga que as

repressiva do Principado” (RUTLEDGE, 2012, p. 64).

³² “Poderia, ao mesmo tempo, iniciar e começar amizade, atrair províncias inteiras [...] a mais digna de todos, a melhor para da forma na cidade, a de maior ilustre no que respeitar a ser conhecida de todo o império e de todos os povos – *oratoriam, qua parere simul et tueri amicitias, adsciscere necessitudines, complecti provincias possit* [...] *dignitatem amplius vel ad urbis famam pulchrius vel ad totius imperii atque omnium gentium notitiam illustrius excogitari potest*” (TAC. *Dial.*, V, 3).

³³ “Nem trazem a seus autores qualquer dignidade, nem produzem seja o que for de útil, dar de si um prazer breve, uma glória imune e infrutífera – *neque dignitatem ullam auctoribus suis conciliant neque utilitates alunt; voluptatem autem brevem, laudem inanem et infructuosam*” (TAC. *Dial.*, IX, 1).

“coisas”, momentos e pessoas do presente não estariam relacionados a um patamar de inferioridade e aponta que as falhas dos antigos seriam exaltadas, mesmo quando depreciativas (DOMINIK, 1997, p. 50). Para Apro, o “produto atual” seria de boa qualidade, mostraria um refinamento e uma sofisticação que refletiam as transformações decorrentes do novo contexto³⁴ (TAC., *Dial.*, XVI-XXIII). Assim, afirma haver uma mudança dentro da “dinâmica sócio política³⁵” em que viviam (RUTLEDGE, 2012, p. 78).

Neste aspecto, acreditamos que as críticas exercidas pelos oradores durante o período imperial, ao serem veladas, exigiam um maior manejo e uma reestruturação acentuada por parte dos eloquentes para que estes não transparecessem seus posicionamentos. No caso do *Diálogo*, Tácito visa “descartar o *topos* de que o passado é superior ao presente, contido no *topos* do declínio da eloquência. Relacionada a este ponto, por sua vez, está a proposta de uma ética política, adequada ao Principado” (JOLY, 2017, p. 543). Assim, na obra, Apro retoma sua argumentação problematizando: o que seria antigo ao longo do curso da história? (TAC., *Dial.*, XVIII). Nessa perspectiva, Apro cita como exemplo Cícero, pergunta se esse seria antigo ou moderno. Caso fosse contemporâneo, lança a questão: tal eloquente deixaria de ser um grande orador? (LUCÉ, 1993, p. 15).

A terceira grande discussão se desdobra da anterior: quais os motivos para o ensino ter se modificado? Messala responde que a transformação é pautada pela mudança “cultural e educativa³⁶” (TAC., *Dial.*, XXVIII, 1; XXXV, 5). Para o orador, haveria uma nítida fronteira entre os eloquentes do passado e os contemporâneos. Os antigos seriam portadores e detentores de diversas áreas, como a filosofia, a história, a literatura, a ciência, o direito, a geometria, a música e a gramática. Eles aprenderiam seu ofício no foro e no senado, perto dos maiores eloquentes de sua

³⁴ “In the view of Aper, the audience now was more sophisticated and knowledgeable, with some training in the rudiments of rhetoric (*Dial.* 19. 5), and therefore demanded a vivid, ornate, epigrammatic style instead of the homoiological, unadorned style of a figure like Cicero (20. 1-5). The preference for the post-classical style among orators represented an improvement in aesthetic standards, not a decline (19. 1). Aper praises the elegance of the modern type of oratory (19.5, 20.2-6, 21. 3, 23. 6) and criticizes specific flaws in earlier styles (21. 4; cf. 22. 3). The new style was more graceful, elegant and attractive, as preferable over the old style as a house of marble and gold is over one made of stone and bricks (20. 6-7)” (DOMINIK, 1997, p. 53).

³⁵ “The changed political reality of the principate has transformed the socio-political dynamics” (RUTLEDGE, 2012, p. 78).

³⁶ “The chief cause of the decline, in Messala’s view (28.1-35.5), is cultural and educational: he outlines both the careless way young children are now brought up in the home and the defective manner of educating them when they go to school” (LUCÉ, 1993, p. 15).

época, ou seja, em um mundo real.

Para Messala, o ensino na “modernidade” seria permeado de ficção, pois aprendiam em salas de aula com um público ignorante, seus pares, ou seja, os demais alunos inexperientes. Em vão discorriam sobre assuntos que não tangenciavam questões próprias da vida, principalmente sobre a política e reafirma que o máximo de apreensão eram truques retóricos (LUCE, 1993, p. 15; 20).

Contudo, existe uma problematização sobre o que era esse ensino do “passado”. A imagem do orador tecida conforme descrevemos aqui deriva das próprias obras ciceronianas. Messala tenta transformar uma descrição, da qual talvez somente o próprio Cícero tenha se aproximado, como um estado em que os antigos permaneciam³⁷. Torrey James Luce (1993, p. 21) aponta que Messala destaca que o ensino era conduzido nas escolas, mas que o hábito republicano do ensino informal na casa dos eloquentes e com conversas privadas continuaram, como mostra o próprio *Diálogo* (II, 1) em que Tácito é ouvinte dos grandes eloquentes de seu tempo.

A argumentação final sobre a temática dos motivos do declínio consiste nas circunstâncias e nas situações políticas que os oradores vivenciavam naquele momento histórico (TAC., *Dial.*, XXXVI, 1; LXI,5). A partir do contexto exposto, podemos fazer vários questionamentos: Materno afirma que a oratória floresce em períodos turbulentos (de ameaça interna e externa), como no tempo de Cícero. Porém, não deixa de afirmar que a preguiça dos estudantes, o descaso, a negligência e a ignorância dos professores não são as causas, mas os sintomas dessa “decadência” (TAC., *Dial.*, XXXVI). Nessa linha de pensamento, abordar o contexto em que eles estariam vivendo é fundamental. A tranquilidade e a segurança são colocadas em paralelo, e, dessa relação, surge a questão: até que ponto eles estavam dispostos a pagar o preço da falta de *libertas*?

³⁷ “His description of education in Cicero's day derives chiefly from Cicero's own writings, especially the *Brutus* and the *De oratore*; however, what Cicero describes there is an ideal, not what education was in fact like in his time (it goes without saying that Cicero believed that he himself came closest to realizing this ideal). Many of Cicero's speakers in the *De oratore*, including Antonius and even his brother Quintus (1.5), to whom the work is addressed, doubt that such wide accomplishments are really necessary, much less possible. And rassus, who speaks for Cicero, and even Cicero himself in the prefaces to the first two books of the *De oratore* 2.5-7) concede that few have the drive or the ability to acquire such broad learning. Tacitus thus has Messala convert Cicero's sketch of an ideally educated orator into a description of the actual educational attainments of the age as a whole” (LUCE, 1993, p. 20-21).

É necessário lembrar que os oradores eram detentores de uma honra e um mérito incalculável³⁸. Assim, Tácito estaria se incluindo nessa perspectiva de que o presente era repleto de apenas “advogados”? Apro, interlocutor da defesa dos contemporâneos, é retratado com uma dimensão diferenciada no *Diálogo*, é o que mais possui “falas”. Dessa maneira, é possível pensar: por que Tácito dedica praticamente um terço do *Diálogo* a esse debate de modernos *versus* antigos? Para alguns historiadores, o autor tem como certo o declínio oratório, mas, se este fosse tão evidente, por que “dedicar um espaço [tão amplo] a argumentos que não se sustentariam? (LUCE, 1993, p. 20).

Os senadores exerciam a política de forma aberta na República, porém, durante o governo dos imperadores, vivenciaram a retirada de forma abrupta e coercitiva de seu poder irrestrito e universal de gerenciamento da *res publica*. Os aristocratas, nesse novo contexto, poderiam ser assassinados, o que antes era “impensável”, pois eram figuras “intocáveis”. Essa pode ser considerada uma visão retrógrada (ver seção 3.1.2.2), assim como considerar a política romana durante o Principado como fluida aos deleites e desmandos do príncipe – imagem que, após estudos pós-colonialistas³⁹, passa a ser mensurada por outras perspectivas.

Dessa maneira, pensamos: como e a que preço era necessário esse rearranjo político? Segundo diversas perspectivas historiográficas, Tácito poderia ser considerado “conformado”. Tais fontes afirmam que ele acreditava que o Principado era um “mal necessário”, e que apenas lhe restaria a esperança que o próximo governante fosse “bom”. No entanto, ainda persistia uma marca de pessimismo até quando “bons” imperadores iniciavam um governo, pois poderiam os regentes, à medida que governassem, tornar-se tiranos da maneira mais cruel.

Para refletirmos essa mudança educacional e política, observamos Materno,

³⁸ “Ao longo dos séculos, uma ordem sociopolítica havia se estabelecido na Roma republicana, caracterizada pelo governo coletivo de uma aristocracia: uma ordem política, anacronicamente denominada pela maioria dos estudiosos de ‘Estado’, garantiu uma ampla distribuição de poder entre a classe superior por meio de cargos assumidos temporariamente e de procedimentos para sua indicação e controle. Ao mesmo tempo, as estruturas políticas produziram a noção de uma diferença fundamental entre duas esferas sociais: por um lado, havia a arena “pública” que dizia respeito a cada cidadão (*res publica*), na qual o poder era assumido por rodízio, e, por outro – e separada dele – havia a esfera doméstica, a *domus*, em que o cidadão como indivíduo “privado” permanentemente governava seus dependentes. A estratificação social tomou a forma de uma hierarquia que estava intimamente ligada a estruturas políticas. Honra e status resultavam de funções políticas anteriormente desempenhadas. Os cargos políticos, portanto, significavam honra social: o termo latino *honor* significa ambos, ao mesmo tempo” (WINTERLING, 2012, p. 7-8).

³⁹ Ver Mendes (2010, p. 7-8) e Garraffoni; Funari; Pinto (2010, p. 11).

que pontua que, se os seus antecessores vivessem no momento atual da discussão, não seriam tão reconhecidos. Isto porque, segundo o personagem, eles não teriam tantos embates a desenvolver no foro, pois, em períodos conturbados, como os de guerra civil, a eloquência floresceria por questões de crises internas. Contudo, mostra-se favorável a esse momento de “*pax*” interna – mesmo que permeado de querelas familiares, que perduram com subornos e delações. Nessa fala de Materno, percebemos duas possíveis interpretações. Uma delas é que os antigos só teriam sido grandes porque viviam momentos conturbados, o que contribuía para o florescimento de embates, inclusive na oratória. Outra, que a *libertas* teria um preço calcado na *pax* e em sua gerência, ou seja, o Principado seria um “mal” necessário. Caso houvesse o questionamento desse sistema – a forma pela qual se geria o “Estado” – o risco poderia ser eminente. Dessa forma, a *moderatio* era fundamental à sobrevivência.

Existe a tentativa de inferir possíveis posições que Tácito representaria no *Diálogo*. Esses debates partem de “convenções de estilo, gênero e forma da análise do declínio da oratória e da literatura no primeiro século” (LUCE, 1993, p. 17). Nessa perspectiva de análise, atribuem que Tácito seria representado pela voz de Materno⁴⁰, pois ambos teriam se afastado dos fóruns. Materno teria se aproximado da poesia e Tácito, da historiografia (KENNEDY, 1972, p. 518).

Um estudo relevante para compreensão dos personagens do *Diálogo* é o de Barnes (1986, p. 238-244), em que Materno é entendido como herói e “mártir da liberdade”, pois teria sido silenciado e morto, motivado pela sua ousadia. Dessa forma, percebemos uma possível comparação entre as obras: assim como Agrícola fora assassinado devido às suas virtudes morais, Materno igualmente era imbuído desses *mores*, seria esse herói. Dessa maneira, Tácito, ao descrever tais expoentes, acaba por se aproximar desses “expoentes”, colocando-se junto a eles – um debate que apresentaremos no capítulo 3.

O papel de Apro, durante muitos anos, foi interpretado sobretudo como o de “advogado do diabo”. Porém, debates historiográficos recentes⁴¹ colocam-no como

⁴⁰ Posição contrária podemos observar em Klingner (1961). Para tal debate, ver Luce (1993, p. 25).

⁴¹ “In an article of 1975 Deuse set out the dilemma more clearly and faced its implications more forthrightly than any of his predecessors. For Deuse it is highly significant that Maternus interrupts Messala's rejoinder to Aper, since an impasse has been reached and feelings are running high. This is done, Deuse argues, because Tacitus wants to illustrate that discussions of aesthetic preference are

um agente relevante para construir a argumentação equiparada, por ser um personagem que congrega a tradição retórica⁴². Diversos são os trabalhos que comparam Messala aos personagens de Cícero⁴³ ou com a “voz” de Quintiliano⁴⁴. Na obra, ele não é rechaçado, pelo contrário, Tácito realça sua “voz” através de artifícios retóricos para tentar convencer o leitor sobre a qualidade dos oradores antigos (LUCE, 1993, p. 17-18). Igualmente, Apro também representa o contraponto, mostraria as habilidades dos eloquentes modernos e seria delineado como fiel aos ideais que defendia.

Ao final do *Diálogo*, fica evidente, para muitos autores⁴⁵, a opinião de Tácito sobre seu provável posicionamento: que teria havido, sim, uma transformação na oratória (TAC., *Dial.*, I). Para desvendar tal inquietação (possível decadência), ressaltava diversos motivos para uma possível mudança por meio de seus interlocutores (TAC., *Dial.*, XXVIII). Para Christopher Berg (2012, p. 195), *O Diálogo* representa um “documento que mostra as interferências sócio-culturais sobre a oratória imperial” e exerce uma força e uma convicção pautadas em argumentos sólidos e multilaterais, o que demonstra, além do equilíbrio argumentativo (em conformidade com o que era norma historiográfica na época), também uma erudição profunda.

2.2.4 As Histórias

A primeira obra de pesquisa histórica de Tácito foi *Histórias*, composta por 5 livros com 26 capítulos incompletos, publicada provavelmente entre 110-113 d.C. O autor narra a guerra civil e a dinastia dos Flavianos, ou seja, a primeira grande crise

subjective and emotional. Why eloquence has declined lends itself to rational analysis; whether it has declined does not. Thus we find no real rebuttal to Aper's thesis. Maternus cuts off Messala's rejoinder and moves the discussion at once to the causes of decline. Deuse concludes, first, that Tacitus, who was convinced of the decline of oratory, must necessarily present an ambivalent picture of a man who defends the merits of contemporary eloquence, and, second, that when a person is convinced of the superiority of modern rhetoric, rational discussion and a conclusion logically arrived at are not possible. This, for Deuse, is what Tacitus is trying to convey in dramatic terms in the *Dialogus*” (LUCE, 1993, p. 19-20).

⁴² “Charging one's opponent with not believing in his case has a long and honorable pedigree in ancient rhetoric. Cicero uses it against opponents on a number of occasions. It is a rhetorical ploy to unsettle one's opponent and make his case seem weak” (LUCE, 1993, p. 18-19).

⁴³ Na obra *De oratore*, seria Antônio, e, em *De re publica*, Furios Filos.

⁴⁴ Ver Brink (1989, p. 484-488), Luce (1993, p. 17) e Quintiliano (*Inst. Or.*, 10. 1. 122).

⁴⁵ Ver Goodyear (1970, p. 12-16) e Luce (1993, p. 18-30).

do sistema imperial, em 68 d.C. durante o segundo consulado de Sêrvio Galba e a morte de Nero, as inconstâncias militares, o caos durante a guerra civil, a voz dos exércitos, bem como a falta de lealdade entre os comandantes e as legiões), estendendo-se até 96 d.C., com o fim do Principado de Domiciano. Contudo, os fragmentos a que temos acesso no presente vão de 69 d.C., ano dos quatro imperadores, até o início do ano 70 d.C., na vitória romana contra a revolta do povo da Judeia. Após a morte de Domiciano e ascensão de Nerva, Tácito revela que poderia escrever de forma “segura” (Ag. III, 1) sobre este último período. Joly (2014) o descreve da seguinte forma:

Logo no começo das *Histórias* (1, 2), Tácito segue um trajeto da Ilíria à Gália, Bretanha, o Danúbio, a Dácia e a Síria. Mais à frente (1, 8), quando se refere às forças militares, cita sucessivamente Espanha, Gália, Germânia, Bretanha, Ilíria, Síria, Judéia, Egito e África. No restante da obra, sequências semelhantes voltam a aparecer, indicando um certo padrão. Na interpretação de Pomeroy, é como se Tácito concebesse uma volta em torno do Mediterrâneo (Espanha, Gália, Germânia, Bretanha, Ilíria, Síria, Judéia, África), seguida por duas linhas-tronco, uma ao norte, ao longo do Danúbio (Récia, Nórico, Trácia), e outra através da Itália, de norte a sul. A sequência apresenta o desenvolvimento do conflito civil, desde as províncias onde teria eclodido até aquelas onde encontrou seu fim. A visão do Império, como um conjunto de províncias, se mostra aqui como decorrência da guerra civil, a qual atravessou no Oriente e Ocidente (JOLY, 2014, p. 46).

2.2.5 Os *Anais*

Como aponta Marques (2002, p. 99), os *Anais*⁴⁶ representam a maturidade intelectual de Tácito, possivelmente escritos nos principados de Trajano ou de Adriano. Descreve o período Júlio-Claudiano, apresentando o caráter dos imperadores e como estes são determinantes para “deterioração” da moral e a evolução do Principado. Sobre a temática da obra em questão, existem problematizações que envolvem o porquê de Tácito escolher abordar essas dinastias, ao invés de relatar o governo de Trajano – o que havia prometido fazer no prefácio de *Histórias*, bem como em *Agrícola* (2, 3) –, e o porquê de ter recuado em sua narrativa, visto que parecia estar em êxtase, celebrando a *libertas* renovada. As respostas prováveis são: Tácito teria uma postura mais cética em relação a Nerva e

⁴⁶ Os *Anais* além de constituir o nome da obra é uma forma de escrita historiográfica “no qual os acontecimentos são dispostos em ordem estritamente cronológica por ano, começando com a eleição dos cônsules de Roma, que tomavam pose em 15 de março” (MARQUES, 2017, p. 481).

Trajano e/ou buscava compreender os mecanismos de estabelecimento do Principado, que culminaram na guerra civil de 69 d.C. e na realidade política em que ele próprio vivia (MARQUES, 2002, p. 99). Destacamos também o debate da transferência de poder ao imperador como podemos observar a seguir:

Com essa inter-relação entre historiografia e regime político, Tácito indica que o imperador redefiniu a escrita da história no sentido de que, a partir do Principado, todas as narrativas passaram a estar influenciadas pela relação pessoal entre o *princeps* e os historiadores. Os termos *adulatio* e *adsentatio* apontam que se tende a adotar versão dos fatos esposada pelo objeto da adulação, isto é, o imperador, de modo que a *auctoritas* do *princeps* impõe a versão que o mau historiador acaba por transmitir. Ao apresentar tal crítica, Tácito se coloca como capaz de superar tal relação de animosidade ou adulação frente aos imperadores e oferecer uma narrativa cuja a autoridade repousa na própria capacidade de escrever como se estivesse fora da estrutura de dominação do Principado. Reconhece que seu *cursus honorum* desenvolveu-se sob os imperadores, de Vespasiano a Domiciano, mas que isso não o impedirá de narrar *sine ira et studio*, como se não tivesse sido beneficiado ou injuriado por qualquer um deles. Trata-se de uma confissão retórica de autonomia, que representa uma garantia de verdade (JOLY, 2017, p. 546).

O que nos chegou preservado da obra *Anais* são os livros I-IV, começo do V, o VI, metade do XI e dos livros XII até a metade do XVI. A teoria das hêxades, elaborada por Syme (1958, p. 686-687), referenda que a fonte seria constituída de 16 livros, divididos em 3 grupos de 6 livros cada (I-IV Tibério; VII-XII Calígula; XII Cláudio; e XVIII Nero). Goodyear (1970, p. 17-21) é contrário a essa segmentação, acreditando que *Anais* se findaria no livro XVI, posição que adotamos nesta dissertação. Em virtude dessa fragmentação, não possuímos uma continuidade de Tibério a Nero, o que dificulta a análise da narrativa, pois Tácito construiu diferentes posturas com estilos e temas para cada imperador.

Tácito aborda, de forma complexa, a presença das traições, adulações e falsidades através da personalidade dos imperadores, buscando, por meio destas obras (*Histórias* e *Anais*), fazer um relato do poder, de Tibério a Domiciano. Na obra *Anais* (XI, 24), consta o discurso atribuído por Tácito a Cláudio (*Ann.*, 11, 23-4), cujo original está preservado em uma inscrição⁴⁷ na cidade de Lyon, na França. Esse

⁴⁷ "A speech of the emperor Claudius has been partly preserved on bronze at Lyons in France, and a comparison of Tacitus' version at *Annals* 11.24 shows that he was familiar with it. One of the most interesting features of the texts is that, while Tacitus is referring to Claudius' speech, Claudius himself refers to the speech of Canuleius at *Livy* 4. 3. 2-5. 6. That Tacitus knew of the emperor's reference is not certain but very likely, since Tacitus opens his version of Claudius' speech with these words"

documento arqueológico/epigráfico é fundamental, pois até 1984 era o único caso noticiado de um texto original preservado e reproduzido por um historiador na Antiguidade⁴⁸. É perceptível o cuidado retórico de Tácito: mesmo em meio à “confusão argumentativa” do discurso de Cláudio encontrado na inscrição, Tácito “reduz drasticamente o discurso, rearranja os argumentos e reforça alguns argumentos” (GOODYEAR, 1970, p. 39).

Também deve-se considerar o descontentamento de Tácito ao ter que relatar alguns acontecimentos que, para ele, não seriam de todo dignos e glorificantes (*Anais*, IV, 32). Com esse artifício de justificar sua temática, busca dar credibilidade a seus escritos, apontando seu cuidado com as fontes. É importante o uso do termo *fides* pelo autor, no qual indica a qualidade de seus relatos (TAC., *Ag.*, 10). Ao escrever *Anais* sobre os principados de Augusto a Nero, antecipa-se, no intuito de retirar de sua escrita qualquer vestígio de partido ou rancor. Age dessa forma porque busca distanciar-se dos relatos existentes em seu período, nos quais notava adulterações, pois eram permeados de sentimentos recentes de medo ou de ódio aos imperadores (TAC., *Ann.*, I, 1). Partindo da complexidade, da erudição da língua latina e dos diversos significados que as obras de Tácito abordam, podemos observar uma escrita persuasiva, que demonstra um manejo de fontes que atravessa diversas estilísticas, as quais debateremos no próximo capítulo.

(KRAUS; WOODMAN, 1997, p. 99).

⁴⁸ “Until very recently the Claudian speech and Tacitus’ version thereof constituted the only case where an original document could be compared directly with Tacitus’ text. But the startling discovery of new inscriptions in Spain has transformed the scale of our evidence almost overnight. The so-called *Tabula Siarensis* records decision taken by the senate late in A.D. 19 to honour Germanicus on his death. The last few lines of the inscription overlap with the first few lines of the *Tabula Hebana*, which has been known to scholars for fifty years; but the bulk of the new inscription was unknown before its publication on 1984 and was thus unavailable to the two modern commentators on Annals 2, chapters 82-4 of which deal with the aftermath of Germanicus’ death. Even more remarkable, however, is the discovery in Spain of a copy of senate’s decree on the elder Piso’, which resulted from the trial of Cn. Calpurnius Piso for treason in A.D. 20. Tacitus’ account of the trial is found early in Annals 3 (7-19) and, like his account of the relationship between Piso and Germanicus in Annals 2 (55-8, 69-81), may be compared with the official version of events which the inscription records” (KRAUS; WOODMAN, 1997, p. 99-100).

3 A construção da narrativa de Tácito

“A memória, ao mesmo tempo que nos modela, é também por nós modelada” (CANDAU, 2014, p. 16).

Neste capítulo, discutiremos os conceitos de identidade e memória como elementos integrantes para compreender a construção narrativa de Tácito, e o que ele prolonga, inclui e/ou deixa de mencionar em sua obra. Elencaremos alguns dos aspectos pessoais e políticos que influenciaram a vida do autor, membro de um dos grupos de “elite”, senador equestre, de maneira a observarmos quais possíveis posições Tácito buscou inserir em suas obras, tendo consciência de que, ao optar por narrar determinado evento, criou um mundo aparente em que, através da seletividade de imagens de seus personagens, clareou-os, apagou-os ou obscureceu-os a fim de expressar seus próprios posicionamentos (LUCE, 1993, p. 29).

A escolha da temática deste capítulo advém da proposta de que a “‘identidade romana’ e a mudança social têm correlação particular no presente¹” (HINGLEY, 2005, p. 14). O conceito de identidade, hodiernamente², difere daquele forjado na Antiguidade Clássica. A concepção, no mundo antigo³, alinhava-se aos moldes que formavam o “ser romano”, o “homem ideal” que deveria possuir *virtudes*, base da construção de sua identidade. Tais atributos não eram estagnados, passavam por processos de construção, decadência, rupturas, apropriações e articulações para seu regresso e reavivamento (MARQUES, 2013b, p. 42).

Ainda na mesma perspectiva da repercussão do passado em nossa realidade, faz-se importante destacar que, na medida em que se estuda a Antiguidade, também está em jogo o contexto vivido pelo historiador, uma vez que estamos

¹ “‘Roman’ identity and social change have a particular resonance at the present time” (HINGLEY, 2005, p. 14).

² “Em nosso mundo atual, reconhece-se uma necessidade premente de definições sociais; a crise das identidades tradicionais está sendo gerada pelo contexto da globalização, pelo fim da bipolaridade política da Guerra Fria, pela ascensão do terrorismo sem fronteiras e pelo crescimento da imigração de egressos dos países em desenvolvimento para a Europa e os Estados Unidos. Assim, acentua-se tanto as diferenças como também as semelhanças econômicas e culturais, e, como resposta, busca-se a construção de novas identidades, mais fragmentadas e que podem se acumular dentro de cada indivíduo” (MARQUES, 2013b, p. 42).

³ Recorte histórico-temporal do período de expansão romana – relatos de cooptação desde o século II a.C. (ver Virgílio, Eneida I, 16-26).

inseridos em um âmbito mais amplo, um passado do qual somos “herdeiros”⁴ em aspectos culturais, políticos, econômicos e sociais. Assim, buscamos compreender alguns dos mecanismos e produtos das construções de memória social daquele período, a partir de um recorte das leituras das obras de Tácito.

A discussão sobre a natureza do “ser romano” é permeada por muitas releituras ao longo do estudo historiográfico: Marques (2013b, p. 43-44) destaca que o debate caracterizou-se, primeiramente, em uma esfera de perspectiva jurídica⁵ de direitos e cidadania (MOMMSEN, 1962, orig. 1902) e, posteriormente, em uma esfera com a inclusão da *humanitas* (HINGLEY, 2005, p. 75). A segunda ramifica-se em duas abordagens: a difusão da cultura romana⁶, em que a aristocracia imperial e as elites locais forjavam uma identidade comum, no intuito de promover estabilidade entre romanos e provinciais e o conhecimento do latim e do grego, enquanto veículo de comunicação dentro do império (HINGLEY, 2005, p. 49-51).

Partindo dessas ideias, Marques (2013b, p. 45) propõe um modelo⁷ diferenciado: para ela, o “ser romano” envolveria diversos segmentos sociais, não havendo passividade entre as camadas sociais e/ou dos povos provinciais. Porém, é perceptível que a construção dessa identidade era um instrumento da elite. Esse estrato elaborava as narrativas⁸ e, assim, permeava seus “anseios, interesses e expectativas” (MARQUES, 2013b, p. 39), que acabavam sendo aqueles preservados

⁴ “Não estamos afirmando, com isso, que há uma linha direta entre o passado romano e nosso cotidiano hoje no Brasil, como se fôssemos herdeiros únicos e diretos de suas conquistas, ou que somos nostálgicos de algum momento da História, mas, ao contrário, nosso interesse pelo passado está em perceber sua multiplicidade, como possui diferentes papéis nas culturas, como é moldado – enfim, como o passado é construído e narrado” (FUNARI; GARRAFFONI, 2016, p. 11).

⁵ A historiadora discorda no aspecto dos direitos garantidos (MARQUES, 20013b, p. 43). Refuta tal concepção citando o exemplo da conspiração de Pisão (*Tac., Ann., XV, 54*). Durante esse evento, as fontes nos revelam que houve a execução de muitos senadores, ou seja, ser cidadão e, principalmente, membro da principal camada social não lhes garantia o direito à vida – referendado nos princípios da tradição romana (*mos maiorum*). Esse caso, que não foi exceção durante o Principado, colocou todos os cidadãos à mercê dos imperadores que agiam conforme seus interesses.

⁶ “Although there is no one word in the latin language equivalente to ‘culture’, [...] but in the context of this book another meaning os explored: the identity of people as a whole and the ways in which they live their lives” (HINGLEY, 2005, p. 51).

⁷ A autora observará o modelo do “ser romano” baseado em um recorte de quatro conceitos: *concordia*, *pietas*, *fides* e o *mos maiorum* cujos “três primeiros conceitos são atitudes individuais ou coletivas, e o quatro remete a um passado ideal, construído no imaginário romano e especificamente na narrativa historiográfica, que apresentaria essas três virtudes no seu estado mais ideal, formando um exemplo para o presente” (MARQUES, 2013b, p. 45).

⁸ Também poderiam inserir suas demandas através do “uso da toga, [...], [da] cidade quadriculada, [d]as estradas pavimentadas, [d]os edifícios públicos (termas, templos, fórum, teatros, circos, anfiteatros, entre outros), mas também [n]o espaço doméstico” (FUNARI, 2006, p. 102).

nos registros.

A discussão a respeito do “ser romano” passou por diversas etapas que envolveram autores modernos⁹ e pós-modernos. Primeiramente, houve um debate atrelando esse “ser” a um conceito conhecido como “romanização” – uma concepção cunhada na modernidade, e que está interligada ao contexto histórico em que foi pensada¹⁰. Hingley (2005, p. 30) aponta que os estudos nessa temática, durante muitos anos, foram focados na “metanarrativa para a criação da unidade imperial¹¹”.

O conceito de romanização era baseado em três concepções: “1) unidades coerentes monolíticas; 2) conceito de progresso; 3) importância central do Ocidente com relação à história humana como um todo”¹² (HINGLEY, 2005, p. 31). Um dos primeiros teóricos a problematizar a romanização foi Theodor Mommsen, historiador alemão, em 1845-1846. Ele acreditava na existência de uma “Itália republicana”, constituída por “comunidades da Itália, que a partir do século III a.C. optaram por abandonar sua autonomia tradicional em favor da integração do império”¹³ (HINGLEY, 2005, p. 31). Ou seja, em prol do desenvolvimento de Roma, constituíram uma homogeneidade por meio de um processo civilizatório que possuía sua consistência na centralização do poder.

Esse exemplo torna-se chave, visto que é perceptível que Mommsen está imerso em uma época em que predominava a tentativa de unificação alemã. Dessa forma, Mommsen “refletiria o desejo de uma Alemanha integrada [...] possuía uma admiração pelo domínio que Roma exercia sobre a ‘Itália’”¹⁴ (HINGLEY, 2005, p. 31).

⁹ “For the purposes of this study, modernity can be defined (in simple terms) as a conceptual schema that was a vital part of the imperial history of Western powers – a body of thought through which the world was imagined and manipulated. Knowledge was constructed thought modernist thought that mapped the world from the secure position of the centre, a place that was seen as the highest and most advanced in symbolic and material terms” (HINGLEY, 2005, p. 31).

¹⁰ “O estudo da História nunca pode ser independente do contexto em que se produz” (FUNARI, 2006, p. 101).

¹¹ “On the one hand, accounts of social change in the empire have focused upon a metanarrative that describes the creation of imperial unity” (HINGLEY, 2005, p. 31).

¹² “1) a focus upon coherent and monolithic cultural unity (or peoples); 2) the idea of teleology which was inherent in dominant concepts of progress; and 3) a focus upon the central importance of the West with regard to human history as a whole” (HINGLEY, 2005, p. 31).

¹³ “The unitary framework adopted by Mommsen was used to explain why the indigenous communities of Italy, from the third century BC onwards, chose to abandon their traditional autonomy in favour of integration into the developing empire of Rome” (HINGLEY, 2005, p. 31).

¹⁴ “This centralizing image reflected Mommsen’s own political desire for a United Germany. The admiration that he felt for the domination that Rome exercised over Italy embodied a patriotic idealization of Germany and Prussia at a time when a struggle for German national unification was

Tal paralelo não ocorreu apenas com os alemães. A Itália, em 1910, utilizou-se das análises e contextos de achados da Arqueologia para fins políticos, e a Grã-Bretanha, em 1905, com Francis Haverfield¹⁵, correlacionou seu império com a “adoção progressiva da cultura romana por nativos dentro da província da Britânia¹⁶” (HINGLEY, 2005, p. 33).

Após os anos de 1960, houve uma mudança quanto ao pensamento “civilizador” romano (HINGLEY, 2005, p. 37). Começou-se a questionar essa centralidade: o “progresso da identidade” bárbara para a romana e a “missão civilizadora” do centro para a periferia. Houve uma problematização das ações expansionistas e imperialistas romanas, não somente idealizadas como fixas, mas se pensou na cadeia de relações de poder existente dentro do *imperium*, bem como na diversidade que ele possuía.

Este conceito de romanização vem sendo repensado, principalmente pelo colapso do imperialismo no mundo moderno. Mudanças científicas como o nascimento da Antropologia Cultural¹⁷, dos movimentos nativistas ou anti-imperialistas¹⁸ e da abordagem arqueológica vêm contribuindo para novas perspectivas, sobretudo no que diz respeito à problematização do orientalismo¹⁹.

taking place” (HINGLEY, 2005, p. 31).

¹⁵ “Haverfield's study drew deeply upon classical writings to explore how the civilizing mission within the empire progressed through the process of Romanization. The moral purpose of Romanization is obvious from Haverfield's statement that Rome acted 'for the betterment and the happiness of the world'. [...] Haverfield studied this process through the idea of 'Romanization'. He felt that Romanization resulted in a relatively fully unified empire, that 'gained... a unity of sentiment and culture which served some of the purposes of national feeling'” (HINGLEY, 2005, p. 33-34).

¹⁶ “Romanizing, or Romanization, as Francis Haverfield defined it in 1905, performed a comparable but contrasting role in Britain. It came to define the material correlates of the progressive adoption of Roman culture by natives within the province of Britannia” (HINGLEY, 2005, p. 37).

¹⁷ “O nascimento da Antropologia Cultural, em meados do século XX, nos Estados Unidos, contribuiu para o questionamento da ideia de uma evolução cultural e da elaboração de modelos dicotômicos entre culturas, sendo superiores, baseadas no padrão cultural Europeu e outras inferiores. Essa rejeição às posturas etnocêntricas no âmbito das Ciências Humanas, de uma maneira geral surgia como uma crítica à visão colonialista europeia, baseada em uma concepção ‘elitista’ do próprio termo cultura e à construção da História a partir da perspectiva dos vencedores” (MENDES, 2010, p. 7).

¹⁸ “Por volta da década de 1970, principalmente, com base nos textos acadêmicos de Edward Said, surgem, sobretudo na Inglaterra, as abordagens denominadas de nativistas ou antiimperialistas que seguem os pressupostos básicos da chamada teoria pós-colonial que apresentam como objetivo reconstruir os estudos sobre o Império Romano, sugerindo que as análises devem ser norteadas por três aspectos inter-relacionados: articulação das histórias ativas dos povos dominados, incluindo sua capacidade de gerar formas abertas e ocultas de resistência; desconstrução e definição dos modelos binários pelos quais o Ocidente categorizou os outros, preocupando-se em afastar-se da dominância do centro na construção do conhecimento e desenvolvendo o estudo das periferias; investigação do poder de representação das imagens e das linguagens coloniais, reconhecida como análise do discurso colonial” (MENDES, 2010, p. 7).

¹⁹ “Orientalismo foi uma construção europeia de base acadêmica, profundamente marcada por uma

Dessa maneira, alteravam-se as bases de pensamento da identidade romana em: “1) a vida cotidiana, 2) rejeição da centralidade do Ocidente e o desenvolvimento de uma ideia de diversidade cultural e 3) criação de identidades flexíveis”²⁰ (HINGLEY, 2005, p. 37). Ou seja, houve uma ruptura do pensamento eurocêntrico de romanização, principalmente em virtude da Arqueologia, que deixa de ocupar um papel marginalizado, instrumental ou ilustrativo²¹ e passa a buscar a desconstrução elitista, masculina e de dominação do romano aos povos “bárbaros”/provinciais.

Assim, podemos observar como o “ser romano” não é simplesmente a habilidade de se comunicar em latim e em grego ou possuir algumas características em comum. Perduram questões que perpassam os clichês definidores do que consideramos atualmente como identidade, e formam-se limites e balizas entre as nossas concepções e as dos romanos: “A identidade romana, como instrumento de poder, não se baseava em etnicidade, nacionalidade, grupo linguístico ou ascendência, mas no *status* herdado, atingido ou recebido” (FUNARI, 2006, p. 102). Este *status* possuía variações e passava por negociações, que poderiam ser flexíveis mediante o cotidiano e as relações de poder. Devemos considerar que as construções, reconstruções e as articulações, tanto individualmente como pelo ponto de vista das esferas sociais, permaneciam em transformação e redefiniam-se mediante as interações e conflitos.

3.1 Aspectos pessoais na construção da narrativa de Tácito

Depreendemos a existência de diferentes maneiras de trabalhar aspectos pessoais de Tácito, elencaremos aqui alguns critérios que tornam-se chave para a

política imperialista e que ajudou a construir uma noção de inferioridade dos povos do Oriente, Said abriu a possibilidade de se pensar criticamente os discursos produzidos no meio acadêmico, seus conceitos e intenções. Profundamente influenciado pelo pensamento de Michel Foucault (Rago; Funari, 2008), Said questionou a maneira como a academia ocidental, em especial a europeia, constituiu interpretações do outro marcadas por uma política de autoridade e abriu caminhos para que os estudiosos questionassem generalizações e se posicionassem criticamente diante dos métodos interpretativos criados no seio da academia, evitados de concepções racistas e atravessados por políticas de dominação” (GARRAFFONI; FUNARI; PINTO, 2010, p. 9-10).

²⁰ “1) The agency that people have in their everyday lives; 2) the rejection of the centrality of the West and the development of an idea of cultural relativism; and 3) the creation of flexible or fracture identities” (HINGLEY, 2005, p. 37).

²¹ Ver MENESES, U. T. B. Cultura material no estudo das sociedades antigas. Revista de História, São Paulo, n. 115, jul.- dez.de 1983, p. 103-117.

compreensão da obra de Tácito, e, portanto, discorreremos a respeito da memória. Entendemos que este conceito se constitui como um elemento inerente à formação social e tem papel nas construções e reconstruções das memórias individuais e coletivas, auxiliando-nos a (re)construir a(s) identidade(s), que não permanecem fixas no passado, mas, que influenciam o presente e a maneira pela qual assimilamos a nossa sociedade.

Assim, esta seção seguirá a seguinte estrutura: em 3.1.1, abordaremos o que seria a memória enquanto faculdade e representação, observando a diferenciação entre memórias individuais e coletivas e sua relação com a História e, em 3.1.2, debateremos dois temas da escrita taciteana: o possível “declínio” moral, observando por meio dos recursos estilísticos de Tácito, e a potencial opressão, quando o autor relata a aplicação da *lex maiestatis*.

3.1.1 A memória enquanto faculdade e representação

Segundo Joel Candau (2014, p. 21), a memória é uma faculdade inerente aos seres humanos, exceto em casos patológicos. A respeito dela, o autor traça três perspectivas: a memória de baixo nível (protomemória), a memória de alto nível e a metamemória. A primeira correlaciona-se ao *habitus*²², podendo ser imperceptível à/na humanidade. A segunda seria a memória de recordação, a “evocação deliberada ou invocação involuntária de lembranças autobiográficas ou pertencentes a uma memória enciclopédica (saberes, crenças, sensações, sentimentos)” (CANDAU, 2014, p. 23). A metamemória é uma representação da memória, ou seja, é a “representação que cada indivíduo faz de sua própria memória, o conhecimento que tem dela e, de outro, o que diz dela, suas dimensões que remetem ao modo de afiliação de um indivíduo ao seu passado” (CANDAU, 2014, p. 23). Essas classificações de memória são enquadradas apenas no nível individual; quando passamos ao coletivo, torna-se impossível que todo grupo possua uma memória processual comum.

Apesar da nossa discussão central não visar o estudo da psicologia taciteana, achamos necessário pensar a partir dessa perspectiva, pois a memória atua nessa

²² “O *habitus* como experiência incorporada é uma presença do passado – ou no passado -, ‘e não uma memória do passado’. A protomemória, de fato, é uma memória ‘imperceptível’, que ocorre sem tomada de experiência” (CANDAU, 2014, p. 23).

dimensão²³. Haynes (2006, p. 149) aponta uma ligação significativa entre a memória e a História e como a primeira ajuda na construção narrativa da segunda para preservação do passado. Assim, a(s) memória(s) são recortes de representações e construções pessoais (individuais), ou seja, criam “verdades” de ordens diferentes, e seu registro acaba ligando a memória ao objeto de forma a se nutrirem e apoiarem mutuamente²⁴. A respeito desse registro, destacamos que a “produção historiográfica não é senão um pequeno segmento da memória coletiva, um segmento que, a bem da verdade, possui uma esfera de atuação e uma influência social relativamente limitadas” (GUARINELLO, 2014, p. 9) e, contudo, possui espaço na legitimação da história na construção de uma identidade.

Os antigos historiógrafos também consideravam a conexão entre memória e História. Ela era pensada como uma narrativa e também como resguardo do passado²⁵, um registro literário²⁶, mas também uma das possibilidades de honrar os personagens a que se propunham descrever. Assim, ao efetuar um registro, a escrita não se torna apenas fruto de recordações individuais, mas também de fatos compartilhados que se relacionavam com a memória coletiva e social (HAYNES, 2006, p. 157).

Quando a memória deixa de ser uma faculdade no nível individual e passa a uma representação coletiva, ela constitui-se como “uma memória supostamente comum a todos os membros desse grupo” (CANDAU, 2014, p. 24), isto é, torna-se uma “descrição de um compartilhamento hipotético de lembranças” (CANDAU, 2014, p. 25), uma (re)construção²⁷. Contudo, são necessárias ressalvas na compreensão

²³ Ver Candau (2014), Haynes (2006), Le Goff (2003) e Pollak (1992).

²⁴ “Roman historiography makes a strong connection between memory and history. For the Roman historian, the events of history prompted *memoria*, a narrative of the past that could be handed down to posterity and kept alive in memory. Knowledge of the past involved honoring its memory in writing; it did not wholly comprise what contemporary historians value as objective documentary research. To the extent that individual recollections were shared, *memoria* became a collective and cultural memory that could be called a truth of a different order than the rigorous unearthing of facts” (HAYNES, 2006, p. 149).

²⁵ Meneses (1992, p. 10-11) aborda uma discussão a respeito da impossibilidade de se resgatar uma memória, afirmando que, a todo momento ela está em processo de reconstrução, ou seja, está se construindo de maneira contínua através da dinâmica social.

²⁶ Seu emprego de maneira eficaz através da “escrita pode melhorar o processo de rememoração é porque o alfabeto cristaliza as possibilidades auditivas de organização e fornece uma forma classificatória particularmente eficaz” (CANDAU, 2014, p. 84).

²⁷ “O consenso existe igualmente em reconhecer que a memória é, acima de tudo, uma reconstrução continuamente atualizada do passado, mais do que uma reconstituição fiel do mesmo: ‘a memória é de fato mais um enquadramento do que um conteúdo, um objeto sempre alcançável, um conjunto de estratégias, um ‘estar aqui’ que vale menos pelo que é do que pelo que fazemos dele’. A ideia

de que as representações relativas aos atos de memórias transmitidas não são, necessariamente, um compartilhamento tal qual ocorreram. É preciso considerar que determinantes podem atuar no conjunto de lembranças e rememorações. Todos os processos já citados interagem com o cérebro de cada indivíduo, tornando a comunicação ímpar, isto é, no momento do relato, diferentes perspectivas podem ser elencadas.

Outro aspecto a destacar é a seletividade da memória. Michael Pollak (1992, p. 1-2), ao problematizar a questão, enquadra-a enquanto fenômeno de projeção e transferência em que se organizam as memórias individuais e coletivas. O autor aponta alguns de seus elementos constitutivos: a) os acontecimentos vivenciados pessoalmente e os “vividos por tabela”²⁸; b) os personagens encontrados diretamente e indiretamente²⁹ no decorrer da vida; e c) os lugares ligados à memória (lembrança pessoal) e os longínquos, fora do espaço-tempo da vida de uma pessoa³⁰. Esses dados podem contribuir para a observação dos fatos empíricos, baseados em fatos concretos, ou das projeções de outras circunstâncias. Ainda sobre essa organização da memória, devem ser consideradas as preocupações de ordem pessoal e política, que reverberam no sentimento de identidade³¹.

Nas obras de Tácito, as temáticas adotadas mostram uma busca por relembrar o passado, por meio do qual visa-se de forma constante legitimar o seu período. Essa característica revela seu conservadorismo moral – *topos* historiográfico que se constitui como parte inerente ao seu discurso e que visa

segundo a qual as experiências passadas seriam memorizadas, conservadas e recuperadas em toda sua integridade parece ‘insustentável’” (CANDAU, 2014, p. 9).

²⁸ “Acontecimentos vividos pelo grupo ou pela coletividade à qual a pessoa se sente pertencer. São acontecimentos dos quais a pessoa nem sempre participou, mas que, no imaginário, tomaram tamanho relevo que, no fim das contas, é quase impossível que ela consiga saber se participou ou não. Se formos mais longe, a esses acontecimentos vividos por tabela vêm se juntar todos os eventos que não se situam dentro do espaço-tempo de uma pessoa ou de um grupo. É perfeitamente possível que, por meio da socialização política, ou da socialização histórica, ocorra um fenômeno de projeção ou de identificação com determinado passado, tão forte que podemos falar numa memória quase que herdada” (POLLAK, 1992, p. 2).

²⁹ “Transformaram quase que em conhecidas, e ainda de personagens que não pertenceram necessariamente ao espaço-tempo da pessoa” (POLLAK, 1992, p. 2).

³⁰ “Constituir lugar importante para a memória do grupo, e por conseguinte da própria pessoa, seja por tabela, seja por pertencimento a esse grupo” (POLLAK, 1992, p. 3).

³¹ “Aqui o sentimento de identidade está sendo tomado no seu sentido mais superficial, mas que nos basta no momento, que é o sentido da imagem de si, para si e para os outros. Isto é, a imagem que uma pessoa adquire ao longo da vida referente a ela própria, a imagem que ela constrói e apresenta aos outros e a si própria, para acreditar na sua própria representação, mas também para ser percebida da maneira como quer ser percebida pelos outros” (POLLAK, 1992, p. 5).

principalmente à emulação e à imitação como forma de celebrar o presente – (MARQUES, 2013b, p. 135). Esse conservadorismo pode ser compreendido pela memória, visto que ela “organiza os traços do passado em função do engajamento do presente e logo por demandas do futuro” (CANDAU, 2014, p. 63).

Muitas são as perguntas que contribuem para reflexões sobre a forma como Tácito narra suas obras e seu comportamento estilístico. Devemos lembrar que ele está inserido em um grupo, a elite. Das fontes por ele escritas, todas chegaram fragmentadas ao presente e, mediante esse hiato, não temos certeza do grau de interação entre suas obras, ou seja, não podemos afirmar se são autossuficientes ou encadeamentos de ideias. Por último, cabe questionar: A escolha por divulgar parte considerável de seus escritos após o governo de Domiciano refletiria sua posição frente ao *princeps*? E eles poderiam ser chamados de reapropriações³²?

A primeira indagação será retomada na seção 3.1.2. No entanto, temos consciência de que a postura do discurso de Tácito muda quando ele escreve durante os governos de Nerva e Trajano. No primeiro Principado, demonstra alegria e promessa em narrar os tempos de felicidade, o período Antonino (TAC., *Ag.*, II, 3). No entanto, suas últimas obras visam narrar o período das guerras civis e dos Flavianos (*Histórias*) e os Julio-Claudianos (*Anais*), que analisaremos a seguir.

A respeito da segunda indagação, relativa à reapropriação, pode-se dizer que ela é baseada nas vivências do autor e, assim, reflete suas experiências, principalmente suas inserções na vida pública – sobretudo sua carreira senatorial, que em muito incidiu sobre sua observação da condução política, pois era integrante da camada que governava.

3.1.2 O “declínio” moral e a opressão

Sobre as obras de Tácito, Walker (1960, p. 33) pontua que as narrativas do autor são permeadas por duas recorrências: um possível declínio moral e a

³² “Reapropriações” no sentido expresso por Candau: “Reapropria-se ao mesmo tempo de sua história pessoal, condição indispensável para se inscrever em um futuro que, no sentido mesmo do termo, seria impensável sem lembranças, quer dizer, sem isso que, em um passado filtrado e colocado em forma pelo crivo da memória, consideramos ser a causa do que somos e do que seremos” (CANDAU, 2014, p. 65).

opressão. No primeiro aspecto, trabalharemos tangenciando seis artifícios retóricos e estilísticos taciteanos; no segundo, através da *lex maiestatis* e sua aplicação, argumentaremos a respeito da perda da *libertas*.

3.1.2.1 O “declínio” moral

Para abordarmos a questão que influencia o possível “declínio” da moral como defendido por Tácito, é necessário apresentar tal ideia de “declínio” inserindo-a enquanto *topos*. Ele é a reafirmação de uma tradição historiográfica que concebe um imaginário “degenerado” do “presente”, sendo a delimitação de um período inferior a um “passado” idealizado. Ao analisarmos esse pensamento, poderemos problematizar se: a) esta seria ou não uma leitura que Tácito faz das obras que o antecederam e b) se ele considerava os antigos como baluartes da moral.

O que é possível observar e indagar é o porquê dessa afirmação constante de declínio. Para Richard Alston (2008, p. 154), Tácito possui uma visão fixa do passado: em suas obras, atuam as forças do “presente”, pois as mudanças sociais e políticas³³ que estavam sendo operadas eram determinantes para a construção/legitimação de suas narrativas.

Independentemente do que estivesse acontecendo na política e na sociedade contemporânea, a elite romana podia sempre se lembrar de um passado glorioso, das realizações de seus antepassados, dos quais eram herdeiros. O passado era firme e imutável mas, firmada nas certezas do passado, a elite romana poderia afirmar sua identidade no presente perigoso e fluido³⁴ (ALSTON, 2008, p. 155 -156).

Igualmente, observamos que Tácito continua com o discurso de emulação e estilo dos autores antigos, no que concerne ao período pretérito, permeado de homens virtuosos. Esse processo constitui parte da historiografia latina em que eles “valorizava[m] a apresentação do material reciclado de autores anteriores mostrando

³³ “Tacitus's attitude toward the republican past is in some ways very clear. The past was gone. Nevertheless, it would seem that the conservatism of for min the Annales and Histories could be read not as ironic comment on the decease of history but as a claim to historiographical continuity. The historian retained value by providing understanding and exempla for the new age. It was only through the correct understanding of the Roman past that the present could be understood” (ALSTON, 2008, p. 154).

³⁴ “Whatever was happening in contemporary politics and society, the Roman elite could always look back to a glorious past, to the achievements of their ancestors, of whom they were the direct continuators. The past was firm and unchangeable, and from the certainties of the past, the Roman elite could affirm their identity in the dangerous and fluid present” (ALSTON, 2008, p. 155-156).

um domínio superior do discurso e das técnicas retóricas” (MARQUES, 2017, p. 483). Para Alston (2008), os predecessores taciteanos eram considerados “rochas de retidão”. Contudo, é perceptível que essa celebração é construída a partir de uma visão renovada sobre o passado que, ao mesmo tempo em que permanecia “fixo”, continuava “vivo” enquanto construção contínua fruto de uma visão de *renovatio*³⁵.

Tito Lívio também foi outro historiador romano que refletiu sobre essa ideia de construção/renovação por meio do momento em que vivia. O autor demonstrava em sua obra que seu momento estava “degenerado” e elencava dois fatores: guerra civil e o colapso da República. Sua obra (*História de Roma*) “ajudou a redefinir e reafirmar as virtudes constituintes desse ‘ser romano’ no período de retomada política e cultural de Augusto” (MARQUES, 2013b, p. 43). Para esse historiador, o objetivo de seu trabalho ultrapassaria o deleite e teria como finalidade descrever as virtudes do povo romano e reconstruir a identidade pelo viés das reformas morais de Augusto, apresentando “determinados personagens, como nos primeiros reis ou em Camilo, [onde] a grandeza do caráter romano é simbolizada em episódios como o estabelecimento da República ou a reconstrução de Roma após a invasão gaulesa” (MARQUES, 2013b, p. 28).

Dessa maneira, a memória era, a partir da leitura dos antigos, quase a ilusão concreta de que o passado poderia estar acessível através das lembranças no presente e projetado no futuro. Os autores, através dos *topos* historiográficos, buscavam “recuperar” o momento transcorrido, indicando através dos *exempla* e dos *mores* o que seria o “passado ideal”, a fim de torná-lo vivo e, assim, também poder enfrentar o possível momento turbulento em que sobreviviam, em que representavam o presente rodeado por imperadores tiranos³⁶.

³⁵ “O que é interessante notar é que a decadência da historiografia romana é para Tácito reversível, já que ele retomará (eis a ideia romana de *renovatio*, como vimos no primeiro capítulo) os padrões antigos de mérito do trabalho do historiador. Isso também significa que não é o Principado em si como sistema político que determina a decadência, mas sim a postura dos historiadores no seu primeiro momento, ou seja, até Domiciano, que não compreenderam ou aceitaram a verdadeira natureza da nova situação e se comportaram inadequadamente (em *eloquentia*), aliado ao fato de serem governados por imperadores que tolheram suas possibilidades de legítima expressão (sem *libertas*)” (MARQUES, 2002, p. 67-68).

³⁶ “O tempo da lembrança não é o passado, mas ‘o futuro já passado do passado’. O tempo da lembrança é, portanto, inevitavelmente diferente do tempo vivido, pois a incerteza inerente a este último está dissipada no primeiro. Isso pode explicar os numerosos casos de embelezamento de lembranças desagradáveis que, ao serem lembradas, são aliviadas da angústia e do sentimento de contrariedade provocados pela incerteza da situação vivida durante a qual se teme sempre o pior. A lembrança é, portanto, algo distinto do acontecimento passado: é uma imagem (*imago mundi*), mas

Esse possível momento “decadente” foi evidenciado por Tácito através de alguns artifícios retóricos e estilísticos, a saber: a dramaticidade (WALKER, 1960, p. 35-48), a retórica (WALKER, 1960, p. 49-56), a pluralidade do vocabulário (WALKER, 1960, p. 57-65), a alusão (WALKER, 1960, p. 66-77), a imparcialidade (WALKER, 1960, p. 2-5) e a intertextualidade atrelada à metáfora (KRAUSS; WOODMAN, 1997, p. 97).

Antes de detalhar os elementos, destacamos as duas maneiras que Tácito emprega para narrar os acontecimentos: a narração de um fato simples ou o prolongamento a fim de obter determinado efeito sobre o leitor, tornando implícita ou explícita a decadência da moral³⁷, e o ato de mencionar de maneira sintética um evento para que se reforce a ideia de declínio a ele subjacente³⁸.

A dramaticidade constitui-se como o “arranjo de eventos e a manipulação das características” (WALKER, 1960, p. 35) para que se alcancem as temáticas principais. Tais elementos podem ser obtidos, na visão de Walker, através da ironia; dos comentários irônicos (WALKER, 1960, p. 45), de digressões (WALKER, 1960, p. 45), de *factum*” (WALKER, 1960, p. 46); de suas convicções éticas e do caráter que o autor tece a respeito de suas personagens.

A retórica envolve o arranjo dos eventos de forma lógica ou cronológica; nela, a herança cultural é perceptível, pois as técnicas são reproduzidas como elementos “fixos” dos autores. A influência da formação oratória dos historiadores é nítida, pois valem-se da omissão ou não de detalhes, da persuasão para aguçar seus ouvintes, da ironia e do sarcasmo (WALKER, 1960, p. 49-56).

A pluralidade do vocabulário de Tácito se expressa em seus termos incomuns; na inserção de palavras em locais inesperados, e no uso das metáforas com intuito de atingir um efeito emocional no leitor (WALKER, 1960, p. 57-66).

A alusão é empregada para descrever “um evento ou pessoa não descrita diretamente, mas que se conecta a um conjunto de circunstâncias, pessoas ou

que age sobre o acontecimento (*anima mundi*), não integrando a duração e acrescentando o futuro ao passado” (CANDAU, 2014, p. 66-67).

³⁷ “The total effect of the speech is to present the Roman proposal as something wantonly and monstrously cruel, almost perverted [...] The Romans, ‘terrarum ereptores’, are deaf to the claims of friendship and human duty, and an upheaval in nature will be needed before they will attend to the will of the gods” (WALKER. 1960, p. 34).

³⁸ “The effect to present the whole of a minor episode at once and then return to the continuity of the main themes, so that the structure of the history is not broken by frequent reference to unrelated topics” (WALKER. 1960, p. 36).

ideias que nos levam a ver, sob nova luz, um assunto” (WALKER, 1960, p. 66-67). Essa técnica pode ser expressa por meio de lembranças de “eventos anteriores ou uma indicação das consequências do que pode se esperar no futuro” (WALKER, 1960, p. 67) pelo uso de comparações e pela utilização de outros autores a fim de reforçar seu próprio engenho.

A imparcialidade caracteriza-se enquanto *topos* historiográfico, ou seja, reafirma sua possível “neutralidade”, “isenção” e erudição³⁹ ao comportar-se enquanto tributário dessa estilística do mundo antigo. Em *Agrícola*, o autor revela que não denegrirá o período anterior, contudo, só escreve após a morte do *princeps*⁴⁰; nos *Diálogos*, ele utiliza a voz de interlocutores (TAC., *Dial.*, I); nas *Histórias*, aponta que a adulação seria repugnante, sinônimo até de escravidão, e que, por esse motivo, não adularia os governos dos imperadores que se propunha a narrar (TAC., *Hist.*, I, 3-5); e, nos *Anais*, compõe episódios que indicam uma situação mas, em análises profundas, constituem-se como antagônicos a ela⁴¹.

O último elemento que aqui destacamos é o atrelamento da intertextualidade e o emprego de metáforas (KRAUS; WOODMAN, 1997, p. 97) com as quais Tácito, cria modelos e estereótipos na narração de eventos. Como exemplo, citamos a Guerra Civil de 69 d.C., em que o autor delineia no imaginário do leitor um arquétipo ideal de governo no Principado e aponta que, apesar da falta da *libertas*, esse sistema ainda seria a melhor opção para afastar os perigos das contendidas (naturais em períodos de exceção) e das invasões. Todas essas marcas estilísticas conduzem a narrativa para uma estrutura mais ampla de degeneração da moral e opressão dos regimes, e provocam a sensação de que o historiador seria “agnóstico, cético, estoico, fatalista,

³⁹ Para Marincola (1997, p. 158) a imparcialidade constitui-se como parte de uma promessa comum dos historiadores antigos, pois demonstrariam uma isenção frente aos “eventos reais”. Assim, os antigos seriam como testemunhas, legitimadores de fatos reforçados através da autoridade que possuíam. Marincola continua afirmando que em todos os momentos históricos latinos, a imparcialidade existe, contudo em tempos de falta de *libertas* a reafirmação desse *topos* é maior, visto faz parte de “um componente fundamental de verdade histórica” (MARINCOLA, 1997, p. 160).

⁴⁰ “Many modern readers suspect that Tacitus’ portrait of Domitian is a distortion; even if this were so, it might still be utterly honest from the writer’s own viewpoint. It is certain that Tacitus’ wrote of Domitian as he felt he must after that emperor’s reign, he knew the nature of oppression and would not lightly choose to blacken a previous age with its horrors” (WALKER, 1960, p. 5).

⁴¹ A saber, ao narrar o início do governo de Tibério, aponta que esse imperador teria se recusado a receber títulos, como o “pai da pátria”, contudo ao analisarmos o trecho, Tácito não quer delinear o imperador enquanto humildade, mas que esse exerceu seu poder por outras vias, como através da lei de *lesa-majestade*.

fanático-republicano, retórico, idealista desiludido⁴² (WALKER, 1960, p. 2-3).

3.1.2.2 A opressão

A opressão, é aqui entendida como a falta de *libertas*, no sentido de expressar posicionamentos políticos. A ausência dessa liberdade teria sido ocasionada principalmente pela instauração e manutenção dos governos dos imperadores. Tácito, nos *Anais* (I,1) narra de forma sucinta o momento transitório entre a Monarquia e a República, no qual contrasta a diferença entre o regime de reis para o de cônsules e atesta que, no segundo período, existiria a licença/legitimação para que os oradores expressem suas perspectivas políticas. Contudo, nos próximos seis livros, Tácito descreve o governo de Tibério e deixa implícita uma dúvida: esse imperador teria boa-fé para a manutenção da liberdade ou seria ilusório, promovendo um período de servidão? (TAC., *Ann.*, I, LXXII; KRAUS; WOODMAN, 1997, p. 94). A respeito dessa relação da *libertas* com o imperador:

A conduta política que Tácito postula para o Principado, entre a liberdade e a escravidão, tem por objetivo a preservação da *auctoritas* da aristocracia frente ao *princeps*, assim como a autoridade do historiador mantém-se por afastar-se da completa adulação ou enfrentamento. A ideia de História de Tácito não separa o historiador e senador. A escrita sobre o passado é uma forma de atuação política sob um regime que paulatinamente limitará os canais tradicionais pelos quais a aristocracia exibia seu prestígio e poder, como os triunfos militares e a atividade oratória em assembleias. Mas, acima de tudo, tal escrita apresenta-se como a tentativa de circular memórias alternativas àquelas ligadas à casa imperial (JOLY, 2017, p. 547).

Mas, em que sentido se dava essa servidão? Qual era a lei que condenava os senadores e como se dava a aplicação dessa lei? Joly (2004) expõe um debate sobre uma suposta “escravização” do povo romano em relação ao *princeps*. Tal dominação não se constituía apenas no sentido literal – fato social – mas, de acordo com o que o autor apresenta, seria uma metáfora que extrapolaria o campo estilístico/retórico, sendo uma parte fundamental/estruturante de seu entendimento

⁴² “These personal statements of Tacitus’ aims and beliefs seem to be, if not wholly consistent, at least candid; but even the most superficial reading of his history will bring them into question [...]. His views on philosophy and religion have been variously called agnostic, skeptical, stoic, fatalist, superstitious, and (as a last resort) ‘deeply original’ [...] he cannot be pigeon-holed as ‘Republican fanatic’, ‘rhetorician’, ‘disillusioned idealist’, ‘misanthrope’.” (WALKER, 1960, p. 2-3).

do período. Ou seja, Tácito apresentaria o sistema político agindo com um papel específico. As antíteses, *seruitus* e *libertas*, interligavam-se nas obras taciteanas, simbolizando “diferentes formas de estruturação do regime imperial e de estratégias de ações políticas individuais e coletivas” (JOLY, 2004, p. 26).

Para Tácito (*Hist.*, I, 1-2), os oradores encontravam-se como “vencidos/derrotados” pelo interesse da paz, da adulação e também pelo ódio, isto é, era um preço, mesmo que caro, a pagar pelo interesse do “bem maior”, a *res publica*. Durante esse novo contexto, os crimes de traição possuíam diferentes pesos⁴³. A *lex maiestatis* já existia no momento republicano e era executada em exceção, com o exército e com a plebe (rebelião armada/guerra), e/ou quando afetava a dignidade romana, como podemos observar no fragmento a seguir:

Mas não provava com isto ter amor à liberdade; porque ao mesmo tempo fazia reviver a lei lesa-majestade; a qual, não obstante haver tido o mesmo nome nos tempos antigos, significou depois coisas mui diferentes. Assim se chamavam certos crimes, como quando por traição, se perdiam os exércitos; quando entre a plebe se excitavam sedições; ou quando finalmente, cuidando-se mal dos interesses da República, se ofendia a majestade do povo romano; porém então só se puniam as ações, e o falar era livre (TAC. *Ann.*, I, 72).

nomen patris patriae Tiberius, a populo saepius ingestum, repudiavit; neque in acta sua iurari quamquam censente senatu permisit, cuncta mortalium incerta, quantoque plus adeptus foret, tanto se magis in lubrico dictitans. non tamen ideo faciebat fidem civilis animi; nam legem maiestatis reduxerat, cui nomen apud veteres idem, sed alia in iudicium veniebant, si quis prodicione exercitum aut plebem seditionibus, denique male gesta re publica maiestatem populi Romani minuisset: facta arguebantur, dicta inpune erant (TAC. *Ann.*, I, 72).

Neste excerto, Tácito não só descreve o que seria a *lex maiestatis*, como também pontua a diferença de sua aplicação durante seu “passado” e no seu “presente”. No Principado, com o poder concentrado na mão de um só homem, atos como calúnias ao imperador poderiam ser enquadrados como crime de traição. A tortura também era um método passível de se empregar a homens livres, caso o indivíduo se enquadrasse na acusação e, assim, a lei tornou-se sinônimo de “instrumento de tirania” (WALKER, 1960, p. 85-86).

⁴³“The ‘reign of terror’ is thus the fitting culmination of the encroachments on freedom, ending in open oppression, which have been recounted in the previous Books. It is no less the completion of Tiberius’ personal tyranny, and as we have seen confounds all the claimants for the succession in the choice of Caligula, qualified for power only by his aptitude for survival” (WALKER, 1960, p. 21-22).

Tácito explicita que, durante o governo de Tibério, tais “delitos” poderiam ter uma gama de aplicações. Observamos que até mesmo o falar estaria comprometido, ou seja, a liberdade de expressão estaria instável. Segundo Tácito, Tibério, ao assumir o poder enquanto *princeps*, inicia suas atrocidades, “intimida” a voz do senado, silenciando-o, e instaura um sistema repressivo.

A primeira atrocidade do novo principado foi o assassinio de Agripa [...] Tibério calou no senado este acontecimento funesto (TAC., *Ann.*, I, 5-6)

Primum facinus novi principatus fuit Postumi Agrippae caedes, quem ignarum inermumque quamvis firmatus animo centurio aegre confecit [...] neve Tiberius vim principatus resolveret cuncta ad senatum vocando (TAC., *Ann.*, I, 5-6)

Os senadores passam a atuar como “figurantes” dentro da política romana (WALKER, 1960, p. 165-66), constituindo-se quase como adutores, como expressa o trecho sobre o governo de Tibério:

Tibério, todas as vezes que saía da cúria, exclamava em grego: que homens estes tão bem azados para serem escravos! De sorte que aquele mesmo, que tanto procurava aniquilar a liberdade pública, até se chegava a enjoar da rasteira paciência de seus vis adutores! (TAC. *Ann.*, III, 65).

Tiberium, quoties curia egrederetur, Graecis verbis in hunc modum eloqui solitum 'ohomines ad servitutem paratos! Scilicet etiam illum qui libertatem publicam nollet tam proiectae servientium patientiae taedebat. (TAC. *Ann.*, III, 65)

Segundo Walker (1960), “existe um colapso do senado, pois já não possuía influência no governo de Roma, o que culminou com os acontecimentos de 69 d.C.”⁴⁴ (p. 26). Como aponta a autora, os senadores não conseguiam se “afirmar como corpo e impor controle sobre as forças armadas”⁴⁵ (p. 166), ou seja, os poderes estavam concentrados de tal modo na mão do *princeps* que a reorganização política aos moldes do passado já não poderia ser restaurada.

Com a ascensão de Domiciano e suas reformas, houve o predomínio de um clima de ressentimento entre senadores e *princeps* que permaneceu em um limiar de colisão (WALKER, 1960, p. 167).

⁴⁴ “Tacitus presents both as assisting in the Senate’s collapse, which culminated in 69 when it became clear that the Senate had nothing to do with the government of Rome at all” (WALKER, 1960, p. 26).

⁴⁵ “Senate was not capable of asserting itself as a body and imposing control on armed forces so long accustomed to give loyalty to individuals” (WALKER, 1960, p. 166).

O fim de Nero, assim como havia sido agradável primeiramente por causa do entusiasmo daqueles que se alegram, da mesma maneira havia provocado várias paixões entre os ânimos não só na cidade, junto aos senadores ou ao povo ou ao soldado urbano, mas também em todas as legiões e em seus comandantes, logo que divulgando o segredo do império: poder o Príncipe ser escolhido em outro lugar que não em Roma (TAC., *Hist.* I, 4).

finis Neronis ut laetus primo gaudentium impetufuerat, ita varios motus animorum non modo in urbe apud patres aut populum aut urbanum militem, sed omnis legiones ducesque conciverat, evulgato imperii arcanoposse principem alibi quam Romae fieri (TAC., *Hist.* I, 4).

A respeito da transformação da *libertas* durante os governos de Nerva e Trajano, frente ao período posterior a Domiciano, aquilo a que temos acesso são alguns indícios:

Todavia os senadores estavam felizes, adquiria imediatamente a liberdade com muita licenciosidade, como no que diz respeito ao novo e ausente príncipe; próximos da felicidade dos senadores os principais da ordem dos cavaleiros; a parte virtuosa e unida às grandes famílias, os clientes e os libertos dos que tinham sido condenados e dos exilados se animaram a favor da esperança; a plebe sórdida e acostumada ao circo e aos teatros e ao mesmo tempo os piores dos piores entre os escravos, ou aqueles que – dissipados os bens – eram sustentados pela desonra de Nero, estavam tristes e ávidos de rumores (TAC., *Hist.* I, 4).

sed patres laeti, usurpata statim libertatelicentius ut erga principem novum et absentem; primores equitum proximi gaudiopatrum; pars populi integra et magnis domibus adnexa, clientes libertique damnatorum et exulum in spem erecti: plebs sordida et circo ac theatri sueta, simul deterrimiservorum, aut qui adesis bonis per dedecus Neronis alebantur, maesti et rumorum avidi (TAC., *Hist.* I, 4).

Nesse fragmento, o autor faz transparecer um contentamento graças a uma liberdade de expressão sentida nos governos de Nerva e Trajano, diferente do que havia com Domiciano. Encontramos outros exemplos no prefácio das *Histórias* (I, 1-6) e em *Agrícola* (II, 3). Tal “felicidade” é acompanhada da promessa da narração dos governos de Nerva e Trajano.

No entanto, o compromisso firmado por Tácito é rompido, e, em sua próxima obra, os *Anais*, retrocede no tempo, compondo os anos de Tibério a Nero⁴⁶. Quais motivos teriam levado a essa quebra de comprometimento? Para alguns autores, Tácito estaria fazendo uso de uma crítica implícita, recusando-se a descrever

⁴⁶ “In his old age Tacitus turned again to history; but despite the promises issued in the prefaces of the *Agricola* and *Histories*, Tacitus' next work was an account, not of Nerva and Trajan, but of the emperors from Tiberius to Nero” (KRAUSS, WOODMAN, 1997, p. 90-91).

contextos que repreendia (KRAUS; WOODMAN, 1997, p. 90-91).

Outra possível explicação para que Tácito não tenha escrito sobre o governo de Trajano é o fato de que esse historiador buscava compreender a natureza do Principado. Em *Agrícola*, quando aponta que abordará o governo pós-Flaviano, deixa explícito seu momento de alegria e, talvez, até mesmo de esperança, pelo “retorno” da *libertas*. Talvez tenha avistado “tempos de felicidade” (TAC., *Agr.*, II, 3). Porém, na visão de Goodyear (1970) o passado para Tácito jamais poderia ser apagado, e o futuro seria duvidoso, visto que um novo *princeps* poderia fazer os romanos retornarem à “escravidão” (GOODYEAR, 1970, p. 3).

A respeito dessa marca, Tácito evidencia muitos aspectos desfavoráveis à condução do regime, principalmente nos casos de julgamento. Walker (1960, p. 84) aponta haver nos *Anais* “104 menções de crime envolvendo a *lex maiestatis*”⁴⁷, sem citar o número crescente de suicídios e sem revelar um terço dos nomes dos informantes⁴⁸. Tácito também indica o aumento de eventos relacionados a essa lei, deixando implícita a ideia de que seu crescimento tornava-se mais “desmoralizante que a imoralidade”, pois a porcentagem elevava-se pelo número de informantes e delatores (WALKER, 1960, p. 101).

O número de mortos não provinha somente de condenações, Tácito expressa diferentes casos de suicídios. Um exemplo notório é o julgamento de Pisão, em que as fontes, decretos senatoriais, apontavam sua culpa como “real” e, assim, seu suicídio seria, na interpretação das “fontes oficiais”, o atestado de sua culpa. No entanto, Tácito lança rumores de assassinato. Ao relatar tais boatos, mas sem se posicionar, induz à dúvida aqueles que lerão seu texto (KRAUS; WOODMAN, 1997, p. 100-101).

Esses eventos, assassinatos e “suicídios” não são gerados apenas pelo medo do povo frente ao imperador; a inquietude também se apresenta no *princeps*. Isto é, não existe somente uma escravização política, mas um ciclo de hipocrisia, corrupção

⁴⁷ “The facts as Tacitus gives them may be summarized: 104 persons are mentioned as involved in judicial proceedings under Tiberius; of these, 18 cases were unconnected with the *lex maiestatis* and the proportion may well be larger” (WALKER, 1960, p. 84).

⁴⁸ A respeito dos 86 casos confirmados, nos 23 anos de governo de Tibério, Walker (1960) afirma: “If ‘treason’ were to be understood in the ordinary sense, would be far too many for any state in a condition of peace and political health; but the term is being used to include all sorts of charges—murder, adultery, embezzlement, misgovernment— which do not normally come under the head of ‘treason’ and which do recur in every society; for which indeed 86 cases in 23 years, in a city of over a million people, is a very modest rate” (p. 85).

pelo poder e deturpação da moral (WALKER, 1960, p. 80-81). A respeito desses números de mortes, Walker (1969, p. 106) destaca que esses dados devem ser levados em consideração com certa criticidade, pois é apontada a existência de um “número anormal”. Partindo desse quadro, levanta a questão: “Tácito tenta distorcer os fatos ou simplesmente os aumenta?”.

Christina Kraus e Woodman (1997, p. 111) acreditam que Tácito busca “penetrar o disfarce e descobrir o que estava encoberto” a respeito dos fatos que pretende narrar. Porém, jamais saberemos satisfatoriamente os detalhes daqueles momentos; temos acesso a alguns vestígios úteis para tentar compreender o momento maior de instabilidade, medo, injustiças e alarme, mediante tantos casos registrados (WALKER, 1960, p. 107).

Para Haynes (2006, p. 153), Tácito acredita que a perda da memória afetaria três bases da sociedade: a “classe” (pessoas que não poderiam se expressar livremente), as posições políticas representadas pelo senado e seu julgamento livre e a consciência moral, no sentido de consciência da raça humana, que interligava-se aos dois itens citados. Assim, seriam vitais à preservação da memória as ligações entre presente e passado, pois afetariam não somente reflexões, mas uma autorreflexão do momento que estavam presenciando.

Parece-nos anacrônico abordar o conceito de classe na Antiguidade. No entanto, Favversani (1999, p. 53-55) problematiza a questão a partir da posição social de Trimalcião⁴⁹. É necessário apontar que o historiador acredita que o termo é insuficiente enquanto definição e forma de aplicação para o mundo antigo, afirmando que esse conceito “passou por inúmeras críticas e reformulações, que trouxeram boa dose de confusão a quem procura defini-lo de forma universal” (p. 53). Não obstante, é necessário perceber que tal interpretação pode ser observada como a que “organiza os indivíduos e compreende suas possibilidades de ação coletiva, a partir da constatação de que ocupam posições determinadas e distintas na estrutura de uma sociedade” (p. 53-54).

⁴⁹ “Trimalchio foi considerado por inúmeros historiadores como uma figura típica da sociedade romana à época do Principado [...] Para Rostovtzeff, ele é um típico representante de uma classe ascendente, vinculada ao mercado, e concorrente ou aliada plausível da aristocracia fundiária de Roma; para Veyne, ele é típico por representar justamente o contrário, ou seja, a demonstração da impossibilidade de os libertos se tornarem um grupo hegemônico, ou de serem admitidos naquele existente, tanto por limitações jurídicas (condição de ex- escravo, portanto não-cidadão), quanto culturais (carências da formação cultural erudita, tida como própria aos membros da aristocracia romana de nascimento livre)” (FAVERSANI, 1999, p. 53).

Faversani (1999, p. 55) continua recorrendo ao termo, que ele aponta possuir quatro variáveis⁵⁰. Porém, observa a reconstrução de sua aplicabilidade e reflete sobre a possibilidade de estudo a partir de uma “análise fundada nas relações diretas de poder” (p. 61). Para o pesquisador, tal abordagem possibilita sanar as lacunas que o conceito de classe oferece e também ajuda a problematizar as redes de relações entre os grupos sociais dentro das ações coletivas. Para ele:

A história social apresenta uma séria crise metodológica no que se refere à taxonomia social e à capacidade de compreendermos as ações coletivas em sociedades da Antiguidade; há três soluções básicas para esse impasse: a) reduzir as análises ao empirismo, saindo dele apenas através de “*insights*”, cuja comprovação detida ou possibilidade de utilização para fins comparativos mais amplos é limitadíssima; b) seguir tentando utilizar uma categoria analítica, ou seja, a de classe social, cujos limites têm-se mostrando, até aqui, insuperáveis; ou c) buscar criar uma categoria analítica alternativa que possa satisfazer às necessidade de compreensão das potencialidades ou efetiva ocorrência de ações coletivas dos agentes sociais. Por tudo quanto vimos, cremos que a primeira solução para o problema só é solução para aqueles que não são partidários de uma história científica e transformadora, inviabilizada nos marcos apontados por essa; a segunda é positiva mas encontra limites para os quais não encontramos solução possível; restando, assim, a terceira, que tem um mérito decisivo: praticamente não tem sido experimentada e que, por nos parecer promissora, é uma perspectiva de análise que merece ser testada (FAVERSANI, 1999, p. 62).

Ainda sobre a discussão das três bases da sociedade afetadas, na visão de Haynes (2006, p. 153), observamos a historiadora pontuando que a “classe” perderia sua *libertas*, afirmativa que dialoga com a comparação entre os períodos República e Principado. A respeito do silenciamento dos senadores frente aos assuntos políticos, e, nessa visão, os “alicerces” da sociedade se alteraram, pois os representantes que “salvaguardavam” determinadas memórias agora deveriam se restringir às informações que escreveriam. O segundo quesito que a autora levanta seria em relação às posições políticas e ao julgamento livre desses representantes,

⁵⁰ “A primeira e, sem dúvida, a mais difundida, classifica os agentes pelo controle que exercem ou não dos meios de produção. [...] A segunda variável se refere à posição dos agentes nas relações de exploração do trabalho, criando, assim, três classes possíveis formadas por: 1) aqueles que trabalham menos do que trabalham mais do que obtêm no processo produtivo; 2) aqueles que trabalham mais do que obtêm e 3) aqueles que trabalham aproximadamente o equivalente ao que obtêm. Derivado desse, temos um terceiro meio de ordenar os agentes em classes sociais que se funda na relação dos agentes no mercado de trabalho. Nesse caso teríamos, mais uma vez, três classes sociais identificáveis: 1) a dos que compram força de trabalho; 2) a dos que vendem e 3) a dos que não compram nem vendem garantindo uma situação de autonomia em relação a esse mercado. [...] Por fim, um quarto critério traça divisões de classes segundo o poder dos diversos agentes nas relações de trabalho. Por esse critério teríamos também três classes: 1) os que controlam (altos dirigentes); 2) os que são controlados (trabalhadores) e 3) os que têm superiores e subordinados (posições de comando intermediárias e inferiores)” (FAVERSANI, 1999, p. 54).

os senadores. A condenação desses altos cidadãos à morte era uma situação que poderia ser recorrente durante o Principado.

Sobre a perspectiva de “raça humana” de Haynes (206, p. 153), devemos observar que essa concepção não existiria no mundo antigo – o que possuímos é o conceito de *humanitas*, sobre o qual Richard Hingley (2005, p. 14-48) discorre, sob a perspectiva de identidade. Para o autor, o processo da *humanitas* está interligado à ideia de romanização⁵¹. Tal termo já vem sendo debatido desde a década de 1910 e possui variadas interpretações e releituras (2005, p. 15). Nesse sentido, é necessário frisar, como fizemos anteriormente, que a *humanitas* abarca um caráter civilizatório, e sua problematização é feita principalmente sob o olhar nacionalista, pós-colonialista e imperialista dos séculos XIX e XX (2005, p. 18-21).

Para os autores modernos, o que chamamos de romanização e a *humanitas* estavam correlacionadas (Hingley, 2005, p. 27). Esse ato era imposto ou ensinado como distinção entre patamares de civilizados *versus* (in)civilizados, permeando uma ideia de “progresso” (2005, p. 26-29). Em meio a essas novas perspectivas de análise, a mudança da visão do mundo moderno também nos ajuda a compreender o passado por diferentes pontos de vista. É necessário observar que os historiadores acreditam que o rearranjo político provocou mudanças extremas, a ponto de alterar o significado da oratória, deixando à parte seu caráter combativo, como dia Walker: “as mudanças na vida política tinham roubado a oratória de seu significado, e quando a censura tornou-se regra, a retórica foi cortada de seu contato com a realidade” (1960, p. 149).

Desta maneira, podemos observar Tácito como um escritor, historiador e orador de complexidade e erudição singular, que é comparado a um pintor que transforma suas palavras em imagens; revela, captura e realça detalhes, seja de cenas com poucos personagens, seja versando sobre multidões. O autor imprime imaginários de personalidades segundo etapas diversas, que não podem ser enquadradas apenas enquanto “ato, cena, desenvolvimento da tensão, clímax, conflito do protagonista” (GOODYEAR, 1970. p. 22).

⁵¹ “Romanization developed within the context of the ideas of classical civilization that were current within Europe during the nineteenth and early twentieth centuries, concepts that were themselves derived from earlier origins. In western Europe, classical study originated during the Renaissance from a revival of the Roman interest in visiting monuments and collecting ancient works of art” (HINGLEY, 2005, p. 18).

3.2. Aspectos políticos na construção da narrativa de Tácito

Dissertar sobre as motivações e características políticas que influenciaram a narrativa taciteana envolve a questão da inserção do historiador em sua ordem, o senado, já que sua escrita era permeada por uma identidade tradicional da “elite” romana. Nesta seção, analisaremos algumas das construções que o autor cria, como fruto de uma interação com seu meio social e político que perpassa suas próprias experiências (ALSTON, 2008, p. 147).

Podemos observar que a escrita de Tácito é uma seleção memorial dentre os diversos territórios de mitos, representações, crenças e heranças, as quais ele pode optar para construir o seu registro identitário (CANDAU, 2014). É um processo individual e, ao mesmo tempo, coletivo, porque age simultaneamente com o contexto (as gerações passadas). Embora o passado possa ser aceito ou ignorado, a construção da identidade, não. Estes não são papéis que podem facilmente ser admitidos ou rejeitados, pois fazem parte de uma narrativa complexa que se sobrepõe a outras de vários indivíduos.

Desta maneira, na visão de Alston (2008, p. 148), a identidade passa por processos de negociações que devem ser alcançados dentro de uma estrutura sociológica particular em relação a diversos marcadores, tais como símbolos de grupos étnicos⁵². Assim, ao narrar, o escritor é influenciado socialmente; esse processo passa por disputas e negociações que são traumáticas em níveis sociais e psicológicos⁵³. Tácito vive em um período de mudança político-social, escreve com *topos* historiográficos, faz reivindicações do poder e do *status* de seu contexto, construindo narrativas de uma identidade que é reafirmada de forma constante⁵⁴.

Sobre o conceito de identidade, sua compreensão atravessa uma complexidade elevada, pois, ao mensurarmos o que seria uma identidade

⁵² “Our identities can be established from how we dress, talk, and walk. Our gender, race, culture, and wealth can be read from subtle signifiers” (ALSTON, 2008, p. 147-148).

⁵³ Ver: ADORNO, Theodor W (1995). “O que significa elaborar o passado; “Educação após Auschwitz”. In ADORNO, Theodor W. Educação e Emancipação. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

⁵⁴ “If someone wanted to assert power as a Roman elite male, he would have to develop an identity narrative that was accepted as establishing a valid claim to that identity. Every stage in the process of development and reception of the narrative is subject to dispute and social negotiation” (ALSTON, 2008, p. 148).

individual⁵⁵ e coletiva⁵⁶, perpassamos, também, o debate no qual a identidade coletiva pode ser um *estado*. Segundo Candau (2014), provavelmente, os membros de uma sociedade podem compartilhar determinados *habitus* através da sociabilização destes. Partindo desse pressuposto, aceitamos a possibilidade da existência de alguns núcleos meridionais⁵⁷.

Os homens que nasceram num mesmo ambiente social, em datas próximas, sofrem, necessariamente, em particular em seu período de formação, influências análogas. A experiência prova que seu comportamento apresenta, em relação aos grupos sensivelmente mais velhos aos mais jovens, traços distintos geralmente bastante nítidos. Isso até em suas discordâncias, que podem ser das mais agudas. Apaixonar-se por um mesmo debate, mesmo em sentidos opostos, ainda é assemelhar-se. Essa comunidade de marca, oriunda de uma comunidade de época, faz uma geração. Uma sociedade, a bem da verdade, raramente é uma. Ela se decompõe em ambientes diferentes (BLOCH, 2001, orig. 1949, p. 151).

Contudo, acreditamos que nem todos os membros de um grupo partilhem exatamente os mesmos *estados*, mesmo porque existem outras interferências que se relacionam a esse recorte, como aquelas relativas a classe, gênero, religião etc. Assim, as identidades “não se constroem a partir de um conjunto estável e objetivamente definível de ‘traços culturais’ – vinculações primordiais, mas são produzidas e se modificam no quadro de relações, reações e interações sociossituacionais” (CANDAU, 2014, p. 27). De igual maneira, a transmissão desses “valores identitários” não é pura e passa por processos de reprodução, invenção, (re)construção, fidelidade, traição, lembrança e esquecimento que vinculam-se à memória, responsável por reproduzir o “conteúdo transmitido⁵⁸”. Quando essa transmissão ocorre na forma escrita, tende a orientar “as memórias

⁵⁵ “No que se refere ao indivíduo, identidade pode ser um estado – resultante, por exemplo, de uma instância administrativa: meu documento de identidade estabelece minha altura, minha idade, meu endereço etc.- uma representação – eu tenho uma ideia de quem sou – e um conceito, o de identidade individual” (CANDAU, 2014, p. 25).

⁵⁶ “Termo ‘identidade’ é impróprio porque ele nunca pode designar com rigor uma ‘recorrência’: em um momento preciso de uma observação um indivíduo é idêntico a ele mesmo, mas duas pessoas – mesmo que se trate de gêmeos – jamais são idênticas entre elas. O termo é então utilizado em um sentido menos restrito, próximo ao de semelhança ou de similitude que satisfaz sempre uma inclinação natural do espírito. Se admitirmos esse uso pouco rigoroso, metafórico, a identidade (cultural ou coletiva) é certamente uma representação” (CANDAU, 2014, p. 25).

⁵⁷ Podem ser reconhecidos como “capital cognitivo fixo, que compartilhado por uma maioria dos membros de um grupo e que confere a este uma identidade dotada de uma certa essência” (CANDAU, 2014, p. 26).

⁵⁸ “O caso das culturas orais é interessante porque, nelas, o processo de registro e conservação de informações coincide inteiramente com o processo de sua comunicação, socialização” (MENESES, 1992, p. 11).

individuais em uma mesma direção, focalizá-las em direção a significações particulares que terão, por conseguinte, grandes possibilidades de ser compartilhadas” (CANDAU, 2014, p. 108). Contudo, é necessário observar que:

Nem toda identidade deriva da memória, mas as identidades mais profundas, aquelas que parecem mais naturais e indiscutíveis, são as fundadas no passado e garantidas por ele. A memória é a grande fundadora e legitimadora das identidades, porque é ela que define quais são as mais importantes, quais não são fluidas e passageiras, quais são aquelas que adquiridas de nascença, como herança de nossos ancestrais (GUARINELLO, 2013, p. 9).

Mas, o que estes conceitos (memória e identidade) que, por vezes, tornam-se tão vagos na modernidade, significavam na Antiguidade? Primeiramente, é necessário frisar nosso autor em seu tempo. Em qual momento histórico estava inserido?

A maneira com a qual Tácito lida com o tempo e sua memória pode ser notada em seu modo narrativo. O autor, por diversas vezes, utiliza o método analítico para expressar sua principal temática, a “decadência do presente” *versus* o “passado virtuoso”, fundamento da moral e religião da sociedade romana. Walker (1960, p. 36) aponta que Tácito, ao “queixar-se sobre a monotonia [de seu objeto], reforça o assunto e a impressão de contínua tirania⁵⁹”. Essa marca é perceptível quando o historiador comenta a respeito dos “primeiros tempos”, bem como quando cita a mudança com o governo de Augusto:

Os primeiros homens, ainda sem paixões desordenadas, viviam sem vícios e sem crimes, assim como sem leis e sem castigos. Em eram precisos os prêmios, porque cada um seguia voluntariamente a virtude; e como nada se fazia contra ela, também era escusado o medo dos castigos. Porém, tanto que se entrou a perder a igualdade, e em lugar da modéstia e do pejo se introduziram a ambição e a força, apareceu o despotismo, que entre muitos povos se tem conservado eternamente. Houve alguns que logo, ou só depois de terem experimentado o poder atribuído dos reis, recorreram ao abrigo da lei; mas no princípio todas as leis eram símplices, e conformes com os costumes símplices dos homens [...] sendo, pois, nomeado pela terceira vez cônsul Cn. Pompeu, e de propósito escolhido para reformar os costumes, foi ele mesmo ainda mais fatal do que eram os males que devia remediar; porque, passando ao mesmo tempo a ser o autor e destruídos das próprias leis que fazia, veio a perder pelas armas quanto poder por elas tinha conseguido. Dominou então pelo espaço de vinte anos amplamente a discórdia, sem costumes nem leis. Os grandes crimes passaram todos sem

⁵⁹ “This instance is typical of Tacitus exploitation of the annalistic method when he deals with the subjects which interest him most; and his frequent complaints over the monotony of his subject strengthen still further the impression of continual, unremitting tyranny” (WALKER, 1960, p. 36).

castigo, e só as grandes virtudes o tiveram algumas vezes. Finalmente César Augusto no sexto consulado, já sem receios de lhe escapar o poder, anulou quanto tinha aprovado no seu triunvirato, e lhe substituiu leis conformes a um governo de paz e de um príncipe. Para que fossem mais firmes também criou magistrados que as fizessem executar; porém estes, atraídos pelo prêmio que a lei *Pápia-Popeia* lhes prometia, converteram-se em delatores de quantos fugiam de casar-se, para que o povo romano, como pai universal, entrasse na herança de seus bens (TAC., *Ann.*, III, 26 e 28).

Vetustissimi mortalium, nulla adhuc mala libidine, sine probro, scelere eoque sine poena aut coercionibus agebant. neque praemiis opus erat cum honesta suo pte ingeniopeterentur; et ubi nihil contra morem cuperent, nihil per metum vetabantur. atpostquam exui aequalitas et pro modestia ac pudore ambitio et vis incedebat, proveneredominationes multosque apud populos aeternum mansere. quidam statim autpostquam regum pertaesum leges maluerunt. hae primo rudibus hominum animissimplices erant[...] Tum Cn. Pompeius, tertium consul corrigendis moribus delectus et gravior remediisquam delicta erant suarumque legum auctor idem ac subversor, quae armis tuebatur armis amisit. exim continua per viginti annos discordia, non mos, non ius; deterrimaqueque impune ac multa honesta exitio fuere. sexto demum consulatu Caesar Augustus, potentiae securus, quae triumviratu iusserat abolevit deditque iura quis paceet principe uteremur. acriora ex eo vincla, inditi custodes et lege Papia Poppaeapraemiis inducti ut, si a privilegiis parentum cessaretur, velut parens omnium populus vacantia teneret. sed altius penetrabant urbemque et Italiam et quod usquam civium corripuerant, multorumque excisi status. et terror omnibus intentabatur ni Tiberius statuendo remedio quinque consularium, quinque e praetoriis, totidem e cetero senatusorte duxisset apud quos exsoluti plerique legis nexus modicum in praesens levamentum fuere (TAC., *Ann.*, III, 26 e 28).

Assim, podemos perceber que Tácito presenciava uma expansão sem precedentes do que era “ser romano” pois, durante o século I d.C., Roma não legitimava seu poder apenas no âmbito econômico; sua influência perpassava perspectivas políticas e culturais, exercendo um poder significativo e simbólico na cidade e em suas províncias. Nesse contexto de reafirmação romana como *imperium*, a guerra civil de 69 d.C., ao mesmo tempo, proporcionou rupturas significativas, atuando nas bases da sociedade, fazendo com que se repensasse o papel dos exércitos e dos senadores. Buscou-se uma readequação desses modelos, o que desencadeou, naquele contexto, uma crise identitária entre os romanos (MARQUES, 2013b, p. 41-42).

A respeito do momento vivenciado por Tácito, os indivíduos de seu tempo observaram as transformações singulares entre a República e o Principado (WALKER, 1960, p. 164-165). Os antigos podiam discernir que estavam ocorrendo mudanças/rearranjos políticos, mas a identidade senatorial, ainda no primeiro século do Principado, estava permeada por resquícios de elementos republicanos. Os imperadores buscavam o equilíbrio entre os valores republicanos, cristalizados socialmente, e as novas regras e formas de governo.

É necessário observar que essas transformações não eram unilaterais, provindas do imperador. Segundo Walker (1960), a sociedade, de maneira ampla, alterava-se, principalmente em decorrência de dois fatores: a crueldade e a maldade. Essas características eram expressas nas diferentes camadas sociais: “o soldado profissional brutal, a mulher impiedosamente ambiciosa e, acima de tudo, o informante (que poderia ser o senador empobrecido, um equestre oportunista)” (WALKER, 1960, p. 78). Dessa maneira, na visão da historiadora, a ganância, o luxo e o interesse próprio os tornavam, paulatinamente, covardes e hipócritas, ao evitar os incômodos ou perigos que o momento fomentava. Tal posicionamento da década de 1960, sofre uma revisão historiográfica, principalmente pelos estudos culturalistas. Não acreditamos serem esses os principais fatores da transformação do momento, visto que foram provocados por inúmeros agentes internos e externos os quais debateremos ao longo do capítulo.

Tácito, nesse contexto, reflete seu recorte histórico-temporal enquanto membro da “elite”. Sob suas lentes, podemos notar um momento de usurpação, ou seja, o imperador em sua narrativa teria concentrado em suas mãos o poder que antes era dos senadores, tornando-os vulneráveis à pressão dos *princeps*. Quando Tácito visa demonstrar as apreensões de sua ordem, expõe os problemas políticos que estão vinculados com a forma de exercer as atividades que antes eram responsabilidade dos senadores, mormente a gerência do *imperium*. Dessa maneira, para versar sobre tais inquietudes, vale-se da biografia de seu sogro, descrevendo o biografado para incluir-se no contexto, mostrando suas experiências (HAYNES, 2006, p. 151).

Ao escrever sobre a vida de Agrícola, Tácito atua elaborando mais do que narrativas de memórias, ele reflete diversos contextos. Um deles é a possível sensação de culpa enquanto senador, porque integrava o corpo daqueles que decidiam condenar as vítimas dos tiranos. Nessa releitura, é perceptível sua angústia, “a agústia amarga trazida por tal lembrança estimulava um pessimismo sombrio, uma tendência a ver o pior lado da natureza humana e os piores motivos de suas ações, assim como a convicção de que a autocracia havia infectado e destruído o bem-estar da *res publica*⁶⁰” (GOODYEAR, 1970, p. 7).

⁶⁰ “The bitter anguish of that recollection encouraged a grim pessimism, a disposition to see the worse side of human nature and the worst motives in human actions, and a conviction that autocracy had

A biografia deste personagem perpassa um debate conflituoso em que há o alternar entre o caráter positivo de Agrícola (*vir magnus*) e sua servidão a tiranos (HAYNES, 2006, p. 168). Com isso, parece demonstrar que ser sobrevivente a um período de terror não é, em sua totalidade, vantajoso, visto que a morte foi sentida por todos na forma de repressão; o sistema privava-os da *libertas*. Tácito, com essa obra, busca, por meio da memória do biografado, que é símbolo de uma “elite” republicana, ir além do nível individual, para fazer deste um modelo do coletivo, rememorando a identidade de um grupo⁶¹.

Portanto, para Alston (2008, p. 148-149) os historiadores antigos ao narrar uma história, frente a esse possível período de pressão – o Principado – devem construir novas identidades, histórias e modelos. Dessa maneira, estavam em suas mãos três opções: usar da retórica para mudar a sociedade, modificar o estatuto particular por reivindicações ou transformar as narrativas de identidade da elite imperial e suas relações com o passado – esta última, a alternativa que Tácito escolheu⁶². No entanto, devemos lembrar que Tácito nos conduz a uma narrativa em que nos induz a pensar que a memória romana estava em processo de degeneração, pelo silenciamento, e sua missão seria mostrar o “resgate” do passado e dos reprimidos. Para isso, utiliza a figura de Agrícola, criando uma lembrança que sobreviverá para retratar um período tirânico⁶³, pois “transmitir uma memória e fazer viver, assim, uma identidade, não consiste, portanto, em apenas legar algo, e sim uma maneira de estar no mundo” (CANDAU, 2014, p. 118).

O silenciamento também poderia significar uma tentativa de esquecimento dos períodos dos maus *principes*. Walker (1960, p. 5) aponta que Tácito revela uma

infected and destroyed well-being of the state” (GOODYEAR, 1970, p. 7).

⁶¹ “Se identidade, memória e patrimônio são as ‘três palavras-chave da consciência contemporânea’ – poderíamos aliás, reduzir a duas se admitirmos que o patrimônio é uma dimensão da memória – e, a memória, podemos afirmar, que vem fortalecer a identidade, tanto no nível individual quanto no coletivo: assim restituir a memória desaparecida de uma pessoa é restituir sua identidade” (CANDAU, 2014, p. 16).

⁶² “Tacitus, however was engaged in the third available option, crucially shifting the narratives of imperial elite identity by examining and establishing the relationship of that elite to the Roman past” (ALSTON, 2008, p. 149).

⁶³ “Breaking a silence that had lasted for fifteen years will be difficult, as Tacitus attests when he calls his voice “unformed and rough.” Tacitus’s voice is unpracticed in the language of *libertas*, but the phrase is also a metaphor for the degeneration of memory after a period of enforced silence [...] Because of Domitian’s suppression both of the past and of the speech of his subjects, Tacitus as a historian has a double job to do: he must rescue both the past from oblivion and the voices that had been silenced in the past from forgetting how to speak. For him, past and voice have become a single problem; in the *Agricola*, he must find a way to address it if he is to carry on with his historiographical project” (HAYNES, 2006, 153).

experiência pessoal de humilhação nos governos tirânicos⁶⁴. O momento em questão enquadra-se como um efeito ocasionado pela falta de *libertas*, em que, ao privar o “povo” de expressar-se, concomitantemente, comprometeria a memória, visto que esta é a “identidade em ação”. Assim sendo, a sua ausência pode “ameaçar, perturbar e mesmo arruinar o sentimento de identidade” (CANDAU, 2014, p. 18). Tácito compara os efeitos do Principado a uma doença da qual os cidadãos não querem se libertar (TAC., *Ag. II*, 3). Contudo, o autor acredita em uma reabilitação, mesmo que árdua. Para tal, adverte que é necessário um cuidado, mesmo nos momentos menos turbulentos, pois o processo de escrita e formação de opiniões passa constantemente por períodos de atenção e recuperação (HAYNES, 2006, p. 167).

O historiador aponta uma dualidade entre um passado que se pode discutir em público *versus* o presente sobre o qual não se pode falar abertamente. Dessa maneira, para Haynes (2006, p. 160) torna-se observável um processo traumático vivenciado pelos cidadãos, beirando a “incapacidade” de transformação do presente, gerando apatia e conformação (WALKER, 1960, p. 174). Nesse momento, é perceptível que abordar determinadas questões políticas, mesmo sob o governo de “bons” imperadores, seria discutir não uma forma de regime, mas o próprio regime, visto que o poder era o imperador. Tácito, porém, busca explicitar em suas obras o caráter imparcial delas⁶⁵ e seus fins/objetivos, que são a preservação da *mora*⁶⁶ pelos *exempla*, além de demonstrar um desejo de entender seu contexto de uma maneira mais organizada⁶⁷. Todas essas características são marcas textuais do período, *topos* historiográficos.

⁶⁴ “Here Tacitus is speaking of what he knows; the personal experience of long humiliation under tyranny” (WALKER, 1960, p. 5).

⁶⁵ “Entretanto aqueles que professam incorruptível um juramento devem escrever a respeito de alguém sem amor e sem ódio – *sed incorruptam fidem professis neque amore quisquam et sine ódio dicendus est*” (TAC., *Hist.*, I, 1); “e continuar logo com os de Tibério, e seus sucessores, sem ódio nem afeição, porque nenhuns motivos tenho para isso – *mox Tiberii principatum et cetera, sine ira et studio, quorum causas procul habeo*” (TAC., *Ann.*, I, 1).

⁶⁶ “porque creio ser o principal objeto dos Anais pôr em evidência as grandes virtudes, assim como revelar todos os discursos e ações vergonhosas, para que, ao menos, o receio da posteridade acautele os outros de caírem nas mesmas infâmias – *quod praecipuum munus annalium reor ne virtutes sileantur utque pravis dictis factisque ex posteritate et infamia metus sit*” (TAC., *Ann.*, III, 65); “Transmitir a la posteridade los hechos y condutas de los hombres ilustres – *Clarorum virorum facta moresque posteris tradere*” (TAC., *Ag.*, I, 1).

⁶⁷ “Eu porém, que não só tenho ouvido isto, mas outros casos semelhantes, fico sem poder decidir-me, se as coisas humanas se governam por uma fatalidade, e força necessária, ou são efeitos de simples acasos – *Sed mihi haec ac talia audienti in incerto iudicium est fatone res mortalium et necessitate immutabili an forte volvantur*” (TAC., *Ann.*, VI, 22).

A respeito dessas recordações relatadas por Tácito, é necessário lembrar que são frutos de construções sobre construções que, por vezes, nem o próprio vivenciou, mas reproduziu consciente ou inconscientemente:

De fato, a lembrança do tempo passado não é a lembrança do tempo que passa nem a lembrança do tempo que passou, pois, como observa M. I. Finley, a consciência da duração entre o momento da rememoração e o acontecimento recordado é flutuante (de acordo com o caso haverá contração ou extensão) e aproximativa: “há muito tempo” ou “outro dia”, etc. Em razão dessa imagem grosseira da duração, observa Bachelard, “nossa alma não guardou a fiel lembrança de nossa idade nem a verdadeira medida da longa jornada ao longo dos anos: guardou, isso sim, a lembrança dos acontecimentos que colocamos como decisivos de nosso passado”, quer dizer, que os acontecimentos que são percebidos como tal, que fazem sentido para quem lembra, ordenados de acordo com um sistema racional no momento mesmo da evocação, por ocasião dos “instantes ativos” bachelarianos nos quais acontece a “tomada de memória” que é, ao mesmo tempo, tomada de consciência de si mesmo (CANDAU, 2014, p. 65-66).

Contudo, “não se pode recordar um acontecimento passado sem que o futuro desse passado seja integrado à lembrança” (CANDAU, 2014, p. 66). Assim, a posição dos cidadãos frente aos *princeps*, representava-se, algumas vezes, através de um “servilismo”, visto que a única influência no regime era a posição passiva de esperança para que o imperador atuasse de maneira complacente e fosse “bom” governante (HAYNES, 2006).

A respeito dessa organização do Principado, Andrew Wallace-Hadrill (1996, p. 296-306) pontua que Augusto obteve sucesso devido à criação de redes de solidariedade desde o senado até as províncias embasadas em sua *auctoritas* pessoal de imperador (principal patrono), tornando-se o centro de uma rede interconectada de clientes, formando fontes de promoção social.

Nessa perspectiva, em que quase todo o poder emanava do imperador, este deveria manter a oposição ao seu regime afastada, bem como possíveis questionamentos sobre a gerência do *imperium*. Para que a aparelhagem política se efetivasse, foram elaborados alguns métodos de controle, relativos principalmente aos meios de comunicação: colocação de limites para a recepção de informações, estabelecendo restrições para a sociedade como um todo, sobretudo para os intelectuais, nos campos da oralidade e da escrita (CAMPOS, 2008, p. 11). Dentro dessa linha de raciocínio, um dos impedimentos era a manutenção do afastamento da oratória combativa. Essa medida amalgamou-se ao novo sistema, que não representava uma configuração ideal para a continuação da eloquência durante o

Principado.

Neste modelo político, as disputas apresentavam-se como constantes; quase toda a imagem da época imperial era permeada pelos jogos de poder e pelas querelas familiares, seguidas de diversas delações e julgamentos por traição, paranoia, despotismo e bajulação, o que pode ser observado ao longo dos *Anais*⁶⁸.

Percebemos a conformação de Tácito relativa a essa possível destruição, isto é, a impossibilidade de (re)construir os ideais da *res publica*, quando ele narra a conspiração de Pisão⁶⁹. Esse episódio, segundo Walker (1960, p. 133), foi uma “tentativa de restauração da liberdade”. Tal plano fracassou por diversos motivos, como as suspeitas de Nero, vazamento de informações e o temor dos envolvidos em executar as ações: matar Nero e aclamar Pisão como imperador. A maioria dos envolvidos foi condenada ou exilada, com exceção de duas absolvições (TAC., *Ann.*, XVI, 50-67).

Tácito refletia esse contexto turbulento de diversas maneiras por meio de artifícios retóricos. Outros dois elementos de suma importância para sua escrita política eram a *euroneia*, que representava a construção de “um arquétipo de ignorante ou aquele que finge, dando-lhe um ar de humildade ou de prudência, e que se diversifica, seja estabelecendo um aspecto de dissimulação, de mistificação ou construção de uma ironia intelectual” (COUSIN, 1957 apud CAMPOS, 2008, p. 30) e o *innuendo*, “para transmitir a impressão de que este [o autor] se exime da responsabilidade de fornecer um julgamento diante dos eventos os quais descreve” (CAMPOS, 2008, p. 33).

Para que tais elementos se efetivassem, o sistema de aprendizagem da oratória foi alterada. No campo educacional, as escolas de retórica concentravam seu ensino alicerçado em questões improváveis e/ou fictícias, para que se evitassem confrontos. Quintiliano, primeiro professor a receber a cátedra do ensino, propunha que o ensino deveria ser executado segundo alguns preceitos:

Formar não mão de obra para tribunais, nem uma voz mercenária, e nem – para poupar termos desagradáveis – um advogado de muita utilidade nos litígios, enfim, desse tipo que o vulgo chama de causídico, mas sim um homem que, além de preeminente por seus dons naturais, ainda tenha cingido com entendimento profundo os tantos nobilíssimos saberes, enfim,

⁶⁸ Ver Walker (1960, p. 21-31) e sua análise pormenorizada sobre a lei *maiestas* e os julgamentos.

⁶⁹ Para discussão pormenorizada ver Walker (1960, p. 131-137).

um presente dado à humanidade, o qual jamais fora conhecido desde os tempos remotos, ser único e perfeito em todos os sentidos, que concebe as coisas mais sublimes e fala da maneira mais sublime (QUINT., *Inst.*, XII, 25).

Non enim forensem quandam instituimus operam nec mercennariam uocem neque, ut asperioribus uerbis parcamus, non inutilem sane litium aduocatum, quam denique causidicum uulgo uocant, sed uirum cum ingenii natura praestantem, tum uero tot pulcherrimas artis penitus mente complexum, datum tandem rebus humanis, qualem nulla antea vetustas cognouerit, singularem perfectumque undique, optima sentientem optimeque dicentem (QUINT., *Inst.*, XII, 25).

Dessa maneira, quando observamos através dos relatos das fontes a transformação educacional, percebemos que ela não se dá de forma isolada, mas segue diversos eventos encadeados, um deles é a mudança da postura política dos cidadãos. A oratória e seu ensino eram um “poderoso instrumento de ação, coação e, de certa forma, coerção social” (REZENDE, 2009, p. 18). Portanto, o ensino dessa arte seria plausível em meio à República, onde as decisões seriam tomadas entre pares. Contudo, não podemos afirmar que o Senado foi extinto de sua total função, ele regulava e legitimava o imperador em sua ascensão, bem como legislava e escolhia magistrados (FAVERSANI, 2013, p. 101).

Todavia, essa diferenciação não ocorreu de forma abrupta, sendo perceptível o impacto dessa transformação nos *Diálogos*:

Em verdade, então, as reuniões frequentes, o direito dado de atacar quem quer que fosse dentre os mais poderosos, a própria glória das inimizades (uma vez que vários dos mais eloquentes não recusassem nem mesmo diante de Públio Cipião, Lúcio Sula ou Cneu Pompeu, e, para que fossem atacados os homens mais importantes, como é a natureza da inveja, servissem-se, tal como os historiões, dos ouvidos do povo). Quão grande ardor moviam aos talentos, que feixes de luz lançavam aos oradores! (TAC., *Dial.*, XL).

Iam vero contiones assiduae et datum ius potentissimum quemque vexandi atque ipsa inimicitiarum gloria, cum se plurimi disertorum ne a Publio quidem Scipione aut L. Sulla aut Cn. Pompeio abstinerent, et ad incessendos principes viros, ut est natura invidiae, populi quoque et histriones auribus uterentur, quantum ardorem ingeniis, quas oratoribus faces admovebant (TAC., *Dial.*, XL).

Percebemos que a oratória se modificou durante o Principado de forma a centralizar-se no método educacional. Em períodos anteriores, este era efetivado e aplicado nos fóruns públicos das cidades romanas, onde os jovens poderiam exercitar o ofício de oradores com erudição. O ensino da oratória não se apresentava apenas a partir de conhecimentos técnicos de defesa ou sobre a política. O bom orador, deveria

estar apto a versar sobre diversas temáticas. O fórum era um dos órgãos e um dos ambientes que envolviam de maneira pública a política romana. Com o advento do Principado e a concentração de poder nas mãos do *princeps*, estabelecia-se, porém, uma dicotomia: poder pessoal *versus* a função das instituições políticas romanas republicanas. Tal ambivalência colidia, pois, o que antes era função de um órgão, passa a gerir-se nas mãos do imperador (WALKER, 1960, p. 151).

Mediante essa conjuntura, podemos perceber como a falta de *libertas* durante o Principado alterou a prática da oratória, ocasionando mudanças em uma das principais áreas educacionais, o ensino da oratória. Anteriormente (na República), o brilho dessa arte era motivo de orgulho para o povo romano por representar o mais alto grau de intelectualidade (REZENDE, 2009, p. 59). No entanto, a eloquência transformou-se em “pura declamação”⁷⁰.

No *Diálogo*, ele nos apresenta alguns questionamentos: a) poesia *versus* oratória (TAC, *Dial.*, V-XIII); b) o mérito dos antigos oradores *versus* os “modernos” (TAC., *Dial.*, XVI-XXVII); c) os motivos que teriam levado à “decadência” da oratória (TAC., *Dial.*, XXVIII-LXI). Todas essas questões são inconclusivas, pois a fonte apresenta-se enquanto um diálogo retórico, ou seja, tem por característica “empregar em igual eficiência, os dois lados de determinado assunto de maneira sólida” (MARQUES, 2002, p. 57).

Assim, a obra apresenta diferentes prismas para o debate. Historiadores modernos tentam decifrar qual personagem representaria⁷¹ a voz de Tácito, se ele acreditava ou não que a combatividade vinha diminuindo e se julgava que essa mudança era positiva ou negativa para o momento⁷². Todas essas indagações apresentam-se equilibradas, a fim de não transparecer sua posição, pois ele é tributário dos preceitos retóricos vigentes em seu tempo.

O *Diálogo dos Oradores* constrói a ideia que, em tempos de “liberdade”, a retórica floresce; de igual maneira, em períodos de tirania, ela seria reprimida. Assim, em contextos de tirania, discursos vazios se apresentariam de forma propícia e não transcenderiam as causas. A ausência da coesão na argumentação era um

⁷⁰ A oratória do período de Tácito (*Diálogo I*) e de Plínio, o Jovem (*Carta II*, 14, 6-9) passava a ser reconhecida apenas como, “discurso de ornamentação, a oratória da causa sem causa” (REZENDE, 2009, p. 43).

⁷¹ Ver Goodyear (1970, p. 15-16).

⁷² Discussão que será pormenorizada no capítulo quinto.

ponto crítico para Tácito, que questionava os exibicionismos e as aplicações de efeitos estilísticos em lugar da eloquência combativa.

Também a nossa cidade, enquanto andou sem rumo, enquanto se arruinou com partidos, dissensões e discórdias, enquanto não houve paz alguma no foro, concórdia alguma no senado, moderação alguma nos tribunais, respeito algum pelos superiores, barreira alguma aos magistrados, produziu sem dúvida uma eloquência mais forte, exatamente como um campo inculto tem mais vigorosas plantas (TAC. *Dial.* XL).

non de otiosa et quieta re loquimur et quae probitate et modestia gaudeat, sed est magna illa et notabilis eloquentia alumna licentiae, quam stulti libertatem vocitant, comes seditionum, effrenati populi incitamentum, sine obsequio, sine severitate, contumax, temeraria, adrogans, quae in bene constitutis civitatibus non oritur (TAC. *Dial.* XL).

Dessa maneira, um ponto importante em Tácito é a presença das memórias fortes, o “imaginário republicano”, mesmo que o autor não tenha presenciado tal contexto. A falta de *libertas* era ruidosa e tornava-se significativa ao seu ofício. Assim, as “lembranças” eram sustentadas pelo ciclo do tempo, pelas memórias compartilhadas, pelos registros da História, pelos paralelos entre “presente” e “passado” que podem ser observados e correlacionados com a identidade, pois:

Auxiliar de uma memória forte, a escrita, ao mesmo tempo, reforça o sentimento de pertencimento a um grupo, a uma cultura, e reforça a metamemória. Assim, o escritor local, aquele que tem o poder de registrar os traços do passado, oferece ao grupo a possibilidade de reapropriar-se desse passado através dos traços transcritos. Entretanto, com frequência a escrita, como modalidade de expansão da memória, deixa a busca indetitória incompleta (CANDAU, 2014, p. 109).

Contudo, esse processo de registro passa por questionamentos. Como ele selecionou o que queria conservar? Por que transmitir aqueles valores? Tácito, ao longo de sua escrita, reflete diversas ideias que estão sujeitas a múltiplas interpretações para o leitor. Um ponto notável desse recurso é o emprego do rumor – uma forma de expressar a opinião pública. Tácito implanta suspeitas, não tomando partido em relação à “veracidade” dos boatos. A ausência da refutação, alinhada ao emprego cumulativo de informações adjacentes, proporciona, por vezes, a condenação/distorção de caracteres que permanecem gravados na história e memória, como no personagem de Tibério, retratado como homem cruel, invejoso, sedento por sangue, dissimulado, rancoroso e hipócrita (GOODYEAR, 1970, p. 31-32).

Tácito, desta forma, não pode ser enquadrado como um autor que observa

suas fontes sem criticidade, mas sim como um historiador que levou em conta o período em que elas foram escritas. Walker (1960, p. 27) aponta que a sociedade, aos olhos dele, estava em um nível de degradação provindo dos “excessos, corrupções, neurose de poder, medo, ganância, fraude, credulidade, a imoralidade sexual e violência⁷³”. Sendo assim, a autora infere que a visão de Tácito era pessimista quanto ao Principado, visto que era uma continuidade “progressivamente má”. As *Histórias* confirmam esse olhar mediante a narrativa da guerra civil de 68-69 d.C., balizada por “crueldades e intrigas⁷⁴” (WALKER, 1960, p. 32). Contudo não somos tributários desse entendimento, acreditamos que é necessário, reafirmar a criticidade de Tácito quanto às suas fontes e a construção de sua argumentação. Ele realmente seria capaz de detectar a decadência de seu período?

Podemos inferir que para Tácito, o “caráter” de seus personagens era preponderante frente ao destino. O autor mostra-se “cético” quanto à interferência dos deuses em alguns trechos de sua obra, e quando utiliza esse argumento, o faz enquanto *factum* apenas como último recuso retórico, quando se via obrigado a apontar sua incapacidade de compreensão a respeito de um determinado acontecimento. Sua perspectiva é fundamentada sobretudo sobre os conflitos da natureza humana e do caráter.

Assim, como afirma Goodyear (1970, p. 35), Tácito “criou um meio muito pessoal, único e poderoso de expressão”. A escrita refinada e o estilo coeso e único perpassam suas obras de maneira evidente e constante. Estudos a respeito de sua estilística propõem “superfícies de tensão e impulsos”, bem como observam suas escolhas léxicas orientadas a conferir características ímpares à sua narrativa, efetuando a seleção e combinação textual sempre com qualidade e bom senso, a fim de produzir efeitos sobre o leitor (GOODYEAR, 1970, p. 37). Com relação a este

⁷³ “But his excesses are part of general picture of corruption. Tacitus’ opinion of the common people [...] It is a society gripped by the corruption of a power- neurosis (*libido dominandi*), where all moral standards have been abandoned and the only motives ruling men are fear and greed. Tacitus gives repeated examples of the prevalence of every kind of fraud, credulity, sexual immortality, and violence; and the collapse of the traditional social order and the ethical assumptions belonging to it is made especially clear in the account of the power and arrogance of the freedmen” (WALKER, 1960, p. 27).

⁷⁴ “This outline will indicate that Books XI-XVI are consistent with I-VI in developing the view of the principate as progressively evil. The loss of the final portion of the Annals prevents us from knowing how Tacitus brought these themes to a climax. But from the bitter survey in Histories I we may conjecture that the lost portion would show no reversal of the prevailing trends in XI-XVI, but would rather intensify them, leading to the violent events 68-9 as their culmination, just as the themes of cruelty and intrigue were made to culminate in the ‘reign of terror’ in Book VI” (WALKER, 1960, p. 32).

aspecto de sua obra, é inegável a influência de sua formação como orador e político, que incidiu tanto em sua forma de expressão como em seu posicionamento, ambos nutridos pelas suas experiências conscientes e inconscientes.

Por toda a complexidade e erudição contida em sua escrita, Tácito representou diversas facetas, como “aristocrata amargurado, subversor cínico de autoridade, reacionário, defensor da liberdade, escritor perigoso e gênio criativo”. Essas qualidades ou características forjaram a sua “não satisfação com explicações superficiais e fáceis” (GOODYEAR, 1970, p. 43). Todas essas características que ajudam a compreender o pensamento do autor.

Assim, acreditamos que os aspectos pessoais e políticos da vida de Tácito possam ajudar a compreender o papel de determinadas redes de poder, que elas podem interferir na “dinâmica das relações sociais e não pelo controle apenas desse ou daquele atributo” (FAVERSANI, 1999, p. 12). Por isso, buscamos, por meio dessas duas perspectivas de análise, entender como Tácito se inseria na grande rede de poderes que o circundava e como ele atuava nesse contexto. A análise desse autor por meio dos conceitos de memória e identidade, aqui empreendida, dialogará, no próximo capítulo, com a observação das relações entre Tácito e o Principado a partir do governo de Domiciano e das reformas morais por este empregadas.

4 Relações entre as reformas morais no Principado de Domiciano e a obra de Tácito

“A mais conhecida forma de abordar o passado, histórico ou fictício, é divagar sobre ele e isso, naturalmente, é outro lugar-comum sócio-político” (FINLEY, 1985).

Ao propormos estudar um governo em específico, devemos observar as lentes que nos são dadas pela documentação e as nossas próprias, isto é, os conceitos e as experiências que a pós-modernidade nos proporciona. No capítulo 3, ressaltamos como a presença da memória e da identidade são fundamentais para que os autores façam certas escolhas ao narrar suas histórias, bem como nós, também, ao escrevermos essa dissertação, carregamos linguagens e pensamentos diferentes daqueles circulantes no mundo antigo, em decorrência de nossa interação com a época em que vivemos. Assim, como diz Bloch (2001, orig., 1949, p. 60), o homem questiona a história em seu tempo¹.

De igual maneira, tentamos reajustar essas lentes para obter informações desse passado tão caótico, tendo consciência das peculiaridades e experiências segundo as quais esses historiadores elaboram suas obras em seu momento – por vezes, sem nitidez sobre a nova ordem do sistema que se colocava (GUARINELLO, 2003, p. 45). Portanto, buscaremos discutir, de forma breve, esse momento de transição de regime da República para o Principado (século I a.C.- I d.C.) e algumas das interpretações a respeito das relações entre o *princeps* e os membros do senado com o intuito de investigar essas interações, visto que os senadores permaneciam em contato com o imperador.

Temos consciência de que os homens do primeiro século de nossa era não faziam uma clara distinção entre a mudança institucional da República para o Principado (ALSTON, 2008, p. 151). Somos nós, à luz do distanciamento histórico, que buscamos uma periodização. Os antigos não nos deixaram dados suficientes para estabelecer tais categorias modernas (AGNOLON, 2013, p. 113), mesmo porque, “não se preocuparam em qualificar ou delimitar o que era o Império Romano. Os autores contemporâneos têm se esforçado por definir este conceito

¹ “Em suma, nunca se explica plenamente um fenômeno histórico fora do estudo de seu momento” (BLOCH, 2001, orig., 1949, p. 60).

multiforme e [...] cada autor antigo tem seu próprio Império Romano (ou mesmo vários deles)” (FAVERSANI; JOLY, 2014, p. 11). O que possuímos são os vestígios, muitas vezes desorganizados, disformes e incoerentes, em relação às execuções de determinados indivíduos que integravam a vida pública em um determinado momento, e que refletiam mais do que comportamentos políticos: eles continham/eram o próprio status que a posição lhes conferia² (GUARINELLO, 2003, p. 45).

Considerando que as nossas fontes dialogavam com a confluência das duas dimensões – ideia de passado e presente no interior da *res publica* – é inconclusivo pontuarmos um momento de ruptura. O que podemos perceber é que esse processo foi gradual e sinuoso, marcado por articulações e permanências em que a *libertas*, a *dignitas*, a concepção de *princeps* e a *auctoritas* adaptaram-se em um novo contexto de experimentação política – conceitos e ideias que discutiremos ao longo deste capítulo (CAMPOS, 2013a, p. 130).

Faversani (2013, p. 109) propõe que a periodização República e Império não deve ser matizada, mas vista como “múltiplas fronteiras” com “múltiplas camadas” que separam-se e ligam-se em várias “Repúblicas” e “Impérios” pois “[...] nem sempre a república é sucedida pelo império, mas existem momentos imperiais em meio à república e momentos republicanos em meio ao império[...]” (2013, p. 110). Evidencia, portanto, a existência de rupturas e continuidades que se relacionam e se articulam entre as nuances da aristocracia³. Assim, a bibliografia nos aponta indícios da tentativa de realização de um poder individual antes mesmo da ascensão de Augusto, a saber: “o cargo de *dictador*, o controle das deliberações senatoriais e a eleição de seus membros, uma posição religiosa próxima da deificação e atribuições semimonárquicas, todas elas evidentemente indesejáveis para a maioria de seus pares e que lhe custaram a vida” (CAMPOS, 2013b, p. 27).

² “The Latin terms *honor* respectively *honos* did, of course, signify both office and esteem, and the individual's position within the political hierarchy simultaneously determined the size and significance of his house. It could be said in a pointed fashion: the Roman distinction *publicus/privatus* has little in common with the modern distinction of a public-political from an apolitical private sphere” (WINTERLING, 2009, p. 64).

³ Não devemos pensar o Principado como uma “obra de um homem, de um gênio político que tem poderes de instauração sobreumanos, e mais como resultado de processos diversos de transformação que em alguns casos têm no período do governo de Augusto um momento importante (mas não singular) e, em outros caos, não representa qualquer importância ao que se chama instauração do Principado” (FAVERSANI, 2013, p. 109).

A respeito da periodização, Joly (2013, p. 115) afirma que, nesse contexto de compreensão da República e do Principado, essa transição passa a mensurar uma realidade diferente da “vívda” pois esses blocos fixos temporais, ao invés de facilitar o entendimento, transmitem uma ideia errônea, pois Roma teria passado por momentos de coexistência entre os dois sistemas. Precisamos também destacar que o Principado não deve ser tratado como uma unidade e, sobretudo, não como um todo homogêneo. Ele estende-se da Britânia ao Egito, da Lusitânia à Síria, e, dentro desse espaço territorial, viviam mais de sessenta milhões de pessoas, com organizações sociopolíticas e culturais distintas, “uma verdadeira Cosmópolis” (FAVERSANI; JOLY, 2014, p. 11).

Algumas interpretações advêm de leituras sobre um momento de transformação no qual as atitudes dos senadores perante a presença do *princeps* demonstram posições antagônicas. Tais políticos comportavam-se ou com posturas “condenáveis”, os adutores, ou como “virtuosos”, aqueles que enfrentavam os acontecimentos e se contrapunham às ações dos tiranos. Os membros desse segundo grupo, no entanto, acabavam perecendo como vítimas, não somente dos “maus” imperadores, como também dos aristocratas, que estavam se beneficiando do sistema vigente. Havia ainda aqueles que eram contrários ao regime, mas mediavam seus posicionamentos e, por vezes, silenciavam-se e/ou não buscavam *fama*, e acabaram por sobreviver ao período por meio de atributos como a *moderatio* e a *prudentia* (FAVERSANI; JOLY, 2013b, p. 69).

Paulo Martins (2013, p. 124) aponta que os processos e períodos que existiram como “demarcadores” temporais são amplos e perpassam interações entre estruturas como *potestas* (poder) e *auctoritas* (autoridade) sendo estas investiduras do senado e do povo romano. A *auctoritas* dos Júlio-Claudianos concentrava-se na herança familiar (parentes de Augusto e *gens* Cláudia), porém, os imperadores necessitavam reafirmar sua legitimidade. Após a morte de Nero, houve uma crise dinástica pois não haveria herdeiros. Galba assume o poder e ocorre a Guerra Civil de 69 d.C., em que Vespasiano é aclamado imperador, legitimando-se pela sua vitória militar. O então *princeps* alternava os consulados entre seus filhos, Tito e Domiciano, próximos governantes.

É importante compreender as terminologias República e Império. Marques (2013a, p. 133) busca explicar tais diferenciações: primeiramente aborda que existem definições usuais para os períodos, em que República, em maiúsculo, seria

a oposição dos sistemas romanos à “Monarquia” e ao “Império”, isto é, um recorte temporal de 509 a.C (queda de Tarquínio, o Soberbo – último rei romano) até 31 a.C. (vitória de Otaviano sobre a esquadra de Marco Antônio e Cleópatra na Batalha do Ácio, ou em 27 a.C., pela atribuição do título de Augusto a Otaviano⁴), no entanto, em seu ponto de vista:

Dentro do período que costumamos balizar como “República”, a expansão territorial romana passa a se dar progressivamente com mais vigor a partir do início do século III a.C., com a Primeira Guerra Púnica, resultando na anexação de boa parte da Sicília e na transformação de Roma como nova potência naval, em confronto direto com Cartago pelo domínio do Mediterrâneo. É daí que passamos a entender a extensão do novo território romano como um império, no que vemos também como esse termo adquire outra conotação fora de seu uso e significado originais (MARQUES, 2013a, p. 133).

Em seguida, diz que a palavra “império” carrega uma ambiguidade, pois poderia significar tanto o período político administrativo como o de expansão romana. A autora (2013a, p. 134) deixa claro que prefere utilizar o termo “Principado”, assim como Campos (2013a), visto que o termo retrata as duas primeiras famílias⁵ no poder, e cuja “ausência de regras constitucionais definidas para o poder do *Princeps* fizera com que o período dinástico Júlio-Claudiano se apresentasse como uma lenta e gradual implementação de um novo sistema político” (CAMPOS, 2013a, p. 130). Concordamos com o termo e optamos por utilizá-lo em nossas análises para melhor delimitar o recorte temporal proposto.

Percebendo esse contexto de transformação, temos a situação da mudança de comportamento dos senadores em uma nova “geografia de poder” que estava adquirindo forma (DIAS, 2014, p. 18). Assim, é dever lembrar que, além de abordarmos a visão de senadores romanos (através das nossas fontes), cada indivíduo escreveu inserindo suas cores próprias para a formação do que hoje

⁴ “Num ato de extrema inteligência estratégica política, Otávio vai ao Senado e busca devolver ao mesmo os poderes sobre a condução imperial, afirmando que o Estado estava salvo após a *stásis*” (Gonçalves, 2014, p. XVI). “Em meu sexto e sétimo consulados, depois de extinguir as guerras civis e, por consenso de todos, senhor de tudo, passei a república de meu poder para o arbítrio do senado e do povo romano. Por esse mérito pessoal fui chamado de ‘Augusto’ por decreto do senado – *In consulatu sexto et septimo, postquam bella civilia exstinxeram, per consensum universorum potitus rerum omnium, rem publicam ex mea potestate in senatus populique Romani arbitrium transtuli*” (Aug. R.G., XXXIV)

⁵ Governos dos Julio-Claudianos: Otávio César Augusto (27 a.C.-14 d.C.), Tibério Nero César (14-37 d.C.), Caio César Calígula (37-41 d.C.), Tibério Cláudio Druso (41-54 d.C.), Nero Cláudio César (54-68 d. C).

compreendemos como império romano (FAVERSANI; JOLY, 2014, p. 11). Durante muito tempo, a “transição” foi pensada pelos historiadores a partir da perspectiva de um único agente político. O *princeps* outorgava seus poderes e os demais estavam à sua mercê. Tal leitura demonstrava que o imperador parecia ser um elemento quase que estruturante, que amalgamaria a cidade, pois continha em um de seus títulos um conceito abstrato: seria o primeiro entre os iguais. Em outras palavras, ao mesmo tempo em que estabelecia uma relação de igualdade, mantinha-se em um patamar elevado, sendo primeiro entre os senadores: “Depois disso, vi-me à frente de todos pela autoridade, mas nenhum poder tive a mais que meus outros colegas também investidos de cargos – *Post id tempus auctoritate omnibus praestiti, potestatis autem nihilo amplius habui quam ceteri qui mihi quoque in magistratu conlegae fuerunt*” (AUG., R.G., XXXIV).

Novos estudos, como veremos adiante, apontavam que o poder do *princeps* teria de ser reconhecido dentro do sistema vigente, isto é, pelos senadores. Portanto, o Senado não era apenas uma instituição fictícia; ali de fato eram realizadas deliberações. Aloys Winterling (2009, p. 31) afirma que existia uma interação política, pois os imperadores não desejavam criar uma nova aristocracia, visto que o controle aparentemente estava dentro de uma estrutura maior de poder que os legitimava, o Senado. Outro aspecto a destacar são as dimensões do império. Um só homem governando e administrando as províncias orientais e ocidentais seria inviável. Assim, era preponderante o auxílio da aristocracia para manter e gerir o equilíbrio imperial, haja vista a abrangência política, econômica e cultural de cada região.

Nesta pesquisa, analisamos como Tácito observava essa relação entre imperadores – em especial Domiciano – e senadores. Sobre essa sociedade aristocrática, ela: “estavam em contato direto e regular com os imperadores e foram imediatamente afetados pelo comportamento imperial em suas oportunidades de vida – por patronato ou acusações” (WINTERLING, 2012, p. 6). É necessário frisar que o historiador e literato romano atrelava sua *auctoritas* às experiências obtidas em diversas áreas, nos campos político, religioso e militar.

O debate sobre as relações entre *princeps* e senadores é diverso. Em

conformidade à mudança de abordagem, os constitucionalistas⁶ foram primordiais. Moses Finley (1985, orig. 1982, p. 68) aponta que a política na República e no Principado era distinta. Durante o primeiro período, caracterizava-se enquanto gerida por senadores (aristocracia) em um sistema de patronagem e, no segundo momento, o imperador teria domínio irrestrito sobre as decisões da *res publica*. Nessa linha de raciocínio, para o historiador, não haveria política, pois o Senado adquiria tons ilustrativos, com aparência consultiva, sem participação real, sem força de lei, e o *princeps* concentrava o poder deliberativo, subjugando a todos. Esse modelo rígido já não é mais defendido pelos historiadores contemporâneos.

Tal perspectiva apolítica foi repensada por diversos autores. Em contrapartida, configuraram-se novas releituras para o Senado relacionadas à sua heterogeneidade, principalmente partindo da perspectiva de que os senadores eram portadores de anseios e interesses diversos, abertos aos desmandos do *princeps* e também beneficiários desse relacionamento, participando e julgando as causas públicas e particulares. Nesse momento, é preciso considerar que os títulos eram adquiridos de forma individual e, portanto, essa aristocracia buscava angariar os cargos das magistraturas, curatelas e as demais atribuições elaboradas desde os tempos de Augusto, como a Prefeitura da cidade (MENDES, 2006, p. 30).

Theodor Mommsen observava a sociedade romana e suas relações internas pelo viés de diarquias, ou seja, a “divisão de poder jurídico no âmbito das instituições e procedimentos políticos⁷”, que coexistiam (WINTERLING, 2009, p. 130). Para Mommsen, haveria um laço entre o Senado e o *princeps*, segundo o qual os senadores legitimavam a ascensão do governante, proporcionando-lhe os poderes de *imperium proconsulare* e *tribunicia potestas*. Essa estrutura republicana de continuidade no Principado era ocasionada pela cultura jurídica normativa político-social (FAVERSANI, 2013, p. 101).

Dignidade tribunicia. Este era o título que Augusto imaginara para designar o poder supremo, não querendo tomar o nome de rei ou ditador, mas

⁶ Historiadores do século XIX que acreditavam que era o conjunto das leis que moldariam a cidade, ou seja “a cultura jurídica que tinha um efeito normativo na ação política e social dos indivíduos, conferindo uma excepcional estabilidade estrutural à sociedade republicana” (FAVERSANI, 2013, p. 101-102).

⁷ “Dyarchia, therefore, initially is not concerned with the actual division of power between emperor and senate but refers to certain legal relations within the framework of political institutions and procedures” (WINTERLING, 2009, p. 130).

procurando unicamente, debaixo de qualquer denominação que fosse, apossar-se da autoridade soberana (TAC., *Ann.*, 3, LVI).

potestatem tribuniciam. id summi fastigii vocabulum Augustus repperit, ne regis aut dictatoris nomen adsumeret ac tamen appellatione aliqua cetera imperia praemineret (TAC., *Ann.*, 3, LVI).

Apesar de os estudos atuais não considerarem esse modelo em sua íntegra, ele não deixa de ter uma importância ímpar para a compreensão das articulações políticas romanas (WINTERLING, 2009, p. 125-126) e uma contribuição singular para uma escola de pensamento. Apropriaram-se ou construíram suas ideias a partir dessa problemática autores como Eduard Meyer (1903), Johannes Kromayer (1923), Ernest Schonhauer (1927), Hermann Dessau (1929) Lothar Wickert (1954), While Meyer (1962), Jochen Bleicken (1994)⁸.

Na visão de Vasily Rudich (1993, p. XV), o Principado era “um fenômeno complicado”, um “estado esquizofrênico”, pois, ao mesmo tempo em que se constituía como uma continuidade político moral carregava “novas complexidades individuais e coletivas”. Embora o governo de Augusto conservasse as velhas instituições políticas, estas foram transformadas em canais de poder pessoal. Isso se deu porque era necessário delegar comandos; sem essa atitude, seria inviável o comando de um território tão vasto e que se mantivesse sob uma ordem imperial coesa.

Gèza Alföldy (1989, orig. 1975, p. 117) aborda a existência de laços de reciprocidade nesse contexto. Tais relações tinham raízes desde a República e poderiam variar mediante a posição social dos indivíduos. O *princeps*, na visão de Alföldy, possuía um poder irrestrito, pois seus limites detinham: *tribunicia potestas* e *imperium proconsulare maius*, era mantenedor dos mores, possuía a mais alta *dignitas*, qual seja, o título de *imperator Caesar Augustus*, tinha carisma religioso, era o homem mais rico do império⁹, além de ser *consul*, *pontifex maximus* e *pater patriae*.

Dião Cássio (*Hist*, LII) demonstra, desde os tempos antigos, a existência da busca por pressupostos sobre a forma como um imperador deveria governar. Em sua obra, *A História de Roma*, são apresentados Agripa e Mecenas, que discorrem

⁸ Para o debate, ver Winterling (2009, p. 126-129).

⁹ “Disponha do *patrimonium Augusti*, os bens da coroa imperial, e da sua própria *res privata*, os bens pessoais, quer uns quer outros constituídos por propriedades rurais, minas e oficinas” (ALFÖLDY, 1989, orig. 1975, p. 116-117).

sobre como poderia constituir-se o principado de Augusto. Outorgar-se como *rex* ou *ditador* seria inviável para o *princeps*; assim, o ideal seria o imperador “garantir a *concordia ordinem*, ou seja, um pacto social mínimo que lhe desse oportunidade de comandar o Império de forma pacífica e capaz de garantir os privilégios dos mais ricos e a sustentação adequada dos cidadãos mais pobres” (GONÇALVES, 2014, p. XX).

Novas luzes, principalmente com as pesquisas de Wallace-Hadrill (1996, p. 284), ajudam-nos a compreender esse panorama. O historiador dirigia seus argumentos para as relações sócio-políticas e econômicas concentradas na figura do imperador, que teria um papel essencial de congregar as demandas e distribuir benefícios, tanto materiais como simbólicos, interligando uma rede de relacionamentos em que o *princeps* seria o centro gravitacional do império. Essas relações, provindas de um poder pessoal, possuíam beneficiadores mais bem “atendidos” do que outros. Os fatores dessa irradiação variavam de acordo com a proximidade à *domus caesaris*, como um sistema de patronagem.

Wallace-Hadrill (1996) deixa evidente que não podemos considerar os senadores enquanto servos (*seruitus*) apenas. Eles ainda possuíam diversos poderes, como a nomeação dos *principes*, influenciando também na manutenção destes como imperadores e dificultando sua administração. Assim, o imperador também devia cuidar para que houvesse um “clima” harmônico, visto que estes representantes não possuíam demandas homogêneas, pois provinham de regiões diversas. A respeito das decisões políticas no Principado:

Assim, os senadores continuaram a exercer a maioria de suas funções tradicionais, ainda que essas fossem, na nova ordem política, redefinidas pelas relações com as novas competências do *princeps*. Em algumas situações, posto que formalmente inalterada a competência senatorial, seu conteúdo material sofria uma limitação prática quando era confrontada com a competência dos *Caesares*. Caso emblemático é o da gerência do tesouro: o Senado continuou a ter a competência financeira do Estado, já que era responsável pelo Templo de Saturno; entretanto, à proporção que o verdadeiro erário de Roma se identificava com o tesouro do imperador, cabia a este e a seus funcionários o controle das finanças. De forma análoga, a administração das províncias senatoriais continuou a caber ao Senado, embora o *princeps* pudesse interferir na gestão dos procônsules. Outro exemplo é a manutenção da ordem pública em Roma e na Itália, que, competência direta do Senado, passou a sofrer a concorrência de vários magistrados imperiais. Em outros setores, as atribuições dos senadores foram ampliadas e mesmo novas competências foram criadas, como forma de compensar o esvaziamento das assembleias populares. Deste modo, os senadores assumiram a tarefa, sobretudo a partir de Tibério, de zelar pelas eleições de magistrados, civis ou religiosos. Ainda mais relevante foi a

ampliação do significado jurídico dos *senatus consulta* que, se sob a República precisavam do imperium de um magistrado para se tornarem obrigatórios de forma geral, sob o principado passaram a ter força de lei. Paralelamente à nova competência legiferante, a Cúria assumiu uma competência judiciária típica das altas cortes: julgava crimes de lesa-majestade (*maiestas*), crimes de concussão dos governadores (de *repetudis*), casos de adultérios ou calúnia envolvendo senadores e, de forma geral, causas de grande repercussão pública. A partir de Nerva, que representa o apogeu do poder do Senado na nova ordem imperial, os senadores passaram a ter a prerrogativa de só serem condenados a pena capital após um processo naquela casa. [...] As magistraturas continuavam a serem preenchidas, de forma a assegurar o exercício dos *honores* para si e para seus filhos e, com isso, perpetuar a *nobilitas* e a *auctoritas* de seu nome. Assim, no final do século I e início do século II de nossa era, uma imensa porcentagem de senadores devia seu ingresso na ordem a um dos *principes* e justamente a estabilidade social e política trazida pelo Império permitia-lhes uma carreira, mais ou menos brilhante, a depender dos pré-requisitos a que atendessem (ESTEVES, 2010, p. 40-41).

Tácito reconhece que a *res publica* era repleta de falhas e insinua que um governo estável talvez fosse a melhor solução, mesmo que isso significasse perder a *libertas* (Ann. 4, XXXII). Para o autor, a *prisca virtus* não era mais um ideal aristocrático político possível, pois ele acreditava no declínio do caráter individual da maioria dos cidadãos (TAC., Ann., 1, II). No entanto, mesmo com muitos corrompidos, o autor exemplifica na figura de Agrícola que poderia haver homens virtuosos sobreviventes aos “maus” imperadores (TAC., Ag., 42, 4). Uma segunda opção de interpretação seria o autor se autorrepresentar, justificando, dessa maneira, sua conservação e progresso senatorial dentro deste contexto de possível poder desmedido, pois conseguiu servir a *res publica* sem vantagens e méritos ilícitos ou atuar enquanto conspirador dentro da estrutura intra-aristocrática. Uma terceira das diversas análises sobre Agrícola a ponderar diz respeito à imortalização de Tácito, pois, ao perpetuar as proezas de seu sogro de maneira tão profunda, também se faria eternizado¹⁰ (TAC., Ag., 46, 4).

Dessa maneira, observamos que Tácito “filia-se” à memória de Agrícola não somente como “biógrafo”, mas através dos laços de parentesco¹¹. Ou seja, mediante a salvaguarda dos registros, via a possibilidade de manter para a posteridade as atitudes dignas de ambos. Assim, Tácito, enobrecendo Agrícola e a si mesmo, faz

¹⁰ “Tacitus himself will pass into memoria. Rather than a defense or recrimination, then, the Agricola is an assertion of self, or a self-representation, at a time when terror has almost erased the possibility of speaking about himself or anything else” (HAYNES, 2006, p. 153).

¹¹ “Memória familiar serve de princípio organizador da identidade do sujeito em diferentes modalidades” (CANDAU, 2014, p. 140).

uma ligação consciente entre as identidades que os unem.

Ana Teresa Marques Gonçalves (2014, p. XIX) abre um debate significativo ao apontar o *princeps* como um magistrado “que atua em nome da coletividade”. E continua: “mas o poder de comando se reveste de autoridade quando uma ordem é cumprida ao ser emitida. E autoridade se conquista, se mantém e se reelabora continuamente”. Assim, conclui que: “ninguém governa sozinho, manter-se no poder requer criar em torno de si um grupo de apoio, que não é fechado e compacto. Ao contrário, trata-se de uma rede de interesses e de trocas de benesses altamente móvel e substituível” (p. XIX).

Grosso modo, podemos afirmar que quando Tácito (*Ag.*, 3, 1) escreve durante o Principado de Domiciano, mostra-se, por vezes, pessimista sobre a natureza humana e as melhorias sobre seu tempo (WALKER, 1960, p. 182). Porém, de acordo com Alston (2008, p. 157), o historiador antigo não acreditava que a moral estivesse findando por completo, embora tenha chegado a apontar sua significativa diminuição.

4.1 Tito Flávio Domiciano

Conforme já apontamos, Tácito progride em sua carreira senatorial no período do último imperador Flaviano (*TAC.*, *Hist.*, I, 1). Tito Flávio Domiciano tem importância significativa em nosso trabalho na medida em que pensamos a progressão do historiador em seu *cursus honorum* em meio aos assassinatos cometidos pelo *princeps*. Tácito, em *Agrícola* (III, 1), narra que os tempos de Nerva e Trajano seriam de *libertas*, e que o período posterior seria o oposto disso. Assim, buscamos refletir como Tácito, que questiona a *libertas* deteriorada em virtude dos desmandos dos imperadores, avança na carreira das honras. Seria Tácito condescendente com as “atrocidades” desses governantes? O historiador, mesmo em meio ao cenário de perseguições e controle, conseguia, graças a sua estilística, posicionar-se combativamente por meio de suas obras? Tácito prosseguiu em sua carreira política pois acreditava que, comparativamente, Domiciano agiria de forma semelhante aos demais e só teceria suas críticas para fins de propaganda da nova dinastia? Estas são algumas das perguntas que buscaremos problematizar ao longo deste capítulo.

Informações sobre Domiciano, sua origem¹² e sua família tornaram-se escassas desde a Antiguidade, devido à sua *damnatio memoriae*¹³, ou seja, o apagamento de sua imagem da memória pública (SUET., *Vesp.* 1.1; *Dom.* 23). Tácito, Suetônio, Dião Cássio e Marcial, registram o imperador de forma extremamente negativa e hostil – como veremos ao longo deste capítulo.

Temos indícios que seu tio, Tito Flávio Sabino, teria sido um senador proeminente. Seu primo, Flavio Sabino, foi *praefectum urbis* (TAC. *Hist.*, III, LXIV, 1) e cônsul, no ano de 72 d.C., morto pelo *princeps* após ter anunciado Domiciano enquanto cônsul, e não imperador (SUET., *Dom.*, 10,4). Flávio Clemente, seu outro primo, obteve um consulado no ano de 95 d.C. Petílio Cerialis, parente por casamento, e Arentino Clemente, familiar distante, foram cônsules, o primeiro, em 70 d.C., sendo que o segundo foi assassinado pelo imperador ainda exercendo o cargo (SUET., *Dom.*, 11,1). Vespasia Polla, sua avó, era irmã de um senador (MELLOR, 2003, p. 70).

Mesmo com importantes representantes familiares, Vespasiano, pai de Domiciano, não possuía uma superioridade de nascimento, era um *homo novus*. Muito embora tenha percorrido a carreira das honras, obtido a glória militar na Judeia, alcançado o máximo poder dentro de Roma, não possuía *auctoritas* necessária para tal atribuição¹⁴ (ALSTON, 1998, p. 125). Foi tecida uma construção de reconhecimento – *auctoritas* - em sua ascensão até sua morte e deificação¹⁵. “A

¹² “Who, indeed, were the Flavii? Small people from Reate in the Sabine country – Vespasian's grandfather had been a soldier, his father a tax-gatherer. Vespasian himself was a utilitarian rather than a decorative figure. To be pelted with turnips when proconsul of Africa is no sign of dignity. Nor was his wife any credit. The social distinction of the Flavii, for what it was worth, came from Vespasian's mother, who belonged to a reputable family of local consequence at Nursia. On that score there were provincial magnates who had nothing to fear from the comparison, men of old colonial stock or descendants of native dynasts in the western lands. When one of them grasped the power, the moral was plain” (SYME, 1958, p. 43-44).

¹³ Durante o primeiro século, sofreram *damnatio memoriae* os imperadores: Calígula, Nero, Domiciano. Cômodo também padecia do mesmo apagamento de memória, porém governou entre os anos de 180-192. “As fontes citam como características comuns orgulho, ódio e perseguição da aristocracia senatorial, luxo e prodigalidade, crueldade e perversão sexual, megalomania e, ainda – no caso de cada imperador, de forma mais ou menos óbvia-, sinais de doença mental. Todos os três foram assassinados – no caso de Nero, forçado a cometer suicídio” (WINTERLING, 2012, p. 5).

¹⁴ “Duas ideias que se apresentam na referida introdução geral às Vidas dos Flávios, são reiteradas e desenvolvidas na narrativa da ascensão de Vespasiano ao poder: por um lado, a salvação do estado, por outro, a origem humilde da família a que pertencia. O aparecimento de Vespasiano, pelo que tem de inesperado, torna-se miraculoso, como irão acentuar os prodígios que oportunamente se verificam em Alexandria. São estes prodígios, afirma Suetônio (*Ves.*, 7;2), que lhe conferem a autoridade e a majestade que a linhagem não lhe concede” (BRANDÃO, 2013, p. 10-11).

¹⁵ Segundo Suetônio, Vespasiano teria proferido a seguinte frase: “uae, ‘inquit’, ‘puto deus fio’” – “Ao

Urbe estava habituada a ter *principes* da mais pura nobreza romana” (BRANDÃO, 2012, p. 9), mas Vespasiano consegue a legitimação de seu poder ingressando no grupo de famílias patrícias¹⁶ (SUET., Vesp. 12) e com a Lei de Império, que “lhe dava o direito e o poder de fazer o que fosse necessário para servir aos interesses do Estado e à dignidade de todas as coisas divinas e humanas, públicas e privadas” (MENDES, 2006, p. 45).

Assim, em um período razoavelmente curto, 69-96 d.C., a dinastia flaviana efetua mudanças substanciais na arquitetura, na literatura e na construção de uma nova “elite” (BOYLE, 2003, p. 2). Tito Flávio Domiciano teria nascido, segundo Suetônio, em 23 de outubro de 51 d.C. (“Domiciano nasceu no nono dia antes das calendas de novembro- *Domitianus natus est VIII. Kal. Nouemb*” – SUET., Dom. 1.1), filho de Tito Flávio Sabino Vespasiano e Flávia Domitila (Domitila, a Maior¹⁷) (SUET., Vesp. 3). Teve dois irmãos, Tito Flávio Vespasiano Augusto (imperador de 79-81 d.C., deificado, como seu antecessor) e Domitila, a Menor, que falece no ano de 69 d.C., antes de seu pai ascender como imperador, e é deificada no Principado de Domiciano (SUET., Vesp. 3; VERGER, 2001, p. 256). Sua *prima adolescentia*, segundo Suetônio, teria sido de inópia, “passou o período da puberdade e começo da adolescência na pobreza e no opróbrio, pois não tinha um vaso de prata para o seu uso pessoal – *pubertatis ac primae adolescentiae tempus tanta inopia tantaque infamia gessisse fertur, ut nullum argente um uas in usu haberet*” (SUET. Dom. 1.1). Vale lembrar que Domiciano tornou-se *princeps* em 14 de setembro de 81, apenas por ser filho de Vespasiano. Foi assassinado em 18 de setembro de 96 d.C.

Sobre sua vida privada, Suetônio relata a *infâmia*¹⁸, e revela os diversos relacionamentos com mulheres, em geral, abusivos (SUET. Dom., 1,3), (SUET.,

que me parece, começo a ser deus” (SUET., Vesp. 23. 4). “Alusión a la divinización, honor que el emperador esperaba recibir después de muerto, Este y Vitelio no fueron deificados. El culto de Vespasiano era administrado por el *collegium Flavialium*” (CUBAS, 1992, p. 292).

¹⁶ “He was comfortable with his origins and even scorned the typical Roman desire to manufacture a noble ancestry” (MELLOR, 2003, p. 70).

¹⁷ “Diva Domitilla: RIC II 124 no. 69, there dated to 80/1. Kienast (1989) accepts the identification as Vespasian’s wife, but dates her consecration after 90 because she is absent from the deified relatives in Stat. Silv. I.1.97–8. Carradice (1983) 19-20 dates the coins to 82–3, but the weight of the aureus does not appear to rule out a later date (cf. the Diva Iulia Augusta aureus dated to 90/1 on p. 38)” (GRIFFIN, 2007, p. 57).

¹⁸ “Segundo Martin, R. 1991, 152, o comportamento sexual de Domiciano reflecte a instabilidade e falta de moderação do décimo segundo César, mas esta conduta choca, sobretudo pelo contraste com a política da restauração dos costumes antigos, da repressão do adultério e da castração” (BRANDÃO, 2009, p. 132).

Dom., 1.1), com homens e seu envolvimento com a prostituição¹⁹.

De uma lubricidade excessiva, considerava os prazeres do amor como uma espécie de exercício diário a que chamava “ginástica do leito”, Dizia-se que ele próprio depilava suas concubinas e nadava em meio às mais sórdidas cortesãs (SUET., *Dom.*, 22).

Libidinis nimiae, assiduitatem concubitus uelut exercitationis genus clinopalen uocabat; eratque fama, quasi concubinas ipse deuelleret naretque inter uulgatissimas meretrices (SUET., *Dom.*, 22).

Também teve envolvimento com sua sobrinha, Júlia Augusta (DIÃO, *Hist. LXVII*, 3. 1-2), casada com seu tio avô, Tito Flávio Sabino (SUET., *Dom.*, 12, 3), cuja imagem pode ser vista em moedas²⁰ (80-81 d.C.) associadas a Vênus (BMC, Imp. II, p. 247). Dião Cássio (*Hist. LXVII*, 1, 3) destaca que o imperador não possuía nenhum afeto por nenhum ser humano, exceto por algumas mulheres.

A filha de seu irmãos lhe fora oferecida em casamento quando ainda virgem: muito ligado a Domícia, recusou-a obstinamente, mas pouco tempo depois, quando a jovem desposou outro homem, não hesitou em seduzi-la, e isso ainda em vida de Tito. Mais tarde, quando ela já havia perdido pai e marido, concebeu pela sobrinha uma paixão tão desvairada que acabou provocando-lhe a morte, pois a obrigou a abortar depois de engravidá-la (SUET., *Dom.*, 22).

fratris filiam adhuc uirginem oblatam in matrimonium sibi cum deuinctus Domitiae nuptiis pertinacissime recusasset, non multo post alii conlocatam

¹⁹ Nesse período, existem muitas restrições, Marcial exemplifica algumas que são vistas como inferiores e até mesmo monstruosas consideradas adultérios: “Although they exhibit the standard Roman assumption that almost all males are bisexual, the epigrams show no such tolerance of bisexual behaviour in women (lesbianism being portrayed as a monstrous form of female adultery: Epigr. 1.90), and have severe restrictions on both the heterosexual and the homosexual behaviour befitting the mature Roman citizen. Penetration is an index of social status, and consequently, while active pederasty is presented as appropriate behaviour, pathic homosexuality—anal or oral—is portrayed as unseemly; so too is male prostitution. Oral sex in fact, whether fellatio or cunnilingus, active or passive, is consistently attacked by Martial (e.g., Epigr. 1.77). Other targets include circumcision, infibulation (11.75), castration (which is associated with sexual depravity: 6.2), and even masturbation (9.41). There is approval of female prostitutes and loose women of the lower classes, and admiration for devoted widows, exemplary matrons, and pretty young slave girls, who present no threat to the poet's masculinity and sense of social position. But we witness a blanket dis-approval of anything which looks like female sexual power (and the personal liberty and control which that implies). Thus the loveenslaement ideology of Augustan elegy is anathema to Martial, and even the so domising of women other than prostitutes is generally to be rejected (11.43, 12.96, but not 11.104)—as a female usurpation of an exclusively male privilege (Mud puerile, 'the boy's thing', as Martial calls it, Epigr. 9.67.3) and a violation of the social/sexual boundaries essential to the poet's world. Those boundaries were the product of a rigid sexual/social ideology based upon gender and class, which had not only defined Roman upper class culture for centuries but entirely accorded with legislation of Domitian designed to ensure that ideology's uniform instantiation” (BOYLE, 2003, p. 24-25).

²⁰ “Still alive on 3 Jan. 87 (Acta Fratrum Arvalium); Diva Iulia Augusta on coins of 90/1 (RIC ii 204 no. 400); her consecration mentioned by Mart. VI.13, cf. 3 (published c. 90). On her absence from the deified relatives in Stat. Silv. i.1.97–8: Kienast (1989)” (GRIFFIN, 2007, p. 57).

corruptit ultro et quidem uiuo etiam tum Tito; mox patre ac uiro orbatam ardentissime palamque dilexit, ut etiam causa mortis extiterit coactae conceptum a se abigere (SUET., *Dom.*, 22)

Igual que el adúltero de fechas recientes, que, manchado con relaciones de tragedia, volvía entonces a poner en vigor leyes amargas para todos, y temibles incluso para Venus y Marte, mientras Julia, a fuerza de medicamentos abortivos, liberaba su matriz fecunda y echaba fuera fetos que se parecían a su tío (JUV., *Sat.*, II, 29-33).

concubitu, qui tunc leges revocabat amaras omnibus atque ipsis Veneri Martique timendas, cum tot abortivis fecundam Iulia vulvam solveret et patruo similes effunderet offas (JUV., *Sat.*, II, 29-33).

Domiciano, em seu segundo consulado (73 d.C.), tivera um filho com Domícia, um menino que morreu precocemente²¹. Sua esposa recebeu o título de Augusta, mas, em seguida, foi repudiada por se envolver romanticamente com o historiador²² Páris (SUET., *Dom.*, 3,1; DIÃO, *Hist.*, LXVII, 3,1). Julio Urso dissuadiu Domiciano de matá-la, retomando o casamento a pedido do povo (SUET., *Dom.*, 13,1; DIÃO, *Hist.*, LXVII, 3,2). As fontes não apresentam registros do nome do filho do imperador, apenas temos conhecimento de que teria sido deificado. Também não existem indícios sobre outros herdeiros do *princeps* (CUBAS, 1992, p. 317; GRIFFIN, 2007, p. 59). Suetônio (*Tito*, 10,2) e Dião Cássio (*Hist.*, LXVI, 26, 3-4) apontam que existiam rumores de que Domícia havia cometido adultério com seu cunhado, Tito, temática comentada por Mirian Griffin (2007, p. 53).

Suetônio e Tácito relatam uma série de acontecimentos que delineiam ou insinuam o *princeps* como “fraco” e “covarde” em uma situação na qual deveria ser *viril* – participando da guerra, como podemos observar nos trechos:

Durante a guerra contra Vitélio, refugiou-se no Capitólio com seu tio Sabino e uma parte das tropas flavianas que se encontravam em Roma, mas quando seus adversários surgiram e o templo se incendiou, escondeu-se e passou a noite junto ao guardião; no dia seguinte, disfarçado em sacerdote

²¹ “Al Hijo de Domiciano- Nasce tú nombre prometido al dardanio Julio, verdadera progenie de los dioses, nace, poderoso niño, a quien tu padre después de un ciclo te entregue las riendas eternas y gobiernos anciano el mundo con uno más anciano. Julia misma arrastará para ti hilos de oro con su niveo pulgar y tejerá el ovillo completo de Frixo” – “*Nascere Dardanio promissum nomen Iulo, Vera deu=m suboles; nascere, magne puer: Cui pater aeternas post saecula tradat habenas, Quique regas orbem cum seniore senex. Ipsa tibi niveo trahet aurea pollice fila Et totam Phruxi Iulia nebit ovem*” (MARC., *Epg.* VI, 3). “Coins (MW 114=RIC II 180 no. 213) datable to 82/3 (Carradice (1983) 18–20) show his consecration, depicting him as an infant (cf. ‘puer’ in Mart., IV.3.8). See also Sil. Pun. III.625; 629; Stat. Silv i.1.74; 97; iv.3.139” (GRIFFIN, 2007, p. 57).

²² “Los historiones, fundamentalmente actores de mimo, gozaban de un gran favor entre el público, y, debido a ello, se permitían muchas licencias y abusos de todo tipo que los emperadores intentaron reprimir desde un principio” (CUBAS, 1992, p. 323).

de Ísis, confundiu-se com os sacrificadores de diversas religiões e, acompanhado de um único amigo, abrigou-se para além do Tibre em casa da mãe de um dos discípulos. Dissimulou-se tão bem que, malgrado todas as investigações, os que lhe haviam seguido os passos não conseguiram encontrá-lo. Só reapareceu após a vitória e, saudado como César (SUET., *Dom.*, 1.2).

bello Vitelliano confugit in Capitolium cum patruo Sabino ac parte praesentium copiarum, sed irrumpentibus aduersariis et ardente templo apud aedituum clam pernoctauit, ac mane Isiacicelatus habitu interque sacrificulos uariae superstitionis cum setrans Tiberim ad condiscipuli sui matrem comite unocontulisset, ita latuit, ut scrutantibus qui uestigia subsecutierant, deprehendi non potuerit post uictoriam demum progressus et Caesar (SUET., *Dom.*, 1.2-3)

Domiciano foi ocultado junto à guarda do templo no primeiro ataque; misturado à turba de sacerdotes com uma manta de linho por causa da habilidade de um liberto e sem ser reconhecido, escondeu-se perto de Velabro na casa de Cornélio Primo, cliente de seu pai. Tornando-se pai senhor das situações e derrubada a casa da guarda do templo, construiu um pequeno santuário a Júpiter Salvador e um altar em mármore reproduzindo suas desventuras; obtido em seguida o próprio Império, consagrou um templo imenso a Júpiter Protetor e sua própria imagem no peito dos deuses (TAC., *Hist.* LXXIV, 1-2).

Domitianus prima inruptione apud aedituum occultatus, sacriolarum immixtusignoratusque, apud Cornelium Primum paternum clientem iuxta Velabrum delituit. Acc potente rerum patre, disiecto aeditui contubernio, modicum sacellum Iovi Conservatori aramque posuit casus suos in marmore expressam; mox imperium adeptus Iovi Custodi templum ingens seque in sinu dei sacravit (TAC., *Hist.* LXXIV, 1-2).

Percebemos nessa passagem que Domiciano busca refúgio no templo de Júpiter, na casa de um guarda, se disfarça de sacerdotisa e planeja outra fuga, tão bem executada que nem mesmo os enviados especializados para encontrá-lo têm êxito. Tal acontecimento sugere que este poderia ser um momento de sorte de Domiciano ou que suas fugas eram tão recorrentes que se justificava a dificuldade em capturá-lo ou até mesmo astúcia. Domiciano é retratado como um homem covarde e com grande capacidade de dissimulação, segundo as fontes, diferente de seu irmão que é apresentado como capacitado, amoroso e alguém cuja morte significaria uma perda para a humanidade (WILSON, 2003, p. 532):

Tito, a acme da evolução moral, a que se segue uma degradação, causada pelo terceiro elemento, Domiciano. Tito imediatamente apresentado no início como “o amor e as delícias do gênero humano”. Beneficia do afeto dos que morrem cedo, como Germânico, de quem se aproxima no retrato físico e psicológico, e como Britânico (filho de Cláudio), o amigo nunca esquecido, que, inocentemente, partilhara com Tito um pouco do cálice assassino. A forma positiva como é apresentado no início da *Vida* é reforçada no final. Mas também neste imperador o movimento é do negativo para o positivo: de cruel, sumptuoso libidinoso e rapace como coadjuvante de Vespasiano, passa a clemente, generoso, continente, desinteressado e munificente,

quando, por morte do pai passa a governar sozinho (BRANDÃO, 2013, p. 11).

A respeito de sua competência administrativa, Suetônio o descreve como desregrado e usufruidor das vantagens dos cargos que recebia²³. Contudo, a literatura pondera que, desde o período do governo de seu pai, as relações de amizade vinham sendo uma tarefa peculiar, receosa e perigosa, pois, desde a Guerra Civil de 69 d.C., as alianças eram baseadas em confiança e apoio mútuo. Assim sendo, a base de apoio governamental era centrada em familiares e amigos próximos (ALSTON, 1998, p. 125). “Havia relativamente poucos parentes Flavianos para lucrar com Vespasiano, o que talvez explique as oportunidades abertas a uma série de homens novos²⁴” (MELLOR, 2003, p. 100).

Domiciano, é retratado por Juvenal (*Sat.*, IV, 75) sob outra perspectiva, como possuidor de *amici*²⁵ que, em seus encontros com o *princeps*, demonstravam medo ou terror. Assim, uma possível leitura seria de que o imperador buscava controlar e “subjugar” os senadores aos seus serviços ou, então, que estava atento aos perigos das intrigas palacianas, como cita Mellor (2003, p. 101): “Mas os Flavianos entenderam que os rivais poderiam vir de qualquer lugar da nova aristocracia que eles estavam criando²⁶”.

Para alguns autores, Domiciano, ao ser elevado a imperador, utilizou-se das

²³ “Com relação aos seis consulados que obteve, apenas um foi ordinário e este ainda concedido por seu irmão, que lhe deu o sufrágio – *quin et e sexconsulatibus non nisi unum ordinarium gessit eumque cedente ac suffragantefratre*” (SUET., *Dom.*, 2,1). “Dezessete consulados foram exercidos por ele, fato esse que ainda não havia se exemplificado antes dele. De todos esses, sete foram contínuos. Os demais desempenhou em parte e não conservou nenhum além das calendas de maio. A maioria até os idos de janeiro – *consulatus septemdecim cepit, quot ante eum nemo; ex quibus septem medios continuavit, omnes autem paene titulo tenus gessit nec quemquam ultra Kal. Mai., plerosque ad Idus usque Ianuarias*” (SUET., *Dom.*, 13, 3). Aparte de los seis consulados ejercidos antes de la muerte de su padre, Domiciano fue cónsul en 80, luego, de 82 a 88 y en 90, 92 y 95” (CUBAS, 1992, p. 335).

²⁴ “There were relatively few Flavian relatives to profit from Vespasian, which perhaps explains the opportunities open to a range of new men” (MELLOR, 2003, p. 100).

²⁵ “La définition de l'*amicus* était d'ailleurs suffisamment vague pour ne pas insister lourdement sur la nature exacte de liens fondés sur des relations de réciprocité, qui marquaient souvent la dépendance des amis entre eux. Ces liens, qui avaient joué un rôle fondamental dans les luttes politiques de la fin de la République n'avaient pas disparu avec l'avènement progressif du principat, mais s'étaient d'abord reportés sur la personne du princeps. [...] ils bénéficiaient des petites entrées (*prima admissio*), ou des grandes entrées (*secunda admissio*). Ils faisaient partie de l'entourage direct du prince, et jouissaient ainsi d'une considération particulière. Mais le statut personnel de l'individu avait ici moins d'importance: un chevalier pouvait être plus proche du prince comme ami intime qu'un sénateur, par exemple” (DEMOUGIN, 1988, p. 744).

²⁶ “But the Flavians understood that rivals might come from anywhere in the new aristocracy they were creating” (MELLOR, 2003, p. 101).

magistraturas para obter e alcançar maior poder (WINTERLING, 2012, p. 19). Nesse sentido, foi cônsul por dez anos, sendo sete destes ininterruptos, e tornou-se censor perpétuo, por meio do que podia escolher 24 *lictors* e usar o traje triunfal no senado (DIÃO., *Hist.* LXVII, 4,3). Segundo Marques (2013a, p. 150), nos anos de 89-96 d.C., Domiciano teria sido cônsul apenas três vezes, o que significa “uma distribuição mais equitativa do poder” (p. 150). A pesquisadora também cita dados em que Suetônio apontaria treze assassinatos cometidos por Domiciano a senadores, enquanto Cláudio teria ordenado a morte de “35 senadores e talvez 300 equestres” (MARQUES, 2013a, p. 151). Para Marcus Wilson (2003, p. 525), houve, por parte do biógrafo, uma “sensacionalização da crueldade de Domiciano, ao agrupar suas vítimas em um só número, em vez de discorrer sobre elas individualmente e considerando os hiatos temporais”.

Outro discurso favorável a Domiciano foi seu enaltecimento em moedas: “As moedas do reinado ecoam pelos escritores, não só celebrando proezas militares, lealdade familiar, jogos e edifícios, mas exibindo consistentemente, a partir de outubro de 85, o título de censura perpétua²⁷” (GRIFFIN, 2007, p. 56). Lembremos que trabalhar com numismática envolve questões entre dois paralelos, as indagações políticas e as econômicas. Do ponto de vista econômico, trata-se de um espaço concreto, enquanto que as relações políticas gravitam pelo viés abstrato de razões subjacentes de análises. Como exemplo, temos seu uso em forma de ferramenta política de afirmação e propaganda de autoridade, principalmente tomando o contexto do século I a.C.- I d.C., com o inegável volume de conquistas, influências e interferências de Roma no comércio da região do Mediterrâneo, pois essas moedas percorriam um extenso território.

Como aponta Nibert Elias (2001, p. 30), não devemos apenas tentar compreender a história como uma “acumulação de ações isoladas”, elas tiveram um contexto e conexões próprias de dependência dentro de um plano mais amplo. Assim, utilizar a moeda torna-se um dos veículos de comunicação.

Obtido o império, não hesitou em gabar-se diante do Senado de que ‘dera o poder supremo ao pai e ao irmão, que agora lho restituíam’. Também

²⁷ “The coins of the reign echo the writers, not only celebrating military prowess, family loyalty, games and buildings, but exhibiting consistently, from October 85 on, Domitian’s title of censor perpetuus” (GRIFFIN, 2007, p. 56).

declarou num édito, quando retomou a esposa após o divórcio, que tinha 'chamado de volta ao seu leitosagrado' [...] Com não menor imprudência, ao ditar uma carta circular em nome de seus agentes, começou assim: 'Nosso senhor e deus ordena que...'. Assim ficou estabelecido que ninguém, em conversa ou por escrito, designá-lo-ia de outra maneira. Não permita que lhe erigissem no Capitólio a não ser estátuas de ouro ou prata, e ainda assim de um peso determinado. Mandou construir nas diversas regiões da cidade um tal número de abóbodas e arcos de triunfo gigantescos, coroados de quadrigas e insígnia de suas vitórias, que num deles apareceu escrito em grego: *Arci* (Chega!) (SUET., *Dom*, 13, 1-2).

*principatum uero adeptus neque in senatu iactare dubitauit et patri se et fratri imperium dedisse, illos sibi reddidisse, neque in reducenda post diuortium uxore edicere reuocatam eam in puluinar suum. [...] pari arrogantia, cum procuratorum suorum nomine formalem dictaret epistulam, sic coepit: 'dominus et deus noster hoc fieri iubet.' unde institutum posthac, ut ne scripto quidem ac sermone cuiusquam appellaretur aliter. statuas sibi in Capitolio non nisi aureas et argenteas poni permisit ac ponderis certi. lanos arcusque cum quadrigis et insignibus triumphorum per regiones urbis tantos ac tot extruxit, ut cuidam Graece inscriptum sit: 'arci' (SUET., *Dom*, 13, 1-2).*

Suetônio retrata Domiciano como uma figura inconstante, que remanejava pessoas (SUET., *Dom*., 1.3) e distribuía cargos descompassadamente (SUET., *Dom*., 7, 2), conforme seu humor, como quando fez vinte concessões de cargos políticos no dia de seu casamento (SUET., *Dom*., 1.3). José Luís Brandão (2009) aponta que, com este feito, Domiciano “já então se servia do poder com tal *licentia*, que mostrou, desde logo, o modo futuro de agir” (p. 132), isto é, seria tirânico e arbitrário.

Os benefícios cedidos por Domiciano estendiam-se de igual maneira ao povo. O *princeps* presenteou o povo por três vezes com trezentos sestércios, além de ceder um *lauto festim* (DIÃO, *Hist.* LXVII, 4, 4) e um banquete, tudo às expensas públicas, movido pelo arrependimento por ter provocado mortes indiretas (DIÃO, *Hist.*, LXVII, 8, 2-4). Na festa das Sete Colinas, distribuiu comida e presentes aos senadores, aos cavaleiros e ao povo (SUET., *Dom*. 4.5). Mesmo com essas ações isoladas, as fontes tendem a retratá-lo, assim como Nero, na perspectiva da tirania, devido à sua inclemência, sobretudo ao mesclá-la por meio de atitudes de *dissimulatio*, o que se entendia como uma atitude recorrente do imperador, potencializada pelo seu poder.

Na construção de sua legitimidade e para equiparar sua reputação à de seu irmão, Suetônio (*Dom*., 2. 1) aponta que Domiciano empreendeu campanhas militares

desnecessárias nas Gálias e na Germânia²⁸ (DIÃO, *Hist.* LXVII, 3, 5; 4,1; TAC., *Hist.* IV, 68) para suprir seu “sentimento de inferioridade” como destaca Brandão (2009, p. 132). Contudo, quando lhe foi pedido auxílio em campanha contra os Alanos, indicou seu irmão, Tito, para que chefiasse militarmente o combate, e tentou convencer outros líderes do Oriente para que fizessem o mesmo pedido a Vespasiano (SUET., *Dom.* 2. 2). Diversos fragmentos relatam momentos de desentendimento e sentimentos que envolviam raiva, ressentimento e inveja entre os irmãos (TAC., *Hist.*, IV, 52; SUET., *Tito*, 9, 3; *Dom.*, 2, 1-3; DIÃO, *Hist.*, LXVI, 26; PLIN., *Ep.*, IV, 9. 2), e essas contendas agravaram-se após Tito conceder a Domiciano o título de *consors et successor*, ao invés de *particeps imperii*, um título importantíssimo, o qual Tito recebeu de seu pai e não repassou ao irmão quando tornou-se imperador (SUET., *Tito*, 6, 1; 9, 3; *Dom.*, 2, 3).

Suetônio (*Dom.*, 2, 1-3) dizia que Domiciano acusara Tito de violação testamental e continuamente o caluniara em éditos e discursos. Estudos pontuais sobre os Flavianos, em especial os de Griffin (2007, p. 53), evidenciam que Tito seria um excelente imitador de caligrafias e, assim, Domiciano teria razão na suposta acusação (SUET., *Tito*, 3,2). Griffin também diz que há a evidência de que Vespasiano teria dito que os filhos seriam seus sucessores (SUET., *Vesp.*, 25), e “que compartilhassem o poder²⁹” (p. 53). Alston diz, contudo, que alguns autores teriam criado essa imagem antagônica entre os irmãos, esteriótipos³⁰ (ALSTON, 1998, p. 127).

²⁸ “Pode-se aventar como hipótese que, na *Germânia*, Tácito busca rebater alegação de que Domiciano teria conquistado a Germânia, um ponto já citado na biografia de Agrícola, quando afirma que esse imperador teria encenado um ‘falso triunfo’ de vitória sobre os germanos” (JOLY, 2017, p. 539).

²⁹ “The fact that Titus was an expert imitator of handwritings might have given substance to his insistence that the will had been altered. What Domitian presumably meant was that Vespasian intended to indicate an intention that the brothers share rule in the only way he could, i.e. by leaving them as joint heirs to his estate” (GRIFFIN, 2007, p. 53).

³⁰ “The presumption that feuding between Titus and Domitian was the dominant political issue of the period is similarly fantastic, though this at least has some ancient support (Suet., *Titus* 9. 3, 10; *Dom.* 2. 3). Some of this is clearly later literary invention that serves to contrast the good (Titus) and the bad (Domitian). Yet, we need not see Domitian's comparatively minor role under Vespasian as an attempt to control an unruly young man. Domitian was not expected to succeed to the throne and was therefore not given the same kind of role as Titus. Titus was made his father's aide partly to secure the succession. When Titus came to the throne, the succession did not seem an immediate problem and Domitian's consulship in 80 with Titus demonstrates that there was no attempt to remove from positions of prominence, but it could not have been expected that, on the accession of Titus, Domitian would simply take over the duties that his brother had performed for their father (ALSTON, 1998, p. 127).

Ao se tornar imperador (14 de setembro de 81), Domiciano organizou campanhas militares contra os Catas, em 83 d.C., os Sarmatas, em 92 d.C., e duas expedições contra os Dácios, em 85 e 87 d.C., (SUET., *Dom.*, 6. 1-2; DIÃO, *Hist.*, LXVII, 2, 6). Essas conquistas eram importantes para um *princeps*, pois elas construíam sua legitimidade. A troca de governantes não era sucessória ou automática, e o processo de substituição imperial não era constituído de forma rasa. Há, inclusive, importantes limites dentro do sistema de adoção que, desde os tempos Julio-Claudianos, não se manteve como um processo automático, uma monarquia hereditária. Por isso, é necessário observar as campanhas de Domiciano, já que sua ascensão como regente do *imperium* teve como principal fundamento ser filho de Vespasiano, tornando necessário reafirmar sua *auctoritas* perante o Senado e o povo.

As vitórias militares são narradas de forma breve, o que nos leva a pensar se essa não seria uma tentativa de colocar “em xeque” ou até mesmo contestar sua legitimidade, já que as comparações fazem os triunfos de Vespasiano e Tito parecer maiores que os de Domiciano. Podemos observar que o *princeps* era retratado pelas fontes como inferior a Tito (DIÃO, *Hist.*, 2, 4-5). As antíteses dos irmãos são referendadas em diversos segmentos: “Desde a mocidade, Domiciano mostrou-se soberbo até a imprudência, sem medida em atos e palavras— *Ab iuuenta minime ciuilibus animi, confidens etiam et cum uerbis tum rebus immodicus*” (SUET., *Dom.*, 12,3). Tito³¹, por sua vez, era representado enquanto doce, amável (SUET., *Titus*, 1, 1) e sem marcas de sangue nas mãos (SUET., *Titus*, 9, 1). Em diversas passagens, Domiciano é pintado como alguém de personalidade forte e pouco compreensível, que se deixava acometer por momentos de crueldade gratuita, que agia com ferocidade, desmesura e intemperança e era arrogante e carregado de vícios (SUET., *Dom*, 3, 1; 3, 2; 10,1; 11, 1). Essa caracterização reafirma a reputação negativa de seu legado, fechado em sua inacessibilidade perante as diversas ordens e com o desejo de ser chamado de “*dominus et deus*” (STÄDELE, 1988, p. 232).

A respeito da vitória do imperador sobre os Catas: “Domiciano como de costume seguia com um semblante alegre, porém com a sua mente preocupada. Ele

³¹ “History has been kind to Titus. Suetonius remarks on his personal skills and virtues, the generosity of his reign and the kindliness with which he dealt with friends and foes while he was emperor. This portrayal is in marked contrast with the treatment of his brother and it seems very likely that Titus' reputation has benefited from the comparison” (ALSTON, 1998, p. 131).

tinha conhecimento sobre seu recente falso triundo na Germânia e como este estava sendo zombado. – *Domitiano moris, fronte laetus, pectore anxius exceptit. inerat conscientia derisui fuisse nuper falsum e Germania triumphum*” (TAC. Ag. 39, 1). Nessa passagem, observamos o desconforto do imperador e o medo de Agrícola ser um futuro oponente:

Ele acreditava que havia se tornando alvo de gozação através da vitória extraordinária, que trouxe à tona a verdadeira natureza de sua, recém opulentemente festejada, ridícula operação contra os Germanos. Ao contrario dele, Agrícola tinha obtido grandiosa glória, tornando-se um perigoso rival ao trono. Mesmo que esteja possível obscurecer os ataques contra a liberdade dos cidadãos em sua própria área, na defesa e na expansão do império, o governador deveria realizar desempenhos destacados. Contudo, o sucesso de Agrícola deixou visível que este [Domiciano] havia falhado miseravelmente, mostrando-se incapaz de ocupar a posição de primeiro homem do “Estado”³² (STÄDELE, 1988, p. 223).

Quando Dião (*Hist.*, LXVII, 6,1) descreve o conflito contra os Dácios ressalta os aspectos positivos do rei rival, a quem ainda qualifica como perspicaz e especialista em batalhas e emboscadas. Em uma primeira leitura do fragmento, com conhecimento da vitória do *princeps*, poderíamos interpretar que o imperador havia superado um ótimo guerreiro e estrategista. Porém, ao prosseguir na leitura da fonte, percebemos que Domiciano ausentava-se do conflito, sendo ainda rechaçado:

Domitian, então, fez uma expedição contra esse povo, porém não participou ativamente do conflito. Em vez disso, ele permaneceu em uma das cidades de Moesia, oferecendo-se a uma vida desenfreada, como era costume dele. Pois ele não era apenas indolente de corpo e receoso de espírito, como também desprezível para mulheres e meninos. Ele, portanto, enviou outros para conduzir a guerra. (DIÃO, *Hist.*, LXVII, 6, 1).

στον οἰκοῦντας· ὁ Δομιτιανὸς μὲν οὖν ἐξεστρατεύσατο μὲν ἐπ’ αὐτοὺς, οὐ μέντοι καὶ τοῦ πολέμου προσήψατο, ἀλλ’ ἐν πόλει τινὶ Μουσίας ὑπομείνας ὕβριζεν ὥσπερ εἰώθει· οὐ γὰρ ὅτι τό τε σῶμα ἄπνονος καὶ τὴν ψυχὴν ἄτολμος, ἀλλὰ καὶ [p. 330] ἀσωτότατος καὶ ἀσελγέστατος καὶ πρὸς γυναῖκας καὶ πρὸς μεράκια ἦν. ἄλλους δὲ πέμπων ἐς τὸν πόλεμον στρατηγούς τὰ πλείω κακῶς ἀπήλλασσεν (DIÃO, *Hist.*, LXVII, 6, 1).

³² “Er glaubt nämlich, daß er durch den überragenden Sieg seines Statthalters zum Gespött geworden sei, da sich nun die wahre Natur seines kurz zuvor aufwendig gefeierten, lächerlichen Unternehmens gegen Germanien deutlich zeige. Agricola habe sich im Gegensatz zu ihm ungeheuren Ruhm erworben und sei dadurch zu einem gefährlichen Rivalen um den Thron geworden. Denn mögen sich auch die Anschläge auf die Freiheit der Bürger verschleiern lassen, auf seinem ureigensten Gebiet, der Verteidigung und Ausbreitung des Reichs, müsse der Herrscher die herausragenden Leistungen erbringen. Durch Agricolas Erfolg aber sei offenkundig geworden, daß dieser gerade hier jämmerlich versagt und sich damit als unfähig erwiesen habe, die Stelle des ersten Mannes im Staate einzunehmen” (STÄDELE, 1988, p. 223).

As realizações de conquistas parecem exageradas quando Domiciano, obtendo os dois triunfos (Catas e Sarmatas), encara-os como atos grandiosos e modifica até seus “Tendo depois de dois triunfos, adotado o sobrenome de germânico, tirou aos meses de setembro e outubro seus antigos nomes a fim de chamá-los pelos seus próprios, Germânico e Domiciano – pois o primeiro assistira a seu adversário e o segundo seu nascimento – *post autem duos triumphos Germanici cognomine assumpto Septembrem mensem et Octobrem ex appellationibus suis Germanicum Domitian umque transnominavit, quod altero suscepisset imperium, altero natus esset*” (SUET., *Dom.*, 13,3). Porém, mesmo entre batalhas perdidas (DIÃO, *Hist.*, LXVII, 6-7), permanece a tônica de vitória, inclusive em representações numismáticas:

A ênfase é clara na cunhagem de sua primeira celebração do título *Germanicus* no final de 83. A partir de então, o ouro e a prata foram quase exclusivamente dedicados à celebração dessa vitória e ao retrato da deusa patrona de Domiciano, Minerva, em quatro poses militares, ao passo que em 84 e 85, e em menor grau em anos posteriores, as amplas faces do sestércio foram usadas não só para representações padrão de cativos e sua Vitória, mas para representar o próprio imperador montando em combate, recebendo a submissão do inimigo, sacrificando-se em gratidão pela vitória ou recebendo uma coroa de vitória. Os sestércios também retratam em intervalos um arco triunfal quadriforme coberto com carros³³ (GRIFFIN, 2007, p. 63-64).

No que tange ao seu principado, Suetônio (*Dom.*, 3,1) refere-se ao imperador como desocupado, feroz, motivo de chacota (“caçador de moscas, que com prazer as fura”, SUET., *Dom.* 3. 1) e afirma ainda que ele empregava seu tempo em jogos de azar (SUET., *Dom.*, 21). Sua atuação pela visão do historiador teria sido de vícios e virtudes, predominando, ao longo do tempo, apenas a primeira característica (SUET., *Dom.*, 3. 2.). Brandão (2009) aponta que “no caso dos maus imperadores, observa-se uma progressão para o vício” (p. 213). Dião Cássio procura destacar o *princeps* enquanto alguém ousado, raivoso, impulsivo, astuto, violento e traiçoeiro, e afirma que ele costumava fazer deliberações nas quais fingia gostar das pessoas

³³ “This emphasis is clear on the coinage from its first celebration of the title *Germanicus* late in 83. From then on the gold and silver was almost exclusively devoted to the celebration of that victory and to the portrayal of Domitian’s patron goddess Minerva in four military poses, while in 84 and 85, and to a lesser extent in later years, the large surface of the sestertius was used, not only for standard representations of captives and Victory, but to depict the emperor himself riding in combat, receiving the submission of the enemy, sacrificing in gratitude for victory or receiving a victory crown. The sestertii also depict at intervals a quadriform triumphal arch topped with chariots” (GRIFFIN, 2007, p. 63-64).

que iria ou desejava matar³⁴, travestindo-se, nessas ocasiões, de clemente (DIÃO, *Hist.*, LXVII, 1,1; 1, 3, 4, 5; SUET., *Dom.* 11, 2-3).

Os autores antigos apresentam e reforçam memórias de crueldade do imperador. Tal estereótipo induz o leitor a crer que a conspiração de assassinato foi orquestrada para que se abatesse a intolerância. Domiciano era descrito como o homem que projetava ações que beiravam a inflexibilidade, pois fez perseguir e considerar inimigos até mesmo alguns amigos de seu pai e de seu irmão (DIÃO, *Hist.*, LXVII,2,2). Seu extremismo, segundo Dião (*Hist.*, LXVII, 2,4), não permitia que abordassem assuntos relacionados a Tito³⁵:

Domiciano promovia espetáculos suntuosos no teatro e no circo (Coliseu e o Círculo Máximo), ofereceu Jogos Seculares em 88 d.C. (TAC., *Ann.*, 11.11), instituiu as *Quinquatrias* de Minerva³⁶, deusa a quem venerava³⁷, e os Jogos Capitolinos ou concurso quinquenal de músicas, equitação e ginástica em honra a Júpiter Capitolino³⁸ (SUET. *Dom.*, 4.1-5; 12,1; 13, 1; DIÃO, *Hist.*, 1,2; 8; MARC., *Epigr.* V, 5). Contribuiu sobremaneira para o crescimento da cultura e da educação romana, pondo em voga diversos artistas:

A *Capitolia* desempenhou o seu papel nesta agenda colocando a capital permanentemente dentro do circuito festivo, que por essa época saturou a vida cívica, cultural e religiosa nas províncias orientais. O novo festival

³⁴ Ver Apêndice A.

³⁵ “Some, however, would praise Titus, though not in Domitian's hearing (for to do that would have been as grave an offence as to revile the emperor in his presence and within his hearing), but they would do so among themselves, so that he hated them because he well knew that they were doing this secretly. And indeed there was something else that resembled play-acting - μή καταψηφίσασθαι τινος δυναμένους. ἐπὶ γὰρ τὸν Τίτον τινὲς οὐχ ὅτι καὶ ἀκούοντος τοῦ Δομιτιανοῦ 1 ἴσον γὰρ ἂν ἡμάρτανον ὥσπερ ἂν εἰ αὐτὸν ἐκείνον παρόντα καὶ ἀκούοντα ἐλοιδοροῦν, ἀλλ’ ... 2 ὅτι ἡπίστατο αὐτοὺς λάθρα τοῦτο ποιοῦντας: ἐπεὶ τοὶ καὶ ἕτερον σκηνοποιίᾳ (DIÃO, *Hist.*, LXVII, 2, 4). (DIÃO, *Hist.*, LXVII, 2, 4).

³⁶ “Para quem havia instituído um colégio cujos mestres era sorteado e encarregado pelo titular da organização de caçadas exímias e representações teatrais, independente do concurso de oradores e poetas – *ex quo sorte ductimagisterio fungerentur ederentque eximias uenationes etscaenicos ludos superque oratorum ac poetarum certamina*” (SUET. *Dom.* 4. 4).

³⁷ “Ele, por sua vez, sonhou que Minerva, a quem devotava um culto supersticioso, abandonava seu santuário, afirmando-lhe que não poderia mais protegê-lo em virtude de se ver desarmada por Júpiter” – “*Mineruam, quam superstitiose colebat, somniauit excederesacrario negantemque ultra se tueri eum posse, quod exarmataesset a loue*” (SUET. *Dom.* 15.3).

³⁸ Domitian's dedication to Jupiter Capitolinus will have suggested a parallel with the Olympic Games, but will also have recalled the significance of the Capitoline citadel (*arx*) both for the preservation of imperial Rome and for the foundation of the Flavian dynasty itself (HARDIE, 2003, p. 129-130).

anunciou a preferência imperial por competições musicais e de ginástica, integrais a um sistema educacional que fora tradicionalmente desprezado em Roma; reconhecia os oradores e poetas que foram produtos da educação grega e sua influência crescente em Roma e nas províncias ocidentais; trouxe gregos contemporâneos de talento promissor à Roma não apenas para o festival, mas também durante para a estadia temporária que o precedia, para que se misturassem com os gregos³⁹ (HARDIE, 2003, p. 127).

A poesia o encantou durante um curto espaço de tempo (SUET. *Dom.* 2. 2): “Domiciano, ele próprio um poeta que recitara em público, renunciou a esta prática depois de sua ascensão permitindo-se a clareza de que o fizera para se dedicar aos fardos de seu cargo⁴⁰” (HARDIE, 2003, p. 126). Contudo:

Ele mesmo, todavia, nunca se deu ao trabalho de estudar história ou a poesi, nem de escrever, sequer em caso de necessidade. Afora as memórias e os atos de Tibério César nada lia; suas cartas, discursos e éditos eram obra alheia (SUET., *Dom.*, 20).

numquam tamen aut historiae carminibusue noscendis operam ullam aut stilo uel necessario dedit. praeter commentarios et acta Tiberi Caesaris nihil lectitabat; epistulas orationesque et edicta alieno formabat ingenio (SUET., *Dom.*, 20).

Anthony James Boyle (2003, p. 23) nos faz compreender que havia uma literatura de patriato e que o imperador aproximara-se dos escritores movido por interesses. Mas, nesse sistema, haveria forças de interesse mútuas e negociações: os escritores ganhariam força social e o imperador, uma propaganda, bem como um registro para a posteridade.

Domiciano também investiu na reconstrução dos prédios destruídos nos incêndios que ocorreram durante o principado de seu irmão, Tito (SUET., *Dom.*, 12, 1) e, nesse processo, “Reconstruiu inúmeros monumentos importantes que haviam sido consumidos pelo fogo, entre os quais o Capitólio, que se incendiara novamente. Em todos mandou inscrever unicamente seu próprio nome, sem alusão ao antigo

³⁹ “The *Capitolia* played their part in this agenda by placing the capital permanently within the festival circuit, which had by this time saturated civic, cultural and religious life in the eastern provinces. The new festival advertised imperial favour for competitive musical and gymnastic activity, integral to an educational system which had traditionally been disdained at Rome; it acknowledged the orators and poets who were the products of Greek education and their growing influence at Rome and in the western provinces; and it brought contemporary Greek talent to Rome for the festival and the pre-festival sojourn there to mix with western counterparts” (HARDIE, 2003, p. 127).

⁴⁰ “Domitian, himself a poet who had recited in public, gave up the latter practice after his accession and allowed it to be understood that he had done so in order to devote himself to the burdens of office” (HARDIE, 2003, p. 126).

construtor – *Nouam autem excitauit aedem in Capitolio Custodi Ioui et forum quod nunc Neruae uocatur, item Flauiae templum gentis et stadium etodium et naumachiam, e cuius postea lapide maximus circus deustis utrimque lateribus exstructus est* (SUET. *Dom.*, 5.1). Boyle (2003, p. 35) aponta que “bustos de retrato imperial eram instrumentos de controle⁴¹” e Griff (2007, p. 70) indica seu uso como “reforço de autoridade⁴²”. Domiciano também construiu e restaurou diversas outras obras:

Por outro lado, edificou um novo templo consagrado a Júpiter Guardião, também no Capitólio, o fórum que hoje ostenta o nome de Nerva, o templo da família Flávia, um estádio, um odeão e uma naumaquia, cujas pedras foram mais tarde utilizadas na restauração do Circo Máximo, do qual o fogo destruirá os dois lados (SUET. *Dom.* 5. 1).

Nouam autem excitauit aedem in Capitolio Custodi Ioui et forum quod nunc Neruae uocatur, item Flauiae templum gentis et stadium etodium et naumachiam, e cuius postea lapide maximus circus deustis utrimque lateribus exstructus est (SUET. *Dom.* 5. 1).

Censor maxime e princeps dos principes, embora eu já lhe deva tantos triunfos, templos erguidos, restaurados, espetáculos, deuses, cidades, no entanto você deve a Roma: ser modesto (MARC., *Epigr.* VI, 4).

Censor maxime principumque princeps, Cum tot iam tibi debeat triumphos, Tot nascentia templa, tot renata, Tot spectacula, tot deos, tot urbes: Plus debet tibi Roma, quod pudica est (MARC., *Epigr.* VI, 4).

Em uma pequena parte da obra, Suetônio (*Dom.*, 8,1; 9,1-2) destaca o imperador com características positivas, atribuindo-o como justo, dedicado, cuidadoso, sem avareza e, por vezes, piedoso:

Distribuiu justiça com dedicação e zelo, frequentemente no Fórum, do alto de seu tribunal, a título extraordinário; anulou os julgamentos dos centúviro obtidos por meio de intrigas; advertiu insistentemente os recuperadores para que não se prestassem a reivindicações maljustificadas; os juizes corruptos foram gravados de infâmia, eles e seus assessores. Ordenou mesmo aos tribunos da plebe que acusassem de concussão um edil excessivamente avaro e solicitassem ao Senado a abertura de seu julgamento. Não bastasse isso, empenhou-se a tal ponto em reprimir os abusos dos magistrados urbanos e governadores de províncias que eles jamais se mostraram tão desinteressados e tão justos, quando vimos tantos deles, após Domiciano, acusados de todos os crimes (SUET., *Dom.*, 8, 1-2).

⁴¹ “Bustos de retrato imperial eram instrumentos de controle Imperial portrait busts were instruments of control” (BOYLE, 2003, p. 35)

⁴² “Domitian had only his own name inscribed on buildings he restored, not that of the original builder. This was contrary to the policy of Augustus and Vespasian and shows the importance he attached to the programme as a way of enhancing his authority” (GRIFFIN, 2007, p. 70).

us diligenter et industrie dixit, plerumque et in foro pro tribunali extra ordinem; ambitiosas centumviorum sententias rescidit; recipiatores, ne se perfusoriis assertionibus accommodarent, identidem admonuit; nummarios iudices cum suo quemque consilio notavit. auctor et tr(ibunis) pl(ebis) fuit aedilem sordidum repetundarum accusandi iudicesque in eum a senatu petendi. magistratibus quoque urbicis prouinciarumque praesidibus coercendis tantum curae adhibuit, ut neque modestiores umquam neque iustiores extiterint; e quibus plerosque post illum reos omnium criminum uidimus (SUET., Dom., 8, 1-2).

Ao contrário, deu, inclusive várias vezes, provas ruidosas não somente de desinteresse, mas também de liberalidade. Mostrava-se copiosamente munífico para com todos que o rodeavam, recomendando-lhes, acima de tudo e com insistência, que nada fizessem que pudesse denotar mesquinhez. Não aceitou as heranças que lhe deixaram aqueles que tinha filhos. Fez com que fosse anulado um legado do testamento de Rusco Cipião, o qual obrigava o herdeiro 'a pagar anualmente determinada soma a cada senadores admitido na Cúria'. Livrou de toda e qualquer perseguição os réus cujos processos dependiam do Erário há mais de cinco anos. E não permitiu novas vexações senão no prazo de um ano e, mesmo assim, coma condição de que se o acusador não apresentasse testemunhos seria punido com o degredo. Perdoou os escrivães dos questores que negociavam normalmente contra a lei Clódia. Também concedeu aos antigos possesores, como por direito usucapião, as partes de terra que, depois da partilha dos bens entre os veteranos, tinham ficado indivisas (SUET., Dom., 9, 1-3).

Immo e diuerso magna saepe non abstinentiae modo sed etiam liberalitatis experimenta. omnis circa se largissime prosecutus nihil prius aut acrius monuit quam ne quid sordide facerent. relictas sibi hereditates ab iis, quibus liberi erant, non recepit. legatum etiam ex testamento Rusti Caepionis, qui cauerat ut quotannis ingredientibus curiam senatoribus certam summam uiritim praestaret heres suus, irritum fecit. reos, qui ante quinquennium proximum apud aerarium pependissent, uniuersos discrimine liberauit nec repeti nisi intra annum eaque condicione permisit, ut accusatori qui causam non teneret exilium poena esset. scribas quaestorios negotiantis ex consuetudine sed contra Clodiam legem uenia in praeteritum donauit. subsiciua, quae diuisis per ueteranos agris carptim superfuerunt, ueteribus possessoribus ut usu capta concessit (SUET., Dom., 9, 1-3).

Abordagem relevante sobre a dinastia Flaviana é observar como os antigos teceram elogios a Vespasiano e Tito na maior parte da narração de suas *Vidas*, e, a Domiciano, restou a *damnatio memoriae*. “Apagar o nome de uma pessoa de sua memória é negar sua existência; reencontrar o nome de uma vítima é retirá-la do esquecimento, fazê-la renascer e reconhecê-la conferindo-lhe um rosto, uma identidade” (CANDAU, 2014, p. 68).

Essas vozes discordantes provavelmente representam um elemento muito maior e silencioso das classes políticas. No entanto, Vespasiano e Tito não foram destronados por seus oponentes e Vespasiano teve seu sonho

realizado ao ser sucedido (pacificamente) por seus filhos. Eles podem não ter sido universalmente populares, mas Vespasiano e Tito foram notavelmente bem-sucedidos⁴³ (ALSTON, 1998, p. 128).

Alston (1998, p. 131) aponta que um dos fatores para que não se tenham reforçado os pontos negativos de Vespasiano nas narrativas seria a intenção de promover um contraste em relação a Domiciano e sua maneira “brusca” de governo, principalmente no que diz respeito a suas reformas morais.

A *Vida* de Domiciano contrasta, desde o início, com a de Tito. A imagem inicial é a oposta e a evolução psicológica e moral é a inversa. Começa por ser apresentado com contornos negativos, passa por um período positivo, depois da ascensão ao poder, para se tornar gradualmente um tirano cruel e rapace. Depois da acme que se atingira em Tito, segue-se o já esperado momento descendente. Domiciano representa, do ponto de vista da biografia suetoniana, a degeneração da dinastia flávia, a catástrofe deste conjunto de três *Vidas*. Domiciano é apresentado como um tirano sobre o qual pende uma espada de Dâmocles. A morte de surge, na linha de César, Calígula ou Nero, como o castigo merecido. Se a morte de Tito aparecia como tragicamente injusta, dado o encarecimento que merecera durante a vida, a morte de Domiciano é consequência de uma culpa pessoal: a progressão até um estágio intolerável de crueldade, rapacidade e arrogância. Uma gradação conseguida, como habitualmente, à custa de alguma deformação histórica (BRANDÃO, 2013, p. 11).

Não temos acesso à parte das *Histórias* em que Tácito abordaria o governo de Domiciano, o que temos são indícios, pois a parte das *Histórias* que o descreveria não chegou ao tempo presente⁴⁴. Porém, em *Agrícola* (3,1), Tácito enfatiza o governo de Domiciano indiretamente, afirmando que os períodos de Nerva e Trajano seriam correlatos de *libertas* e esperança. Compreendemos, assim, que, no contexto posterior, não se verifica essa “liberdade concedida⁴⁵” (FAVERSANI; JOLY, 2013b, p. 75). Brandão, sobre o trecho referido (TAC., *Agr.*, 3,1), aponta que: “o equilíbrio será restabelecido com a referência implícita aos *optimi principes* que seguirão a

⁴³ “Such discordant voices probably represent a much larger, silent element of the political classes. Yet Vespasian and Titus were not dethroned by their opponents and Vespasian had his wish in that he was succeeded (peacefully) by his sons. They may not have been universally popular, but Vespasian and Titus were remarkably successful” (ALSTON, 1998, p. 128).

⁴⁴ “Two points are to be noted. First, readers now know that the narrative of the Histories will end with Domitian (and presumably with his death in A.D. 96). Second, Tacitus’ promise to write a future work on the reigns of Nerva, and Trajan qualifies what he had said in the preface to an earlier work, his biography of his father-in-law Julius Agricola. There Tacitus had contrasted the reign of Domitian with those of Nerva and Trajan (*Agr.* 2-3) and had promised to write a future work on both periods, present and past (*Agr.* 3.3)” (KRAUS; WOODMAN, 1997, p. 89).

⁴⁵ “The *Agricola*, one of Tacitus’s earliest texts, treats directly the earlier repression of speech and celebrates the opportunity represented by the new regime. It represents his coming to terms with the effects of the previous terror and the beginning of his ability to speak again” (HAYNES, 2006, p. 150).

Domiciano: Nerva, Trajano e Adriano. A mensagem final, por oposição aos vícios de Domiciano, e dos tiranos anteriores, será a apologia das virtudes da *abstinentia* e da *moderatio*” (2013, p. 13). Em outra perspectiva, Marques (2013b; 2017, p. 469-470) destaca que o tempo *felicitas* poderia ser um artifício retórico utilizado por Tácito. Isto porque, nas *Histórias*, demonstra um pessimismo em relação ao contexto histórico “bem como não há qualquer observação [nos Anais] sobre aspectos positivos de uma liberdade no tempo presente” (MARQUES, 2013b, p. 153).

Ainda em *Agrícola* (8,3), Tácito, quando destaca as proezas de seu sogro, indica que o então imperador, de maneira deliberada, restringira a glória e o triunfo militar de Agrícola, negando o direito que lhe era cabível pelas convenções romanas. Städele (1988, p. 230) aponta que essa perspectiva de que Domiciano estaria humilhando o sogro de Tácito pode ser uma leitura equivocada. Outros historiadores, como Syme⁴⁶ e Haynes (2006, p. 152-153), deixam explícito que em nada tais atitudes do *princeps* afetaram a fama do biografado taciteano.

Essa discussão nos faz pensar sobre por que os autores antigos buscam reiterar enfaticamente que Domiciano exercia e fazia sentir o seu poder de forma tirânica (WALKER, 1960, p. 78). Nessa perspectiva, alguns autores modernos pontuam o *princeps* como imbuído de “loucura imperial/cesariana” (WILSON, 2003, p. 525), expressão moderna utilizada por estudiosos no século XIX⁴⁷ e que significa a “perda de contato com a realidade por potentados modernos, causada pelo próprio papel que desempenhavam” (WINTERLING, 2012, p. 5). As fontes que retratam Calígula, Nero e Domiciano como “loucos” seriam tendenciosas⁴⁸, e Winterling diz

⁴⁶ “More delicate was the adjustment between a famous general and jealous emperor, with enmity often ensuing, or disgrace and death. Domitian had wronged Agricola, and Domitian therefore hated Agricola. The Emperor was swift to anger, implacable in revenge, but Agricola showed no resentment for shabby treatment. Defiance and a provocative exhibition of ‘*libertas*’ would have earned him ruin and renown. He chose prudence and escaped harm. Agricola’s demeanour was far from heroic, It might easily have been misconstrued while he lived, and no doubt it was so subsequently by those whom Tacitus condemns for ‘admiring what is wrong’. Tacitus has a sharp answer. ‘Let me tell them’, he says, ‘that there can be great men even under bad emperors, that duty and discretion, if coupled with energy of character and a career of action, will bring a man to no less glorious summits than are attained by perilous path and ostentatious deaths, with no advantage to the commonwealth’”(SYME, 1958, p. 24-25).

⁴⁷ Para ver as duas escolas de pesquisa ver Winterling (2012, p. 8).

⁴⁸ “Em relação aos ‘césares loucos’ de Roma, os estudiosos há tempos estão cientes de que a maneira pela qual esses imperadores são retratados nas fontes antigas não apenas é claramente pouco confiável, mas em grande medida, caracterizada por declarações que são evidentemente incorretas. [...] Embora essas histórias tivessem pouca credibilidade para os contemporâneos e historiadores que escreviam com uma pretensão de verdade, elas foram retomadas por autores posteriores, levadas a sério e transmitidas adiante. Tácito descreve a dificuldade que tinha com as

que a motivação para tanto era fomentar o ódio (WINTERLING, 2012, p. 8). A seguir, descreveremos algumas das reformas morais efetuadas por Domiciano, para então questionarmos: teria sido, portanto, por uma possível inflexibilidade com os aristocratas que Domiciano fora condenado à morte física⁴⁹ e simbólica (*damnatio memoriae*)?

4.2 As reformas morais no Principado de Domiciano e a obra de Tácito

Observaremos aqui as reformas morais de Domiciano por meio dos relatos de Tácito, Suetônio, Dião, Marcial e Juvenal. Não podemos deixar de ressaltar que os estilos dos autores incidem sobre a narrativa que cada um teceu a respeito das reformas. Alguns fatores são determinantes e comuns: o período tirânico em que se encontravam, seus temas e a forma estilística de emprego de críticas sem explicitação de uma possível insatisfação. Propomos aqui uma análise temática e não cronológica dessas reformas morais.

Cabe destacar que abordar a corrupção dos costumes (*mores*) é uma tradição historiográfica já utilizada desde Políbio, passando por Salústio, Cícero e Tito Lívio. Ela é associada aos momentos de instabilidade, particularmente na política e religião, englobando o âmbito público e privado (MENDES, 2006, p. 22-23).

Muitos autores buscaram encontrar contradições históricas nos relatos de Tácito. Porém, como afirma Walker (1960, p. 7-8), estudos que buscavam refutá-lo acabaram por reafirmar a precisão taciteana sobre os detalhes factuais⁵⁰. Não

fontes disponíveis para ele em relação aos quatro sucessores de Augusto: 'De Tibério, Caio (Calígula), Cláudio e Nero, enquanto vivos o medo não deixou de falar com verdade; depois de mortos, o ódio recente falseou as narrativas' (Tac., *Ann.*, 1, 1, 2). Os próprios relatos de Tácito, e aqueles de Plínio, o Jovem, acerca de Domiciano – de quem ambos eram contemporâneos – de fato mostram uma falta de neutralidade e evidenciam uma mais ou menos óbvia inimizade frente a esse imperador – não obstante o objetivo declarado de escreverem *sine ira et studio*" (WINTERLING, 2012, p. 5-6).

⁴⁹ Domiciano é assassinado em 18 de setembro de 96 d.C. em uma conspiração envolvendo libertos, amigos e Domícia (SUET., *Dom.*, 14,1; 17,3; DIÃO, *Hist.*, LXVII, 15, 1-6). Quem prestou as honras fúnebres foi sua ama de leite, Fílis, esta de forma clandestina conduziu as cinzas ao templo da família Flávia. (SUET., *Dom.*, 17,3). A notícia da morte do imperador teve diferentes repercussões: a) pelo povo, indiferença; b) soldados queriam lhe atribuir o título de divino; c) o senado, manifestou alegria e iniciou a *damnatio memoriae* de Domiciano (SUET., *Dom.*, 23).

⁵⁰ "Among the mass of research which began with the publication, almost a hundred years ago, of Sievers' *Tiberius und Tacitus*, are many attempts to refute Tacitus' verdict on the Empire; and often general conclusions on the meaning of events have been in flat contradiction to those of the Roman

desprezamos a presença de hipérboles em sua escrita, tendo sido estas aplicadas propositalmente ou não, pois elas também nos ajudam evidenciar as diversas facetas do autor.

Quando nos referimos às reformas morais, dialogamos com alguns elementos, entre os quais o exemplo – os *exempla*, em latim. Tácito, nos *Anais*, deixa explícita sua posição elucidativa entre bons e maus modelos/identidades para construção da moral romana:

Exempla podem ser entendidos como um mapa que fornece uma rota para uma identidade coletiva: narrativas fortemente normativas que constroem identidades de modelos "bons" e "ruins". Neste propósito moral, Tácito está firmemente dentro das tradições da historiografia romana⁵¹ (ALSTON, 2008, p. 152).

A respeito das reformas morais, pode-se afirmar que alguns imperadores buscaram executar esse tipo de política. Um pensamento retroativo que nós, historiadores modernos, acabamos por mensurar, é a implementação de uma série de leis de Augusto, que viria a legitimar sua autoridade e um governo de mais de quarenta anos a fim de promover uma “reconstrução dos costumes antigos” e, dessa forma, estabelecer a harmonia dos primeiros tempos, ou seja, afastar os romanos da “barbárie” que teria acometido Roma durante os longos anos das guerras civis. Essa é uma das visões que englobam o imaginário sobre Augusto⁵². Assim, perguntamos: por que Domiciano não é lembrado da mesma forma?

Poderíamos supor que houve um juízo inequívoco, já que Augusto não sofreu *damnatio memoriae*, punição esta que afligiu Domiciano, motivada pelas suas vigorosas ações de perseguição à aristocracia, incluindo assassinatos (SUET., *Dom.*, 10, 2)? Na mesma medida em que parece demonstrar crueldade, Augusto também efetua mudanças profundas, sendo conhecido como “estabilizador, ordenador, restituidor, reconstrutor, autocrata, monarca, estrategista, político,

historian. But this research has only served to vindicate his accuracy in matters of factual detail, and those who diverge from Tacitus do so after giving the highest praise to his thoroughness and veracity. Such a work as Marsh's *Reign of Tiberius*, in which that Emperor is very favourably estimated, rejects hardly any statement of fact in Tacitus” (WALKER, 1960, p. 7-8).

⁵¹ “*Exempla* can be understood as providing a route map to a collective identity: strongly normative narratives that construct both “good” and “bad” model identities. In this moral purpose, Tacitus is firmly within the traditions of Roman historiography” (ALSTON, 2008, p. 152).

⁵² “A biografia [de Augusto] apresenta uma mudança radical da extrema crueldade para uma notável clemência. A primeira parte da vida move-se sob o estigma da vingança cruel da morte de César. Outra parte apresenta o bom governante” (BRANDÃO, 2013, p. 2).

propagandista [...] [contudo] na peneira do tempo, a imagem positiva de seu caráter e de suas realizações supera a negativa” (GONÇALVES, 2014, p. XVI).

Domiciano, com as reformas morais, alterava os costumes dos antigos. Para critério de análise, destacaremos tematicamente, a seguir, tais costumes e as mudanças a eles aplicadas.

No que tange às distribuições públicas (espórtulas⁵³), suprimiu-as em favor de banquetes, ato que se transformou em uma mudança substancial em seu principado (SUET., *Dom.*, 7,1). Modificou esses cerimoniais de patronato⁵⁴, tornando-os rituais obrigatórios, ocasiões em que o medo predominava tanto nos convidados como nos ausentes (PLIN., *Paneg.*, 48; 49, 6).

Neste momento, então, ele festejava como descrito; e em outra ocasião ele entreteve os principais homens, senadores e cavaleiros da seguinte forma. Ele preparou uma sala por todos os lados escura, teto, paredes e piso, incluiu sofás de descanso no chão; e, em seguida, os convidou para irem sozinho, sem seus assistentes, a noite encontrá-lo. Primeiro colocou ao lado de cada um deles uma laje em forma de uma lápide com o nome de cada convidado e também uma pequena lamparina, como as que se penduravam nas tumbas. Em seguida, meninos nus pintados de preto. Entrou como se fosse um fantasma, e depois de cercar os convidados com uma dança assumiu seu lugar. Após isso todas as coisas que são comumente oferecidos nos sacrifícios aos espíritos dos mortos foram igualmente executados diante dos convidados. Consequentemente, cada um dos convidados temeu, tremeu e foi mantido em constante expectativa de ter a garganta cortada no momento seguinte por Domiciano. Houve um silêncio mortal, como se eles já estivessem no reino dos mortos. O próprio imperador estaria conversado somente sobre temas relativos à morte e assassinato. Finalmente, ele os dispensou; removendo primeiro os seus escravos, que estavam no vestibulo, e deu aos convidados outros escravos, a quem eles não conheciam, as carruagens e liteiras para conduzi-los, e por este procedimento, ele os encheu de medo. Somente chegando em casa

⁵³ “*Sportula*, a rigor, significa cestinho: entretanto, à época de Marcial, consistia numa soma em dinheiro que o *patronus* entregava diariamente a seu *cliens* no lugar de seu jantar. Domiciano intentou restabelecer o costume antigo de se convidar o cliente para o jantar; com o tempo, porém, o decreto do *princeps* foi revogado e a espórtula voltou a ser paga em dinheiro” (AGNOLON, 2007, p. 176).

⁵⁴ “Desde Augusto, o sistema originalmente multipolar de amizades políticas da aristocracia republicana havia sido sobreposto por um novo sistema de amizade com o imperador. Todos os senadores e os cavaleiros mais importantes compareciam à *salutatio* matutina no palácio imperial; muitos deles eram regularmente convidados para banquetes restritos a círculos menores – eram ambos os rituais os mais importantes que tradicionalmente expressavam a amizade com o chefe da família. Devido ao número de participantes, a proximidade pessoal já não podia formar a base destas relações com o imperador. A *amicitia* imperial, portanto, tomou um caráter institucional que independia das relações pessoais dos participantes, embora “bons” imperadores, como Augusto – no contexto da comunicação ambígua – ainda preservassem as formas exteriores de antigas e estreitas relações pessoais, simbólicas da igualdade aristocrática. Em tais ocasiões, o imperador poderia ser abordado por senadores e cavaleiros, que esperavam ganhar favor imperial sendo reconhecidos pessoalmente e promovidos para os círculos mais próximos das pessoas de confiança do imperador” (WINTERLING, 2012, p. 18).

recuperaram o fôlego novamente, como se poderia dizer. Enquanto eles estavam no jantar com a expectativa de serem mortos, a qualquer momento, uma pessoa trazia para a laje, vários artigos, incluindo os pratos que tinham sido estabelecidos antes deles no jantar, que eram feita de um material muito caro; e por último, veio esse menino, agora lavado e adornado. Assim, depois de ter passado a noite inteira em terror, eles receberam os presentes. (DIÃO, *Hist.*, LXVII, 9, 1-5).

τὸ μὲν οὖν πλῆθος οὕτως τότε ἐδείπνισεν, αὐτοὶ δὲ τοὺς πρῶτους τῆς γερουσίας καὶ τῶν ἱππέων τόνδε τὸν τρόπον. οἶκον μελάντατον ἀπανταχόθεν ἔκ τε τῆς ὀροφῆς καὶ ἐκ τῶν τοίχων τοῦ τ' ἐδάφους παρασκευάσας, καὶ κλισίας ἐπ' αὐτοῦ τοῦ δαπέδου γυμνάς ὁμοίας ἐτοιμάσας, ἐσεκάλεσεν αὐτοὺς μόνους νυκτὸς ἄνευ τῶν ἀκολούθων. καὶ πρῶτον μὲν στήλην ταφοειδῆ ἐκάστω σφῶν παρέστησε, τό τε ὄνομα αὐτοῦ ἔχουσιν καὶ λυχνοῦχον μικρόν, οἷος 1 ἐν τοῖς μνημείοις κρεμάννυται: 2 ἔπειτα παῖδες εὐπρεπεῖς γυμνοί, μέλανι καὶ αὐτοὶ κεχρισμένοι, ἐσῆλθον ὥσπερ εἰδῶλα, καὶ περιελθόντες αὐτοὺς μετ' ὀρχήσεώς τινος φοβεῖσθαι πρὸ ποδῶν ἰδρῦθησαν: καὶ μετὰ τοῦτο πάνθ' ὅσαπερ ἐν τοῖς ἐναγίσμασι καθαγίζεται, καὶ ἐκεῖνοις μέλανα ἐν σκεύεσιν ὁμοίοις 1 προσηνέχθη, ὥστε καὶ φοβεῖσθαι καὶ τρέμειν καθ' ἕκαστον αὐτῶν πάντας, αἷε τε ὅσον οὐκ ἦδη σφαγήσεσθαι προσδέχεσθαι, ἄλλως τε καὶ ὅτι παρὰ τε τῶν ἄλλων σιωπῇ πολλῇ ὥσπερ ἐν τεθνηκόσιν ἦδη ἦν, καὶ αὐτὸς ὁ Δομιτιανὸς πάντα ἔς τε θανάτους καὶ ἔς σφαγὰς φέροντα διελάλει. τέλος δὲ ἀφῆκε μὲν αὐτοὺς, προαπαλλάξας δὲ δὴ τοὺς οἰκέτας σφῶν τοὺς ἐν τοῖς προθύροις ἐστηκότας, δὶ ἐτέρων τινῶν ἀγνώστων τοὺς μὲν ὀχήμασι τοὺς δὲ φορεῖοις παραδοὺς πολὺ πλεον δέος αὐτοῖς ἐνέβαλε. ἄρτι δὲ ἕκαστός σφῶν οἶκαδε ἐσεληλύθει καὶ τρόπον τινὰ ἀναπνεῖν ἤρχετο, καὶ αὐτῷ ἐσηγγέλη ὅτι παρὰ τοῦ Αὐγούστου τις ἦκοι. προσδοκῶντων τε ἐκ τούτου τότε δὴ πάντως ἀπολεῖσθαι, ἐσεκόμισέ τις τὴν στήλην ἀργυρᾶν οὔσαν, εἴτ' ἄλλος ἄλλο τι καὶ ἕτερος ἕτερον τῶν σκευῶν τῶν ἐν τῷ δεῖπνῳ παρατεθέντων, πολυτελεστάτου τινὸς γένους πεποιημένα: καὶ τέλος ὁ παῖς ἐκεῖνος, τὸ δαιμόνιον [p. 338] ἐκάστω, λελουμένος τε καὶ κεκοσμημένος καὶ οὕτω διὰ πάσης τῆς νυκτὸς φοβούμενοι τὰ δῶρα ἔλαβον (DIÃO, *Hist.*, LXVII, 9, 1-5).

Intervenção também no âmbito das artes: acrescentou duas facções aos jogos do Circo (SUET., *Dom.*, 7, 1); proibiu a atuação de historiões no teatro, concedendo autorizações apenas para que atuassem em casas particulares (SUET., *Dom.*, 7,1); controlou, nos teatros, os assentos dos cavaleiros, para que fossem utilizados apenas por esse grupo de homens (SUET., *Dom.*, 8, 3). Ainda promoveu espetáculos (SUET., *Dom.*, 12,1; DIÃO, *Hist.*, LXVII, 8); “embora não poupasse dinheiro em reconstruir as bibliotecas incendiadas e mandasse procurar por todo o império exemplares das obras desaparecidas. Enviou a Alexandria uma comissão aencarregada de copiar e corrigir os textos – *quantum bibliothecas incendio absumptas impensissime reparare curasset, exemplaribus undique petitis missisque Alexandream qui describerent emendarentque*” (SUET., *Dom.*, 20,1); modificou a

arquitetura com diversas construções, beirando o exagero⁵⁵ (SUET., *Dom*, 13,1-2; DIÃO, *Hist.*, LXVII, 8, 1); e promoveu e dirigiu jogos, colocando até mesmo anões e mulheres em enfrentamento (DIÃO, *Hist.*, LXVII, 8, 4). Assim, podemos perceber que, em meio às suas reformas, “o principado de Domiciano foi o pano de fundo de períodos realmente importantes para produção cultural romana, especialmente nos campos da arquitetura, da escultura e da literatura⁵⁶” (BOYLE, 2003, p. 13).

Interferiu em práticas privadas: proibiu a castração de homens; diminuiu o preço dos eunucos no mercado de escravos⁵⁷ (SUET., *Dom.*, 7, 1); proibiu que as mulheres licenciosas usassem liteiras, bem como recebessem legados e heranças (SUET., *Dom.*, 8, 3); castigou severamente com decapitação e de acordo com o antigo costume (enterrar vivo) os pais e irmãos que violassem as vestais (SUET., *Dom.*, 8, 3; DIÃO, *Hist.*, LXVII, 3, 3-4); expropriou bens e confiscou heranças (SUET., *Dom.*, 12,1-2); e condenou os adúlteros, tanto homens como mulheres e independentemente da posição política que ocupassem (DIÃO, *Hist.*, LXVII, 12, 1).

Outorgou também éditos e impostos: ordenou, no ano de 92, que as vinhas nas províncias fossem cortadas, medida essa revogada rapidamente (SUET., *Dom.*, 7, 1); tentou, através de um édito, diminuir a imolação de bois (SUET., *Dom.*, 9, 1); e tornou mais rigorosa a cobrança dos impostos que os judeus deveriam pagar⁵⁸ (SUET., *Dom.*, 12, 2). Podemos perceber que decretos desse tipo não objetivavam apenas “ordenamento” civil-militar, mas competiam também a outras instâncias, como a religiosa.

Na área militar, Domiciano “não quis que acampassem juntas duas legiões – *geminari legionum castra prohibuit*” (SUET., *Dom.*, 7, 3) para evitar motins, ordenou que não fosse “depositado mais de mil sestércios junto às insígnias – *nec plus quam mille nummos a quoquam ad signa deponinec plus quam mille nummos a quoquam*

⁵⁵ Ver Anexo C.

⁵⁶ “Domitian's principate was the context for one of the truly great periods of Roman cultural production, most particularly in the fields of architecture, sculpture, and literature” (BOYLE, 2003, p. 13).

⁵⁷ Nesse contexto, Dião destaca que Domiciano teve um “entretenimento” com um eunuco chamado Eurinus, contudo, como seu irmão demonstrava afeição para com esses rapazes, com essa medida pretendia insultar a imagem de Tito (Dião, *Hist.*, LXVII, 2,3).

⁵⁸ “La caja imperial abastecida por los tribunos impuestos a los judíos. Las comunidades judías tenían la costumbre de enviar dos dracmas al año por cada varón adulto al templo de Jerusalén. Después de la conquista de Jerusalén por Tito, este tributo anual fue transferido a Júpiter Capitolino” (CUBAS, 1992, p. 333).

ad signa deponi”⁵⁹ (SUET., *Dom.*, 7, 3); “Também acrescentou ao soldo das tropas uma quarta parcela de três moedas de ouro – *addidit et quartum stipendium militi aureos ternos*”⁶⁰ (SUET., *Dom.*, 7, 3), que seria um aumento de trezentos para quatrocentos sestércios (DIÃO, *Hist.*, LXVII, 3, 5), e diminuiu o número de soldados, “mas, compreendendo que assim se exporia às incursões dos bárbaros e nem por isso se desoneraria, não teve escrúpulos em pilhar por todos os meios – *temptavit quidem ad releuandos castrenses sumptus numerum militum deminuere; sed cum et obnoxium se barbaris per hoc animaduerteret neque eo setius in explicandis oneribus haereret, nihil pensi habuit quin praedaretur omni modo*” (SUET., *Dom.*, 12, 1). Tais políticas inconsequentes de aumento salarial e o grande número de construções⁶¹ empreendidas caracterizaram Domiciano como um mau gestor, o que, para as fontes, significava ser um mau imperador (ALSTON, 1998, p. 139). Porém, existem diversos fatores que demonstram que seu governo não teve uma gestão financeira problemática⁶² (ver detalhamento no Anexo D).

Censurou escritos e puniu os difamadores (SUET., *Dom.*, 8, 3), condenou filósofos ao exílio⁶³ (DIÃO, *Hist.*, LXVII, 12, 3) e fez da tortura uma ferramenta para os interrogatórios (SUET., *Dom.*, 8,4). Os cidadãos tinham medo de expressar seus pensamentos, pois receavam uma possível condenação (WILSON, 2003, p. 523). Tácito (*Ag.* 2, 1) diz ainda que os livros foram queimados, ou seja, a liberdade de expressão teria sido comprometida.

⁵⁹ “Los estandartes militares se colocaban en el estado mayor (principia) del campamento. Allí se hallaba también la caja de la legión, donde cada soldado depositaba sus ahorros” (CUBAS, 1992, p. 324).

⁶⁰ “Es decir, 75 denarios, el *stipendium* que el soldado regular recibía tres veces al año. El sueldo anual de los soldados quedó así fijado en 300 denarios, en lugar de 225, repartidos igualmente en tres *stipendia*, pero cada uno de 100 denarios, y no de 75” (CUBAS, 1992, p. 324).

⁶¹ “Martial celebrated Domitian’s shows and buildings as he had those of Titus, while Statius’ *Silvae* allude copiously to new temples and include virtuoso performances on the Saturnalia entertainments (i.6), Domitian’s colossal equestrian statue (i.1), and on the Via Domitiana built from Sinuessa to Naples (iv.3)” (GRIFFIN, 2007, p. 56).

⁶² Para debate pormenorizado Cf. GRIFF, 2007, p. 69-80.

⁶³ “Os pregadores da moralidade estoica, cuja influência sobre as camadas esclarecidas da sociedade aumentava firmemente, formularam uma teoria que se chocava com os pontos de vista mantidos pelos imperadores posteriores a Augusto. Consideravam estes a sua autoridade como um direito pessoal, firmado na ligação como falecido imperador; de acordo com os estoicos, porém, era falso considerar o principado como algo que pretendesse apenas gratificar a ambição pessoal, ou como um despotismo baseado em violência e na força. O poder, diziam eles, era confiado por Deus ao homem moral e intelectualmente superior ao resto da comunidade, e seu exercício adequado era um dever imposto por Deus, uma pesada obrigação pessoal. O governante, príncipe ou rei, não era um senhor, segundo o ensinamento estoico, mas um servo da humanidade e devia trabalhar para o bem de todos, e não em prol de seus interesses próprios e de sua manutenção no poder” (ROSTOVITZEFF, 1973, orig., 1960, p. 205).

As obras de Tácito, Suetônio e Juvenal são publicadas posteriormente à morte de Domiciano, “Plínio utiliza a denigração do imperador anterior como um dispositivo retórico para apontar um contraste com o novo imperador: as virtudes de Trajano são apresentadas como a inversão dos vícios de Domiciano⁶⁴” (WILSON, 2003, p. 526), ou seja, as fontes seriam laudatórias, panegírico ao imperador do período em que os escritores viviam e denegriam seu antecessor – “expressão de apoio para o novo imperador”. “A função desse tipo de denigração era principalmente enaltecadora”⁶⁵ (WILSON, 2003, p. 526).

As fontes também indicam que Domiciano cassou cargos. Foi o que ocorreu com Cecílio (antigo questor), expulso do Senado por apreciar a pantomima e a dança (SUET., *Dom.*, 8, 3; DIÃO, *Hist.*, LXVII, 13, 1); um cavaleiro romano que havia repudiado a esposa e retornou ao casamento mesmo após tentar um processo de adultério (SUET., *Dom.*, 8, 3); e senadores e cavaleiros, por meio da lei escantínia⁶⁶ (SUET., *Dom.*, 8,3). Além disso, Domiciano ordenou o assassinato de diversos senadores (ver Apêndice A).

Mudou até mesmo o calendário: o mês de outubro seria chamado com seu próprio nome (DIÃO, *Hist.*, LXVII, 4,3; MARC., *Epigr.*, IX, 1), e começou a ser chamado de “*dominus et deus*” (SUET., *Dom.*,13, 1-2). A relevância da religião no contexto romano foi determinante para a postura adotada por Domiciano nesse campo: a de uma profunda reverência e cuidado com a não profanação de tudo que fosse relativo aos deuses. Deve-se lembrar, com relação a essa postura, que a religião e a *auctoritas* estavam intimamente relacionadas. Um exemplo narrado por Suetônio (*Dom.*, 8, 4) afirma que Domiciano mandou demolir um sepulcro que um liberto havia construído para seu filho com pedras retiradas do templo de Júpiter Capitolino.

⁶⁴ Pliny employs denigration of the earlier emperor as a rhetorical device to point a contrast with the new emperor: Trajan's virtues are presented as the reversal of Domitian's vices” (WILSON, 2003, p. 526).

⁶⁵ “the function of this kind of denigration was primarily eulogistic” (WILSON, 2003, p. 526).

⁶⁶ Remonta o ano de 227 a.C., antes de Cícero (*stuprum cum masculino*). “This was an ancient law levelled against adultery and other pollutions, named from its author Caius Scatinus, a tribune of the people. There was a Julian law, with the same object” (Suetonius: The Lives of the Twelve Caesars; An English Translation, Augmented with the Biographies of Contemporary Statesmen, Orators, Poets, and Other Associates. Suetonius. Publishing Editor. J. Eugene Reed. Alexander Thomson. Philadelphia. Gebbie & Co. 1889. Disponível em: <<http://www.perseus.tufts.edu/hopper/text?doc=Perseus%3Atext%3A1999.02.0132%3Alife%3Ddom.%3Achapter%3D8>> acesso em: 06.02.2017).

Dião Cássio (LXVII, 1,3-4) aponta que o imperador era infiel até mesmo com aqueles que lhe ajudavam a cometer seus crimes, doavam-lhe dinheiro ou colaboravam com ele como delatores. Sua raiva se estendia, em proporções ainda maiores, aos falsos acusadores. Suetônio (*Dom.*, 9, 3) também afirma que o imperador reprimia acusações enganosas do fisco e de falsas delações. Segundo o autor, Domiciano dizia que “um príncipe que não castiga os delatores, encoraja-os – *princeps qui delatores non castigat, irritat*” (SUET., *Dom.*, 9, 3).

Essas foram algumas das reformas morais estigmatizadas, pois os senadores registraram que ele “tornando-se, graças a essa conduta, objeto de terror e ódio aos olhos de todos, foi enfim vitimado por uma conjuração tramada por seus mais íntimos amigos e libertos, aos quais veio juntar-se a própria esposa – *Per haec terribilis cunctis et inuisus, tandem oppressus est ... amicorum libertorumque intimorum simul et uxoris*” (SUET., *Dom.*, 14, 1).

Não existem registros literários sobre o envolvimento dos senadores no assassinato de Domiciano. Porém, cabe lembrar que é o Senado que reivindica a *damnatio memoriae*. Destacamos que, segundo as fontes, o povo e o exército⁶⁷ não se manifestaram quanto ao apagamento da memória do imperador:

De acordo com Suetônio, o povo respondeu com indiferença, e o exército com grande tormento. O último chegou até a defender sua deificação (*Dom.* 23.1). Domiciano havia tratado bem o exército, usando-o para implementar uma política de fronteira vigorosa e agressiva, e recompensando-o com salários e donativos (Suet., *Dom.* 7.3, Cass. Dio, 67.3.5). Os pretorianos pareciam especialmente menos satisfeitos com a remoção do imperador e causaram problemas consideráveis para seu sucessor. A precipitada *damnatio memoriae* era basicamente senatorial⁶⁸ (BOYLE, 2003, p. 14).

A *damnatio memoriae* de Domiciano parece ter sido mais enfática⁶⁹ que

⁶⁷ “The poets Statius, Martial and Silius Italicus praise Domitian’s military victories, the latter two making explicit and flattering comparisons with the reputes of his father and brother (Stat., *Theb.* 1.16–24;32–4; *Achil.* 1.15–16; *Silv.* 1.1; *Mart.* 1.4; *VII.*1; 2; 5; *VIII.*1; 65. Comparisons: *Mart.* II.2; *Sil.* *Pun.* III.595 V.; cf. *Frontin.* *Str.* II.3.23; 11.7; IV.3.14)” (GRIFFIN, 2007, p. 55).

⁶⁸ “According to Suetonius, the people responded with indifference (indifferenter), and the army with great distress (grauissime tulit). The latter even pushed for his deification (*Dom.* 23.1). Domitian had treated the army well, both by using it to implement a vigorous, aggressive frontier policy, and by rewarding it with pay and donatives (SUET. *Dom.* 7.3; Cass. Dio 67.3.5). The praetorians especially seemed less than pleased with the removal of the emperor, and caused considerable trouble for his successor. The knee-jerk *damnatio memoriae* was primarily senatorial” (BOYLE, 2003, p. 14).

⁶⁹ “No século III, com as usurpações e as sucessões trágicas, a condenação do predecessor no trono se tornou moeda corrente, e o processo da *damnatio memoriae* perdeu rapidamente o seu sentido e a sua eficácia. Domiciano, o primeiro a ter no sentido pleno do termo essa detração da memória, foi também provavelmente aquele que a sofreu mais – Au IIIème siècle, avec les successions traggiques,

aquelas empregadas a Calígula e Nero, imperadores cuja memória teve o mesmo destino. Marques (2013b) diz que tal apagamento acentuado talvez tenha ocorrido pelo “sentimento de *mea culpa* dos sobreviventes aliado a uma propaganda de Nerva e, principalmente, Trajano, para denegrir o antecessor” (p. 149). A pesquisadora ressalta que estudos realizados desde a década de 1960 vêm abordando que a hipótese propagandística seria a mais apropriada. Mas ela também deixa o questionamento: “como escolher entre a interpretação revisionista e as fontes antigas em relação ao caráter de Domiciano, tendo em vista que as duas são diametralmente opostas?” (MARQUES, 2013b, p. 151). Outro possível motivo é o “sentimento de ressentimento com a limitação de privilégios⁷⁰” (WILSON, 2003, p. 524). A relação de Tácito com Trajano, a qual não devemos desconsiderar é um aspecto importante:

Embora se reconhecesse que Tácito poderia ter motivos adicionais para escrever esta passagem [Ag.2,1], como defender-se de imputações de pusilanimidade em suas próprias relações com Domiciano ou de ter manipulado o novo imperador Trajano para criar um ambiente cultural mais tolerante e favorável para o futuro, sua evocação de “um reinado de terror” sob o regime anterior levou convicção aos olhos dos mais modernos comentaristas⁷¹ (WILSON, 2003, p. 524).

Assim, a *damnatio memoriae* sofrida por Domiciano não se limitava ao seu apagamento em documentos oficiais, inscrições, monumentos públicos etc. Para Wilson (2003), Suetônio, com o texto biográfico, Tácito, com sua função histórica, Juvenal, nas Sátiras, e Plínio, com o panegírico, tiveram um papel fundamental para denegrir a imagem do *princeps*. Eles conseguiram “promover a confiança do público na superioridade de seus sucessores [Nerva e Trajano]⁷²” (p. 527), pois as fontes

la condamnation du predecessor au trône devint monnaie courante et le processus de la *damnatio memoriae* perdit rapidement son sens et son efficacité. Domitien, le premier à subir au sens plein du terme cette atteinte à mémoire, fut aussi probablement celui qui la subit de la façon la plus accomplie” (PAILLER; SABLAYROLLES, 1994, p. 15, apud MARQUES, 2013b, p. 149)

⁷⁰ “It invariably involves a radical scepticism about the characterization of the emperor conveyed by the literary sources, on the grounds that those sources are certain to be biased, being a product of the educated classes resentful of the limitation of the senate's privileges by the new constitutional arrangement that Augustus had instituted” (WILSON, 2003, p. 524).

⁷¹ “Though it was recognised that Tacitus might have had additional motives in writing this passage [Ag.2,1], such as defend-ing himself from imputations of pusillanimity in his own dealings with Domitian or manipulating the new emperor Trajan into cre-ating a more tolerant and supportive cultural environment for the future, his evocation of ‘a reign of terror’ under the previous regime carried conviction in the eyes of most modern commentators” (WILSON, 2003, p. 524).

⁷² “Similarly, Suetonius' emphasis on the moral and governmental shortcomings of the Julio-Claudian and Flavian emperors served, according to this argument, to promote public confidence in the

eram “gêneros tratados como órgãos semi-oficiais de comunicação [que] o governo [poderia utilizar para obter mais poder/legitimidade/auctoritas]⁷³” (p. 530).

Um exemplo da *damanatio memoriae* de Domiciano é a inscrição encontrada no teatro de Filipe, norte da Macedônia grega, que diz: “IMP·VESPASIANO AVG· P · P IMP ·TITO ·CAESARI ·AVG [] CAESARI AVG ·F · EX · VECTIGALIBVS · PVB · D ·D” cuja tradução seria: “Ao imperador Vespasiano Augusto, *pater* pai, para seus filhos Tito César [e Domiciano – apagado] César, filhos de Augusto – pagos com despesas públicas por decreto dos decuriões *ex vectigalibus*”. Esse suporte retrata a destruição do registro do nome do imperador.



Figura 1 - Inscrição encontrada no teatro de Filipe, norte da Macedônia grega, que demonstra a *damanatio memoriae* de Domiciano
(Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Damnatio_memoriae_-_Domitian.jpg>. Acesso em: 12 maio 2016).

Os romanos, ao empregarem a *damnatio memoriae* sobre a documentação, destroem parte das representações dos *principes*, seus discursos e até mesmo a *auctoritas* de seus feitos, carregando uma imagem negativa dentro da memória coletiva, estigmatizando Domiciano, bem como promovendo uma carga – que hoje

superiority of their second-century successors” (WILSON, 2003, p. 527).

⁷³ “Panegyric to praise the emperor and his policies. That is not the function of history, as Tacitus professes it, which is rather to recreate the experience of the past and pass judgement on events and influential individuals (Ann. 3.65). Nor is it the function of satire, which is to castigate vice in a powerful and entertaining way; nor of Suetonian biography, the function of which is to record a person's life in terms of its achievements, idiosyncrasies and moral strengths or defects. Only by means of massive oversimplification and by ignoring the authors' own definitions of their aims can these other genres be treated as if they are really organs of semi-official government communication” (WILSON, 2003, p. 530).

podemos afirmar ser uma carga “ideológica” – desfavorável em sua reputação. É o que demonstra Mikhail Rostovtzeff (1973, orig., 1960): “acentuou em todos os seus atos a natureza absoluta de poder e a condição sagrada de sua pessoa. Demandava uma submissão cega e confiava apenas no exército, que subornou com um aumento considerável de salários, tanto dos oficiais como dos soldados” (p. 207).

Segundo Suetônio (*Dom.*, 16), Domiciano tomara conhecimento, por meio de astrólogos, do momento de sua morte, e buscou fugir de seu destino. Porém, foi assassinado com um punhal (SUET., *Dom.*, 16), arma significativa, pois transmite “um motivo simbólico recorrente nas biografias, símbolo da liberdade e do direito de dar morte. Remete para os punhais que mataram César; os punhais com que, segundo Suetônio, alguns dos cesaricidas se suicidaram” (BRANDÃO, 2013, p. 7). A dicotomia entre as reformas morais augustanas e as de Domiciano são colocadas em relevo, de forma que, nas narrativas, são evidenciadas as qualidades do primeiro imperador, e, por outro lado, predominam em relação ao segundo seus vícios e crueldades. Essas características ficam nítidas quando é relatado que Domiciano valia-se seu *consilium* (conselho imperial)⁷⁴, formado por amigos seus e aristocratas mais próximos e de maior prestígio, para reforçar seu poder. O *consilium* tratava de assuntos pontuais, bem como o *princeps* buscava os “afrontar com questões insignificantes, e os rostos dos participantes expressavam ‘o medo da grande e miserável amizade’” (Juv., *Sat.*, 4. 74 ss). “A amizade, assim, se tornou uma espécie de mecanismo para o imperador domesticar e controlar a aristocracia na corte” (WINTERLING, 2012, p. 19).

O que não podemos deixar de notar é que a dinastia Flaviana cumpriu seu papel de exercer poder, não pela *gens* Júlio-Claudiana, mas pelas ações que tiveram início com Vespasiano e prosseguiram com Tito e Domiciano:

Ele [Vespasiano] espelhou-se em parte no grande Augusto, construindo um fórum para rivalizar com o dele, restaurando o Teatro Augustano de Marcelo e retomando motivos de sua moeda (por exemplo, Pax, Victoria, Aegyptus Capta, que se tornou Iudaea Capta) e aspectos de sua patronagem literária

⁷⁴ O conselho era um órgão desde a época de Augusto formado por: “cônsules, um titular de cada magistratura e quinze senadores escolhidos por sorteio, cuja duração era de seis meses. Estes comitês se constituíam em órgãos de administração e não de autoridade, utilizados pelo príncipe como um conselho. As principais questões de governo, sem dúvida, eram debatidas numa outra instância, formada pelos amigos de Augusto, designada Conselho do Príncipe. Com o fortalecimento do governo imperial, a importância deste Conselho foi aumentada, passando a ser o responsável pelo destino de Roma e do mundo” (MENDES, 2006, p. 30).

(Suet Vesp. 17-19). Augustus em 29 a.C. tinha marcado o fim das guerras civis republicanas ao fechar as portas do Templo de Janus; Vespasiano apontou para simbolismo análogo ao fechar o Templo de Janus em 71 d.C. após seu triunfo judaico (Oros 7.3.7-8, 9.8-9, 19.4-citando Tácito). Também em 69-70 d.C. aparecem as moedas que anunciam Tito e Domitiano como *Principes Iuventutis*, o título aplicado por Augusto aos seus netos, Gaio e Lúcio. Em seu Templo da Pax, concluído em 75 d. C , Vespasiano não só forneceu uma galeria de arte pública para inverter e substituir a coleção particular da Domus Aurea, mas também criou um edifício que consagrou o tema central do principado de Augusto, e que combinou em um complexo a função literária do Templo de Apolo, que este havia construído (duas das salas que flanqueavam o Templum Pacis eram bibliotecas) e o triunfalismo militar do Templo de Marte Vingador (daí a dedicação de despojos primordiais de Jerusalém no templo de Vespasiano). Mesmo o Coliseu tinha associações augustas, sendo amplamente considerado como a realização de um dos projetos de Augusto (Suet Vesp. 9.1). Foi talvez para associar-se a Augusto ou, pelo menos, à gens Julio-Claudiana, que Vespasiano, no segundo e menos freqüente de seus tipos de retrato, escolheu uma imagem mais jovem e mais idealizada⁷⁵ (BOYLE, 2003, p. 5-6).

Por muito tempo, a bibliografia pareceu apontar Domiciano como um imperador com um *leitmotiv* de mau imperador, egoísta, sádico e que buscava poderes de monarca. As fontes reforçam dados como ele ter sido cônsul ininterrupto⁷⁶, ou ter tornado obrigatórios rituais que antes eram de patronato (banquetes), ou, ainda, por fazer uma reforma moral rígida, assim como por ter condenado senadores a *maiestas*. Contudo, devemos contra-argumentar muitos desses estereótipos frisando que, por vezes, seus atos foram sensacionalizados. Afinal, em última análise, muitos deles envolviam práticas correntes na época, como os assassinatos de senadores. Contudo, a maior parte das fontes que citam o imperador foi escrita posteriormente à sua morte, ou seja, possivelmente estavam denegrindo a antiga dinastia em favor da dinastia vigente. Desta forma, fica

⁷⁵ “He [Vespasian] modelled himself in part on the great Augustus, building a forum to rival his, restoring Augustus' Theatre of Marcellus, and taking up motifs of his coinage (e.g., Pax, Victoria, Aegyptio Capta which becomes Iudaea Capta) and aspects of his literary patronage (Suet. Vesp. 17-19). Augustus in 29 BCE had marked the end of the republican civil wars by closing the doors of the Temple of Janus; Vespasian aimed for analogous symbolism by closing the Temple of Janus in 71 CE after his Jewish triumph (Oros. 7.3.7-8, 9.8-9, 19.4—citing Tacitus). Also in 69-70 CE appear coins heralding Titus and Domitian as *Principes Iuventutis*, the title applied by Augustus to his grandsons, Gaius and Lucius. In his Temple of Peace, completed in 75 CE, Vespasian not only provided a public art gallery to invert and replace the private collection of the Domus Aurea, but created a building which enshrined the central theme of Augustus' principate, and which combined in one complex the literary function of Augustus' Temple of Apollo (two of the halls that flanked the Templum Pacis were libraries) and the military triumphalism of the Temple of Mars Ultor (hence the dedication of prime spoils from Jerusalem in Vespasian's temple). Even the Colosseum had Augustan associations, being widely regarded as the fulfilment of one of Augustus' projects (Suet. Vesp. 9.1). It was perhaps to associate himself with Augustus or at least the Julio-Claudian gens that Vespasian, in the second and less frequent of his portrait types, chose a younger, more idealised image” (BOYLE, 2003, p. 5-6).

⁷⁶ Cabe lembrar que o cargo de cônsul não deixa de se manter durante o Principado pois é “um símbolo do governo constitucional e satisfazia às aspirações da aristocracia” (MENDES, 2006, p. 29).

perceptível que a imagem dos vindouros é laudatória, como quer Wilson, uma “lisonja invertida” (2003, p. 527).

No início deste capítulo, levantamos três questões principais: Seria Tácito condescendente com as “atrocidades” desses governantes? O historiador, mesmo em meio ao cenário de perseguições e controle, conseguia, graças a sua estilística, posicionar-se combativamente por meio de suas obras? E, por fim: Tácito prosseguiu em sua carreira política pois acreditava que, comparativamente, Domiciano agiria de forma semelhante aos demais e só teceria suas críticas para fins de propaganda da nova dinastia? Como pudemos perceber ao longo do capítulo, o envolvimento de Domiciano em assassinatos foi semelhante ou, por vezes, até menor, que o de imperadores que, ao contrário dele, não sofreram o processo de *damnatio memoriae*. Podemos observar relações indiretas entre a biografia de Domiciano e a relação dele para com o *princeps*. Tácito parece consciente de seu tempo, posicionando-se de forma indireta, como na obra *Diálogo dos Oradores*, em que aponta, por meio de outros interlocutores, as possíveis causas para o problema, entre elas, a situação política que vivenciavam. Devemos destacar também que, considerando o momento de divulgação de suas obras (período antonino), Tácito possivelmente buscava dar continuidade à sua carreira política, e, para tal, promovia, assim como Suetônio e Juvenal, a dinastia dos anos que se seguiriam à “publicação” de seus trabalhos.

Assim, podemos concluir que as imagens construídas a respeito dos governantes devem ser tomadas com cautela. Afinal, muitos dos considerados “bons” imperadores perseguiram, mataram e realizaram mudanças morais substanciais, como é o caso de Augusto. Em nosso entendimento, as concessões aos senadores sempre existiram, as formas de governo eram tênues, e a legitimação deveria ser construída e reforçada. Portanto, os pressupostos ainda estavam se estabelecendo, “as regras” que o *princeps* deveria cumprir não existiam, todas as ações estavam em transformação. Não havia a intencionalidade de estabelecer uma monarquia, mas sim de fortalecer o governo⁷⁷.

⁷⁷ “Calígula, ao mesmo tempo, bisneto de Augusto e Marco Antonio; Nero, ao mesmo tempo, bisneto, sobrinho e filho adotivo de um imperador; Domiciano, filho de um imperador – todos abertamente pretendiam mostrar-se os primeiros, os melhores, mais corajosos e mais famosos, emulando seus antepassados imperiais para superá-los – sem qualquer cuidado para eventuais perdas. Assim, eles aparecem como expoentes típicos de uma mentalidade romana nobre e documentam a sua

sobrevivência em um momento em que o ambiente político e social sofreu mudanças fundamentais. “Loucura imperial” na Roma antiga, em suma, não era loucura em um sentido psicopatológico, mas a concorrência de um antigo ideal romano de nobreza com uma monarquia paradoxal, ilimitada e instável” (WINTERLING, 2012, p. 23-24).

5 A oratória romana

Somos sempre “condenados ao tempo”, condição à qual não escapa nenhuma existência. O tempo “voraz” que segundo a segundo, como um inseto perseverante (Maeterlinck), devora mecânica e inexoravelmente toda vida, realizando assim sua obra de decomposição: o tempo presente, agonizante por essência (Borges inspirado em Aristóteles e Santo Agostinho), prestes a desaparecer no passado no momento mesmo em que anuncia o futuro. O fluxo do tempo, por essas razões, ameaça os indivíduos e os grupos em suas existências. Como parar esse tempo devastador, essa “corrida desabalada”, como evitar seu trabalho “incoerente, indiferente, impessoal e destruidor”, como se livrar da “ruína universal” com a qual ameaça toda a vida? (CANDAU, 2014, p. 15).

Neste capítulo, abordaremos um recorte do sistema de ensino romano, em específico, o ensino da retórica na cidade de Roma, ou seja, na *urbs*. Sobre essa localização geográfica, concordamos com a definição presente em Mendes (2006, p. 40-41): “centro do mundo, a cidade da vida social, do prazer, dos templos, da riqueza, da cultura e do poder”, definição por meio da qual é possível apreender o anseio que a aristocracia tinha em habitar essa região, devido ao prestígio que dela emanava (CARDOSO; ARAÚJO, 2006, p. 89).

5.1 A oratória no sistema de ensino romano

Para depreender o sistema de ensino, é fundamental nos atentarmos ao papel da *família*, pois esse ambiente seria a primeira instância de instrução para os romanos. Segundo Quintiliano (*Inst.* I, 2), esse espaço é propício, o “meio natural” para a condução do ensino¹. Assim, o *pater familias*² era consciente de seu papel,

¹ Quintiliano (*Inst.*, I, 1, 4-9) conduz o leitor a uma proposição de formação da criança desde sua mais tenra idade, quando os pais e os servos domésticos propiciariam sua alfabetização, para que, posteriormente, fossem conduzidas a mestres especializados.

² Sobre modelos de *pater familias* ver: Catão (*Paulo Emílio*, 6), Cícero (*Cartas a Ático*, VIII, 4, 1), Suetônio (*Vida de Augusto*, 64,5) e Tácito (*Ann.*, VI, 21). O *pater familias* era a autoridade sobre a casa, e a lei romana dividia seus poderes de três maneiras: *potestas* ou poder sobre os filhos, incluindo adotados, e os filhos dos filhos e escravos; *manus*, poder sobre a mulher e as mulheres de seus filhos; e *dominium*, poder sobre os bens (FINLEY, 1980, p. 7).

sendo o responsável por desempenhar a autoridade maior no seio familiar. A mãe era o alicerce dessa educação e, caso não conseguisse proceder nessa função, uma parenta em idade madura o faria (TAC. *Dial.* XXVIII). Para os romanos, “o essencial é formar a consciência da criança ou do jovem, inculcar-lhe um sistema rígido de valores morais, reflexos seguros, um estilo de vida” (MARROU, 1973, p. 365).

Sabe-se que a sociedade romana antiga possuía modelos de ensino, já que as famílias aristocráticas seguiam um processo predeterminado³ para que seus descendentes ingressassem na carreira senatorial. Tal processo, naturalizado socialmente, contava com as seguintes etapas: após os primeiros ensinamentos da mãe/parenta, haveria o deslocamento da criança, aos sete anos de idade, para os cuidados do pai, que era considerado perante a sociedade o profícuo educador (QUINT., *Inst.*, II, 2, 4). O menino passava, nessa idade, a utilizar uma toga púrpura (*praetextatus*) que o tornava apto a frequentar ambientes festivos adultos, o que já representava um diferencial social. Aos dezesseis anos, a educação familiar findava-se, e instituía-se uma nova fase⁴: esse adolescente era conduzido a um amigo político influente da família, que o guiaria no aprendizado da vida pública (*tirocinium fori*). O rito de passagem, simbolizado principalmente pelo uso da toga viril, constituía-se como fundamental para que o aprendiz se concretizasse na vida política. Geralmente, esse processo educacional era efetuado, o mais tardar, em um ano, para que em seguida tivesse início a carreira militar (MARROU, 1973, p. 362-365).

Então, entre os nossos maiores, o jovem que se preparava para o foro e para a eloquência, já imbuído da disciplina doméstica e sustentado por estudos sérios, era levado pelo pai ou pelos parentes ao orador que ocupava na cidade o primeiro lugar. Acostumava-se a acompanhá-lo, a segui-lo, a assistir a todos os seus discursos, quer nos tribunais, quer nas assembleias, e de tal modo que também assistia a debates e discussões e, por assim dizer, aprendia a combater na própria luta (TAC., *Dial.* XXXIV).

Ergo apud maiores nostros iuvenis ille, qui foro et eloquentiae parabatur,

³ “O orgulho indomável dos Cláudios, a rigidez do caráter dos Júnios, a austeridade dos Élios Tuberones ou dos Quíntios; esperava-se na política que um Cássio se voltasse para os populares, um Mânlio para a aristocracia” (MARROU, 1973, p. 367).

⁴ Marrou (1990, p. 362) aponta as etapas da formação do orador e os três estágios das escolas: entre os 7-10 anos frequentaria a escola primária, dos 11-12 anos passaria para o gramático e, aos 15, receberia a toga viril, podendo continuar sua formação com o retor com o qual completaria, por volta dos 20 anos, sua formação, estando preparado para a carreira pública.

imbutus iam domestica disciplina, refertus honestis studiis deducebatur a patre vel a propinquis ad eum oratorem, qui principem in civitate locum obtinebat. hunc sectari, hunc prosequi, huius omnibus dictionibus interesse sive in iudiciis sive in contionibus adsuescebat, ita ut altercationes quoque exciperet et iurgiis interesset utque (TAC., *Dial.* XXXIV).

Alguns jovens optavam por continuar seus estudos, e, para tal, dirigiam-se à Grécia (MARROU, 1973, p. 383). Convém ressaltar que o sistema grego de ensino tinha uma influência inegável. Isso se devia tanto ao fato de o idioma grego, principalmente na República, ser internacionalmente reconhecido como língua diplomática, a ser usado na comunicação com adversários e com súditos, como também pela força que possuía o modelo ateniense sofista do século V a.C., cujos efeitos nos tribunais eram altamente persuasivos⁵, e especialmente úteis para os casos de reivindicação de terras, que exigiam argumentação baseada em testemunhos, indícios e documentos. A civilização helênica iniciou os estudos da retórica com suas técnicas (ensinamentos) e desenvolveu a sua teoria (reflexão) (REBOUL, 2004, orig., 1925, p. 2-3). A instrução do jovem tinha como intuito uma educação geral para defesa de uma causa. A importância da civilização helênica foi tão reconhecida que até mesmo após dominar os gregos, os romanos optaram por confiar o ensino de suas crianças aos criados responsáveis pela introdução da língua grega (TAC., *Dial.*, XXIX). Alguns desses professores alcançavam a liberdade, como Lívio Andrônico, que, após preceptorar os filhos de seu senhor, foi alforriado e iniciou o ensino público grego (SÃO JERÔNIMO, *Crônicas*, 187 a.). Contudo, as fontes demonstram que o exercício docente desses profissionais constituía-se como razoável meio de lucro (PLUT., *Catão o Censor*, 20; PLIN., *H.N.*, VII, 128).

Os romanos sedimentaram a oratória não somente como defesa de uma acusação, mas como meio de poder, de condução das massas e de ação política, que respaldava todo o sistema social, pois interligava-se com as relações que envolviam até a coerção e a coação (CIC., *De or.* 1. 4. 14). Dessa maneira, podemos observar que a oratória se amalgamava com a política, e que um aspirante

⁵ “Os cidadãos despojados pelos tiranos reclamaram seus bens, e à guerra civil seguiram-se inúmeros conflitos judiciais. Numa época em que não existiam advogados, era preciso dar aos litigantes um meio de defender sua causa. Certo Córax, discípulo do filósofo Empédocles, e o seu próprio discípulo, Tísias, publicaram então uma ‘arte oratória’ (*tekne rhetoriké*), coletânea de preceitos práticos que continha exemplos para uso das pessoas que recorressem à justiça; Ademais, Córax dá a primeira definição da retórica: ela é ‘criadora de persuasão” (REBOUL, 2004, orig., 1925, p. 2).

às magistraturas deveria se dedicar a esse estudo, pois seu exercício profissional seria calcado nas técnicas de convencimento. Ou seja, “um reflexo do processo natural de mudança cultural e política como é uma expressão de seu desenvolvimento teórico e prático” (DOMINIK, 2012, p. 95), como podemos observar a seguir:

Uma vez que queremos obter uma audiência disposta, amigável e atenta, indicarei como cada um desses objetivos pode ser alcançados. Podemos obter o interesse dos ouvintes resumindo brevemente os pontos essenciais da causa e assim chamamos a atenção deles, porque aqueles que querem ouvir com atenção já estarão interessados. Obteremos a sua atenção se prometermos que falaremos de questões importantes, novas ou extraordinárias, sobre questões que se referem ao Estado, aos próprios ouvintes ou ao culto dos deuses imortais, ou se pedimos que eles escutem atentamente, assim, iremos listar os pontos que vamos tratar a favor de nossos ouvintes, dessa maneira, poderemos alcançá-lo de quatro maneiras: falar sobre nós mesmos, nossos adversários, os ouvintes ou os próprios fatos (*Ret Her. I, 7-8*).

*Quoniam igitur docilem, benivolum, adtentum auditorem habere volumus, quo modo quidque effici possit aperiemus. Dociles auditores habere poterimus, si summam causae breviter exponemus et si adtentos eos faciemus; nam docilis est qui adtente vult audire. Adtentos habebimus, si pollicebimur nos de rebus magnis, novis, inusitatis verba facturos, aut de iis quae ad rem publicam pertineant, aut ad eos ipsos qui audient, aut ad deorum immortalium religionem; et si rogabimus ut adtente audiant; et si numero exponemus res quibus de rebus dicturi sumus. Benivolos auditores facere quattuor modis possumus: ab nostra, ab adversariorum nostrorum, ab auditorum persona, et ab rebus (*Ret Her. I, 7-8*).*

Os aristocratas, a exemplo de Paulo Emílio⁶ (PLUT., *Paulo Emílio*, 6), ofereciam a seus filhos uma formação multiáreas, que compreendia o estudo da língua grega e da gramática e para a qual contava-se ainda com o auxílio de sofistas, retóricos, pintores, escultores, montadores e músicos, bem como aulas de canto e dança (CLARKE, 1967). Sobre o sistema de ensino, Tácito ao falar da educação no passado, aborda que ela deveria compor parte do discurso teórico de um orador

Por isso dominavam os velhos oradores o direito civil e se imbuíam de gramática, de música e de geometria. Aparecem realmente causas, e são elas as mais numerosas e praticamente todas, em que é necessário o conhecimento do direito, e muitas outras em que se requer uma das outras ciências (TAC. *Dial. XXXI*).

⁶ Paulo Emílio é um aristocrata que viveu no período da 2ª Guerra Púnica (216 a. C.), momento em que existia uma migração de intelectuais gregos coloniais, isto é, os gregos que viviam na pólis são incorporados nesse período em Roma havendo grande influência deles na Cidade.

ideoque et iuris civilis scientiam veteres oratores comprehendebant, et grammatica musica geometria imbuebantur. incidunt enim causae, plurimae quidem ac paene omnes, quibus iuris notitia desideratur, pleraeque autem, in quibus haec quoque scientia requiritur (TAC. Dial. XXXI).

A respeito da filosofia, durante a República, existiam leis restritivas, como o *senatus consulto*, de 154 a.C., que previa o banimento de filósofos. Como exemplo, em 173 a.C., os epicuristas Álcio e Filisco foram exilados (ATENEU, *Banquete dos Sofistas*, XII, 547 A.) e, em 161 a.C., foi decretada a expulsão de todos os filósofos e retóricos (SUET., *Gramáticos e Retóricos*, 25, 1). Contudo, ao longo da República, a oratória tornou-se a arte do embate para construção da *res publica*. Para Cícero (*Brutus*, 96), o primeiro grande eloquente romano teria sido M. Emílio Porcina, cônsul em 137 a.C. que, por seu grande talento, poderia ser comparado aos oradores áticos do século V a.C.

Torna-se perceptível nas fontes (CIC., *Catilina*, II,23; SEN., *Controvérsias*, I, pr. 8) a predileção dos romanos às artes da gramática e da oratória, áreas de prestígio em Roma, sendo as mais frequentadas. Estas exigiam testes de progresso e mantinham os estudantes em um espírito de competição, para que se tornassem oradores cuidadosos e atentos às suas escolhas lexicais, às estruturas frasais adotadas e ao uso de metáforas.

O *gramaticus*, mestre encarregado do ensino da língua literária e das expressões linguísticas, dissecava a semântica e a morfologia. Tinha como função trabalhar com seus alunos pronúncia, gesticulação, desenvolvimento de habilidades de inferência e relação de dados (QUINT., *Inst.*, I). Dessa maneira, quando encaminhados aos gramáticos, estes deveriam ensinar a classificação das primeiras letras (vogais, consoantes e semivogais), mostrar as combinações silábicas, proporcionar a leitura em voz alta para a pronúncia correta (boa linguagem). No seguimento da grafia, ensinavam-lhes os processos de formação e flexão de palavras, as partes do discurso e as origens das palavras⁷.

Neste sentido, o estudo da gramática torna-se preponderante, pois não analisa apenas a língua enquanto sistema, mas como interpretação dos textos que

⁷ Os gregos dividiam as palavras em oito classes: nome, verbo, particípio, pronome, preposição, artigo, conjunção e advérbio. Os romanos, por sua vez, mantinham sete das oito categorias citadas, pois o artigo, no latim, inexistia, já que seu papel era desempenhado em outras classes; contudo, possuíam a interjeição em seu escopo, o que manteria as 8 categorias de palavras dos gramáticos antigos.

possuem um sistema metódico de correção ortográfica e linguística. A erudição caminhava com a gramática e, concomitantemente, com o poder, visto que estes estabeleciam as fronteiras entre os não letrados e os cultos, considerados “guardiões da língua” por carregarem a tarefa de protegê-la da corrupção (PEREIRA, 2002).

Sobre a retórica e o papel de seu instrutor, a metodologia empregada primava pelo ensino da edificação de um discurso dentro de um conjunto de regras que envolvia a concatenação das ideias, a construção de uma realidade evidente por meio da fala. Em sua alocução, o orador materializa-se no discurso de seu cliente, tornando-se “advogado”, posicionando-se em nome de outro, sendo veículo de uma defesa. Quintiliano (*Inst.*, II) mostra sua descontente visão sobre a construção do orador perfeito⁸ – *uir bonus* (bom orador, sujeito íntegro, que possui uma bagagem cultural ampla, de conduta moral reconhecida e homem público respeitado entre seus pares), pois os exercícios declamatórios já não mais formavam o orador, sendo constituídos de treinos de casos fictícios, pois não envolviam questões práticas acerca da vida política – “os próprios exercícios são, na maior parte, contraproducentes – *ipsae vero exercitationes magna ex parte contrariae.*” (*TAC. Dial.* XXXV). Quintiliano visava um ensino que capacitasse o orador tanto para as atividades públicas (*res publica* – atividade forense) quanto para as privadas (“advogados” de causas particulares).

O ensino oratório envolvia três tipos de discurso e (era dirigido a) três públicos (*Ret. Her.* I, 2), a saber: a) o jurídico, que versava sobre um fato já transcorrido e flutuava entre “justo” e “injusto”, no qual o juiz (de forma individual) pronunciaria uma decisão; b) o deliberativo, que se concentrava em uma ação futura sobre temáticas úteis e nocivas em que uma assembleia referendava um dos dois vereditos; e c) o epidítico/demonstrativo, que incidia sobre ações no presente e poderia constituir-se tanto de elogios como de censuras, com as quais a comunidade determinaria sentenças (REZENDE, 2009, p. 23; SILVA, 2015, p. 49).

Assim, para compreendermos o sistema de educação romano, é necessário

⁸ Na diegese de sua obra, Quintiliano propõe um método de ensino, visto seu desagrado quanto a condução deste à época, que já não abarcava uma formação combativa, de debates acirrados nas assembleias, e que não permeava questões concernentes a *res publica*. “O aprendiz era aí submetido ao exagerado exercício da fórmula, das regras, das técnicas de linguagem, sem o respectivo aprofundamento do conteúdo a ser transmitido. Era, enfim, o combate à escola do normativismo estéril” (REZENDE, 2009, p. 60).

ter nítida a diferenciação entre retórica, oratória e eloquência. A retórica era a área dedicada ao ensino da linguagem escrita e falada baseada em princípios teóricos e metodologias para proporcionar um discurso que obtivesse o convencimento de seu ouvinte. A oratória era a concretização do ensino da retórica com suas normatizações, configurando, assim, o ato de proferir um discurso. A eloquência constituía-se enquanto maior gabarito de uma fala, a *firma faciitas* – inabalável eficiência – (QUINT., *Inst.* X, 1, 1), a qual seria uma espécie de aplicação de todos os conhecimentos dos oradores. Dessa forma, “não há oratória sem retórica, a eloquência por sua vez nem preexiste à oratória, nem é uma instância independente do discurso” (REZENDE, 2009, p. 17).

Diversos são os recursos que um orador deveria estudar para melhor alcançar a empatia de seu público. O humor seria uma dessas ferramentas, que acabaria por aproximar duas artes (oratória e poesia), pois o riso, aplicado da maneira eficaz, configura-se como um artifício de homens cultos, tanto nos jogos de palavras como no enfraquecimento do adversário e/ou no desvanecimento das acusações desagradáveis. O interlocutor poderia, por exemplo, partir de suas próprias características, dos outros ou das coisas cotidianas, isto é, despertar algo evidente, fosse uma deformidade, um elemento da aparência, a narração de um evento, fosse a tolice dos outros, transferências das acusações ou insinuações, entre outros (QUINT., *Inst.*, VI, 71-100).

Assim, o orador deveria ter maturidade, haja vista ser necessário saber organizar, definir e exemplificar seus argumentos de forma contundente para que seu objetivo – provocar sentimentos – não fosse reverso. Ou seja, ele deveria se atentar para a reação dos jurados – *dispositio* – assim como ser capaz de perceber quais os recursos necessários para obter um veredito favorável ao cliente.

Pregava-se ainda a utilização de outros artifícios retóricos por parte dos oradores. Um exemplo é a antimetábole, que consiste em mudar a ordem das palavras em duas orações, fazendo uma delas assumir um sentido oposto, como em “puseram em desordem a paz pelo amor à guerra, abandonariam a guerra por amor à paz – *moderationem reor ut qui pacem belli amore turbaverant, bellum pacis caritate deponerent*” (TAC., *Hist.* II, XXXVII). Outro mecanismo oratório é o uso da digressão. Munido desta, o eloquente pode amplificar seu discurso, esclarecer questionamentos e contribuir para o sentido interno de sua mensagem. Contudo, esse artifício não deveria ser utilizado de forma indiscriminada. Tácito é um exemplo

eficaz do uso das digressões, tendo êxito em sua aproximação com o leitor e direcionando o pensamento deste para sua perspectiva. Exemplos de digressões são os paralelos, as descrições geográficas e/ou políticas, eventos ainda não citados, ou seja, informações adicionais para esclarecer algo já narrado ou que ainda será descrito, ou, então, para sugerir determinada reflexão (SILVA, 2015, p. 59).

Uma questão intrínseca à vida educacional romana é a influência religiosa, *pietas*, que, em tese, não permitia ações imorais: “para a salvação da pátria, tudo é devido, mas nem tudo é permitido: é preciso respeitar as leis da justiça, da moral e do direito” (MARROU, 1973, p. 368). Tal postura confirma-se na citação dos antigos, “É mostrando-te submisso aos deuses, ó romano, que alcanças o império – *Dis te minorem quod geris imperas*” (HORÁCIO, *Odes*, III, 6, 5).

Sobre a forma de ensino, Quintiliano evidencia a necessidade de estabelecer cânones à formação do bom orador, pois não os considerava apenas regras, mas preceitos importantes:

Nesse ponto, devo começar a tratar daquela parte da retórica pela qual normalmente começam os escritores que omitiram os estágios anteriores. Posso ver, contudo, que alguns bloquearão meu caminho logo na partida, por acreditarem que a eloquência não precisa de regra deste gênero. Contudo com suas próprias habilidades e com os exercícios normais das escolas, chegam até a rir-se de meus esforços; com isso, seguem o exemplo de alguns professores prestigiosos, um dos quais, segundo creio, interrogado sobre o que queria dizer *schema* e *noema*, disse que não sabia, mas que, se fossem relevantes, estariam presentes em suas declamações (QUINT. *Inst.* II, 11,2)

iam hinc ergo nobis inchoanda est ea pars artis, ex qua capere initium solent, qui priora omiserunt; quanquam video quosdam in ipso statim limine obstaturos mihi, qui nihil egere huiusmodi praeceptis eloquentiam putent, sed natura sua et vulgari modo et scholarum exercitatione contenti rideant etiam diligentiam nostram exemplo magni quoque nominis professorum, quorum aliquis, ut opinor, interrogatus, quid esset σχῆμα et νόημα, nescire se quidem sed, si ad rem pertineret, esse in sua declamatione respondit. (QUINT. *Inst.* II, 11,2).

Assim, a oratória era exercida por parte dos homens públicos e significava o maior grau de civilidade e intelectualidade que um cidadão poderia ter⁹ (REZENDE,

⁹ “Depois, o próprio saber de muitas matérias nos dá brilho, mesmo quando tratamos de outras coisas, e, quando menos se pensa, aparece e sobressai. E isto, não só o nota o ouvinte sabedor e inteligente, mas também o vulgo, e logo de tal modo o louva que todos confessam que estudou como devia, que foi transpondo todos os graus de eloquência, que finalmente, é um orador; torno a afirmar que não pode existir, nem existiu jamais, de uma forma diferente e senão como aquele que, assim

2009). O orador deveria “alimentar o espírito com as disciplinas em que se discute do bem e do mal, do honesto e do vergonhoso, do justo e do injusto; efetivamente, é desta matéria que o orador disporá para falar – *sed ut iis artibus pectus implerent, in quibus de bonis et malis, de honesto et turpi, de iusto et iniusto disputatur; haec enim alius percontanti*” (TAC. *Dial.* XXXI).

Nas obras de Salústio, tais como *Jugurta* (41) e *Catilina* (10-11), é notório o discurso sobre uma possível “decadência” do ensino oratório durante a República. Tácito, nos *Diálogos*, vivendo no Principado, ilustra que o período antecessor seria mais combativo no que tange a construção da *res publica* – como veremos a seguir. Quintiliano, na *Institutio*, também durante o Principado, possuía um discurso sobre a concentração do poder jurídico nas mãos do imperador, tendo em vista que o Senado já não desempenhava o papel das decisões políticas, sendo a oratória apenas um meio de ornamentação “da causa sem causa”, cujos temas eram o elogio a eles próprios (oradores) ou a personalidades ligadas ao Governo.

Porém, devemos observar que os autores estão inseridos em um processo cultural amplo, para além, devemos ter cautela ao examinar o discurso sobre essa possível transformação da oratória e como correlacioná-la em um “modelo” de ensino. Devemos ter consciência do *topos* historiográfico de um passado idealizado e do presente corrompido para os dois momentos. Os autores da República apontavam uma deterioração do ensino, os imperiais exaltam o período anterior, em que o ensino nos fóruns era utilizado para observância dos oradores brilhantes e no período em que viviam, a oratória era empregada como “recreação” de alguns abastados romanos em escolas sendo refugiada em salas de declamação, com causas fictícias e/ou de ocorrência improvável (CLARKE, 1953, p. 85).

A partir dessa visão, devemos considerar as motivações pelas quais os autores descrevem seus períodos como decadentes. São indícios pessoais, políticos e/ou ideológicos? Como observamos no capítulo 2, os historiadores eram políticos influentes na República, mas, durante o Principado, os senadores sofreram uma

como alguém se apresenta para o combate equipado com todas as armas, sai no foro armado de todos os conhecimentos – *deinde ipsa multarum artium scientia etiam aliud agentis nos ornat, atque ubi minime credas, eminet et excellit. idque non doctus modo et prudens auditor, sed etiam populus intellegit ac statim ita laude prosequitur, ut legitime studuisse, ut per omnis eloquentiae numeros isse, ut denique oratorem esse fateatur; quem non posse aliter existere nec extitisse umquam confirmo, nisi eum qui, tamquam in aciem omnibus armis instructus, sic in forum omnibus artibus armatus exierit*” (TAC., *Dial.* XXXII).

reconfiguração de poder. Os oradores, no segundo momento histórico, deveriam adaptar suas narrativas. Nesse sentido, podemos traçar um paralelo com uma das ideias centrais da teoria discursiva de Maingueneau (1989). Segundo esse autor, os sujeitos, enquanto enunciadores, estão inscritos conforme seus respectivos lugares de fala em discursos que são anteriores a eles, nos quais tomam parte e aos quais reproduzem como condição mesma de seu pertencimento a esse lugar de fala. Pode-se entender por “lugar de fala”, grosso modo, a consciência que o indivíduo tendo do papel que cada sujeito desempenha na sociedade, seu pertencimento de classe, de gênero, de status social, seu contexto cultural etc. Dessa forma, os atos de fala são em boa medida reiterações desses discursos anteriores, reiterações de lugares de fala, e não a expressão de valores subjetivos, inéditos e individuais. Nessa linha de interpretação, os oradores, por meio de suas narrativas, ocupavam o lugar de representantes das “verdades” que proferiam, pois eram portadores de virtudes morais, podendo criticar as relações sociais e políticas do público e do privado, servindo como meio de reflexão da *res publica*.

Como exemplo, elencamos algumas problemáticas recorrentes na obra taciteana: a) a oratória acima da poética (TAC., *Dial.* II); b) quem seriam os “melhores” oradores: os antigos *versus* os modernos (TAC., *Dial.* XV) e c) quais seriam as causas das transformações da educação (TAC., *Dial.* XXVII). Na primeira indagação, observamos o orador Marcos Apro a discutir com o escritor/poeta Júlio Segundo sobre a suposta posição da oratória enquanto superior à poesia. Apro observa que Segundo teria nascido para a eloquência/carreira política e, com esse ofício, poderia “conservar amigos, criar laços de dependência e chamar a si províncias, [...] ser reconhecido de todo Império e de todos os povos – qua parere simul et tueri amicitias, adsciscere necessitudines, *complecti provincias* [...] *ad urbis famam pulchrius vel ad totius imperii atque omnium gentium notitiam inlustrius excogitari potest*” (TAC., *Dial.*, V). Ou seja, Segundo era capacitado para angariar benefícios pessoais e públicos tendo uma função social diferenciada, pois seria útil aos amigos e à cidade, podendo “oferecer proteção aos amigos, auxílio aos alheios, salvação aos que estão em perigo e, ainda por cima, medo e terror aos invejosos e aos inimigos, ficando o próprio seguro” (TAC., *Dial.*, V). Contudo, Tácito adverte sobre a necessária aproximação com a poesia, já que esta auxiliaria no

convencimento¹⁰.

Sobre a segunda discussão, Apro posiciona-se em defesa dos seus contemporâneos. O debate não se restringe somente ao estilo dos antigos, mas abrange a representatividade que o orador possui ou não durante o Principado. Para Apro, havia causas bem delimitadas para a transformação educacional, e elas eram: a) corrupção dos costumes em virtude do contato cultural advindos da expansão territorial, (TAC., *Dial.* XII); b) o descaso da juventude; c) a negligência dos pais (TAC., *Dial.* XXIX); d) a ignorância dos mestres (TAC., *Dial.* XXVIII); e) a mudança da postura de entrega educacional a criados gregos” (TAC., *Dial.* XXIX), f) retores mais capacitados (TAC., *Dial.* XXX).

Outro exemplo é a *Institutio* de Quintiliano, que propõe um método de ensino, pois seu discurso demonstra um desagrado com a forma de condução do ensino da época. Para o autor, o ensino já não abarcava uma lógica combativa, de debates acirrados nas assembleias, e não permeava questões concernentes a *res publica*. “O aprendiz era aí submetido ao exagerado exercício da fórmula, das regras, das técnicas de linguagem, sem o respectivo aprofundamento do conteúdo a ser transmitido. Era, enfim, o combate à escola do normativismo estéril” (REZENDE, 2009, p. 60).

As assembleias públicas ofereciam aos cidadãos adultos do sexo masculino a oportunidade de aprimorar suas habilidades de retórica para fins legislativos e eleitorais em um ambiente por vezes violento. Mas o auge da retórica romana parece ter sido alcançado no Senado, ainda que suas regras prescritas e tradicionais, sua hierarquia social e as alianças políticas tenham predeterminado, se não limitado, a sua prática por profissionais altamente qualificados (DOMINIK, 2012, p. 96).

Assim, a obra de Quintiliano deixa claro o abrangente arcabouço de conhecimentos que o orador deveria possuir e o imperativo de que este se aperfeiçoasse em exercícios. Também é perceptível o debate sobre o “declínio” do ofício mediante a situação política, que não favorecia a combatividade. Tal perspectiva reflete-se na passagem de *Histórias* em que Tácito compara o Império romano a um adoentado que necessita de vida¹¹, e afirma que, de igual maneira, a

¹⁰ “Até se exige agora do orador certo ornamento poético, não manchado pelas velharias de Ácio ou de Pacúvio, mas retirado do santuário de Horácio, de Virgílio e de Lucano” (TAC., *Dial.* XX).

¹¹ “Mas antes que eu reúna os fatos propostos, parece ser necessário repetir qual a situação da cidade, qual o ânimo dos exércitos, qual o estado das províncias, aquilo que era saudável em todo o

oratória necessitava de combatentes.

5.1.1 A retórica e seus modelos nas fontes

As fontes textuais nos indicam diversos exemplos e modelos de ensino da retórica, a respeito dos quais devemos questionar se não seriam apenas representações de uma possível imagem idealizada que desejavam construir sobre seu próprio tempo. Temos consciência de que as fontes literárias eram escritas por uma pequena elite masculina e que, quando esta se pronunciava em assembleias públicas, seu número restringia-se ainda mais¹². Toda a documentação que chegou até o presente deve ser problematizada; o historiador não deve aceitar sem reservas os dados e fatos desde a concepção da obra até as possíveis alterações ocorridas com os copistas e/ou tradutores.

O passado não existe enquanto realidade; é uma recriação. Interpretação que se define pela forma de o autor, o historiador, ordenar seus dados, entre outras coisas. Nessa ordenação, na qual o passado é colocado de forma contínua, o acontecimento perde sua significação, em favor da projeção do autor (GONÇALVES, 2008, p. 61-62).

Assim, pontuaremos a seguir os aspectos gerais das técnicas e procedimentos esperados para o ensino da retórica de acordo com *A Retórica a Herênio* e *Do Orador*, de Cícero, e *Institutio Oratoria*, de Quintiliano, para, em seguida, abordarmos *O Diálogo dos Oradores*, de Tácito, na última seção deste capítulo.

Estamos cientes de que o panorama relatado pelas fontes não reproduz uma “verdadeira imagem”, “o passado tal qual existiu”. Essas obras refletem representações daquilo que os romanos buscavam guardar para a posteridade. No entanto, certamente, nos dão pistas satisfatórias da sociedade e nos fazem refletir o porquê da situação retratada estar ou não explícita.

orbe das terras e o que tenha estado doente, para que não só os acontecimentos e as consequências das situações, que geralmente são fortuitos, mas ainda a natureza e a causa sejam conhecidas - *Ceterum antequam destinata componam, repetendum videtur qualis status urbis, quae mens exercituum, quis habitus provinciarum, quid in toto terrarum orbe validum, quid aegrum fuerit, ut non modo casus eventusque rerum, qui plerumque fortuiti sunt, sed ratio etiam causaeque noscantur* (TAC., *Hist.* I, IV).

¹² “Em assembleias públicas, só aqueles que tenham sido escolhidos ou convidados poderiam falar, enquanto no Senado mesmo aqueles que tinham o privilégio de falar o faziam de acordo com a sua posição social e senioridade” (DOMINIK, 2012, p. 96).

5.1.1.1 A Retórica a Herênio

Durante o final da Antiguidade (IV d.C.) e até a Idade Média, *A Retórica a Herênio* foi atribuída a Cícero, devido às semelhanças com *Da invenção*, datada de 88-87 a.C. (ILUNGA, 2009, p. 6). Somente em 1491, estudiosos humanistas, como Rafael Regio, começaram a contestar a atribuição dessa autoria. Em 1533, Petrus Victorius levantou a hipótese de autoria a um possível Cornifício. Pesquisadores como Tolkiehn, Kroll e Galboli concordam com tal probabilidade¹³, pois a introdução da *Institutio* citaria um certo Cornifício (NÚÑEZ, 1997, p. 10 -11).

Mesmo a historiografia não tendo conhecimento da autoria da obra, podemos deduzir que o autor seria um aristocrata que viveu no período republicano e que era “favorável aos populares do partido de Mario¹⁴” (CLARKE, 1953, p. 14; NÚÑEZ, 1997, p. 12-13). Mediante tais recortes, a bibliografia aponta que a fonte teria uma datação aproximada no século I a.C., mais especificamente entre os anos de 86-82 a.C. ou 75-70 a.C.¹⁵ (BORNECQUE, 1932; CLARKE, 1953, p. 14). A obra, juntamente com *Da invenção da retórica*, de Cícero, é tida como um dos mais antigos manuais sobre o assunto, e foi usado, não somente na sua época, como na Idade Média e no Renascimento, com objetivo didático (NÚÑEZ, 1997, p. 43-44).

¹³ “Aun aceptando para la *Retórica a Herenio* la paternidad del Cornificio mencionado por Quintiliano, resulta difícil individualizar a éste como persona. Entre los Cornifícios de los que se tiene noticia en la época en que se supone que la obra fue escrita, existe un Cornificio gramático y etimólogo que sería el principal candidato; a su favor cuenta con el interés que muestra el *auctor ad Herennium* por los temas gramaticales y las cuestiones etimológicas, muy visible en determinados pasajes de la obra. En contra de la atribución puede señalarse que la adscripción a este Cornificio tan interesado por las etimologías de palabras griegas, es difícilmente compatible con la actitud antigriega que muestra la *Retórica*, además, su *De etynis deorum* es posterior al 45. Si se acepta como fecha de publicación más probable de la *Retórica* entre el año 86 y el 82, existiría al menos un intervalo de 30 a 35 años entre ambos escritos; de haber nacido en torno al año 100, este Cornificio etimólogo habría escrito la *Retórica* cuando contaba entre 15 y 20 años. Sin ser un caso de excepcional precocidad, por las propias indicaciones contenidas en el tratado no parece sin embargo que se trate de la obra de un joven sino de una persona más madura y con intereses más concretos. Otro inconveniente es que de ser este rétor y gramático, ciertamente importante, el autor de ambas obras, habría dejado demasiado pocas huellas en la tradición posterior. Pese a todo, la identificación del Cornificio autor de la *Retórica a Herenio* con el Cornificio etimólogo, aun sin ser plenamente demostrable, es la hipótesis más probable en opinión de Calboli” (NÚÑEZ, 1997, p. 12-13).

¹⁴ “Mario es evocado elogiosamente en IV 55, 68, y en IV 22,31 el autor subraya que Saturnino murió *per perdidiam*. Por último, en I 5, 8 aconseja obtener la animadversión contra los oponentes poniendo de relieve su pertinencia a la *nobilitas* [...] Lo cierto es que el *auctor* no expresa nunca una concepción tan radical como la que por esa misma época reflejan los prólogos de *La invención retórica* de Cicerón, para quien el desarrollo de la retórica viene exigido por la obligación de luchar contra los audaces y los *mali*. El autor es probablemente de tendencia popular pero nada indica que se trate de un radical extremista, pues en ocasiones también sabe alabar a los poderosos (I 12, 21) y al senado (IV 33, 45)” (NÚÑEZ, 1997, p. 18 e 20).

¹⁵ Para debate, ver Nuñez (1997, p. 20-23).

Como manual, *A Retórica a Herênio* pontua que: “O dever do orador é poder dizer sobre aquelas coisas que foram instruídas pelo costume e pelas leis para o uso civil, mantendo o assentimento dos ouvintes até onde for possível¹⁶ – *Oratoris officium est de iis rebus posse dicere quae res ad usum civilem moribus et legibus constitutae sunt, cum adsensione auditorum quoad eius fieri poterit*” (*Ret Her.*, I, 2,2). Assim, o *Livro I* indica a função do orador (*Ret Her.*, I, 2,2), as classes das causas que o eloquente teria de tratar (demonstrativa, deliberativa e judicial)¹⁷, suas qualidades¹⁸ (*Ret Her.*, I, 2,2) e como consegui-las¹⁹ (*Ret Her.*, I, 2,2). Termina expondo que, depois das causas apresentadas, o próximo passo é o embasamento, isto é, as justificativas, a fundamentação (*Ret Her.*, I, 26).

O *Livro II* enfatiza a classe judicial, apontando ser esta a de maior dificuldade para o orador. O texto expõe que as causas podem ser conjecturais²⁰, legais²¹ e baseadas em analogias²², indica os tipos de direito (o natural, o legal e o consuetudinário) (*Ret Her.*, II, 19), os precedentes jurídicos com sentenças diferentes em causas similares (*HER.*, II, 19-20), o rechaço de acusações (*Ret Her.*, II, 22), a confissão (*Ret Her.*, II, 23-24) e a súplica (*Ret Her.*, II, 25-27). Sobre a argumentação, o orador deveria manter a proposição, a demonstração, a confirmação da demonstração, o ornamento e o resumo (*Ret Her.*, II, 28-50).

O *Livro III* aborda o discurso deliberativo, a discussão política, divididos em duas partes: a segurança, que envolve a força e a astúcia, e a dignidade, que

¹⁶ “Esta definición de la retórica une la función de la persuasión de Aristoteles (Ret. 1355b25) con la teoría de los *politikà zerémata* procedente de Hermágoras, aunque con la frase *moribus et legibus* restringe el concepto maximalista de este último, tal vez malinterpretando el término *zêtêmata* pero efectivamente adaptando la definición a sus propósitos prácticos y a la idea de que la retórica constituye un arte al servicio de los intereses civiles. Al contrario que Cicerón, el auctor no distingue aquí entre la finalidad (finis, télos) y la función (officium. on), cf Cic., De inu. I 5, 6)” (NUÑES, 1997, p. 70).

¹⁷ Demonstrativas, que envolveriam o elogio ou censura de uma pessoa determinada; a deliberativa, em que aborda a discussão política, e a judicial, uma acusação ou defesa penal ou civil (*Ret Her.*, I, 2, 2).

¹⁸ A invenção, dividida em seis partes: exórdio, narração, divisão, demonstração, refutação e conclusão (*Ret Her.*, I, 3-5; 9-23); a disposição, o estilo, a memória e a representação.

¹⁹ Pela teoria, imitação e pelo exercício.

²⁰ Tais causas devem ser observadas os seguintes quesitos: a **probabilidade**, motivos e análise da vida do investigado (*Ret Her.*, II, 3-5); a **comparação** (*Ret Her.*, II, 6); os **indícios**, como o lugar, o tempo, a duração, a ocasião, a confiança em realizar e a confiança em ocultar a ação (*Ret Her.*, II, 7); a **demonstração**, que envolve o tempo, ou seja, o período anterior, o simultâneo e o posterior (*Ret Her.*, II, 8); **consequência** é determinada observando os indícios de culpa e inocência (*Ret Her.*, II, 8); e **prova** seria o último recurso utilizado quando as suspeitas estão fundamentadas e não deve ser utilizada a tortura para obtenção da verdade nem rumores, pois podem ser falsos (*Ret Her.*, II, 9-12).

²¹ Baseada principalmente na intenção do redator (*Ret Her.*, II, 12).

²² Procura-se observar a existência de sentencias similares (*Ret Her.*, II, 12).

abarca o justo e a etiqueta (esta última, a que conduz ao prestígio honroso) (*Ret Her.*, III, 3-7). Em seguida, pontuam-se os exórdios de direto e de insinuação (*Ret Her.*, III, 8), os lugares relativos (*Ret Her.*, III, 4-6) e contrários (*Ret Her.*, III, 8-9). Dentro desse discurso, o objetivo seria censurar ou elogiar (*Ret Her.*, III, 10-11) mediante circunstâncias externas (*Ret Her.*, III, 15), os atributos físicos (*Ret Her.*, III, 14) e as causas morais das pessoas em um exórdio direto.

Por último, a obra volta a tratar da disposição, uma das cinco qualidades que o orador deveria possuir, já comentada no *Livro I*. Nessa parte, a fonte abarca como deve ser usada a voz (volume, firmeza e flexibilidade), os movimentos do corpo e os gestos do orador (*Ret Her.*, III, 15-26). Retrata a memória natural e a provinda de técnica, que teria como fim produzir imagens (*Ret Her.*, III, 27-40).

O *Livro IV* disserta sobre o estilo e critica alguns retores gregos que se dedicavam mais às próprias qualidades que ao ensino da oratória (*Ret Her.*, IV, 1,1). Também, discorre sobre os exemplos e testemunhos (*Ret Her.*, IV, 2-7), descreve os tipos de discurso (elevado, médio e simples), os estilos retóricos (*Ret Her.*, IV, 7-14), sua construção gramatical (*Ret Her.*, IV, 15-16), as qualidades que deveriam ter – elegância, saber empregar a construção de seu vocabulário –, e finaliza com a distinção entre as figuras de dicção e de pensamento (*Ret Her.*, IV, 17-56).

5.1.1.2 Do Orador

Sabe-se que *Do Orador* foi escrito por Marco Túlio Cícero (103-43 a.C.), orador e político de seu tempo. Proveniente de família equestre²³, completou sua educação na Grécia (79-77 a.C.) e teve destaque como teórico, tradutor e difusor da filosofia e de reflexões poéticas da civilização helênica. Não podemos nos esquecer do momento em que viveu, século I a.C., que tem como contexto o aumento do comércio, da escravidão, da usura, das disputas por poder político e econômico, do desemprego, da crise dos pequenos proprietários rurais etc. Todos esses fatores favoreciam um ambiente de tensões, que era permeado de querelas ocasionadas

²³ Cícero em 63 a. C.a.C. “tornou-se o primeiro homem em mais de 30 anos a tornar-se um *novus homo*, quando foi eleito cônsul (cf. *CIC. Leg. Agr.*), deve-se em grande parte às habilidades retóricas e oratórias que ele tinha adquirido (...) nos tribunais” (DOMINIK, 2012, p. 96). Devemos destacar que *novus homo* seria um patrício que não possuía em sua família um ancestral ingressado no *cursus honorum*, porém procurava tornar-se um magistrado.

pelas guerras civis, as quais proporcionaram uma instabilidade política e social. Assim, acreditamos que Cícero, com suas obras, procurava mais que realizar uma função educativa com temática moral, contemplar o papel político que o cidadão deveria ter.

Cícero torna-se modelo de inspiração do orador e erudito ideal (QUINT., *Inst.* XII, 1, 19; TAC., *Dial.*, XXX). Relatado como contrário a diversos posicionamentos políticos de sua época, constituía-se como brilhante orador, defensor das causas públicas e particulares. Foi assassinado em 43 a.C. mediante ordem de Marco Antônio, em razão de divergências políticas. Quintiliano, ao propor Cícero como modelo, não busca ressaltar apenas suas qualidades teóricas, mas também as técnicas por ele efetivadas (QUINT., *Inst.* X, 1, 112).

A obra *Do Orador* é dividida em três *Livros*. O primeiro tem início com a dedicatória a Quinto (CIC., *Do Orat.*, I, 1), seu irmão, em que aponta que não existem muitos oradores bons em sua época (CIC., *De Orat.*, I, 6-8) e cita que áreas mais liberais, como a música, produzem melhores profissionais (CIC., *De Orat.*, I, 9-12), advertindo sobre as competências que o eloquente deve possuir²⁴ (CIC., *Do Orat.*, I, 17-20).

O *Livro I* apresenta um diálogo sobre a oratória. Crasso inicia o debate indicando as vantagens pessoais de um homem ser um eloquente, frisando que tais benefícios estendiam-se para amigos, inimigos e para a *res publica* (CIC., *Do Orat.*, I, 30-34). Cévola aponta que nem sempre a oratória seria tão conveniente ao “Estado”, assim como não existiria uma pessoa capaz de dominar todas as áreas de conhecimento (CIC., *Do Orat.*, I, 35-44). Crasso refuta a opinião de Cévola argumentando de forma ponderada que oradores não são apenas homens que falam de forma ornada, ordenada; antes, seria necessária uma formação em torno do assunto sobre o qual se discorreria, para melhor forjar a argumentação (CIC., *Do Orat.*, I, 45-71).

Cévola e Crasso continuam a discussão (CIC., *Do Orat.*, I, 74-79) até que Antônio começa sua argumentação, citando que os próprios retores não possuíam habilidade ou domínio da oratória (CIC., *De Orat.*, I, 80-95). Suplício e Cota pedem a

²⁴ Versar sobre diversos assuntos, possuir um discurso moldado, saber ordenar as palavras, conhecer as paixões da raça humana, dominar a História, as leis e o direito Civil, saber os grandes temas e artes (CIC., *Do Orat.*, I, 17-20).

Crasso para que aponte seus pensamentos a respeito da temática (CIC., *Do Orat.*, I, 96-104) e, enfim, são apresentadas as considerações de Crasso, Antônio e Sulpício sobre o engenho oratório, os passos de um discurso dos manuais, como agir em um julgamento, quais exercícios e repetições devem ser empregados para melhorar a escrita, a fala, a leitura e a memória (CIC., *Do Orat.*, I, 107-263).

No *Livro II*, Cícero continua dirigindo sua obra a seu irmão, e prossegue observando que falar bem seria ter conhecimento, habilidade e distinção (CIC., *Do Orat.*, II, 5). Com intuito didático, ele transcreve a discussão que Sérvio Galba e Caio Corbão tiveram a respeito da oratória, abarcando as instruções que deveriam ser apreendidas. Neste trecho, são abordadas as atividades e tarefas da oratória e da História, com seus métodos e exemplos de bons profissionais da área (CIC., *Do Orat.*, II, 9-367).

Assim, observamos que a obra aponta a importância de conhecer outros campos, como a filosofia e o direito. Notamos também a intenção de Cícero, ao colocar Antônio e Crasso em seu diálogo, de criar um argumento de autoridade para sua obra (CIC., *Do Orat.*, II, 6), pois aqueles seriam grandes oradores de sua época. No *Livro III*, através do discurso, tangencia que uma discussão deveria se dar em uma linguagem clara, ornada, adequada e conveniente (CIC., *Do Orat.*, III, 37). O texto continua pontuando os atributos que o orador deveria possuir ou não, enfatizando vícios que poderiam ser prejudiciais (CIC., *Do Orat.*, III, 40), indicando a importância da filosofia (CIC., *Do Orat.*, III, 64), da eloquência (CIC., *De Orat.*, III, 76), do discurso ornado (CIC., *Do Orat.*, III, 96), do emprego das palavras (CIC., *Do Orat.*, III, 148) e da atuação (CIC., *Do Orat.*, III, 223).

5.1.1.3 *Institutio Oratoria*

Marcus Fabius Quintilianus teria nascido por volta de 30 d.C., em Calagurra ou Calagurris Nassica (província da Hispânia Tarraconense ou Citerior, perto do Rio Ebro), sob o governo de Tibério (14-37 d.C.), segundo imperador romano. Não presenciou a mudança da República para o Principado, contudo, as disputas de poder eram inerentes ao contexto político e, quando escreve a *Institutio*, observa, a

respeito de Domiciano²⁵, que algumas críticas não deveriam ser mencionadas. Filho de retor, teria sido educado até seus doze anos em casa, provavelmente alfabetizado de maneira bilíngue e conduzido a Roma para que obtivesse uma educação com os melhores mestres da época. Seus professores foram, possivelmente, Domício Afro e Rêmio Palêmon (CLARKE, 1967).

Quintiliano iniciou sua carreira pública aos dezoito anos, retornando à Hispânia com reconhecimento de retor. Em seu proêmio da *Institutio Oratoria*, afirma ter trabalhado como professor de retórica durante vinte anos, período esse de aperfeiçoamento como orador nos tribunais. O único discurso de Quintiliano do qual temos notícia foi a defesa que executou para Névio, acusado de ter defenestrado sua companheira²⁶.

Segundo Clarke (1967), em 63 d.C., Quintiliano desloca-se de Roma e exerce, sem nenhuma dúvida, sua profissão de *advocatus* na província Hispânica. Ele regressa a Roma na comitiva de Galba, em 68 d.C., e, durante o principado deste, atua como *pretor* no Tribunal Superior de Tarraconense²⁷ (SIHLER, 1920). No ano de 71 d.C., no principado de Vespasiano, foi o primeiro “advogado” a receber uma cátedra pública, terminando sua carreira na atividade pedagógica em 88 d.C. Foi o primeiro a receber o estipêndio anual para ensinar publicamente, correspondente a 100 mil sestércios²⁸. Seu reconhecimento enquanto mestre da eloquência, da retórica e da oratória era notável em Roma, como verificamos na descrição de Marciano: “mestre sem igual na juventude inconstante, glória da toga romana” (MARC., *Epigr.*, livro XII, 90, trad. PEREIRA, 2000, p. 24).

Casou-se em 83 d.C. e teve dois filhos, nascidos em 85 e 86 d.C., que morreram bem jovens. Sua esposa faleceu aos dezenove anos, o filho mais velho,

²⁵ Quintiliano tinha conhecimento de que Domiciano não se dava em afeição a filósofos e/ou estoicos, visto que ordenou a perseguição e banimento destes (89-95 d.C.). Também era conhecedor de seu momento histórico, em que ocorriam perseguições, mortes por traição, intrigas palacianas, como também era consciente de que estava inserido no círculo da família imperial (professor dos sobrinhos-netos de Domiciano) e deveria manter seus limites frente às suas críticas e alvos: “até quem não era orador pode, com efeito, ameaçar e denunciar” (QUINT., *Inst. Or.* IV, 1, 22).

²⁶ “The only speech of his dating from this period of which we know anything is one delivered in defense of one *Naeivius* who was accused of throwing his wife out of a window; this speech Quintilian published, impelled, as he later admitted, by a youthful desire for fame, a phrase which dates the speech to the early part of his career” (CLARKE, 1967, p. 29).

²⁷ “M. Fabius Quintilianus was brought to Rome by Galba’. This sentence in Jerone’s chronicle under the year 68 is the only source of our knowledge of Quintilian’s sojourn in Spain” (CLARKE, 1967, p. 30).

²⁸ “Jerome also tells us that Quintilian was the first to hold a public school at Rome with a salary from the imperial treasury” (CLARKE, 1967, p. 30-31).

aos dez anos (em 95 d.C.) e o caçula, aos cinco anos, no ano de 91 d.C., enquanto o pai redigia a obra *De causis corruptae eloquentiae*. Em 91 d.C., finalizou a obra o *Tratado sobre a decadência da oratória* (*De causis corruptae eloquentiae*); em 96 d.C., escreveu um tratado ao seu amigo Vitório Marcelo, *Declamações* (*Declamationes*), que seriam anotações de seus alunos sobre suas aulas. Neste mesmo ano, escreveu a *Institutio Oratoria*, tratado que, em grande parte, refere-se aos educandos/educadores de sua época.

A obra *Institutio oratoria* é dividida em 12 livros, com cerca de 250 manuscritos compilados em aproximadamente 30 edições. A primeira edição completa foi realizada por Campanus, em 1470, em Roma. A obra foi alvo de grande estudo e admiração durante o Renascimento, época valorizada pela análise das línguas e da cultura clássica em geral (PEREIRA, 2000).

Cogita-se que tenha sido publicada antes de 18 de setembro de 96 d.C., data da morte do imperador Domiciano, pois Quintiliano não teria divulgado tantos elogios a Domiciano durante o principado de Nerva. A fonte não protesta contra a gramática, mas visa debater/propor alguns procedimentos e formas de ensino, bem como um cabedal de conhecimentos sobre gramática, oratória e retórica para iniciar os jovens romanos na vida pública, visto que eles participariam da “condução” da *res publica*, um direito esse prejudicado durante o Principado (COUSIN, 1931, p. 74).

Antônio Rezende (2009, p. 19) ressalta que a melhor tradução para o título *Institutio oratoria* seria “educação oratória”, por ser uma obra na qual se expõe uma metodologia para o bom emprego da oratória, sendo o público leitor por meio dela almejado constituído tanto de professores, retores, como do orador já formado²⁹. Quintiliano também se preocupou em usar terminologias gregas, em transliterar e criar neologismos para sua obra na escrita latina, bem como problematizar a concepção de escola e fundamentar uma nova forma de ensino que envolvesse técnica.

O autor buscou criar um manual com etapas as quais o orador deveria cumprir, e, ao mesmo tempo, demonstrou que um eloquente estaria além de

²⁹ “Em verdade, nós não estamos aqui dizendo de que maneira um orador haja de ser formado; quanto a isso, da melhor forma, ou o quanto melhor podemos julgar, já dissemos. Em outras palavras, querermos dizer de que maneira um atleta, que já tenha aprendido de seu treinador todas as táticas, haja de ser preparado para um embate. Assim, com essa perspectiva, instruíamos aquele que já saiba identificar e organizar as ideias, que já tenha alcançado a racionalidade do selecionar e do colocar as palavras; a ele instruíamos de que modo, em um discurso, possa o melhor, o mais facilmente pôr em prática tudo aquilo que já tenha aprendido” (QUINT., Inst. X, I, IV).

normativas. O retor deveria instruir, por meio de princípios morais e estéticos, a formação do aluno. Quintiliano criticava o ensino de fórmulas em excesso, e, sobretudo, para as quais não se dava o devido aprofundamento. Para ele, o orador deveria possuir uma formação não somente intelectual, mas também moral, tendo a certeza de que ele não é a principal fonte de sua explanação e que a “formação continuada” é necessária para seu aprimoramento, visto que o talento é incorporado de elementos formais e, inclusive, da aptidão alheia, para que assim assimile-os e reelabore-os dentro de sua preleção ao longo dos 12 *Livros*.

No *Livro I* (1, 4-9), Quintiliano conduz o leitor a uma proposição de formação da criança desde sua mais tenra idade, quando os pais e os servos domésticos propiciariam sua alfabetização, para que, posteriormente, fossem conduzidas a mestres especializados; elucubra sobre a ciência do falar bem e da explanação dos poetas (cap. 4); discorre sobre a correção, clareza, elegância, classificação das palavras, eufonia e barbarismo dos vícios (cap. 5); versa não apenas sobre a linguagem escrita como também a falada – pronúncia (cap. 6); mostra suas regras de representações gráficas – esclarece ambiguidades através da ortografia; reflete sobre a apreciação dos textos literários, que devem seguir um ordenamento desde a escolha dos autores a ler (Virgílio e Homero, seguidos pelos poetas trágicos, líricos e cômicos, representantes do patrimônio cultural greco-romano) até a maneira como deve ser efetuada a leitura – em voz alta e de forma expressiva, apontando uma série de exercícios de leitura (cap. 9). Apreendendo esses critérios, o uso da língua pode ser efetuado de maneira eficiente, correta, clara, ousada, oportuna, adequada ao assunto, concisa e elegante, ou seja, seria utilizada da forma ideal e possibilitaria um discurso que poderia causar o convencimento/persuasão.

Quintiliano, no *Livro II*, aponta o papel do mestre da retórica e as primeiras etapas dessa condução – ensino da oratória. Assinala uma metodologia a empregar, mostrando sua descontente visão sobre a construção do orador perfeito. Afirma, também, que o eloquente deveria se adequar tanto às atividades públicas (*res publica* – atividade forense) como às privadas (“advogados” de causas particulares).

Em seu *Livro III*, discorre sobre origem e teoria da retórica, revelando os três tipos de discurso (jurídico, deliberativo e epidítico) e os três distintos públicos (juiz, assembleia e comunidade) – já debatidos na primeira parte deste capítulo. Os *Livros IV-V* refletem a subdivisão de discurso oratório, como é empregado o raciocínio e

sua argumentação, além de mostrar as figuras, imitação, memória e a declamação. O livro IV aborda a elocução mais persuasiva, na qual subdivide *exordium* e *narratio*, e o V, a argumentação, que reflete a persuasão centrada na razão.

O Livro VI é dividido em 3 partes: exposição do tema “riso” (§1-21), desenvolvimento da problemática (§22-102), e *urbanitas* enquanto predicado do homem civilizado que vive no meio urbano e porta-se com boas maneiras (§102-112). O Livro VII versa a respeito da organização do conteúdo baseado na reação dos jurados – *dispositio* – e demonstra quais seriam os recursos para se obter um veredito favorável ao cliente. Os Livros VIII e IX se complementam, pois tratam da *elocutio*, formulação verbal, do ponto de vista teórico e prático, respectivamente.

O Livro X indica o público-alvo da obra – os oradores – e sua razão de ser, isto é, que os eloquentes deveriam dispor de todas as técnicas e pôr em prática tudo que havia lhes sido ensinado (X, 1, 4). Assim, busca formar e aperfeiçoar aquele que está no processo de ensino, estimulando a prática forense. No Livro XI, Quintiliano centra-se no decoro, subdividindo sua explanação em duas partes, a da memória e da ação. Na memória, aponta algumas técnicas para que o orador possa associar ideias e exercitar essas faculdades mentais. Na segunda, da ação ou pronúncia, o autor sugere questões relativas à voz, aos gestos, a expressões corporais e até ao vestuário, que possibilitam, em sua visão, construir uma postura diferenciada. O Livro XII trata do papel do orador, ou seja, seus deveres, seu papel político, centrando-se no conceito de *uir bonus*, bom orador, sujeito íntegro, que possui uma bagagem cultural ampla, de conduta moral reconhecida e homem público respeitado entre seus pares.

Através desses manuais, podemos perceber como o ensino oratório continha métodos que deveriam ser seguidos desde a infância para uma formação e preparação para a vida pública, uma vez que não havia dissociação entre a oratória e a vida pública. Como podemos observar, o eloquente era um homem prestigiado em Roma (TAC., *Dial.*, 3). Porém, a oratória, segundo as fontes, passa por um momento de “decadência”, questão essa que debateremos na próxima seção.

5.2. A ação política do homem aristocrata romano no século I d.C.

Desde o século V a.C., na Magna Grécia, observamos a busca pelo bom emprego da palavra para o convencimento através da prática discursiva. Para

compreendermos a oratória, é essencial também nos atermos ao significado do *logos*:

A palavra *logos* se faz Política, se constitui como condição humana, como forma de organizar o universo propriamente humano, agora diferente dos outros, marcadamente diferente de tudo que se coloca, agora, como outro ao redor e fora de si. O *logos* não era termo ritual ou fórmula justa. Era persuasão construída através de um jogo dialógico. Era antitética: era o sim, era o não. Vamos agora responder então o que é *logos* para os gregos dessa época. Era uma prática discursiva, cuja verdade se encontra no que é dito, e não em quem pronuncia o discurso. Não há lugar sacralizado para proferir o discurso. A verdade se deslocou do ato ritualizado e eficaz, justo da enunciação para o enunciado enquanto tal. [...] O *logos*, a razão se refaz em novas práticas, o que lhe possibilitou tráfegar do discurso político à filosofia (GONÇALVES 2008, p. 67-68).

Mediante essa concepção de *logos*, Werner Jaeger (2001, orig. 1946, p. 4) já pontuava a educação enquanto pertencente, por essência, a uma comunidade, e não apenas a um indivíduo, sendo fonte de toda ação e conhecimento de uma sociedade, fruto de uma consciência viva de normas/leis, escritas ou não, que as unia. Nessa estrutura, cânones foram estabelecidos tanto para a formação do orador como para seu papel político. Frisamos que *status* e sexo/gênero são critérios que viabilizam ou não o acesso ao ensino (CLARKE, 1998, p. 199). O retor conduzia seus alunos para a profusa eloquência. Essa arte do expressar-se de modo eficiente necessitava de rigores para conclusão da palavra profícua, por isso, deveria:

Adornar o espírito, para se instruírem nas belas-letras. Constitui estranho erro acreditar que a instituição escolar se explica, através dos séculos, pela função de formar o homem ou, ao contrário, adaptá-lo à sociedade; em Roma não se ensinava matérias formadoras nem utilitárias, e sim prestigiosas e, acima de tudo, a retórica. É excepcional na história que a educação prepare o menino para a vida e seja uma imagem da sociedade em miniatura ou em germe; no mais das vezes, a história da educação é a história das ideias sobre a infância e não se explica pela função social da educação. Em Roma decorava-se com retórica a alma dos meninos, assim como no século XIX vestia-se essas criaturinhas de marinheiros ou militares; a infância é um período que se disfarça para embelezar e fazê-la encarnar uma visão ideal da humanidade (VEYNE, 20009, p. 31).

Contudo, nem toda eloquência é concentrada no falar, como aponta Rezende (2009, p. 12). Calar-se (*tacere*) também é um ponto significativo na construção do bom orador. Deixar de proferir um discurso não significa fraqueza; abdicar da comunicação pode demonstrar precisão, ao posicionar-se apenas nos momentos

oportunos. O ato do silêncio, em determinadas situações, é capaz de evidenciar a eloquência³⁰. Outra face do silêncio é o momento que antecede a efetivação do discurso (pronúnciação), ela é dividida em quatro fases: invenção, disposição, elocução e memória.

Nessa perspectiva, desde 80 a.C., com *Retórica a Herênio*, as fontes já demonstravam fórmulas para condução do ensino em Roma. Estas visavam abordar o silêncio e o momento da pronúnciação do discurso. Os períodos antecessores à fala podem ser classificados em *invenção*, *disposição*, *elocução* e *memória*, sendo considerados eles também ações de um discurso. Dentre os atributos para a formação do orador, alguns são comuns a todos os seres humanos e podem ser aprimorados a partir de exercícios, como no caso da *invenção* e da *memória*, que podem regredir ou avançar. Entretanto, a *disposição* e a *elocução* encontram certo limite, pois estão correlacionadas ao que se almeja aprender e à capacidade de aprendizagem (CLARKE, 1953, p. 24).

A elocução é o atributo que mais pode ser exercitado para estimular diversas competências e habilidades. Consiste na materialização do discurso que antes estaria no plano das ideias, período em que o orador as organiza, assim como seus artifícios linguísticos, a fim de que se tornem acessíveis e compreensíveis ao ouvinte. O eloquente deve estar munido de defesa no âmbito público³¹ e privado.

Os primeiros momentos republicanos são retratados como repletos de homens virtuosos. Plutarco (*Vida de Catão*, 9) aponta Clélio, Horácio Cocles e Catão, o Censor, como exemplos de indivíduos “incorruptíveis”. Tal força de caráter nesses homens era exaltada por três princípios: o trabalho obstinado, a frugalidade e a austeridade. Estes atributos eram interligados à vida no campo³² e aos costumes, pois tais personagens rejeitavam a vida fácil e davam importância ao trabalho e à família. Porém, esse é um discurso de retórica nativa, rústica, elitista e masculina para construção de um ideal coletivo do bem da *res publica*, ou

³⁰ Rezende (2009, p. 12), ao falar do *tacere*, refere-se ao livro de Albertano de Bréscia, 1245. Esta obra pontua outra tangente da oratória, a arte do calar-se, ou seja, falar apenas quando possui propriedade ou na observância dos momentos particulares, saber silencia-se.

³¹ A exemplo, temos: “reuniões públicas (*contiones*) tribunais, senado fórum, funerais públicos e salões [que] era[m] tanto uma marca de privilégio social como um reflexo do poder político e social da classe dos patrícios” (DOMINIK, 2012, p. 95-96).

³² Sobre a época de Catão: “havia bem poucos que queriam lavrar a terra com suas próprias terras com suas próprias mãos, como os antigos, cear com frugalidade, jantar comida fria sem baixela, ou se contentavam com um traje e um alojamento simples” (PLUTARCO, *Vida de Catão*, 9).

seja, buscava-se uma “identidade nacional, de classe e de gênero” (DOMINIK, 20012, p. 95).

Tendo conhecimento dessa construção de discurso, buscamos compreender os argumentos que abordam as transformações educacionais citadas nas fontes (TAC. *Dial.*, I) a partir das técnicas de persuasão³³. Segundo a teoria de Salústio³⁴, após a conquista de Cartago, as virtudes começaram a se deteriorar; o luxo e o declínio moral ocasionados pelas riquezas tornaram-se instrumento de poder político³⁵. Tomando como base essa transformação, Wallace-Hadrill (1996) aponta que a crise republicana fora ocasionada por uma crise de autoridade, influenciada pelo contato cultural com outros povos, o que teria proporcionado uma “revolução cultural” de paradigmas dos *mores*. Nessa perspectiva, houve um abalo significativo no controle das tradições, pois elas já não mais estariam concentradas nas mãos da aristocracia romana.

Durante esse período de transformação política, econômica, cultural e educacional, motivada também pela expansão territorial e pelo contato cultural, teria ocorrido segundo Salústio (*Jugurta*,41; *Catilina*,10-11), uma mudança significativa no comportamento humano no que tange ao interesse individual e coletivo. No primeiro momento, notava-se a *aequalitas*³⁶, que proporcionava a harmonia da *res publica*. Contudo, quando os prazeres pessoais se sobrepujaram, teria sido necessária a intervenção de normas punitivas para que a ganância e o luxo não mais prejudicassem a estabilidade comunitária. Um exemplo é o personagem Denifon, um pai de família que não estava agindo de acordo com a moral ancestral (PLAUTO, *O mercador*, 547) e é por isso ridicularizado e punido. Porém, não eram apenas os mais velhos a modificar suas atitudes: os jovens também se entregavam aos prazeres, o que provocava o dilaceramento da honra e do “bolso” e prejudicava a constituição familiar, pois esses jovens vinham preferindo levar uma vida “boêmia”

³³ Nessa etapa, compreendemos discurso como “toda produção verbal, escrita ou oral, constituída por uma frase ou por uma sequência de frases, que tenha começo e fim e apresente certa unidade de sentido” (REBOUL, 2004, orig. 1925, p. XIV).

³⁴ Ver, Cícero: *Jugurta* (41) e *Catilina* (1-13).

³⁵ Ver Kennedy, 1972, p. 454-476.

³⁶ “As leis que depois se fizeram, ainda que algumas vezes serviram para coibir certos malfeitores, contudo, quase sempre, o fruto da violência, produzido pelas dissensões de todas as ordens do Estado, pela ambição das grandes dignidades, pelas vinganças, que se queria satisfazer contra homens de um merecimento insigne, e enfim por outros vários motivos sempre criminosos [...] de maneira, que quanto mais se corrompia a República muito mais cresciam as suas leis” (TAC., *Ann.* III, 27-28).

e já não podiam salvaguardar sua categoria social³⁷.

Contudo, a historiografia debate que essas perspectivas são partes de uma estrutura alicerçada na construção de um discurso que inferioriza o presente em relação ao passado. Essa argumentação pode estar inserida no processo de mimese que, nesse caso, seria a imitação dos costumes dos antepassados, a fim de que os mais velhos fossem “pontos de referência”, exemplos que poderiam ou não ter sido realmente de excelência (PEREIRA, 2000).

Valorizar o passado não significa estritamente prender-se a ele, mas sim observar seus preceitos; assim, seus costumes seriam manuais de conduta em que as normas do que seria “justo” e “bom” já haviam sido estabelecidas. Dessa maneira, Tácito, ao produzir seu *Diálogo*, não teria apenas exposto uma conversa, mas sim, apresentado um plano de estudos para os futuros oradores, incluindo a retórica, os costumes e os mecanismos para que estes atuassem com propriedade e chegassem ao convencimento (COUSIN, 1975).

Sobre a persuasão, esta “consiste em levar a crer (1), sem redundar necessariamente no levar a fazer (2). Se, ao contrário, ela leva a fazer sem levar a crer, não é retórica” (REBOUL, 2004, orig., 1925, p. XV). A literatura da época do Principado apontava os jovens como dedicados apenas à própria satisfação, e não à *res publica*. Concomitantemente, havia o discurso exigindo que o imperador tomasse uma atitude frente aos novos hábitos.

A pressão dos *homo novus* sobre os dirigentes para uma moralização dos costumes e os papéis coletivos dos homens de prestígio começou a ganhar força na época de Augusto³⁸, período em que as reformas morais se propagaram como veículo para o reencontro da simplicidade e da felicidade. No entanto, o que as fontes oferecem é um quadro repleto de “jogos de poder”, delações e julgamentos por traição que construía um estereótipo imperial permeado de bajulações, paranoia e despotismo.

³⁷ A respeito das doutrinas reprovadas, ver Sêneca, *Cartas a Lucíolo*, 123, 10-11.

³⁸ “Quando houve a ampliação do Senado durante o primeiro século a.C., com alguns novos membros vindos de cidades provinciais e da classe equestre, principalmente não-senatorial, manteve-se um grupo de status e privilégio distinguido pelo exercício de retórica. Foram, provavelmente, os tribunais de justiça que forneceram o maior número de oportunidades para aqueles membros das classes superiores que estavam decididos a projetar seu nome” (DOMINIK, 2012, p. 96).

Assim, observamos que os artifícios retóricos como a euroneia³⁹, a *inumendio*, a justaposição de ideias e as metáforas⁴⁰ são recorrentemente utilizados pelos antigos. Partindo dessas perspectivas, a escrita taciteana utiliza diversos dispositivos literários para se eximir de algumas responsabilidades e contornar o silenciamento das questões relativas à política (KENNEDY, 1971, p. 446). Tácito utiliza-se desses recursos a fim de não sofrer sanções, bem como emprega essas técnicas para envolver o leitor, haja vista o conteúdo denso que buscava debater⁴¹ (CAMPOS, 2008, p. 24).

Pode-se então perguntar como foi possível a Sêneca, ou Tácito ou Suetônio, escrever e distribuir tantas histórias e comentários ferinos sobre imperadores e cortesãos. A resposta é simples e demonstra a complexidade da situação: eles recebiam permissão, e até incentivo, para falar mal de todo e qualquer imperador falecido, desde que não violada a regra que proibia ridicularizar os vivos. Forma curiosa pela qual cada governante procurava apresentar um brilho maior, através do contraste implícito com predecessores invariavelmente insatisfatórios. [...] É óbvio que os imperadores romanos puniam um escrito agressivo que alardeasse seus versos ou *libelli*, por assim dizer, bem debaixo de seus narizes, da mesma forma que puniam algum comentário insultuoso feito durante o jantar (FINLEY, 1988, p. 167-168 e 170).

Buscando compreender esse contexto e a ação política no Principado, é necessário observar que o clima de temor pairava tanto sobre o lado aristocrático como sobre o *princeps*. Winterling (2012) destaca que: “dos doze imperadores do primeiro século d.C., apenas cinco tiveram morte natural” (p. 10). Dessa maneira, é possível acompanhar uma estruturação política constante, bem como uma irradiação de poder considerável: “Os imperadores não se interessavam por uma diferenciação entre esferas ‘pública’ e ‘privada’, entre *domus* e *res publica*. O imperador não era

³⁹ “Elemento discursivo que consiste em construir o arquétipo do ignorante ou aquele que finge, dando-lhe um ar de humildade ou de prudência, e que se diversifica, seja estabelecendo um aspecto de dissimulação, de mistificação ou construção de uma ironia intelectual” (COUSIN, 1957 apud CAMPOS, 2008, p. 30).

⁴⁰ Artimanha que o autor utiliza para dissimular e expressar sua opinião claramente através do discurso (BELCHIOR, 2012, p. 80).

⁴¹ “Dessa maneira, Tácito estrutura o relato histórico por meio de explicações psicológicas das ações, de inserção dos vícios e defeitos humanos e suas causas, digressões, discursos diretos e indiretos, retratos e descrições, sentenças de cunho moral-filosófico [...] Tácito se insere na tradição da historiografia senatorial romana, escrevendo sobre o tempo presente e passado, abarcando um patrimônio historiográfico de grande interesse documental e ideológico. Nosso autor não se contentou- como o fizeram outros escritores – com o ensinamento dos retóricos, mas estudou de forma aprofundada tudo aquilo que não se aprendia na escola. Pensava no proveito que poderia retirar do uso da eloquência – o que se lhe comprova aliás pela leitura e análise dos textos e do peculiar estilo” (SILVA, 2015, p. 37-38).

nem *magistratus* temporário nem *privatus* apolítico” (WINTERLING, 2012, p. 10).

Assim, dentro dessa organização sócio-política, cabe ressaltar que analisamos as altas hierarquias sociais, que geralmente se constituem pautadas em quatro aspectos: a) “geradores e reprodutores das desigualdades sociais⁴²”; b) do “fenômeno das ordens⁴³”; c) do “*status* [que] não se limitava às distinções estamentais⁴⁴” e d) da “mobilidade social ascendente⁴⁵” (CARDOSO; ARAÚJO, 2006, p. 86).

Partindo de tais prerrogativas, observamos que *O Diálogo dos Oradores* apresenta três grandes questionamentos, já tratados no capítulo 2 deste trabalho⁴⁶. Porém, neste momento, concentraremos nosso olhar na possível “decadência” oratória apontada por Tácito (*Dial.*, I). A obra aponta transformações educacionais ocasionadas principalmente em decorrência de três motivos: a mudança do período, a oratória não mais se sustentar, devido ao fato de seu discurso ser vazio, e sistema educacional ruim (TAC., *Dial.*, XXVIII). A respeito do período, é evidente

⁴² “Estamos falando do sistema social de propriedade, do sistema legal e do sistema ocupacional (ou divisão social do trabalho) vigentes. Em última instância, o controle sobre a distribuição social extremamente desigual da propriedade e da riqueza no mundo romano era o que separava a classe dominante dos outros grupos sociais. [...] Os três processos citados originavam e mantinham, na sociedade, o funcionamento da exploração, permitindo a uma minoria muito reduzida de pessoas apropriar-se da maior parte da riqueza social criada pelo trabalho dos escravos e outros trabalhadores dependentes, ou mesmo dos trabalhadores pobres que em princípio não fossem dependentes; no mesmo sentido atuavam os tributos que pesavam sobre as pessoas submetidas ao sistema fiscal imperial (fora da Itália, pois os italianos só pagam impostos indiretos diversos)” (CARDOSO; ARAÚJO, 2006, p. 86-87).

⁴³ “No início do Império, a distinção entre cidadãos romanos e não cidadãos tinha peso considerável, posto que os cidadãos conservavam direitos e privilégios que haviam sido definidos sob a República. Sendo o Alto Império um regime monárquico, mesmo se sob uma fachada republicana, o poder que o cidadão da República havia exercido em função de sua atuação como eleitor e votante nas assembleias se perdeu, porém, progressivamente. Pela mesma razão a cidadania foi sendo estendida sem dificuldade maior aos provinciais [...] A outra manifestação do fenômeno estamental no Alto Império foi a institucionalização explícita e a clara definição jurídica da ordem senatorial e da ordem equestre [...] Uma elite de *status* muito inferior à dos senatoriais e equestres, a dos *decuriões* ou membros dos conselhos e magistraturas das cidades, à qual é também aplicável a noção de ordem (ou estamento) [...] Abaixo delas estavam os nascidos livres não privilegiados, os libertos e os escravos [...] a carreira militar sempre foi uma via de ascensão social para muitos, já que, todos os anos, dezenas de milhares de homens eram recrutados” (CARDOSO; ARAÚJO, 2006, p. 87-88).

⁴⁴ “Alguns dos conflitos sociais nasciam do fato de que os dois elementos básicos do *status* (nascimento e riqueza) nem sempre caminhavam *pari passu*. Nobres senatoriais e equestres se empobreciam às vezes; e havia libertos riquíssimos” (CARDOSO; ARAÚJO, 2006, p. 88).

⁴⁵ “Apesar de favorecer-se a hereditariedade no tocante às ordens privilegiadas, na prática – por motivos, diga-se de passagem, não de todo claros -, estas não repunham suficientemente seus membros mediante os nascimentos ocorridos nas famílias que as integravam. Assim sendo, os filhos de libertos ricos tinham a possibilidade de tornar-se *decuriões*, *decuriões* italianos ou provinciais eram, o tempo todo, recrutados para a ordem equestre, equestres se tornavam membros da ordem senatorial” (CARDOSO; ARAÚJO, 2006, p. 88).

⁴⁶ Debates: Retórica e poética e suas respectivas dignidades (TAC., *Dial.* V – XIII); retórica antiga versus a moderna (TAC., *Dial.*, XVI – XXVII); “decadência” da oratória (TAC., *Dial.*, XXVIII – XLI)..

que o poder era concentrado nas mãos do *princeps*, pois este era o representante do *imperium*. Ser o primeiro cidadão e possuir seu campo de atuação fortalecido no Senado era essencial para legitimar seu poder. Durante a República, a oratória se enquadrava como primordial para a condução da política, era o instrumento de ação dos eloquentes que atuavam tanto na esfera pública como na privada. Com o final da guerra civil e a confirmação do poder do imperador, o ensino começa a ser modificado, ou seja, a ação oratória passa a ser exercida por outras perspectivas, mesmo porque ser um homem reconhecido durante o Principado poderia causar um desconforto para ambas as partes⁴⁷ (tanto para o orador como para o *princeps*).

Assim, a retórica seria, na República, uma técnica ou caminho para que o orador obtivesse a persuasão. Tal ensino perdeu sua força no período subsequente (TAC., *Dial.*, I), pois a esfera pública já não proporcionava o debate e a competição dos aristocratas. Passa a existir o que Favversani cita como “dissociação entre o que se diz e o que se pensa” (2015, p. 46). Com efeito, tornou-se necessário distinguir o que se escrevia do que se acreditava, bem como o que cada historiador, em suas entrelinhas, gostaria ou não de destacar, e a forma como o faria⁴⁸.

Os historiadores eram aristocratas envolvidos em disputas pelo poder e devem ser vistos como tais, compreendendo-se sua própria obra como ação política de um aristocrata e não como mera e descompromissada atividade literária. A escrita da história era uma ação política, como deixa claro, para citar um exemplo, Plínio, o Jovem em carta a Titinius Capito: “Persuades-me a escrever uma história e não persuades-me sozinho. [...] Parece-me particularmente belo que alguém não deixe morrer os que merecem a eternidade e que, com a fama dos outros, aumente a sua (*Plin., Ep. 5.8.1*)”

⁴⁷ “Em última instância, tudo seria decidido pelo Imperador. Seguindo esta lógica, requeria-se que o Imperador fosse o mais capacitado entre os aristocratas, o mais poderoso dentre eles, aquele que pode se colocar entre todos os demais e fazer cessar o conflito, a discórdia. Aquele que imponha que as disputas aristocráticas por honra, que seguiam, se dessem em paz. Isto coloca um paradoxo importante ao principado. Se o imperador é por definição o mais valoroso dos aristocratas, caso um aristocrata mostre valor invulgar e passe a ser reconhecido pelos demais, este aristocrata poderá facilmente ser tomado como alguém que aspira à posição imperial. Deste modo, tem-se um movimento duplo. Por um lado, os imperadores serão acusados de não reconhecer aristocratas valorosos, por temê-los. Por outro lado, os próprios aristocratas evitarão a exposição excessiva de seus talentos e evitarão um reconhecimento por demais ruidoso de seu valor” (FAVERSANI, 2015, p. 45).

⁴⁸ Uma leitura retórica do texto pode comportar dois procedimentos de análise: 1) considerações externas ao texto, onde se observa a relação entre texto e leitor, o sistema educacional no qual o autor se insere (condições de produção), os modelos de autoridade eleitos no contexto da produção e da recepção, o papel do autor enquanto indivíduo; 2) análise interna do texto, referente aos elementos encontrados no interior da narrativa, sobre o estilo do autor, objetivando a verificação de como as regras do argumento retórico estão dispostas (BAPTISTA, 2009, p. 40).

(FRAVERSANI, 2015, p. 47).

Dessa forma, levando em consideração o contexto em que Tácito escrevia suas obras e o segundo ponto de destaque do *Diálogo* (a oratória não mais se sustentar ou existir um discurso vazio durante o Principado), podemos perceber que muitos eloquentes temiam pela própria vida⁴⁹. Acreditamos que o bom orador/historiador/político, nesse período, precisava ser ainda um excelente eloquente, pois tinha de driblar suas opiniões – e até mesmo mentir – para sobreviver, pois palavras e ações poderiam ser distorcidas por delatores, que o acusariam pela *lex maiestatis* (já discutida na seção 3.1.2.2 deste trabalho). Técnicas de ensino necessitavam ser rearranjadas⁵⁰ para que continuassem a dialogar com o funcionamento das questões públicas. A exemplo, percebemos diversos manuais de aprimoramento da oratória – *Retórica a Herênio*, *Do Orador*, *Institutio Oratoria* e o próprio *Diálogo* – que debatem não somente o método educacional da época e sua estrutura, mas indicam o que seria o ofício oratório e sua ação, mostrando as habilidades das quais o cidadão político romano deveria estar munido.

Partindo da premissa de que essas fontes deveriam possuir um destinatário, precisamos nos concentrar nos dois contextos: na República, em que oradores necessitavam apresentar atributos que visassem transparecer a verdade e eternizar uma narração, e no Principado, em que oradores deveriam “descrever a ação que se vê e a ação que se pretende ocultar pela ação que é mostrada. O que se vê, é a mentira. O que se oculta, a verdade” (FAVERSANI, 2015, p. 50). Nos dois momentos, o orador não deixa de se colocar à disposição, continua a debater. Por meio de sua representatividade, busca, mesmo no contexto de transformações, remodelar sua argumentação, promovendo o ideal coletivo da *res publica*⁵¹.

⁴⁹ Cf., Tácito (*Ann.* 4.34-5).

⁵⁰ “Compor a narrativa histórica, assim, exigiria que se dissesse a verdade não dita, que se revelasse a ação que poderia vir a ser empreendida por trás de uma outra que aparentemente indicaria para outro caminho. O relato verdadeiro, assim, não descreveria o que foi feito ou foi dito. Afinal, o que foi feito e dito são mentiras. O relato verdadeiro diria o que não foi dito e o significado oculto do que foi feito, que invariavelmente é diverso do seu significado mais explícito e óbvio” (FAVERSANI, 2015, p. 49).

⁵¹ “Declamation then grew up with the end of the Republic, and there is an obvious connection between the political revolution and the change in rhetoric, for with the establishment of the principate the free life which had fostered the oratory of the Republic came to an end. In these circumstances

A má educação foi apontada por Tácito como um dos quesitos para o veredito da “decadência” da oratória⁵². Essa perspectiva pode ser analisada de diversas maneiras, seja por congregar um discurso em que o presente estaria em um patamar de subordinação ao passado, seja porque Tácito poderia estar construindo uma crítica ao silenciamento político causado pela diminuição de debates nos foros e assembleias (CLARKE, 1953, p. 85), sem deixar de frisar que o momento seria de *pax*:

Também a nossa cidade, enquanto se arruinou com partidos, dissensões e discórdias, enquanto não houve paz alguma no foro, concórdia alguma no Senado, moderação alguma nos tribunais, respeito algum pelos superiores, barreira alguma aos magistrados, produziu sem dúvida uma eloquência mais forte, exatamente como um campo inculto têm mais vigorosas plantas (TAC., *Dial.*, LX).

nostra quoque civitas, donec erravit, donec se partibus et dissensionibus et discordiis confecit, donec nulla fuit in foro pax, nulla in senatu concordia, nulla in iudiciis moderatio, nulla superiorum reverentia, nullus magistratuum modus, tulit sine dubio valentiorum eloquentiam, sicut indomitus ager habet quasdam herbas laetiores (TAC., *Dial.*, LX).

Mesmo em meio aos seus sutis posicionamentos, Tácito continua atribuindo relevância à oratória, interligando-a ao *status* político social. Tal arte continua tendo como objetivo alcançar o reconhecimento, mesmo quando empregada para outros fins: “O papel político oratório diminuindo no período imperial encorajou o crescimento da retórica como um passatempo social onde os oradores praticavam suas habilidades para a fama e o gozo intelectual” (DOMINIK, 1997, p. 51). Como aponta Kennedy (1972, p. 428), esse ideal de uma busca por representatividade não decai no período dos *princeps*.

one might have expected rhetoric to fade away, and give place to some new discipline adapted to the new shape of society. But rhetoric had survived the decay of the Greek city state, and it survived the decay of the Roman Republic. Instead of fading away it took on a new form. It lost touch with real life and became an independent self-centred activity, strangely out of touch with the movement of history, yet possessed of a remarkable and persistent vitality” (CLARKE, 1953, p. 85).

⁵² “Reduzem a eloquência a pouquíssimas frases e conceitos sem largueza, como que expulsando-a de seus reinos, e de tal maneira que foi que a que foi outrora senhora de todas as artes e enchia os ânimos de seu esplendoroso cortejo, agora, cortada e amputada, sem aparato, sem honra, e, quase o diria, sem liberdade, se aprende como se fosse ofício dos mais baixos. Acho eu, portanto, que foi esta a primeira e principal causa pela qual degeneramos tanto da eloquência dos antigos oradores – *in paucissimos sensus et angustas sententias detrudunt eloquentiam velut expulsam regno suo, ut quae olim omnium artium domina pulcherrimo comitatu pectora implebat, nunc circumcisa et amputata, sine apparatu, sine honore, paene dixerim sine ingenuitate, quasi una ex sordidissimis artificiiis discatur. ergo hanc primam et praecipuam causam arbitror, cur in tantum ab eloquentia antiquorum oratorum recesserimus*” (TAC., *Dial.* XXXII).

A figura do imperador passa a proporcionar o monopólio do direito de distribuir honras, cargos e triunfos militares (FAVERSANI; JOLY, 2013b), assim como interfere na nova dinâmica educacional. Sêneca afirma que “não se preparava homens para a vida, mas apenas alunos para a escola – *Quemadmodum omnium rerum, sic litterarum quoque intemperantia laboramus; non vitae sed scholae discimus*” (SEN., Cartas a Lucílio, Ep. 106, 12). E Tácito declara: “Acostumados a estar sempre acompanhados a todas as partes, nos tribunais, nas assembleias e nos debates e discussões e, por assim dizer, aprendia a combater na própria luta – *hunc sectari, hunc prosequi, huius omnibus dictionibus interesse sive in iudiciis sive in contionibus adsuescebat, ita ut altercationes quoque exciperet et iurgiis interesset utque*” (TAC. *Dialg.*, XXXIV). Nessa visão, é perceptível haver em Sêneca uma crítica ao ensino dos retores e, em Tácito, observamos como seria o ensino no período em que os agentes políticos eram treinados abertamente para a vida pública⁵³.

Todas essas discussões a respeito do momento do ensino nos fazem refletir sobre a crítica ao sistema educacional. No *Diálogo* (I) é apontada uma “decadência” da oratória. Contudo, em Roma, ainda havia grandes oradores, como o próprio Tácito. Estes deveriam driblar constantemente os delatores, buscar o convencimento pelo discurso e expor suas temáticas por meio de artifícios linguísticos diversos. Assim, deveriam utilizar a persuasão, a hermenêutica, a heurística e a função pedagógica. O primeiro desses elementos envolvia meios racionais (argumentos) e afetivos (etos); o segundo baseava-se na “arte de interpretar textos⁵⁴”; o terceiro abrangia a descoberta para tentar prever o verossímil; e o último quesito seria o

⁵³ “Deste modo, podemos concluir que no Principado, na visão de Tácito, o que se vê não é real, pois todos precisam fingir se querem sobreviver. Por esta razão, desloca-se a fronteira da écfrase. Não se deve trazer diante dos olhos através da elocução o que foram os lugares, as ações, como ensinam os manuais de retórica. O desafio é trazer frente aos olhos o que não podia ser visto, o que se ocultava. Assim, a descrição é uma sobreposição de visões possíveis e incertas. Cabe ao ouvinte treinar sua capacidade de ver muitas cenas onde existe uma. Entre a cena que se vê e as muitas que se ocultam, cabe a quem vê não simplesmente ver, mas também compor a cena. O Principado não admite testemunhas inocentes de seus acontecimentos. Ao que parece, a história do Principado também não se limita mais à simples descrição. Cabe ao leitor a indiscrição de ver o que a narrativa não pode colocar diante dos olhos. A pergunta que fica como conclusão é: uma narrativa assim complexa poderá ser dita decadente como nos apresentam a oratória sob o Principado?” (FAVERSANI 2015, p. 52).

⁵⁴ “Ora, para ser persuasivo, o orador deve antes compreender os que lhe fazem face, captar a força da retórica deles, bem como seus pontos fracos [...] Para ser bom orador, não basta saber falar; é preciso saber também a quem está falando, compreender o discurso do outro, seja esse discurso manifesto ou latente, detectar suas ciladas, sopesar a força de seus argumentos e sobretudo captar o não dito” (REBOUL, 2004, orig., 1925, p. XV).

ensinamento da argumentação, do estilo e de suas construções da melhor maneira possível (REBOUL, 2004, orig., 1925, p. XIX-XXII).

Assim, podemos perceber, por meio de diversas marcas, a profusa eloquência de Tácito. Tais marcas vão desde a escolha em se eximir da responsabilidade sobre suas opiniões, ao estabelecer como personagens de suas obras homens que já haviam morrido (KENNEDY, 1972, p. 519), até o fato de perceber seu contexto⁵⁵ e usar a temática da “decadência” educacional como pano de fundo para ilustrar a falta de *libertas*⁵⁶.

⁵⁵ Para dialogar com seu contexto Tácito utiliza Apro como interlocutor: “Marcus Aper attempts to consider oratory in its social, political and historical contexts. This method of criticism for the most part goes unattested in ancient literary criticism. What Aper attempts to explain is the notion of evolution in oratory and the various processes through which it passes. To Aper oratory was, as indeed it was to the Romans, an expression of national life, constantly changing in form, not bound by rigid rules, but responsive to social and political influences, so that it was only in the light of its environment that literature could be fully understood. When there is such a close connection between life and speech, there can be no fixed standards and rules. The postclassical style was both function and product of its age. The differences between the postclassical aesthetic and those of the classical norm cannot be described in absolute terms [...] However, this shift in aesthetic appears to have been not only a natural extension of the classical norm and an anxious reaction to the influences of the Augustan classical achievement, but also a response to the oppressive political environment and a reflection of changed social conditions, manners and literary taste. An amalgam of aforementioned factors resulted in a turning away from classical propriety and rigid generic categories and aided in the development of a complex, ornate and paratactic style whose appeal depended on the finely tuned rhetorical sensibilities of a contemporary audience, which looked for and expected precisely this kind of discourse” (DOMINIK, 1997, p. 54-55).

⁵⁶ “He would demonstrate to readers of all time his view of the principate as at heart a vicious and un-Roman tyranny which held power by threat and bribery but whose excuse for rule was the general moral collapse of Rome” (KENNEDY, 1972, p. 524).

6 Considerações finais

“História vero testis temporum, lux veritatis, vita memoriae, magistra vitae, nuntia vetustatis, qua voce alia nisi oratoris immortalitati commendatur?” (Cícero, De Oratore, II, 36).

O período aqui estudado data de mais de dois mil anos, e ainda suscita debates. “Existiu decadência educacional na Roma antiga?” Esta pesquisa buscou refletir sobre este questionamento mediante uma possível indagação que Justo Fábio teria proferido a Tácito (*Dial.* I). Observamos que houve modificações, transformações, que movimentaram não apenas senadores e imperadores, existiram diversos atores e camadas sociais que se reorganizavam no aparelho político-administrativo romano. Nesse sentido, procuramos abordar quem era Tácito por meio da narrativa de sua biografia, cotejar sua trajetória enquanto homem privado e público e destacar as principais problemáticas de suas cinco obras. Tais procedimentos foram motivados pela nossa crença na importância das relações e ressonâncias entre a escrita do autor e o contexto por ele vivido.

Dessa forma, conhecendo a posição de Tácito enquanto senador, abordamos dois conceitos que consideramos fundamentais e inerentes à sua construção narrativa: a identidade e a memória. Procuramos aí compreender que “ser romano” era esse do primeiro século da nossa era? O que é identidade? O que é identidade no mundo antigo? Questionamos esse homem mediante os dilemas dos estudos sobre romanização. Essas indagações são tensões da Idade Moderna e Contemporânea. O debate surge para tentar pensar o presente (século XIX, dentro do imperialismo britânico) em relação ao passado (como eram firmadas as relações de poder da pelo viés de dominação romana). Tal conceito de “romanização” não existiu no Mundo Antigo, e o debate ainda persiste sem consenso, até porque os esforços no sentido de compreender conceitos como identidades, relações de memória e a própria História se constituem como um constante fluxo de informações que se alteram – dentro de um determinado limite –, à medida que a problematizamos e descobrimos e relemos a documentação disponível a esse respeito.

Também a partir do exame interpretativo conceitual da transição da República para o Principado e suas relações entre o *princeps* e os membros do senado,

buscamos destacar uma visão sobre a biografia e as reformas morais de Domiciano. Nesse ponto da pesquisa, observamos como Tácito, Suetônio e Juvenal, escrevendo após a dinastia Flaviana, refletiriam uma possível “propaganda antonina”, delineando assim aspectos negativos dos Flavios, principalmente de Domiciano (MARQUES, 2013b, p. 153).

A escolha de nossas fontes deriva da certeza de nossos limites em relação à documentação: temos consciência de que a recuperação do passado seria uma tentativa frustrada de nossa parte, visto que jamais poderíamos recuperá-lo ou resgatá-lo. O que temos são experiências constituídas por meio de processos seletivos da memória e esquecimento, e entendemos que as fontes, por meio de seus testemunhos, podem nos remeter a visões constituídas coletivamente, porém fragmentadas. Tais processos não possuem normativas fixas, ocorrem, muitas vezes, através de processos subjetivos, e são, durante diversos momentos históricos, reinterpretados de forma a legitimar ou refutar determinado aspecto das sociedades antigas (GUARINELLO, 2014).

Como balanço final, este trabalho visou observar e discutir o contexto de Tácito e a distinção de sistemas políticos, expor a temática das fontes e abordar como a memória e a identidade são conceitos que devem ser levados em consideração para refletir sobre o pensamento taciteano, haja vista existir diferenças marcantes entre atuar como um senador na República e no Principado.

Entendemos que Tácito, Suetônio, Domiciano e tantos outros estão perdidos no passado, e nós não temos a opção de produzir “o que realmente aconteceu¹”, nossas balizas apenas motivam inquietantes perguntas, que discutimos ao longo do trabalho. Por consequência, observamos Tácito não somente como um expoente intelectual de seu tempo, que atingiu altas dignidades públicas por seus méritos e/ou por alianças. Em suas obras, percebemos o emprego de artifícios retóricos para caracterizar seus personagens de maneira positiva ou negativa². Assim, seu

¹ “wie es eigentlich gewesen ist” frase emblemática proferida por Leopold van Ranke, que é considerado pai da historiografia científica.

² Como exemplo podemos citar Tibério, que nos Anais é visto como cruel, mal administrador e com falhas de caráter. A saber: quando é elogiado em seguida é tido como hipócrita (*TAC., Ann., 1.77*); quando pratica atitudes positivas são consideradas esporádicas (*TAC., Ann., 3.69*); é relatado como autoritário frente ao senado (*TAC., Ann., 1.81*). O autor também utiliza diversas fontes de rumores, fofocas ou boatos para constatar informações negativas (*TAC., Ann., 1.5; 3.19; 4.10-11*). Estudos que tentam descaracterizar a imagem negativa de Tibério são: Ryberg (1942); Campos, (2008); Nobre (2010).

engenho e sua posição também se constituíam como uma arma importantíssima no ambiente público e privado, arma essa que poderia ser empregada nos conflitos de disputas internas da *domus Caesaris*, principalmente nas questões concernentes às delações.

No início do estudo, estávamos hesitantes em relação à educação e seu rearranjo político durante o Principado. Ao longo da pesquisa, podemos observar, por meio dos referenciais bibliográficos adotados³, que a aristocracia permanecera conduzindo seus filhos aos estudos de gramática, oratória e ao encontro da *humanitas*. Quintiliano, por exemplo, elabora seu manual *Institutio Oratoria*, o que demonstra a continuidade do ensino de métodos de leitura e fala persuasiva. Os alunos, mesmo imersos nas práticas de *declamationes* e *recitationes*, continuavam a abordar questões políticas, mas segundo outras perspectivas. Tácito, nos *Diálogos*, ao abordar uma possível decadência da oratória, critica a falta de *libertas* ocasionada pelo medo de represálias por parte do imperador.

Assim, podemos inferir que, mesmo em um ambiente em que o silenciamento era arraigado, os oradores não deixavam de contestar a política. Embora vivessem em um período considerado de *pax*, no sentido de “ausência” de guerras civis, ela *pax* não era tão palatável; as intrigas palacianas e delações eram atitudes corriqueiras no período, o que levava os eloquentes a ter de rearranjar suas colocações quando se colocavam em postura combativa. Por fim, ressaltamos, mais uma vez, que o nosso olhar sobre o passado é configurado pelo presente. Sendo assim, cabe nos perguntarmos: Por que estamos estudando Roma? Ela se mostra tão desatualizada em relação à nossa realidade?

Tácito e Suetônio, ao descrever ou insinuar informações sobre Domiciano, colocaram-no sob o holofote do erro, mensuraram atitudes extremistas suas com tonalidades que provocam no leitor a sensação de que o agir político do imperador foi sempre rígido e atroz. Conforme procuramos problematizar ao longo do trabalho, essa caracterização parece não ser uma leitura totalmente desinteressada ou objetiva da conduta de Domiciano. Hoje, de forma semelhante, observamos como certas representações, sobretudo aquelas promovidas pela grande mídia, podem transformar as posições políticas correntes em nosso cotidiano.

³ Baptista (2009), Clarke (1953), Cousin (1975), Dominik (1997), Favarsani (2015), Favarsani; Joly (2013).

Como exemplo bastante recente e relativo ao contexto brasileiro, temos a forma como o Partido dos Trabalhadores (PT) foi representado nas redes de comunicação. No ano de 2014, o país dividia-se em dois grandes grupos: “os petistas” (favoráveis ao PT) e os “antipetistas”. Com uma vitória eleitoral por 51,64%, a presidenta Dilma Rousseff, do PT, foi reeleita para dar continuidade ao governo, em um segundo mandato⁴. Contudo, a grande mídia começa uma campanha de apoio ao seu *impeachment*, em virtude de supostas “pedaladas fiscais⁵”, apontando em projeções diárias um cenário de crise econômica e política, que atribui ao governo petista. Assim, no dia 2 de dezembro de 2015, o então presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, aceita o pedido protocolado pela oposição. No dia 17 de abril, os deputados, por espaçosa maioria, autorizam o Senado a dar prosseguimento à requisição do processo. A *historia est magistra vitae*⁶ volta a castigar a nação, e, em um fatídico dia 31, como em março de 1964, mas desta vez em agosto, presenciamos novamente um golpe de Estado: o Golpe de 2016⁷.

Dessa maneira, pensamos: será esse passado da Roma Antiga tão “ultrapassado” assim, sem relação alguma com o presente? Não podemos fazer analogias e paralelos com o passado como um exercício de semelhanças e estranhamentos? Continuamos a conviver com governos golpistas, homens que comprem o poder desses governos por meio de rearranjos políticos. Estamos imersos em uma cultura do medo, da guerra antiterrorista, da invasão de aldeias, da “Justiça” supranacional não interferindo ou auxiliando os refugiados de guerra ou climáticos, da reconstrução de campos de concentração, da divulgação de imagens de protesto que acarretam em prisões. Tudo isso apenas para aludir a alguns fenômenos bastante recentes, cujos desdobramentos ainda nos são desconhecidos. Assim nos perguntamos: O quanto os senadores do Principado entendiam sobre seu momento de ruptura? Era possível um retorno? Nós, no presente, temos conhecimento dos desfechos dos antigos, porém, o nosso, é uma incógnita. São tantos os eventos corriqueiros pelos quais as pessoas passam silenciadas, que tudo isso nos faz perguntar: Será a História Antiga tão “antiga” assim?

⁴ Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/eleicoes/2014/apuracao-votos-presidente.html>> acesso em: 1 maio 2017.

⁵ Descumprimento a uma lei orçamentária: Lei n. 1079, em seu artigo 10, parágrafos 4º e 6º.

⁶ Cícero (*De Oratore*, II, 36).

⁷ Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/politica/senado-aprova-impeachment-e-afasta-dilma-definitivamente>>. Acesso em: 1 maio 2017.

Referências

1 Fontes

1.1 Edições das fontes em língua portuguesa

CICERO. O *Da Invenção*. In: ILUNGA, K. **O Da Invenção, de Marco Túlio Cícero**: Tradução e Estudo. Dissertação (Mestrado em Letras Clássicas) – Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2009.

PLÍNIO, O JOVEM. **Livro I, Epístola 20**. Tradução. João Angelo Oliva Neto. Disponível em: <<http://www.usp.br/verve/coordenadores/joan/rascunhos/plinioojovem-joan.pdf>>. Acesso em: 11 maio 2017.

QUINTILIANO. *Institutio Oratoria*. Tradução Antônio Martinez. Rezende. In: REZENDE, A. M. **Rompendo o Silêncio**: A Construção do Discurso Oratório em Quintiliano. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, 2009.

_____. Tradução e Estudo do Livro II da *Institutio Oratoria*. In: FALCÓN, Rafael Sento-Sé Guimarães. **A Educação do Orador**: Tradução e Estudo do Livro II da *Institutio Oratoria*. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Letras Clássicas e Vernáculas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2015.

SUETÔNIO. **A Vida dos Doze Césares**. 5. ed. São Paulo: Atena Editora, 1956.

_____. **A Vida dos Doze Césares**. Tradução de Gilson César Cardoso de Sousa. São Paulo: Germape, 2003.

_____. **A Vida dos Doze Césares**. Tradução Pietro Nasetti. São Paulo: Martin Claret, 2006.

TÁCITO. **Anais**. Tradução Freire de Carvalho. São Paulo: Clássicos Jackson, 1970.

_____. **Diálogo dos Oradores**. Tradução e notas Agostinho da Silva. Lisboa: Livros Horizonte, 1974.

_____. Histórias. Tradução Frederico de Sousa Silva. In: SILVA, Frederico de Souza. **Historiaevm Libri**. Estudo e tradução. Tese (Doutorado em Letras Clássicas) – Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2015.

VIRGÍLIO. **Eneida**. Tradução e notas Odorico Mendes; apresentação Antonio Medina; estabelecimento do texto, notas e glossário Luiz Alberto Machado Cabral. Cotia, SP: Ateliê Editorial; Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2005.

1.2 Edições das fontes em língua espanhola

MARCIAL. **Epigramas**. Introdução, tradução e notas Juan Fernández Valverde e Antonio Ramirez de Verger. Madrid: Editorial Gredos, 1997.

RETÓRICA a Herenio. Tradução Salvador Núñez. Madrid: Editorial Gredos, 1997.

TÁCITO. **Agrícola, Germania y Diálogo sobre los Oradores**. Tradução e notas José Maria Requejo. 2. ed. Madrid: Gredos, 1981.

TÁCITO. **Germania**. Tradução Nicolás Gelorminni. Buenos Aires: Griedos y Latinos y Latinos – Lousada, 2007.

TÁCITO. **Diálogo sobre los Oradores**. Tradução Nicolás Gelorminni. Buenos Aires: Griedos y Latinos y Latinos – Lousada, 2009.

1.3 Edições das fontes em língua inglesa

DION CÁSSIO. **Roman History**. Greek texts and facing English translation. Tradução Earnest Cary, Herbert Baldwin Foster, William Heinemann. Cambridge: Harvard University Press; London: William Heinemann, 1914.

PLINY THE ELDER. **The Natural History**. John Bostock, M.D., F.R.S. H.T. Riley, Esq., B.A. London: Taylor and Francis, 1855.

QUINTILIAN. **Institutio Oratoria**. Tradução Harold Edgeworth Butler. Cambridge: Harvard University Press, 1922.

SUETONIUS. **The Lives of the Twelve Caesars**. An English Translation, Augmented with the Biographies of Contemporary Statesmen, Orators, Poets, and Other Associates. Edição J. Eugene Reed, Alexander Thomson. Philadelphia: Gebbie & Co., 1889.

TACITUS. **Complete Works of Tacitus**. Tradução Sara Bryant. New York: Random House, 1942. Versão digitalizada para Perseus Digital Library.

_____. **The Annals**. Tradução Alfred John Church, William Jackson Brodribb, Sara Bryant. New York: Random House, 1942. Versão digitalizada para Perseus Digital Library.

_____. **The History**. Tradução Alfred John Church, William Jackson Brodribb, Sara Bryant. New York: Random House, 1873 (reimp. 1942). Versão digitalizada para Perseus Digital Library.

1.4 Edições das fontes em latim

CAESAR AUGUSTUS. **Res Gestae Divi Augusti**. [S.l.]: [s.n.], [s.d.].

JUVENAL. **Satires**. [S.l.]: G. G. Ramsay, [s.d.]. Versão digitalizada para Perseus Digital Library.

MARTIAL. **Epigrammata**. [S.l.]: Wilhelm Heraeus; Jacobus Borovskij, [s.d.]. Versão digitalizada para Perseus Digital Library.

PLINY THE ELDER. **Naturalis Historia**. [S.l.]: Karl Friedrich Theodor Mayhoff; Lipsiae; Teubner. 1906.

SUETONIUS. **De Vita Caesarum**. [S.l.]: Maximilian Ihm, 1993. Versão digitalizada para Perseus Digital Library.

TACITUS. De Vita Iulii Agricolae. **Opera Minora**. Tradução Henry Furneaux. Clarendon Press: Oxford, 1900.

_____. **Opera Minora**. Tradução Henry Furneaux. Clarendon Press: Oxford, 1900.

_____. **Annales ab excessu divi Augusti**. Tradução Charles Dennis Fisher. Clarendon Press: Oxford, 1906.

_____. **Historiae**. Tradução Charles Dennis Fisher. Clarendon Press: Oxford, 1911.

2 Cultura Material

MATTINGLY, H. **Coins of the Roman Empire**. London: British Museum, 1932-1962.

FIGURA 1. **Damnatio memoriae – Domitian**. 2010. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Damnatio_memoriae_-_Domitian.jpg>. Acesso em: 12 maio 2016.

3 Dicionários

REZENDE, Antonio Martinez; BIANCHET, Sandra Braga. **Dicionário do latim essencial**. Belo Horizonte: Crisálida, 2005.

TORDESILLAS, A. M. M. Notas críticas y dos vocabularios. In: TITO LIVIO. **Ab Urbe Condita**. Liber XXV. Texto latino com notas y dos vocabularios. Madri: Editorial Gredos, 1945.

4 Obras gerais

ADORNO, Theodor W. O que significa elaborar o passado; Educação após Auschwitz”. In ADORNO, Theodor W. **Educação e Emancipação**. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

AGNOLON, Alexandre. **Uns epigramas, certas mulheres**: A misoginia nos *epigrammata* de Marcial (40 d.C.-104 d.C.). Dissertação (Mestrado em Letras Clássicas) – Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2007.

_____. Comentário ao artigo de Fábio Faversoni, intitulado entre a República e o Império: apontamentos sobre a amplitude desta fronteira. **Mare Nostrum**: Estudos sobre o Mediterrâneo Antigo, n. 4, p. 112-115, 2013.

ALLISON J. E.; CLOUD J. D. The lex Julia Maiestatis. **Latomus**, v. 21, n. 4, p. 711-731, out.-dez. 1962.

ALFÖLDY, Géza. **A história social de Roma**. Tradução Maria do Carmo Cary. Lisboa: Editora Presença, 1989.

ALSTON, Richard. **Aspects of roman history**. A.D. 14-117. London: Routledge, 1998.

_____. History and Memory in the Construction of identity in Early Second-Century Rome. **Memoirs of the American Academy in Rome**. Supplementary Volumes, v. 7, p. 147-159, 2008.

ALMEIDA, Dom José Manuel. **Observação preliminar da obra Dialogo dos Oradores**. Lisboa: Tipografia de Silva, 1852.

ASH, Rhiannon. **Tacitus**. London: Bristol Classical Press, 2006.

BAPTISTA, Lyvia Vasconcellos. História e retórica na análise do proêmio da obra Guerra Persa. **Codex**: Revista Discente de Estudos Clássicos, v. 3, p. 39-49, 2009.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BARNES, Thimothy D. The Significance of Tacitus' Dialogus de Oratoribus. **Harvard Studies in Classical Philology**, v. 90, p. 225-244, 1986.

BELCHIOR, Ygor Klain. Do texto para a batalha: a fama e o rumor nas guerras civis (49 a 45 a.C. e 68-69 d.C.). **Mare Nostrum**: Estudos sobre o Mediterrâneo Antigo, v. 6, p. 1-20, 2015.

_____. **Tácito e o Principado de Nero**. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2012.

BENARIO, Hebert W. Imperium and Capaces imperii in Tacitus. **The American Journal of Philology**, v. 93, n. 1, p. 14-26, jan. 1972.

_____. **An Introduction to Tacitus**. Atenas: University of Georgia Press, 1975.

BERG, Christopher S. Van den. Deliberative Oratory in the Annals and the Dialogus. In: PAGÁN, V. E. **A Companion to Tacitus**. [S.l.]: Wiley-Blackwell, 2012. p. 189-211.

BLOCH, Marc. **Apologia da história ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001 (1949).

BORGES, Marlene Lessa Vergilio. **O Pro Milone de Cícero**: tradução e estudo da invenção. Dissertação (Mestrado em Letras Clássicas) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2011.

BORNECQUE, Henri. Avec une introduction et des notes. In: **Rhétorique a Hérennius**. France: Librairie Garnier Frères, 1932. Versão digitalizada disponível em: <http://www.mediterranees.net/art_antique/rhetorique/herennius/preface.html>. Acesso em: 18 abr. 2017.

BOYLE, Antony James. Introduction: reading flavian Rome. In: BOYLE, A. J.; DOMINIK, W. J. **Flavian Rome**: Culture, image, text. Leden: Brill, 2003, p. 1-67.

BRANDÃO, José Luís. **Máscaras dos Césares**: teatro e moralidade nas vidas suetonianas. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra; Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos (CECH), 2009.

_____. **Vidas de Galba e Otão**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra; Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos (CECH), 2012.

_____. Os césares segundo Suetônio: elementos dramáticos e novelísticos. In: CORNELLI Gabrielle; COSTA, Gilmaro Guerreiro. **Estudos Clássicos II**: História, Literatura e Arqueologia. Brasília: Cátedra Unesco Archai; IUC, 2013, p. 67-82.

BRINK, Charles Oscar. Quintilian's de causis corruptae eloquentiar and Tacitus Dialogus de Oratoribus. In: **The Classical Quarterly The Classical Associations**, v. 39, n. 2, 1989, p. 472-503.

BURKE, Peter. **A Escola dos Annales (1929-1989)**: a Revolução Francesa da Historiografia. São Paulo: Editora Unesp, 1997.

CAMPOS, Rafael da Costa. **Aspectos Positivos da Administração Imperial de Tibério César Augusto nos Anais de Tácito**. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de Goiás, Goiânia, 2008.

_____. Comentário – Entre a República e o Império: apontamentos sobre a amplitude desta fronteira. **Mare Nostrum**: Estudos sobre o Mediterrâneo Antigo, n. 4, p. 126-13, 2013a.

_____. **Entre Roma e Capri**: o afastamento de Tibério César como ponto de inflexão política durante seu Principado (14-37 d.C.). Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013b.

CANDAU, Joel. **Memória e identidade**. Tradução Maria Letícia Ferreira. São Paulo: Contexto, 2014.

CARDOSO, Ciro Flamarion; ARAÚJO, Sônia Regina Rebel de. A Sociedade Romana do Alto Império. In: MENDES, Norma Musco; SILVA, Gilvan Ventura da (Org.). **Repensando o Império Romano**: perspectiva socioeconômica, política e cultural. Rio de Janeiro: Mauad, 2006, p. 85-107.

CAROLLI, Fabio Paifer. **Pequena gramática poética de Marcial**. Dissertação (Mestrado em Letras Clássicas) – Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2009.

CLARKE, Martin Lower. Quintilian: A Biographical Sketch. **Greece & Rome**: New Surveys in the Classics, v. 14, n. 1, p. 24-37, abr.

_____. **Rhetoric at Rome**. A Historical Survey. London: Cohen & West, 1953.

_____. 1967A Educação e a oratória. In: BALSDON, J. P. V. D. (org.). **O mundo romano**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998, p. 199-212.

CONEGLIAN, Stella Maris Gesualdo Grenier. Dos **Deveres de Marco Túlio Cícero e o processo formativo do cidadão romano**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2012.

COUSIN, Jean. **Problèmes biographiques et littéraires relatifs à Quintilien**. [S.l.]: [s.n.], 1931, p. 67-76.

CUBAS, Rosa Maria Agudo. Traducción. In: SUETÔNIO. **Vida de Los doce Césares**. Gredos: Madrid, 1992.

DEMOUGIN, Ségolène. **L'ordre équestre sous les Julio-Claudiens**. Rome: École Française de Rome, 1988.

DIAS, Mamede Queiroz. **Si unus imperitet**: comportamento senatorial no anfiteatro da política de Tácito. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Ouro Preto: Mariana, 2014.

_____. Entre *senatores* e *principes*: formas historiográficas e atuação política no Principado. **Romanitas** – Revista de Estudos Grecolatinos, v. 7, p. 104-125, 2016.

DOMINIK, Willian J. **Roman eloquence**: Rhetoric in society and literature. London: Routledge, 1997.

_____. As origens e o desenvolvimento da retórica romana. In: AMARANTE, J. L. L. (Org.). **Mosaico Clássico**: Variações acerca do mundo antigo. Salvador: UFBA, 2012, p. 95-109.

ELIAS, Norbert. **A sociedade de corte**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

ESTEVES, Anderson de Araújo Martins. **Nero nos Annales de Tácito**. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Letras Clássicas da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, 2010.

FAVERSANI, Fábio. Trimalchio, classe social e estamento. **Revista de História (USP)**, São Paulo, v. 134, p. 7-18, 1996.

_____. A Educação Romana no Século I d.C. In: **Caderno de Filosofia e Ciências Humanas**, Ouro Preto, ano 7, n. 13, p. 38-40, out. 1999.

_____. Entre a República e o Império: apontamentos sobre a amplitude desta fronteira. **Mare Nostrum**: Estudos sobre o Mediterrâneo Antigo, n. 4, p. 100-111, 2013.

_____. Ékphrasis e as fronteiras da descrição em Tácito. **Letras Clássicas (USP)**, São Paulo, v. 19, p. 43-53, 2015.

FAVERSANI, Fábio; JOLY, Fábio Duarte. Sobrevivendo ao Principado: Um estudo sobre a vida e de Agrícola, de Tácito. In: VENTURA, G.; LEITE, L. R. **As múltiplas faces do discurso em Roma**. Textos, inscrições e imagens. Vitória: Edufes, 2013a, p. 68-80.

_____. Tácito, sua Vida de Agrícola e a competição aristocrática no Alto Império Romano. **Mnemonise Revista**, v. 4, p. 133-147, 2013b.

_____. Apresentação. In: FAVERSANI, Fábio; JOLY, Fábio Duarte. (Org.). **As formas do Império Romano**. Mariana: Edufop, 2014, p. 9-11.

FINLEY, Moses Isaac. **A Economia Antiga**. Porto: Afrontamento, 1980.

_____. **A Política no mundo antigo**. Tradução Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

_____. **Democracia Antiga e Moderna**. Tradução Waldéa Barcellos; Sandra Berdran. Revisão técnica Neyde Theml. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

FREISENBRUCH, Annelise. **As primeiras-damas de Roma**. As mulheres por trás dos césores. Rio de Janeiro: Editora Record, 2014.

GARRAFFONI, Renata Senna, FUNARI, Pedro Paulo; PINTO, Renato. O Estudo da Antiguidade no Brasil: as contribuições das discussões teóricas recentes. In: GARRAFFONI, Renata Senna, FUNARI, Pedro Paulo; PINTO, Renato, HINGLEY, Richard (Org.). **O imperialismo romano**: novas perspectivas a partir da Bretanha. São Paulo: Annablume, 2010, p. 9-26.

GOUVÊA JÚNIOR, Márcio Meirelles. **Variae Medeae**: A recepção da fabula de Medeia pela literatura latina. Tese (Doutorado em Letras) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.

GONÇALVES, Ana Teresa Marques. Cômodo e a difícil tarefa de substituir Marco Aurélio: poder e legitimidade. **Phoënix**, v. 18, n. 1, p. 112-133, 2012.

_____. Apresentação. In: CAMPOS, Carlos Eduardo da; CÂNDIDO, Maria Regina. **Caesar Augustus**: Entre práticas e representações. Vitória: DLL-UFES; Rio de Janeiro: UERJ-NEA, 2014, p. XV-XXIII.

GONÇALVES, Jussemir Wess. Mitos e logos. **Biblos**, v. 22, p. 61-68, 2008.

GOODYEAR, Frank Richard David. Tacitus. **Greece & Rome**: New Surveys in the Classics, v. 4, Oxford, 1970.

GUARINELLO, Norberto Luiz. Uma Morfologia da História: As formas da História Antiga. **Politeia**: História e Sociedade, Vitória da Conquista, v. 3, n. 1, p. 41-61. 2003.

_____. Prefácio. In: **Tácito e a Metáfora da Escravidão**: Um estudo de Cultura Política Romana. São Paulo: Edusp, 2004.

_____. **História Antiga**. São Paulo: Contexto, 2013.

_____. **Ensaio sobre História Antiga**. Tese (Livre Docência) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

GRANT, Michael. Introduction. In: **Tacitus**: The Annals of imperial Rome. Harmondsworth: Penguin Books, 1956, p. 7-26.

GRIFFIN, Miriam. The Flavians. In: BOWMAN, Alan K.; GARNSEY, Peter; RATHBONE, Dominik. **The High Empire, A.D. 70-192**. The Cambridge Ancient History second edition, v. 11, 2007, p. 1-83.

HABINEK, Thomas; SCHIESARO, Alessandro. **The Roman Cultural Revolution**. [S.l.]: Cambridge University Press, 1997.

HALL, Jonathan M. **Ethnic Identity in Greek Antiquity**. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

HARDIE, Alex. Poetry and politics at the games of Domitian. In: BOYLE, Antony James; DOMINIK, Willian. J. **Flavian Rome**: Culture, image, text. Leiden; Boston: Brill, 2003, p. 125-147.

HAYNES, Holly. Tacitus's Dangerous Word. **Classical Antiquity**, v. 23, n. 1, p. 33-61, abr. 2004.

_____. Survival and memory in the Agricola. **Arethusam**, n. 39, p. 149-170, 2006.

HINGLEY, Richard. **Globalizing Roman Culture**. London; New York: Routledge, 2005.

ILUNGA, Kabengele. **O Da Invenção, de Marco Túlio Cícero**: Tradução e Estudo. Dissertação (Mestrado em Letras Clássicas) – Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

JAEGER, Werner. **Paidéia**: A formação do homem grego. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

JOLY, Fábio Duarte. **Tácito e a Metáfora da Escravidão**: Um estudo de Cultura Política Romana. São Paulo: Edusp, 2004.

_____. Ética, retórica e poética no Diálogo dos Oradores e a concepção de história em Tácito. In: **Anos 90**. Porto Alegre: PPGH-UFRGS, 2009, p. 19-44.

_____. Comentário a “Entre a República e o Império: apontamentos sobre a amplitude desta fronteira” de Fábio Faversani. **Mare Nostrum**: Estudos sobre o Mediterrâneo Antigo, n. 4, p. 115-117, 2013.

_____. Qual o império romano de Tácito? In: JOLY, Fábio Duarte; FAVERSANI, Fábio (Org.). **As formas do Império Romano**. Mariana: Edufop, 2014, p. 45-54.

_____. A ideia de História em Tácito. In: SILVA, Glaydson José da; SILVA, Maria Aparecida de Oliveira. **A ideia de história na Antiguidade**. São Paulo: Alameda, 2017, p. 531-550.

JONES, Sian. **The archaeology of ethnicity**. Constructing identities in the past and present. Londres: Routledge, 1997.

KENNEDY, George Alexander. **The Art of Rhetoric in the Roman World**. Princeton University Press, 1972.

KINNEY, Dale. “Spolia. Damnatio” and “renovatio memoriae”. **Memoirs of the American Academy in Rome**, v. 42, p. 117-148, 1997.

KRAUS, Christina S.; WOODMAN, A. J. Tacitus. In: KRAUS, Christina S.; WOODMAN, A. J. **Greece & Rome**: New Surveys in the Classics, v. 27, Oxford, 1997, p. 88-118.

LADEIRA, Felipe de Souza Coelho. **O Pro Milone e a justificativa da violência na defesa do Estado no pensamento político de Cícero**. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

LARUCCIA, Stephen Dominic. **The Concept of Peace in the works of Tacitus**. Tese (Doutorado) – University of Michigan, Ann Arbor, 1975.

LATIN LIBRARY, THE. **[Mapa de parentesco Júlio-Claudiano]**. [s.d.]. Disponível em: <<http://www.thelatinlibrary.com/caligula/dynasty.jpg>>. Acesso em: 25 jan. 2017. Tradução nossa.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Tradução de Bernardo Leitão. 5º Ed. Campinas: Editora da UNICAMP. 2003

LIMA, Marinalva Vilar de; CORDAO, Michelly Pereira de Sousa. História e Historiografia antigas: a construção de um gênero discursivo. **Mnemosine**, v. 1, p. 269-291, 2010.

LUCE, Torrey James. Reading and Response in the *Dialogus*. In: LUCE, T. J.; WOODMAN, A. J. (Ed.). **Tacitus and the Tacitean Tradition**. New Jersey: Princeton University Press, 1993, p. 11-38.

MAINGUENEAU, Dominique. **Novas Tendências em Análise do Discurso**. Campinas: Ponte; Editora da Unicamp, 1989.

MARICOLA, John. **Authority and Tradition in Ancient Historiography**. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

MARQUES, Juliana Bastos. **Tempo e Temporalidade nas Histórias e nos Anais de Tácito**. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2002.

_____. Públio (Gaio) Cornélio Tácito. In: PARADA, Maurício. (Org.). **Os Historiadores: Clássicos da História**. Rio de Janeiro: PUC-Rio; Vozes, 2012, v. 1, p. 88-106.

_____. Comentário crítico sobre o texto “Entre República e Império”. **Mare Nostrum**: Estudos sobre o Mediterrâneo Antigo, n. 4, p. 132-138, 2013a.

_____. **Tradição e Renovações da identidade romana em Tito Lívio e Tácito**. Rio de Janeiro: Apicuri, 2013b.

_____. A ideia de História em Tito Lívio. In: SILVA, Glaydson José da; SILVA, Maria Aparecida de Oliveira. **A ideia de história na Antiguidade**. São Paulo: Alameda, 2017, p. 469-493.

MARTIN, R. Hervé. In: **Tacitus**. Londres: Routledge, 1981.

MARTINS, Paulo. Implementando apontamentos à tenuíssima divisa entre a República e Império Romano. **Mare Nostrum**: Estudos sobre o Mediterrâneo Antigo, n. 4, p. 118-125, 2013.

MARROU, Henri Irénée. **História da Educação na Antiguidade**. Tradução Mário Leônidas Casanova. São Paulo: Epu, 1990.

MELLOR, Ronald. The new aristocracy of power. In: BOYLE, A. J.; DOMINIK, W. J. **Flavian Rome: Culture, image, text**. Leiden; Boston: Brill, 2003, p. 69-101.

MENDES, Norma Musco. O Sistema Político do Principado. In: MENDES, Norma Musco; SILVA, Gilvan Ventura da (Org.). **Repensando o Império Romano: perspectiva socioeconômica, política e cultural**. Rio de Janeiro: Mauad, 2006, p. 21-51.

_____. Prefácio. In: GARRAFFONI, Renata Sena, FUNARI, Pedro Paulo; PINTO, Renato; HINGLEY, Richard (Org.). **O imperialismo romano**: novas perspectivas a partir da Bretanha. São Paulo: Annablume, 2010, p. 7-8.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. Cultura material no estudo das sociedades antigas. **Revista de História**, São Paulo, n. 115, p. 103-117, jul.-dez. 1983.

_____. A História, cativa da memória? Para um mapeamento da memória no campo das Ciências Sociais. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, n. 34, p. 9-23, 1992.

MILLAR, Fergus. **A Study of Cassius Dio**. London: Oxford University Press, 1964.

NOBRE, Ricardo. **Intrigas palacianas nos Annales de Tácito**. Processos e tentativas de obtenção e poder no Principado de Tibério. Coimbra: Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos, 2010.

NÚÑEZ, Salvador. Introducción. In: **Retórica a Herênio**. Introdução e notas Salvador Núñez. [S.l.]: [s.n.], 1997, p. 7-67.

O'GORNAN, Ellen. **Irony and misreading in the annals of Tacitus**. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

PARATORE, Ettore. Tacito. In: PARATORE, Ettore. **História da literatura latina**. Tradução Manoel Losa. 13. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1987.

PEREIRA, Marcos Aurélio. **Quintiliano gramático**: O papel do mestre de gramática na *Institutio* Oratória. São Paulo: Humanitas, 2000.

_____. **O discurso gramatical Antigo, seu reflexo em Quintiliano e sua repercussão**: Algumas questões. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2002.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

RAMOS, Bartolomé Segura. Traducción, estudios introductorio y notas. In: JUVENAL. **Sátiras**. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1996, p. IX- LXXXIII.

REBOUL, Oliver. **Introdução à retórica**. Tradução Ivone Castilho Benedette. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

REQUEJO, José Maria. Introducción general; Introducción. In: TÁCITO, Cornélio. **Diálogo sobre los oradores**. Tradução José Maria Requejo. 2. ed. Madrid: Editorial Gredos, 1981. p. 7-40.

REZENDE, Antônio Martinez de. **Rompendo o Silêncio**: A construção do discurso oratório em Quintiliano. Tese (doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), 2009.

RYBERG, Inez Scott. Tacitus' Art of Innuendo. **Transactions and Proceedings of the American Philological Association**, v. 73, p. 383-404, 1942.

ROBERT, Joel Noël. **Os Prazeres em Roma**. Tradução Marina Appenzeller. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

ROSTOVTZEFF, Michail Ivanovich. **História de Roma**. Tradução W. Dutra. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

RUDICH, Vasily. **Political dissidence under Nero**: The prince of dissimulation. New York: Routledge, 1993.

RUTLEDGE, S. H. Tacitus' Dialogus de Oratoribus: A Socio-Cultural History. In: PAGÁN, V. E. **A Companion to Tacitus**. [S.l.]: Wiley-Blackwell, p. 62-83, 2012.

SALDANHA, Daniel Cabaleiro. **História e teoria das fontes do direito romano**. 2011. Dissertação (Mestrado em Direito) – Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais, 2011.

SIHLER, Ernest Gottlieb. Quintilian of Calagurris. **The American Journal of Philology**, v. 41, n. 3, p. 205-222, 1920.

SILVA, Agostinho da. Prefácio. In: TÁCITO. **Diálogo dos Oradores**. Tradução Agostinho da Silva. Lisboa: Livros Horizonte, 1974, p. 9-14.

SILVA, Camilla Ferreira Paulino da. *Damnatio memoriae?* Antônio e Cleópatra na poesia de Horácio. **Rónai** – Revista de Estudos Clássicos e Tradutórios, v. 2, 2014, p. 42-62.

SILVA, Frederico de Sousa. **Historiaeum Libri**. Estudo e tradução. Tese (Doutorado em Letras Clássicas) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo. 2015.

SILVERA, Breno. Prefácio. In: TÁCITO. **Anais**. Tradução de J. L. de Carvalho. Rio de Janeiro: Jackson Editôres, 1964, p. V-XXIV.

STÄDELE, A. **Tacitus über Agricola und Domitian (Agr. 39-43)**. München: Gymn. 95-3, 1988, p. 222-235.

SYME, Sir Ronald. **The Roman Revolution**. Oxford: Oxford University Press, 1939.

_____. **Tacitus**. London: Oxford University Press, 1958.

VENTURINI, Renata Lopes Biazotto; COSTA, Alex Aparecido. *Optimus princeps et ordo senatorius*: um estudo do panegírico de trajano de Plínio, o Jovem. **História e Cultura**, 2015, p. 348-368.

VERGER, Antonio Ramirez de. Introducción General. In: SUETÔNIO. **Vida de Los doce Césares**. Gredos: Madrid, 1992, p. 7-59.

_____. Traducción y Notas. In: MARCIAL. **Epigramas**. Gredos: Madrid, 2001.

VEYNE, Paul. O Império Romano. In: DUBY, Georges; ÁRIES, Philipe (Dir). **História da vida privada**: Do Império Romano ao ano mil. Tradução H. Fiest. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p. 19-224.

VITORINO, Mônica Costa. **Juvenal**: O satírico indignado. Belo Horizonte: Faculdade de Letras-UFMG, 2003.

WALKER, Bessie. **The Annals of Tacitus**: a study in the writing of history. Manchester: Manchester University Press, 1960.

WALLACE-HADRILL, Andrew. Mutatiomorum: The idea of a cultural revolution. In: _____. **Rome's Cultural Revolution**. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

WIKIPEDIA: A ENCICLOPÉDIA LIVRE. [mapade parentesco Flaviano]. [s.d.]. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Dinastia_flaviana#/media/File:Flavian_family_tree.png>. Acesso em: 30 maio 2017. Tradução nossa.

WILSON, Marcus. After the silence: Tacitus, Suetonius, Juvenal. In: BOYLE, A. J.; DOMINIK, Willian J. **Flavian Rome**: Culture, image, text. Leden; Boston: Brill, 2003, p. 523-542.

WINTERLING, Aloys. **Politics and Society in Imperial Rome**. Oxford: Wiley-Blackwell, 2009.

_____. Loucura imperial na Roma Antiga. **História** (online), São Paulo, v. 31, n. 1, p. 4-26, 2012.

WOODMAN, A. J. **Rhetoric in Classical Historiography**. Portland: Areopagitica, 1988.

_____. **Tacitus**. Cambridge University Press, New York, 2009.

Glossário¹

Adoptio: “O ato é chamado de *adoptio* quando a pessoa que é adotada – que pode ser do sexo masculino ou feminino – já se encontrava sob o pátria potestas de outra pessoa; quando, por outro lado, alguém do sexo masculino é adotado e não se encontrava sob o poder paternal (*sui iuris*) ou até ele mesmo um *paterfamilias*, o ato era *adrogatio*. Indivíduos do sexo feminino não podiam ser adotados segundo o processo anterior, nem ao menos a princípio, podiam ser as autoras de atos de adoção, embora imperadores posteriores pareçam ter permitido isso nos casos em que a mulher tivesse perdido filhos” (FREISEBRUSCH, 2014, p. 79).

Anais, *anaís*, (pl) *annalis*, -e (m). (*annus*): “Material oficial preenchido por registros dos feitos da cidade que eram gravados em uma tábua branca por um pontífice máximo que, em seguida, a expunha em sua casa para que o povo tomasse conhecimento do que nela continha. Eram registrados acontecimentos que demonstravam como estava a relação dos homens com os deuses; acontecimentos que eram escolhidos pela cidade para ser memorizados (as vitórias, as calamidades e os prodígios) e que passavam a fazer parte de sua história ‘oficial’ ou ‘religiosa’. História que, segundo Cícero, teve sua continuidade com os analistas, considerados meros narradores de fatos e, por isso, produtores de obras desprovidas de embelezamento e eloquência, elementos necessários à história. Ao historiador preconizado por Cícero, caberia articular a descrição de fatos com a arte da eloquência, pois desse modo lhe seria possível inovar a tradição da historiografia Romana” (LIMA; CORDÃO, 2010, p. 282-283).

***Auctoritas*, *auctoritatis*, (f.). (*augeo*):** “A *auctoritas* do príncipe era sustentada pelas mesmas noções que regulavam as relações entre patrono e cliente. De início era entendida como um processo, ou seja, o desempenho de uma perpétua liderança militar, uma ação contínua como o maior benfeitor da *Res publica*, não somente pela demonstração das suas virtudes (prudência, justiça, sabedoria, clemência, *pietas*, *gravitas*), pelas suas ações e realizações (*meritis*) como também por ser o mais rico. O benefício gerado pelo imperador criava um débito (*officium*), o

¹ Todas as traduções dos trechos em língua estrangeira são de responsabilidade da autora.

qual deveria ser reparado pela gratidão (*gratia*). A relação de troca entre o imperador e seus súditos poderia dificilmente ser em termos iguais, em decorrência da disparidade de recursos e poderes” (MENDES, 2006, p. 40).

Capaces imperii: “para manter o bem-estar aceitável, o imperador deve ser escolhido entre os melhores, e o principal atributo deve ser a habilidade militar e a reputação. Ele não deve ser *princes proferendi imperi in curiosus* (TAC., *Ann.*, IV, 32, 2). E as centenas de indivíduos que como *privati*, foram *capaces imperi*” (BENARIO, 1972, p. 26).

Carisma religioso: “Assegurava honras de culto e, no Oriente de expressão grega, uma deificação direta” (ALFÖLDY, 1989, orig. 1975, p. 116).

Censor, censor: “Sérvio Túlio era tido como primeiro censor nos dois sentidos do termo, tanto o de realizador do censo, quanto o de exercer a censura sobre a moral, os costumes, os modos de vida. Aliás, esse duplo sentido de ‘censor’ é uma ilusão retrospectiva: não existia uma divisão, enquanto tal, entre o agente responsável pelo censo e aquele que deveria levar a cabo a vigilância moral. Não só o mesmo censor era responsável por ambas, como estas também se confundiam em uma mesma atividade. Tal indissociabilidade se revela até mesmo na língua. Os romanos não tinham uma palavra específica construída sobre o radical cens- para designar somente a censura moral – chamavam-na de regimen (ou cura) morum, controle ou vigilância dos costumes. O verbo latino censere, ao qual estão aparentados censor e census, abarca um vasto campo semântico, em que o moderno sentido de ‘censurar’ é apenas uma possível acepção. Tanto o *De verborum significatione* de Festo (*‘Censere nunc significat putare, nunc suadere, nunc decernere’*²) quanto o *Digesto* (*‘‘Censere’ est constituere et praecipere. unde etiam dicere solemus ‘censeo hoc facias’ [...] inde censoris nomen videtur esse tractum’*³) registram uma ampla gama de significados para o verbo, entre os quais: avaliar, julgar, aconselhar, discernir,

² “Censere significa ou avaliar [putare, que tem também o sentido de julgar, limpar e mesmo podar], ou aconselhar [suadere: exortar], ou decretar [decernere: decidir; o particípio de decernere é decretum, decreto]”. (NODARI, 2012, p. 30).

³ “‘Censere’ é constituir [constituere; também: estabelecer, determinar, criar, ordenar] e prescrever [praecipere]. Daí o costume que temos de dizer ‘censeo [opino, conselho] que o façás’” (NODARI, 2012, p. 30).

determinar, constituir, prescrever, recomendar, exortar, decretar. Ou seja, estaríamos diante de um campo semântico em que um conselho parece se confundir com uma ordem, uma avaliação com uma prescrição, em que medir (contar) e tomar uma medida (agir) são quase indiscerníveis” (NODARI, 2012, p. 30).

Consor: “*consors, consortes (cum – sors)*. Que patilha da mesma sorte, que vive em comunidade de bens, consorte. Que é em comum. Fraternal. Irmão, irmã” (REZENDE; BIANCHET, 2005, p. 78).

Consul, cônsul: “cônsul possuía um *imperium* maior que um *praetor*, que o imperador possuía um *imperium* maior que um magistrado. Do mesmo modo, um magistrado não possuía qualquer império sobre seus pares e somente poderia exercitar seu *imperium* sobre um magistrado de grau inferior. O *imperium* só poderia ser exercido dentro das províncias assinaladas para cada magistrado e dentro de um determinado lapso temporal. Por derradeiro cumpre, ainda, observar que o *imperium* poderia ser simples indissolúvel (*merum*) incluindo, pois, a *iurisdictio* e o poder da espada (*ius gladii* ou *potestas*) ou misto (*mixtum*) compreendia apenas a *iurisdictio*. O *imperium* somente sofria restrições impostas pelo próprio povo, através da *provocatio ad populum* e do *ius intercessionis*” (SALDANHA, 2011, p. 41).

Cursus honorum: Constitui-se a carreira ou ordem senatorial, “por volta de dezoito a vinte anos de idade, um senador começava sua carreira como um dos vinte *vigintiviri* (literalmente ‘vinte varões’, colégio de magistrados responsáveis por funções como manutenção das ruas e estradas, policiamento, cunhagem, e litígios judiciais). Em seguida, ele era designado para uma província como comandante militar auxiliar de uma ou tribuno de uma legião. Aos vinte e cinco, era formalmente eleito para o Senado como um dos vinte questores (supervisor financeiro), tornando-se posteriormente um edil (um dos seus responsáveis pela manutenção do patrimônio urbano e pelos festivais), ou então um dos dez tribunos da plebe – patrícios foram dispensados desta função por Augusto. Aos trinta anos, o senador era autorizado a candidatar-se para as dez vagas de pretor (ou doze, número variável na documentação e de acordo com a época), o ofício responsável por diversas funções administrativas e jurídicas que, sob Augusto, passaram a depender de sua recomendação, fosse abertamente, por indicação indireta ou encaminhada

como nome em uma lista para o Senado (os candidatos recomendados pelo imperador, *candidatos Caesaris*). Tendo sido pretor, o senador poderia ainda ser procônsul, governador de uma província senatorial ou imperial (*legatus Augusti pro praetore*), ou comandante de uma legião (*legatus legionis*). Aos quarenta anos, pouquíssimos senadores disputavam o favorecimento do imperador pelo cargo de cônsul *ordinarius* ou *suffectus* (designado)” (CAMPOS, 2013b, p. 64-65).

Damnatio memoriae: “Vale ainda ressaltar que a expressão *damnatio memoriae* é uma invenção moderna; a ideia, porém, existia na Antiguidade, pois a expressão *memoria damnata* comparece nos processos de acusados de traição” (SILVA, 2014, p. 58).

Dignitas: “Podia apelar para a sua *auctoritas* pessoal, a qual segundo Augusto, lhe conferia, só por si, a superioridade sobre todos os outros homens (*auctoritate omnibus praesiti*), pois o imperador era a encarnação ideal de todas as *iustitia* e a *pietas*” (ALFÖLDY, 1989, orig.1975, p. 116).

Dictador, dictatoris, (m). (dico): “Em caso de crise, indicava-se um ditador, com um prazo de seis meses para solucionar os problemas. Fica evidente a exclusividade do patriciado no exercício dos principais cargos públicos e o conseqüente domínio político dessa classe” (CONEGLIAN, 2012, p. 20).

Domus caesaris: “O autor [Wallace-Hadrill, 1996, p. 296] compara a domus Caesaris com o Sol e as demais domus com astros menores. Dependentes da luz solar, os astros menores buscariam se aproximar o quanto fosse possível do Sol. A domus Caesaris (Sol), portanto, sob o arranjo de um “patronato público”, desempenharia o gerenciamento do Império, ligando-se às demais casas aristocráticas (astros menores) para a ordenação do sistema. A corte é apresentada por Wallace-Hadrill como o espaço de concentração dos bens materiais e do poder político. O acesso à corte, então, ganhou relevância nos estudos desse autor. Como destacamos anteriormente, a hierarquia fundada na proximidade entre o aristocrata e o princeps se tornava, nesse modo de raciocínio, o termômetro principal que media o grau de poder político conquistado. Sendo assim, a competição aristocrática

se estabeleceria na disputa para se aproximar do imperador” (DIAS, 2014, p. 117).

Equestre, -tris, -ter (equus): “O *ordo equester* era composta de cidadãos romanos de nascimento livre, cujos pais e avós também fossem *ingenui*. Por seu estatuto, distinguiam-se pelo uso de um anel de ouro na mão esquerda e pela *túnica angusticlaui*a, uma túnica marcada por uma faixa púrpura estreita no seu comprimento. Além disso, detinham o título de *eques romanus* e tinham o direito de se sentarem nas fileiras logo após os senadores no teatro. De acordo com Scheid (2005, p. 305), a dignidade equestre sob o Alto Império não era hereditária, pois a entrada na ordem equestre era uma decisão que competia ao *princeps*, que, por meio da *adlectio*, uma das prerrogativas do *censor*, nomeava um cidadão para a ordem, inscrevendo-o numa lista oficial. Apesar disso, salvo se tivesse comportamento indigno ou se a família se empobrecesse, o filho de um *eques romanus* tinha a expectativa de integrar esta ordem” (ESTEVES, 2010, p. 39).

Exempla: “o autor tem a intenção de evocar o *mos maiorum* e, como diz no prefácio [de Tito Lívio], utilizá-lo para servir de contraponto ao declínio mais recente dos valores” (MARQUES, 2013b, p. 124).

Factum, -i, (n.): “Destino, fado. Fatalidade, desgraça. Tempo fixado pelo destino, morte. Predileção, oráculo” (REZENDE; BIANCHET, 2005, p. 139).

Felicitas, felicitatis, (f.). (felix): Fecundidade, fertilidade. Favor dos deuses, prosperidade, ventura, felicidade (REZENDE; BIANCHET, 2005, p. 140).

Fides: “A *fides* é um atributo de confiança, lealdade, que é possível numa relação entre iguais ou do mais poderoso para o menos poderoso. [...] a resposta dos deuses é a *fides* para com a cidade” (MARQUES, 2013b, p. 46).

Imperium: “A palavra latina *imperium* significa comando, ordem, autoridade, controle – assim, magistrados como os cônsules e pretores possuíam *imperium* no contexto militar, o controle das tropas. É no *imperium* de um magistrado que vem o direito de ser acompanhado dos *lictors* com os *fascis*. Da mesma forma, conquistadas novas terras e povos, Roma passava a possuir *imperium* sobre eles. Assim, é fácil

perceber como o termo ‘império’ com o significado de território, espaço físico, passa progressivamente a ser utilizado por extensão à ideia de domínio” (MARQUES, 2013a, p. 133). Prova disso é a pesquisa em números absolutos realizada por John Richardson (2008, p. 170-2t) que “corrobora a ideia de que geografia e poder estão intimamente unidos para o autor [Tácito] [...] Tácito usa o termo *imperium* 236 vezes. O sentido de “ordem” aparece quinze vezes e de “poder” em geral, sete. Em 24 vezes, guarda o sentido de poder que cabe a um magistrado, uso este, aliás, mais recorrente em autores anteriores como Cícero e Tito Lívio. O uso mais freqüente refere-se ao poder do imperador (108 ou 45,76%). Quando escreve sobre Roma, Tácito fala de *imperium* do Estado em geral 29 vezes e do povo romano dezoito vezes. Em comparação, em catorze vezes o termo se refere a uma unidade territorial e geográfica. O *imperium* aparece assim com fronteiras geográficas, partes, áreas distantes e constituindo um vasto corpus. O termo *provincia*, que Richardson trata em associação com *imperium*, tem 215 ocorrências na obra taciteana, significando em 84 vezes a posse de *imperium* como poder e em 131 referências como áreas controladas por Roma. As províncias são, ainda, retratadas como territórios distantes, cujos recursos contemplam as propriedades e vilas da aristocracia romana” (JOLY, 2014, p. 46-47).

***Imperium proconsulare maius*:** “Governava as chamadas províncias senatoriais em conjunto com os magistrados nomeados pelo Senado, governava as províncias imperiais sozinho, através dos seus legados e exercia o comando supremo do exército romano” (ALFÖLDY, 1989, orig. 1975, p. 116).

***Lauto festim*:** grandes festas.

***Libertas, libertatis (f). (liber, -bera -berum)*:** “libertas, que, grosso modo, expressava principalmente o gozo, sem coerção, dos direitos políticos disponíveis aos cidadãos no período republicano. Contudo, não se tratava de um total controle ou uma subtração geral de direitos do imperador em relação aos senadores, pois estes formavam a base de apoio do governante e respaldavam seu poder mantendo grande parte de sua tradicional importância” (VENTURINI; COSTA, 2015, p. 349).

Mantenedor dos mores: “Tinha o direito de admitir na ordem equestre as pessoas

que lhe parecessem mais adequadas e de nomear ‘novos homens’ para o Senado, assim como excluir das respectivas ordens cavaleiros ou senadores, além de que todos os cargos superiores da burocracia ou do exército só podiam ser preenchidos com a sua aprovação expressa ou tácita” (ALFÖLDY, 1989, orig.1975, p. 116).

Novuus homo: “novus homo, como se costumava chamar ao homem que ascendia socialmente sem proceder da nobreza” (BORGES, 2011, p. 13).

Pater patriae: “O título de *pater patriae*, com que foi aclamado em 5 a.C., representa o apogeu deste movimento simbólico que elevou Augusto à posição de responsável pelos destinos da nação romana. Com isso, atinge a posição de segundo fundador de Roma, um sucessor de Rômulo” (ESTEVES, 2010, p. 29).

Patronato, patronagem: “Havia formas de ultrapassar alguns efeitos da ‘mistura’ através de alianças horizontais e verticais entre patronos, aumentando, assim, a força de voto dos seus apoiantes. A existência deste tipo de aliança (embora sejam poucos os pormenores sobre o seu modo de operar) descobre-se em Roma com mais facilidade onde as eleições para cargos importantes eram muito disputadas (fenômeno desconhecido em grande medida nas cidades-estado gregas) e onde o caso se complicava devido à muito maior extensão do território e, eventualmente, à cada vez mais arbitrária inclusão, nas tribos existentes, das áreas recém-incorporadas” (FINLEY, 1985, p. 58).

Potesta, potestatis, (f). (possum): Habilidade, capacidade. Poder, autoridade, força; Força política, domínio, governo, controle. Ofício do magistrado, magistratura. Magistrado, funcionário público. Regente, monarca supremo. Poder legal, direitos. Eficácia, propriedade, ação. Significado (de uma palavra). Possibilidade, oportunidade” (REZENDE; BIANCHET, 2005, p. 290).

Pontifex maximus: “Garantia a *pax deorum*, exercendo a posição de mediador entre os homens e os deuses” (MENDES, 2006, p. 27).

Praefectum urbis: prefeito de Roma.

Pretor: “pretos *urbanus e peregrinus* – responsáveis pela aplicação da justiça,

poderiam ser divididos em pretores *urbanus* (cuidavam dos processos entre cidadãos) e os pretores *peregrinus* (a que competia cuidar dos litígios civis ou criminais que envolvessem estrangeiros). Eram eleitos anualmente” (CONEGLIAN, 2012, p. 22).

Princeps: “O *princeps* dispunha, de fato, de um poder ilimitado: não havia no Estado romano outro poder que pudesse ser exercido como alternativa ao do imperador” (ALFÖLDY, 1989, orig. 1975, p. 116); “Pela tradição republicana, o título de *princeps* (o mais eminente cidadão do Estado) era dado a um cidadão que ocupasse uma posição de liderança e destaque na cidade, obtida pela consagração de sua popularidade, *dignitas* e *auctoritas*. Há muita diferença entre a posição os príncipes republicanos e a posição de Otávio como príncipe do Senado. Durante a República, a preeminência do príncipe não era permanente, sendo revestida de noções estoica de ‘primeiro entre os iguais’” (MENDES, 2006, p. 26).

Prisca virtus: “épocas pretéritas mais virtuosas e bem aventuradas do que a presente, buscava recuperar os valores da *humanitas* e da *romanitas* que, não apoiadas na virtude, perder-se-iam inevitavelmente” (GOUVÊA JÚNIOR, 2013, p. 190).

Pro consul: o responsável por governar uma província romana.

Prouidentia, -ae, (f.). (prouideo): previdência, pré-consciência. Precaução, prudência. Providência, suprema sabedoria (REZENDE; BIANCHET, 2005, p. 313).

Rex: “regis, (m). (rego). Governante, regente, rei, soberano, monarca. Tirano, déspota. Líder, chefe, mestre. Protetor, patrono. Príncipe. Pessoa rica, poderosa (reges = o rei e a rainha, a família real)” (REZENDE; BIANCHET, 2005, p. 345).

Questor: “Questores – eram inicialmente oito, e depois dez membros responsáveis por questões relativas às finanças, o número de questores crescia na mesma medida em que se aplicavam as áreas dominadas de Roma. Eram eleitos anualmente” (CONEGLIAN, 2012, p. 22).

Res publica: “Significava mais que um conjunto de cidadãos. Significava todos os

assuntos e tudo que dissesse respeito àquela comunidade, assim como a forma de governo que preservasse os interesses coletivos e garantisse a ordem, a liberdade contra o estabelecimento da monarquia, ou seja, o governo de um só” (MENDES, 2006, p. 21-22).

Seruitus: “A terminologia predominante na designação de um indivíduo como escravo é *servus*. *Mancipium*, termo mais próximo à ideia de propriedade, é utilizado poucas vezes e, sobretudo, para qualificar negativamente um escravo ou liberto (como em *Hist.*, II, 57; III, 47). Já *servus* é empregado quando há um senhor definido, e o escravo aparece como seu agente ou sofrendo penalidades (tortura) por causa de ações do senhor” (FAVERSANI, 1999, p. 69).

Tribunicia potestas: “Podia tomar a iniciativa legislativa sempre que quisesse, promulgar qualquer medida que lhe aprouvesse, para proteger o povo romano” (ALFÖLDY, 1989, orig. 1975, p. 116).

Glossário de antropônimos

Catão (Márcio Pórcio Catão): “234-149, Catão o Velho, homem público, (foi cônsul em 195 a.C.) chefe militar (esteve na Hispânia em 195 e em Rodes em 167 a.C.) e orador eminente, era chamado o ‘Censor’, por considerar fundamental o papel do censor na preservação das tradições romanas e da moral pública contra a influência grega. A partir de 153 a.C., obcecado pela ameaça cartaginesa, terminava seus discursos como famoso *delenda Carthago*, ‘Cartago deve ser destruída’¹. Escreveu *Origens (Origines)*, tratado sobre as lendas acerca da fundação de Roma e outras cidades italianas – provavelmente influenciado pelas *Origens (Áitia)* de Calímaco – e *Sobre a Agricultura (De Re Rustica)*. Compôs trabalhos sobre a retórica, medicina, leis, guerras, e deixou mais de 150 discursos. O anti-helenismo de fachada era o modo de simular a figura de um soldado camponês, pois Catão mal escondia sua erudição e seu conhecimento das letras gregas. Cícero (*Tusculanas* IV, 3, 15) o considera *grauissimus orator* e Cornélio Nepos (Vidas, ‘Catão’, 3,1,2), *probabilis*, ‘louvável’” “Oponente de César, cometeu suicídio na batalha de *Tapso*. Diferentemente da literatura grega, as tragédias em Roma eram escritas não para serem apresentadas, mas lidas; em determinadas épocas, as salas de leitura eram centros de oposição política” (REQUEJO, 1981, p. 168).

Curiáceo Materno (*Curia tus Maternus*): senador romano (SYME, 1958, p. 799-800, apêndice 90; DOMINIK, 1997, p. 51; BARNES, 1986, p. 238-240).

Dião Cássio: teria sido “filho do governador da Cilícia e foi feito governador de Pérgamo e Smyrna, cônsul em 220 d.C., procônsul na África, governador da Dalmácia e da Panônia e cônsul novamente em 229 d. C” (GONÇALVES, 2012, p. 116). O historiador (150 a 235 d. C) escreve sua obra, *História romana*, de forma cronológica – com exceção de seu livro LII – como aponta Griffin (2007): “Dio’s history, from which a vague sequential narrative can be constructed” (p. 56). O recorte temporal da fonte se estende à chegada de Enéias ao Lácio, ao período republicano e ao que hoje denominamos início do Principado até os severos. Gonçalves (2003) discorre que é “senso comum na historiografia que toda a obra de Dion Cássio está impregnada de reflexões a respeito do período severiano” (p. 4), assim, ele reflete os contextos passados a partir dessa baliza temporal. Outro

aspecto importantíssimo é a visão do autor enquanto grego: “Além disso, como um grego cônsul romano, Dião pode representar de maneira única um estágio bastante avançado na fusão entre duas tradições históricas e culturais que encontraram sua expressão plena em Bizâncio” (MILLAR, 1964, p. VII), o que torna a fonte valiosa para tentarmos compreender perspectivas para além da cidade.

Flávio Clemente: “primo de Domiciano, era considerado um homem desprezível em função de sua nulidade, dos quais tirara os prenomes para chamar a um Vespasiano e a outro Domiciano – simplesmente esperou a sua saída do consulado para executá-lo bruscamente, sob o azo da mais leve suspeita – *denique Flauium Clementem patrulem suum contemptissimae inertiae, cuius filios etiam tum paruulos successores palam destinauerat abolitoque priore nomine alterum Vespasianum appellari, alterum Domitianum, repente ex tenuissima suspicione tantum non in ipso eius consulatu interemit*” (SUET. Dom. 15.1).

Flávio Sabino: foi *praefectum urbis* (Tac. Hist., III, LXIV, 1) e cônsul, no ano de 72 d. C. (SUET., Dom., 10,4).

Justo Fábio: “Foi cônsul no ano de 864 de Roma. No primeiro livro das epístolas de Plínio a 11ª, e no livro 7ª são dirigidas a Justo Fábio. Daqui deduzem algumas probabilidades para que seja Tácito o Diálogo, por ser de presumir que fossem amigos comuns homens tão eminentes; outros deduzem o contrário, por isso que nas citadas epístolas não fazem a mínima alusão a obra” (ALMEIDA, 1852, p. 8).

Júlio Segundo (Julius Secundo): “Segundo palavra pura e concisa – *Secundo purus et pressus*” (Tac., Dial., II, 2); senador de origem gaulesa, Cf. R. Syme (1958, p. 799-800, apêndice 91) e Barnes (1986, p. 236).

Juvenal (Décimo Júnio Juvenal): As informações sobre Décimo Júnio Juvenal são escassas e controversas. Ele possivelmente era um aristocrata romano que escreveu as *Sátiras*, com temáticas diversas (RAMOS, 1996, p. XXV-XXXVI), em tom retórico e declamatório, entre os anos de 91-102 d.C., publicada por volta de 100-117 d.C. (RAMOS, 1996, p. XXIII; XXXIX).

Marcial (Marco Valerio Marcial): A ele é atribuída a obra *Epigramas*, que teria sido redigida entre os anos 80-103 d. C em um contexto saturnal (CAIROLI, 2009, p. 39-40). Sua significância não é somente historiográfica, pois também consolidou um gênero (VALVERDE, 2001, p. IX) em Roma – os epigramas (CAIROLI, 2009, p. 27). Desde a época de Catulo, essa forma de escrita tanto poderia expressar anonimamente as críticas aos imperadores (CAROLLI, 2009, p. 17-18; VALVERDE, 2001, p. XVI), como ser utilizada para educar, elogiar (AGNOLON, 2007, p. 92) ou fazer propaganda política. A obra de Marcial “quase desfez a imagem dos flavianos” para enaltecimento dos antoninos (Griffin, 2007, p. 54). Marcial empregou uma “constituição da *persona*, o *ego-epigramaticus*, nos poemas metalinguísticos. Essa compõe uma microdramatização do processo de emulação”, expondo modelos para criticar, emular ou dar ênfase a assuntos diversos, principalmente os relativos à vida e os homens (CAIROLI, 2009, p. 28).

Marcos Flávio Apro (Marcos Flavius Aper): senador de origem gaulesa (Syme, 1958, p. 799-800, apêndice 91; BARNES, 1986, p. 236); “Apro, imbuído de todo saber, mais desprezava ele as letras do que as ignorava, como se viesse a obter maior glória de sua aplicação e seu trabalho se parecesse que se afirmava o seu talento sem qualquer adminículo das alheias artes – *Aper omni eruditione imbutus contemnebat potius litteras quam nesciebat, tamquam maiorem industriae et laboris gloriam habiturus, si ingenium eius nullis alienarum artium adminiculis inniti videretur*” (TAC., *Dial.*, II, 2).

Saleio Baso: “poeta épico mencionado por Juvenal y alabado por Quintiliano” (REQUEJO, 1981, p. 170).

Suetônio: historiador que utiliza a escrita biográfica em louvor aos feitos dos grandes homens possivelmente teria escrito as últimas seis biografias (Galba – Domiciano) no principado de Trajano (VERGER, 1992, p. 21-22), ou seja, em proximidade com o governo de Domiciano. A obra como um todo é apresentada como uma propaganda dos *princeps* e do sistema imperial, que enaltece as qualidades e censura os maus feitos (VERGER, 1992, p. 32). Para Brandão (2013, p. 12), Suetônio emprega diversas ferramentas estilísticas para destacar as qualidades dos bons imperadores e acentuar os pontos negativos dos maus

princeps. “Em Domiciano, a tônica nos aspectos negativos e a organização da biografia contribuem para sublinhar a imagem de um tirano, cuja crueldade e misantropia vão aumentando com o tempo” (BRANDÃO, 2013, p. 12).

Vipstano Messala (*Vipstanus Messala*): Senador romano, *tribunus militum* (BARNES, 1986, p. 237; JOLY, 2009, p. 20).

Apêndice

Apêndice A – Mortes e exílios provocados por Domiciano

Nome	Motivo	Fragmento da Obra
Lei escantínia	Remonta ao ano de 227 a.C., antes de Cícero (<i>stuprum cum masculo</i>). “This was an ancient law levelled against adultery and other pollutions, named from its author Caius Scatinus, a tribune of the people. There was a Julian law, with the same object”.	(<i>SUET., Dom.</i> , 8,3);
Discípulo do pantonimo Páris	“parecia apresentar certa semelhança com seu mestre, tanto pelo talento como também pela figura – <i>discipulum Paridis pantomimi impuberem adhuc et cum maxime aegrum, quod arte formaque non absimilis magistro uidebatur, occidit</i> ” (<i>SUET., Dom.</i> , 10,1).	(<i>SUET., Dom.</i> , 3,1); (<i>SUET., Dom.</i> , 10,1)
Hermógenes de Tarso	Foi crucificado por fazer alusões, na sua <i>História</i> , a “que um trácio era forte como um gladiador, mas não tão forte como o que dava os jogos – <i>quod Thraecem murmilloni parem, munerario imparem dixerat, detractum spectaculis in harenam canibus obiecit cum hoc titulo</i> ” (<i>SUET., Dom.</i> , 10,1).	(<i>SUET., Dom.</i> , 10,1);
Cívio Cercal	Está na lista de senadores mortos por Domiciano sem motivo exato. As fontes apontam que Cívio exercia o consulado da Ásia em 88 d.C.	(<i>SUET., Dom.</i> , 10,2);
Salvidieno Órfito	Idem. <i>Consul suffectus</i> durante os Flavianos (CUBAS, 1992, p. 328-329).	(<i>SUET., Dom.</i> , 10,2);
Élio Lâmia	Fingiu raptar Domícia, a esposa de Domiciano.	(<i>SUET., Dom.</i> , 10,2);
Sálvio Coceiano	Celebrou o dia do nascimento do imperador Oto.	(<i>SUET., Dom.</i> , 10,3);
Mécio Pomposiano	Espalhou a notícia de que seu horóscopo prenunciava que ele seria o governador do império.	(<i>SUET., Dom.</i> , 10,3); (<i>DIÃO, Hist.</i> , LXVII, 12, 2)
Salústio Lúculo	Por ter chamado “ <i>luculeanas</i> ” a certas lanças de modelo novo - <i>quod lanceas nouae formae appellari Luculleas passus esset</i> ” (<i>SUET., Dom.</i> , 10,3).	(<i>SUET., Dom.</i> , 10,3);

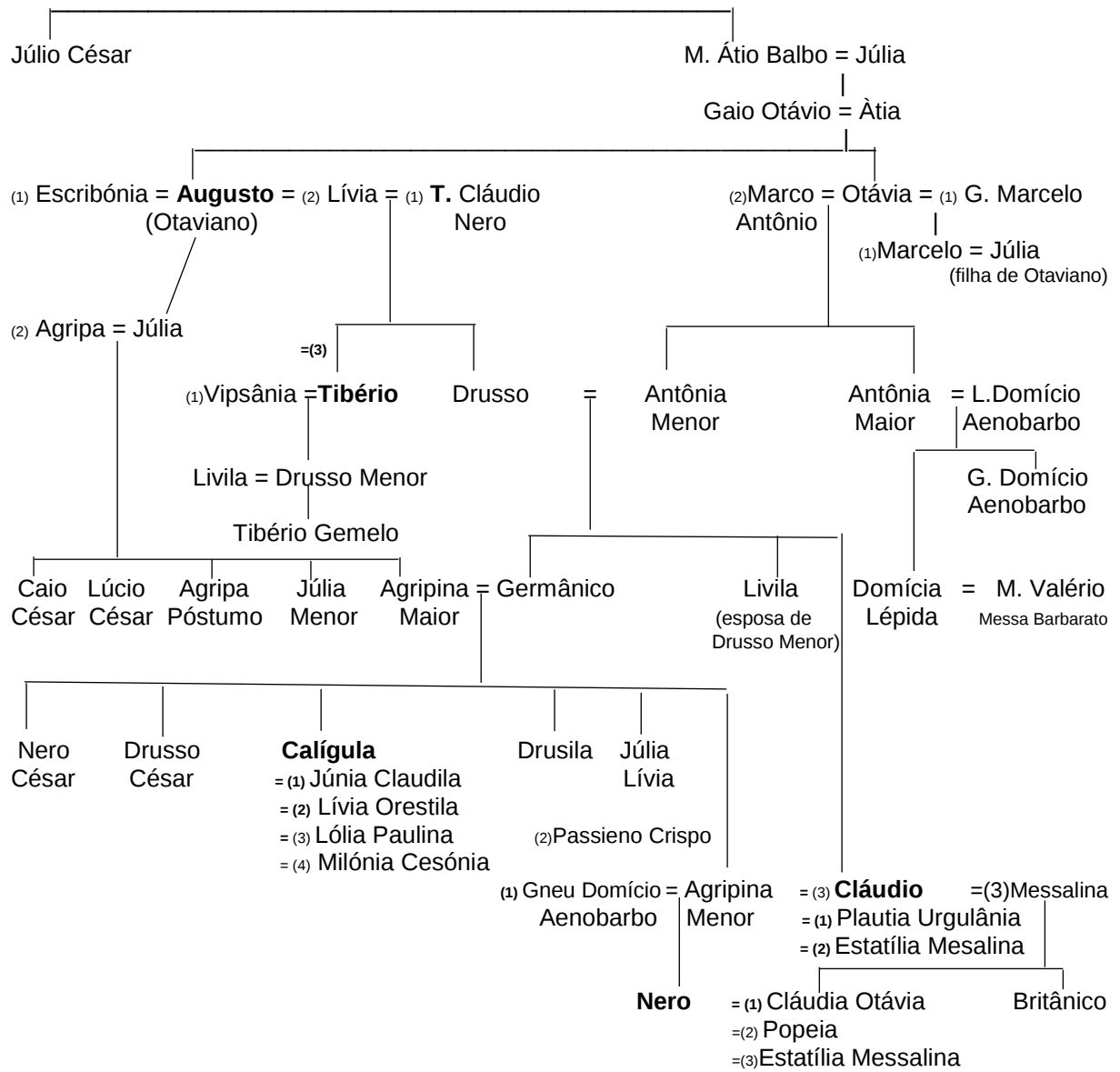
Nome	Motivo	Fragmento da Obra
Júnio Rústico	Publicou “elogios de Peto Traséia e Helvidio Prisco classificando-os como ‘varões santíssimos’ – <i>quod Paeti Thraseae et Heluidi Prisci laudes edidisset appellassetque eos sanctissimos uiros</i> ” (SUET., Dom., 10,3).	(SUET., Dom., 10,3);
Helvídeo Filho	“Por lhe haver, à maneira de êxodo teatral, censurado o divórcio, de Domícia, com os nomes de Páris e Enone – <i>occidit et Heluidium filium, quasi scaenico exodio sub persona Paridis et Oenones diuortium suum cum uxore taxasset</i> ” (SUET., Dom., 10,4). Morto por Domiciano em 93 (CUBAS, 1992, p. 330).	(SUET., Dom., 10,4);
Flávio Sabino	Morto pelo <i>princeps</i> após, em um comício consular, ter anunciado Domiciano como cônsul, e não como imperador.	(SUET., Dom., 10,4) (DIÃO, Hist., LXVII, 14,1)
Cúmplices dos seus adversários	“depois da Guerra civil, aplicando uma nova modalidade de tormentos para a maioria dos cúmplices do seu adversário que se achavam, durante muito tempo escondido. Torturou-os fazendo-lhes queimar os órgãos genitais. A outros, cortou-lhes as mãos – <i>Verum aliquanto post ciuilis belli uictoriam saeuior, plerosque partis aduersae, dum etiam latentis conscios inuestigato, nouo quaestionis genere distorsit immisso per obscaena igne; nonnullis et manus amputauit</i> ” (SUE., Dom., 10,5).	(SUET., Dom., 10,5)
Seu tesoureiro	“No dia anterior que havia mandado crucificar seu tesoureiro, chamou-o ao seu quarto e fez com que comesse algumas iguarias da sua mesa – <i>auctorem summarum pridie quam cruci figeret in cubiculum uocauit, assidere in toro iuxta coegit, securum hilaremque dimisit, partibus etiam de cena dignatus est</i> ” (SUET., Dom., 11,1).	(SUET., Dom., 11,1)
Arentino Clemente	Cônsul. Foi morto por Domiciano, porém, antes o tratara com cortesia e educação. Não é evidenciado o motivo de sua morte, apenas a atitude de “clemência” de Domiciano antes de	(SUET., Dom., 11,1)

Nome	Motivo	Fragmento da Obra
	decretá-la.	
Acusados de lesa-majestade	“Certa ocasião em que fizera comparecer à Curia alguns acusados de lesa-majestade, iniciou dizendo ‘que queria experimentar naquele dia o amor que o Senado lhe dedicava’ e conseguiu, sem obstáculos, condená-los ao gênero de suplício praticado pelos nossos maiores – <i>quosdam maiestatis reos in curiam induxerat, et cum praedixisset experturum se illa die quam carus senatui esset, facile perfecerat ut etiam more maiorum puniendi condemnarentur</i> ” (SUET., Dom., 11,2).	(SUET., Dom., 11, 2-3)
Epafrodito	“foi condenado por ele à pena capital, porque passava por ter ajudado Nero a matar-se – <i>Epaphroditum a libellis capitali poena condemnauit, quod post destitutionem Nero in adipiscenda morte manu eius adiutus existimabatur</i> ” (SUET., Dom., 14,4).	(SUET., Dom., 14,4) (DIÃO, Hist., LXVII, 14, 4)
Ascletarião	Astrólogo que revelou a Domiciano sua possível morte: rápida e despedaçado por cães. Dião (LXVII, 16) comenta que Domiciano ordenara que Ascletarião fosse queimado vivo.	(SUET., Dom., 15,3) (DIÃO, LXVII, 16)
Largino Próculo	Arúspice morto por interpretar que um relâmpago significaria uma revolução.	(SUET., Dom., 16,1)
Júlia Augusta	Domiciano a obriga a realizar um aborto, e ela morre no processo.	(SUET., Dom., 22)
Corpo de cena e a plateia de um espetáculo	Domiciano promoveu um espetáculo artístico (batalha naval), e, durante a apresentação, houve uma tempestade muito forte, mas o <i>princeps</i> não deixou que as pessoas saíssem do local nem que trocassem suas roupas por roupas mais grossas. Desta maneira, muitos ficaram doentes e morreram.	(DIÃO, Hist., LXVII, 8, 1-3)
Lúcio Máximo com inúmeros outros homens	Máximo venceu o governador da Germânia e queimou os papéis de seu adversário para proteger a si mesmo e chantagear os outros.	(DIÃO, Hist., LXVII, 11, 1-3)

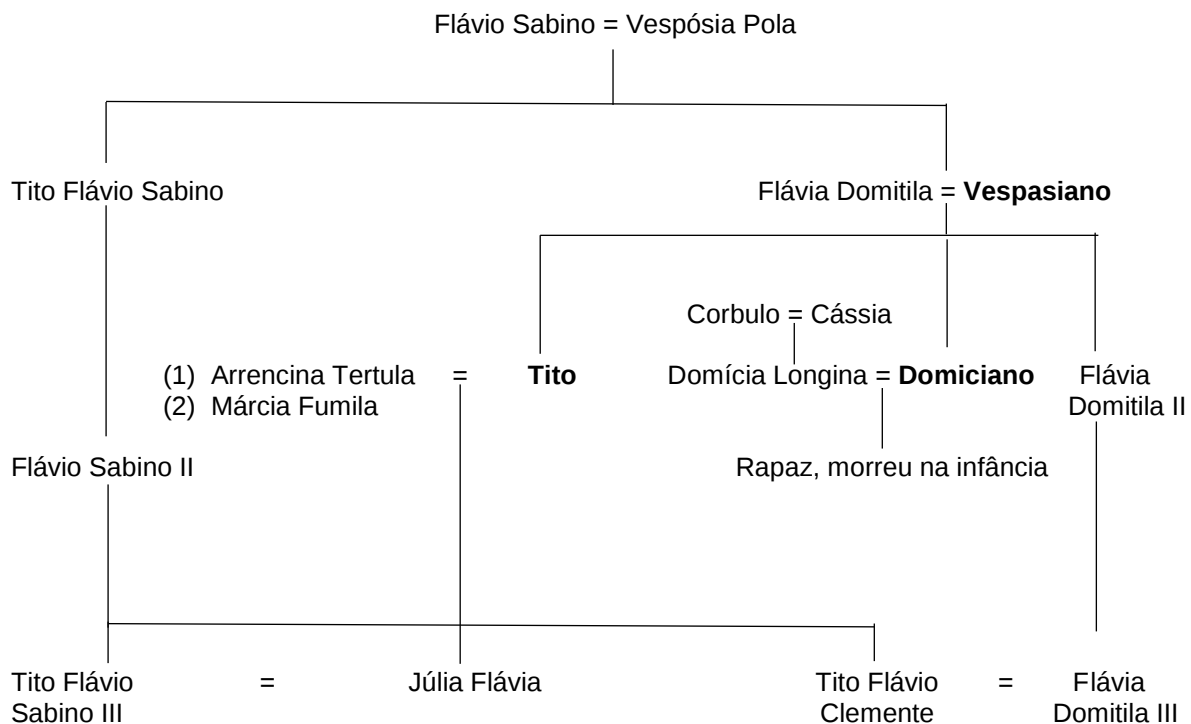
Nome	Motivo	Fragmento da Obra
	Contudo, Domiciano, mesmo sem os documentos, ordena a mortes de várias pessoas. Dião relata que seria impossível descobrir com exatidão a quantidade de assassinados, tanto pelas inúmeras pessoas abatidas, como pelo comportamento do <i>princeps</i> , ao proibir a inscrição dos nomes das vítimas nos registros e não ter enviado os dados ao Senado.	
Mulher sem identificação	Uma mulher foi julgada e condenada à morte porque se despiu diante de uma imagem do imperador.	(DIÃO, Hist., LXVII, 12, 2)
Homem sem identificação	Dião relata apenas que um homem teria sido condenado por se envolver com um astrólogo.	(DIÃO, Hist., LXVII, 12, 2)
Materno	Sofista que, em um discurso, proferiu palavras contra tiranos.	(DIÃO, Hist., LXVII, 12, 5)
Aruleno Rustico	Morto por ser filósofo e por ter chamado Thrasea de santo.	(DIÃO, Hist., LXVII, 13, 2)
Herênio Senécio	Morto por não ter avançado na carreira além de questor e por ter escrito a biografia de Helvidius Prisco.	(DIÃO, Hist., LXVII, 13, 2)
Filósofos	Mortos por filosofar. Outros, ainda foram exilados.	(DIÃO, Hist., LXVII, 12, 3)
Muitos judeus	Mortos por ser judeus.	(DIÃO, Hist., LXVII, 14, 2)
Glabrio	Morto por lutar como gladiador.	(DIÃO, Hist., LXVII, 14, 3)

Anexos

Anexo A – Mapa de parentesco Júlio-Claudiano (Texto Editores, [2013])



Anexo B – Mapa de parentesco Flaviano (Texto Editores, [2013])



Anexo C – Edifícios e reconstruções feitas por Domiciano (ALSTON, 1998, p. 138-139)

Altar incendii Neronis
 Arches of Domitian
 Arch of Titus
 Atria Septem
 Baths of Charinus, Claudius Etruscus, Lupus,
 Argentaria, Agrippa
 Camp of the fleet of Misenum
 Circus Maximus
 Colosseum
 Domus Augustiana
 Equus Domitiani
 Forum Transitorium
 Four ludi
 Granaries: Agrippiana, Piperataria
 Horologium Augusti
 Horti Domitiani
 Janus Quadrifons
 Julian senate-house
 Mica Aurea
 Naumachia Domitiani
 Odeion
 Porticus of Minucius Vetus
 Porticus of Octavia and associated temples
 Stadium Domitiani
 Temple of Castor
 Temple of the Divus Augustus
 Temple of Divus Vespasiani
 Temple of the Flavian Family
 Temple of Fortuna Redux
 Temple of Isis Campensis
 Temple of Jupiter Custos

Temple of Jupiter Optimus Maximus

Temple of Minerva Chalcidica

Temple of Venus Genetrix

Theatre and Cryptum of Balbus

Theatre of Pompey

Tiberian Palace

Anexo D – Argumentação sobre gestão financeira de Domiciano (ALSTON, 1998, p. 139-140)

Domiciano é acusado de matar senadores e entre outros para obter seu dinheiro;

A administração dos impostos parece ter sido severa;

Nerva criou uma comissão para reduzir as despesas públicas;

O nível de conteúdo de prata na cunhagem cai mais tarde no reinado de Domiciano;

Domiciano tentou compensar o aumento do salário dos soldados, reduzindo o número de tropas;

Vespasiano havia deixado um tesouro;

Os impostos sobre a herança aumentaram;

Os "maus" imperadores são freqüentemente acusados de má gestão financeira e ganância;

Os desastres dos anos 70 aumentaram consideravelmente as despesas. Embora Vespasiano possa ter acumulado algumas reservas, estas foram esgotadas pelo incêndio de Roma e a erupção do Vesúvio, bem como as outras despesas de Tito, e os presentes às tropas e ao povo romano na adesão de Domiciano;

A cobrança de impostos fazia parte da administração normal, e a feroz cobrança de Domiciano dos impostos judaico pode estar relacionada a outros aspectos da política de Domiciano;

Não está claro se o aumento dos impostos sucessórios foi uma resposta as dificuldades financeiras ou simplesmente um aperto da lei de herança.